



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA  
POLÍTICA



**FLÁVIA SANCHES DE CARVALHO**

**A política militar sob Geisel na cobertura do  
jornal *Folha de S. Paulo*, 1974-1979**

SÃO CARLOS  
2021

**FLÁVIA SANCHES DE CARVALHO**

**A política militar sob Geisel na cobertura do jornal *Folha de S. Paulo*, 1974-1979**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

**Orientação:** Prof. Dr. João Roberto Martins Filho.

São Carlos  
2021

Dedico este trabalho a todas as mulheres,  
mães e pesquisadoras que são preteridas,  
invisibilizadas e subjugadas pela lógica  
machista e meritocrática que ainda se  
perpetua na academia subestimando suas  
capacidades intelectuais, de abstração e de  
produção. Não desistam mulheres! Vocês  
conseguem e não estão sós. É possível,  
continuem e lutem sempre!



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

---

**Folha de Aprovação**

---

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Flávia Sanches de Carvalho, realizada em 17/05/2021.

**Comissão Julgadora:**

Prof. Dr. João Roberto Martins Filho (UFSCar)

Profa. Dra. Maud Chirio (UPEM)

Profa. Dra. Camila Maria Risso Sales (UFLA)

Profa. Dra. Vera Alves Cepêda (UFSCar)

Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

## AGRADECIMENTOS

Esta tese – que contou, em seu final, com o financiamento da CAPES, a quem eu agradeço – é fruto de uma pesquisa de fôlego, mas também de muita energia, cuidado e força de muitas pessoas que até mesmo sem saber – nesse período tão sombrio da realidade nacional, da solidão da pesquisa e do contexto da pandemia – se fizeram presentes na trajetória deste trabalho.

Sem dúvida essa tese não se concluiria sem a parceria de meu companheiro de vida Joelson Gonçalves de Carvalho, meu maior incentivador que nos momentos nos quais pensei em desistir esteve ao meu lado com todo seu amor, me segurou todas as vezes que me senti sem forças para continuar. Leu, ouviu e debateu comigo cada etapa do trabalho. Minha vida não teria graça e sentido sem você meu amor.

Ao meu filho Miguel Sanches de Carvalho que emana carinho e compreensão pelos momentos de trabalho, cansaço e impaciência. Na longa trajetória do doutorado nos privamos de vários momentos de brincadeiras, leituras e tempo ocioso juntos que fazem a vida mais completa. Meu filho este trabalho também é seu!

Não poderia deixar de agradecer as mulheres maravilhosas, técnicas administrativas do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) que dividem seu espaço de trabalho, seus dias e seus sorrisos cotidianamente conosco, em especial a Renata Maria Biasioli que, na secretaria da direção, sempre esteve presente para acolher as demandas discentes do CECH. À professora Dra. Maria de Jesus Dutra, ex-diretora de Centro e agora vice-reitora, por sempre ser receptiva, positiva e principalmente por compreender a Universidade Pública como um espaço democrático e plural. À diretora do CECH, professora Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz, pela energia sempre despendida às causas justas.

Meus agradecimentos também a Ricardo Biscalchin que, com generosidade e paciência, se dispõe a ajudar todos os pesquisadores que passam pela Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM) da UFSCar e à Gisele Ap. Monti Carmelo Donadoni, pelo olhar carinhoso, preocupação constante e por fazer parte de nossas pesquisas e de nossas vidas. Impossível não agradecer também a Ana Virgínia Moreira Amaral pelo trabalho minucioso

que desenvolveu no Arquivo Ana Lagôa. Sem sua organização e cuidado com os documentos que foram minhas fontes primária e secundária este trabalho não seria possível. Cabe registrar também meu agradecimento à Flaviana Serafim e Adriana Franco que prontamente me ajudaram, no início dessa pesquisa, no levantamento documental junto ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.

À professora Rejane Cristina Rocha, por mostrar, através da pedagogia do exemplo, que existe afetividade, respeito, cuidado e amizade na academia. Agradecimentos também aos amigos que o cotidiano na UEIM me deu e que fazem parte dessa trajetória: Julia de Melo, Nair Renata Amância, José Augusto de Souza e Flávio Komatsu; obrigada por fazerem parte da minha vida nos momentos da construção, das dores e delícias desta tese.

Aos queridos Aline Prado Atássio e Eduardo José Rezende que, em tempos distintos, dividiram o espaço de pesquisa no Arquivo Ana Lagôa, fazendo os dias menos solitários. Agradeço também as companheiras Bárbara El Khalil e Adriane Herrmann que nunca soltaram minha mão e que são dádivas que o Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural (NuPER) colocou no meu caminho. Não poderia esquecer das mulheres fantásticas que o doutorado colocou em minha vida: Ariane Duarte Selegim, Aiane de Oliveira Vieira, Bruna Ferrari Pereira e Emanuelle Kopanyshyn.

À professora Maria Cristina dos Santos e ao professor Luiz Bezerra Neto por terem me acolhido no projeto Escola da Terra, projeto lindo que me ajudou psicologicamente, financeiramente e na minha formação como docente e por meio do qual me apaixonei mais ainda pela educação. Trabalhar no “Escola da Terra” também me aproximou de colegas que são exemplos de cuidado e companheirismo: Maria Carolina Barbosa, José Leite dos Santos Neto, Patric dos Santos e minha amiga, que levarei para vida, Alessandra de Souza Santos. Obrigada Alessandra por estar comigo nos momentos de aflição dessa jornada.

Agradeço imensamente o apoio dos amigos Monyele Camargo Graciano e Leandro de Lima Santos, por dividirem conosco a vista mais linda e tranquilizadora que tivemos em meio ao turbilhão da vida cotidiana. O Araguaia é lindo!

À Fernanda dos Santos Castelano Rodrigues por toda a sororidade, amizade e aprendizado e ao Wilson Alves Bezerra por trazer poesia e rebeldia em dias tão sombrios. A minha Xará Flavia Bezerra de Menezes Hirata Vale e Oto Araújo Vale pelos momentos de descontração. Aos amigos Tatiane Cosentino Rodrigues, Rodrigo Constante Martins e ao Pê pela importante amizade dos últimos anos e, também, aos amigos e companheiros Doni Silva e Vânia Helena Gonçalves pelos momentos de luta, militância e lazer.

Ao amigo de todas as horas Wagner de Souza Leite Molina e a Maitá de Paula e Silva por ser minha amiga da vida, por dividir e cuidar constantemente de nossa amizade, pela compreensão, pela parceria, pelas horas de leitura e pelos pitacos, que contribuíram grandemente para o resultado final desse trabalho.

Ao meu orientador, professor Dr. João Roberto Martins Filho, por me aceitar como sua última orientanda, por me formar como pesquisadora e me orientar com extrema generosidade intelectual e pessoal. Ter podido contar com suas leituras meticulosas, compartilhando experiências, conselhos e sugestões valiosíssimas do primeiro dia até a conclusão dessa tese foi um presente, ter sido sua orientanda uma dádiva e somar à linha de pesquisa que foi inaugurada por você foi um privilégio.

Gostaria de registrar também minha gratidão às professoras Camila Maria Risso Sales e Vera Alves Cepêda que contribuíram muito para o desenrolar desta pesquisa e que são exemplos na minha trajetória profissional e pessoal. Gratidão também à professora Maud Chirio e ao professor Piero de Camargo Leirner que não só se dispuseram a participar desta banca como são referências nesta tese.

Às mulheres da minha vida, minha mãe Zilnete por me ensinar a ser inquieta, me incentivar e me ouvir. À minha melhor amiga, minha irmã Maju, pela energia positiva, pela torcida, por sempre me achar melhor do que eu sou, pelas mensagens de madrugada e ao meu cunhado Douglas Mendes pelo interesse constante em meu trabalho. À minha vó Neusa que me ensinou o que é honestidade e dignidade. À minha vó Dirce (*in memoriam*) que foi a primeira a sonhar em ter uma neta doutora e, infelizmente, não conseguiu ver seu sonho realizado. À minha tia Tânia e aos meus tios Alex e Altair por não me deixarem sozinha quando minha querida se foi.

Ao meu avô Laercio por todo o amor, por sempre ter segurado minha mão, reforçando a importância do estudo e por levar “minha sacolinha”.

Ao Marco Antônio Soares, que me adotou como filha aos 14 anos e que sempre me mostra que os pais são humanos que buscam ser melhores, mesmo quando os filhos não percebem isso, mas que ser humano é bom!

Agradeço também a minha família de Ituiutaba, especialmente ao meu sogro Valdir por me ensinar a ouvir, ao meu cunhado Rogério pelas conversas de final de noite e as mulheres fortes e maravilhosas Vera, Dirce, Fátima, Luciana e Lara que, com muita compreensão, afago e afeto me receberam como parte família Carvalho.

Por fim, gostaria de registrar meu agradecimento aos conselheiros e conselheiras do Conselho de Pós-Graduação da UFSCar que, frente a uma evidente injustiça que marcou minha trajetória na pós-graduação dessa instituição, mostraram quem estava do lado certo da história.



## RESUMO

Essa tese versa sobre as peculiaridades do modo militar de se fazer política, a partir de seus códigos próprios que levam em conta a hierarquia, as relações de liderança e a lealdade de armas, por meio da análise da cobertura jornalística do meio militar pelo jornal *Folha de S. Paulo*, entre os anos de 1976 e 1979, no período de governo do general Ernesto Geisel (1974-1979). Assim sendo, o objetivo desse trabalho é traçar e sistematizar, com base numa cobertura jornalística especializada, as relações e redes de poder nas Forças Armadas e suas articulações no governo de Ernesto Geisel, especialmente no que se refere aos processos de abertura e sucessão presidencial que elegeu o último governo militar. Para tanto, o trabalho aborda duas temáticas relativas ao regime militar: as relações da imprensa com o governo, e a política militar propriamente dita, marcada pelos conflitos internos nas Forças Armadas. Metodologicamente, analisou-se as matérias publicadas relacionadas ao tema no período em questão e os relatórios internos elaborados pela jornalista Ana Lagôa para subsidiar as matérias publicadas. Tendo esse material como fonte primária e secundária, verificou-se que, ao contrário da ideia de unidade militar do regime construída pelos militares para o período, o governo do presidente Geisel foi marcado por intensas disputas internas, lutas políticas e articulações de poder dentro das Forças Armadas que tensionaram e interferiram tanto na sucessão presidencial quanto no processo de abertura.

**Palavras-chave:** Governo Geisel. *Folha de S. Paulo*. Regime Militar. Forças Armadas

## ABSTRACT

This thesis deals with the peculiarities of the military way of doing politics, based on its own codes that take into account hierarchy, leadership relations, and loyalty to arms, through the analysis of the journalistic coverage of the military environment by the newspaper *Folha de S. Paulo*, between the years 1976 and 1979, during the administration of general Ernesto Geisel (1974-1979). Thus, the objective of this work is to trace and systematize, based on specialized journalistic coverage, the relations and networks of power in the Armed Forces and their articulations in the government of Ernesto Geisel, especially with regard to the processes of opening and presidential succession that elected the last military government. For this purpose, the work approaches two themes related to the military regime: the relations of the press with the government, and the military politics itself, marked by internal conflicts in the Armed Forces. Methodologically, we analyzed the published articles related to the theme in the period in question and the internal reports prepared by the journalist Ana Lagôa to support the published articles. Using this material as primary and secondary sources, it was verified that, contrary to the idea of military unity of the regime constructed by the military for the period, the government of President Geisel was marked by intense internal disputes, political struggles and power articulations within the Armed Forces that tensioned and interfered in both the presidential succession and the opening process.

**Keyword:** Geisel Government. *Folha de S. Paulo*. Military Regime. Armed Forces

## LISTA DE SIGLAS

AAB	- Aliança Anticomunista Brasileira
AAL	- Arquivo Ana Lagôa
ABI	- Associação Brasileira de Imprensa
ACE	- Alto Comando do Exército
AI-2	- Ato Institucional número 2
AI-5	- Ato Institucional número 5
AMAN	- Academia Militar das Agulhas Negras
Cebrap	- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CIA	- Agência de Inteligência Central dos Estados Unidos
CIE	- Centro de Informações do Exército
CISA	- Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNV	- Comissão Nacional da Verdade
CODI	- Centros de Operações de Defesa Interna
DAC	- Departamento de Aviação Civil
DEOPS	- Departamento de Ordem Política e Social
DGP	- Departamento Geral de Pessoal
DOI	- Destacamentos de Operações de Informações
DPG	- Departamento de Provisão Geral
DSN	- Doutrina de Segurança Nacional
ECEME	- Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EME	- Estado Maior do Exército
EMFA	- Estado-Maior das Forças Armadas.
ESG	- Escola Superior de Guerra
FAAP	- Fundação Armando Álvares Penteado
FAB	- Força Aérea Brasileira
GDS	- Grupamento de Segurança e Defesa
JBr	- Jornal de Brasília
JID	- Junta Interamericana de Defesa
MD	- Ministério da Defesa
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
MNPPG	- Movimento Nacionalista Popular Pró-Governo Geisel
OAB	- Ordem dos Advogados do Brasil
Oban	- Operação Bandeirantes
PC	- Partido Comunista
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	- Partido Comunista do Brasil
PMSP	- Polícia Militar do estado de São Paulo
PND	- Plano Nacional de Desenvolvimento
QG	- Quartel General
RI	- Relatório Interno
SNI	- Serviço Nacional de Informações
SS	- Schutzstaffel
STM	- Supremo Tribunal Militar
UDN	- União Democrática Nacional
ZA	- Zona Aérea

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>Geisel, o sucessor de Médici .....</b>	<b>21</b>
2.1	Sucessão, economia e política .....	21
2.2	Distensão lenta e violenta.....	33
<b>3</b>	<b>Mídia e política: a trajetória da <i>Folha de S. Paulo</i> .....</b>	<b>44</b>
3.1	Gênese e trajetória inicial .....	44
3.2	A gestão Frias e Caldeira .....	52
3.3	A <i>Folha</i> chega ao Planalto Central .....	60
<b>4</b>	<b>A política militar sob Geisel nas páginas da <i>Folha de S. Paulo</i> .....</b>	<b>66</b>
4.1	Promoções, insatisfação e conflitos internos .....	66
4.2	Ascensão e queda de um general .....	82
4.3	A sucessão presidencial .....	95
<b>5</b>	<b>Nos bastidores da notícia: os relatórios internos da jornalista Ana Lagôa .....</b>	<b>119</b>
5.1	Promoções, exonerações e cassações .....	119
5.2	O afastamento do general Sylvio Frota .....	137
5.3	Candidatura e a anticandidatura .....	146
<b>6</b>	<b>Considerações finais .....</b>	<b>165</b>
	<b>Referências .....</b>	<b>170</b>
	<b>Anexo A – Relação de Temas Relevantes para Jornalista... ..</b>	<b>187</b>
	<b>Anexo B – Relatório Interno Preliminar .....</b>	<b>188</b>
	<b>Anexo C – Consulta aos Almanques Militares .....</b>	<b>192</b>
	<b>Anexo D – Relatório Interno Finalizado .....</b>	<b>194</b>
	<b>Anexo E – Matéria Publicada .....</b>	<b>195</b>

## 1 Introdução

Esta tese trata de duas temáticas relativas ao período do regime militar de 1964-1985: as relações da imprensa com o governo militar, por um lado, e a política militar propriamente dita, os conflitos internos às Forças Armadas, por outro. Quanto ao primeiro tema, ela usa como referência os estudos já publicados sobre jornais específicos<sup>1</sup>. Quanto ao segundo, segue a trilha aberta por João Roberto Martins Filho e Maud Chirio em seus livros sobre as divisões militares durante a ditadura.<sup>2</sup> No longo período militar, jornais importantes desapareceram e jornais menos importantes no momento do golpe tornaram-se influentes. Entre 1964 e 1985, uma mesma publicação pode ter mudado de posição sobre o regime, passando do apoio à crítica.

Nesse quadro, o presente estudo examina a cobertura jornalística do meio militar pelo jornal *Folha de S. Paulo* entre os anos de 1976 e 1979, no período de governo do general Ernesto Geisel. Os dois primeiros anos desse governo não foram analisados porque a pesquisa se refere apenas às matérias produzidas pela setorista militar do periódico, a jornalista Ana Mascia Lagôa. Só a partir de 1976, notadamente após a morte de Vladimir Herzog, que Ana Lagôa passou a arquivar, sistematicamente, os relatórios internos elaborados para subsidiar a publicação de matérias sobre a política militar do período. Com mais liberdade de imprensa, a cobertura do campo militar no período da abertura política passou a ser crucial. Como se verá, vários episódios militares chave do período ditatorial aconteceram entre 1976 e 1979. Por último, mas não menos importante, a análise abrange não apenas o que foi publicado, mas aspectos importantes da própria produção da notícia, até hoje inéditos.

Para Daniel Aarão Reis Filho, podemos constatar nos estudos sobre o golpe e o regime militar que vigorou no Brasil, três ondas bem definidas, a saber: uma primeira que compreende a produção memorialística dos militares e militantes de esquerda; uma segunda que se debruça sobre as organizações de esquerda, com destaque para as que foram para luta armada e, por último, uma

---

<sup>1</sup> Entre os estudos em questão, destacamos: Capelato (1989); Taschner (1992); Aquino (1999) e Kushnir (2004).

<sup>2</sup> Estamos nos referindo a: MARTINS FILHO, J. R. **O palácio e a Caserna**. São Carlos: EDUFSCar, 1996; e, CHIRIO, M. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura Militar brasileira**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

terceira onda, que procura entender as complexas relações entre a ditadura e a sociedade, buscando inserir a ditadura “no tempo longo da história” e na política nacional (REIS FILHO, 2014). Esta tese se insere nesta última “onda”.

No que diz respeito à política militar, o regime de 1964-68 *não* foi marcado por uma suposta unidade interna. A união castrense deu-se, sim, na oposição ao mundo civil. Mas esta conviveu com poderosos fatores de desunião. A análise trazida em *O Palácio e a Caserna* sobre o período de consolidação do regime militar (1964-1969) já demonstrava que as tensões dentro do regime estavam na raiz da instabilidade política da ditadura brasileira. João Roberto Martins Filho (1995) evidencia que, desde 1965, as articulações a respeito da sucessão do general Castelo Branco (1964-1967) foram um fator fundamental de instabilidade do regime. A obra destaca também as tensões vindas da aspiração da oficialidade em participar das decisões. Tal processo tem início com a implantação dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), responsáveis por investigar as atividades de subversão e corrupção dos inimigos do regime, onde logo se viu a militância de coronéis, que muitas vezes desafiavam a hierarquia, propondo uma espécie de “revolução permanente” de punição de políticos esquerdistas ou corruptos.

Da frustração destes oficiais surge a primeira “linha dura” que se opõe aos palacianos, ou castelistas, tidos como moderados, tema este já explorado por muitos estudos que se voltaram ao período militar e contribuíram para o melhor entendimento da dinâmica intramilitar no início do regime. Compartilhamos do entendimento de Martins Filho (1995) e Maud Chirio (2012) de que a generalização da terminologia “linha dura” para nomear grupos diversos, que se mobilizaram politicamente durante a ditadura, radicalizando posições políticas e ações militares em prol do endurecimento do regime é, além de incorreto, uma visão simplista na qual se desconsidera a heterogeneidade destes grupos e a dinâmica política ao longo do período. É fato que o termo “linha dura” foi amplamente empregado para definir os opositores do governo Geisel nos anos 1970, mas o grupo, notadamente de coronéis, que efetivamente fizeram parte de uma “linha dura”, se localiza temporalmente antes do golpe, se estendendo até os dois primeiros governos militares no país.

Interessante observar que, durante o governo Geisel, alguns antigos membros desta linha dura se colocaram como porta-vozes a favor da abertura e da volta dos militares à caserna. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que o termo foi se generalizando sem rigor, os membros do grupo foram se reposicionando politicamente na estrutura do poder. Não obstante este movimento, cristaliza-se um outro grupo que não era ativista e não almeja participação política, mas sim uma facção, subproduto do Estado, que reivindicava a permanência do *status quo* da repressão, da tortura e das mortes, ou seja, os agentes do aparelho repressivo do Estado (CHIRIO, 2012).

Esta tese se insere no rol de estudos que buscam evidenciar as peculiaridades do modo militar de se fazer política, a partir de seus códigos próprios que levam em conta a hierarquia, as relações de liderança e a lealdade de armas. Estes elementos transcendem a divisão binária entre duros ou radicais versus moderados ou liberais, demonstrando que as lutas políticas intramilitares são bem mais tensas e complexas do que a mídia conseguiu lançar luz. Tudo isso a partir da análise não apenas das matérias redigidas pela jornalista Ana Lagôa, como também dos relatórios internos elaborados por ela e encaminhados ao então secretário de redação Haroldo Cerqueira Lima – o Leleco – disponíveis no acervo do Arquivo de Política Militar que leva o nome da jornalista, sediado desde 1996 na UFSCar, analisados aqui pela primeira vez.

As cisões militares ocorreram em todo o período do regime; a tropa foi alvo de constante flerte por parte dos opositores aos generais que estavam no poder por um lado e, por outro, os que estavam no poder e que pregavam que a jovem oficialidade deveria ficar nos quartéis, uma vez que, o campo político era arena, por excelência, dos oficiais de alta patente (CHIRIO, 2012).

A dinâmica contraditória desse momento da história política brasileira pode ser ilustrada pela primeira “linha dura” que, ao longo do regime, sofreu transformações não só em sua composição, mas em seus objetivos. Formada por um grupo heterogêneo, com destaque para os coronéis, reivindicava participar politicamente do regime; frustradas suas expectativas, passa a reivindicar a volta dos militares à caserna e dos civis ao poder. Ademais, soma-se a esta dinâmica contraditória, as alterações na conjuntura política da segunda metade da década de 1970: da estabilidade da inquietação da oficialidade no

governo Médici, vimos o ressurgimento do descontentamento no governo Geisel (CHIRIO, 2012).

Frente a isto, a partir da análise das matérias publicadas e dos relatórios internos, o objetivo desta tese é traçar e sistematizar, com base numa cobertura jornalística especializada, as relações e redes de poder nas Forças Armadas e suas articulações no governo de Ernesto Geisel, especialmente no que se refere aos processos de abertura e sucessão presidencial que levou ao poder o último governo militar. Nesse sentido, no calor da hora, a competente cobertura de uma jovem jornalista da *Folha de S. Paulo* parece confirmar que, ao contrário da ideia de unidade militar do regime construída pelos militares para o período, o governo do presidente Geisel foi marcado por intensas disputas internas, lutas políticas e articulações de poder dentro das Forças Armadas que tensionaram e interferiram tanto na sucessão presidencial quanto no processo de abertura.

Sobre a autora das reportagens publicadas e dos relatórios internos, cabe ressaltar que Ana Lagôa inicia sua trajetória profissional aos 18 anos, em 1969. Em meados de 1975, passa a compor a equipe da sucursal da *Folha de S. Paulo* em Brasília, trabalhando diretamente com Leleco, reconhecido jornalista pela experiência em cobrir o Planalto e a dinâmica do poder. Foi credenciada para a cobertura dos ministérios militares, por nunca ter sido fichada ou presa pelo regime, passando a atuar profissionalmente junto aos generais e seus assessores. Devido ao potencial da jornalista, Leleco lhe apresentou suas fontes, mostrou o “caminho das pedras” a ela, garantindo-lhe acesso a pessoas e fontes importantes. Já em 1975, em meio a insegurança, com prisões, torturas e execuções, incluindo a morte do jornalista Vladimir Herzog<sup>3</sup>, Ana Lagôa, entre outros jornalistas, passa a realizar um jornalismo investigativo, trabalhando com a informação e com a contrainformação. As fontes tinham seus interesses e se valiam da proximidade com alguns jornalistas para pautarem determinadas versões na mídia, mas a jornalista conseguiu cultivar suas fontes tanto entre os próximos a Geisel quanto aos próximos do general Sylvio Frota, o ministro do Exército, que se tornaria um dos principais desafetos do presidente durante seu mandato.

---

<sup>3</sup> Herzog foi o 38º “suicida”, 18º a “enforcar-se”, dessa vez com uma “tira de pano”, de acordo com Gaspari (2014, p. 175).



De acordo com Alexandre Costa Nascimento e Eduardo Mariot Araujo, as informações eram passadas, checadas e recheçadas cotidianamente; as declarações eram interpretadas e confirmadas. As fontes falavam nas entrelinhas, muito era dito em off, muitas vezes sem gravador e pouca coisa do que era dito acabava sendo efetivamente publicado. Os jornalistas, em geral, tinham que ter sensibilidade para filtrar o que era dito em off, pois, muitas vezes, as fontes também jogavam informações falsas para testar a confiança das repórteres (NASCIMENTO; ARAUJO, 2008).

Neste processo de construção da notícia, ao chegar na redação tudo que Lagôa tinha ouvido, apurado e levantado era dividido com o chefe de redação que lhe pedia a confecção dos Relatórios Internos (RIs). Estes relatórios eram uma prática das sucursais à época. Na *Folha de S. Paulo* eles, além de subsidiar matérias e colunas do jornal, também orientavam a direção do jornal sobre o que ocorria no poder. Seguindo a notícia, a trajetória profissional da jornalista a levou, em 1978, ao Rio de Janeiro, sucursal chefiada por Alberto Dines, sob a responsabilidade de cobrir a sucessão presidencial.

A inserção de Ana Lagôa nos meios militares, bem como sua boa relação com as fontes fazem de seus relatórios internos uma fonte primária de suma importância para se entender o governo Geisel. Ainda mais porque, os textos elaborados pela repórter tinham um diferencial, eles eram datilografados com carbono, e uma cópia era arquivada por ela, constituindo um acervo de inestimável importância para estudantes e pesquisadores da área.

Ciente do valor histórico e político do material que tinha em mãos, Ana Lagôa o doou à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em 1996, juntamente com livros e milhares de recortes de matérias, hoje devidamente organizados e catalogados no AAL e boa parte disponível para consulta *on-line*, graças ao apoio da CAPES e do Ministério da Defesa, por meio do programa Pró-Defesa, em projeto coordenado pelo professor Martins Filho.

Para Alberto Dines, a atuação de Ana Lagôa na *Folha de S. Paulo* foi uma das “primeiras tentativas para desvendar o sigilo que encobria os órgãos de segurança” (DINES, 1983, p. 7-8). Neste sentido, trabalhamos com um corpus documental sobre a dinâmica militar, poder executivo e mídia no Brasil, ainda inédito. Nosso intuito é contribuir para os estudos de mídia sob o regime de 1964-1985 e para os estudos militares na área de Ciência Política.

Dito isto, este trabalho se valeu da análise destes documentos disponíveis no AAL, majoritariamente composto pelos relatórios internos confeccionados por Lagôa e endereçados à redação da *Folha de S. Paulo* como subsídio para a coluna Painel, para editoriais e matérias assinadas pela própria jornalista. A análise dos relatos das diversas fontes militares da jornalista Ana Lagôa foi tarefa fundamental para a compreensão da posição governamental sobre assuntos que estavam repercutindo no poder e nos bastidores do governo Geisel, além das articulações sobre a sucessão presidencial e as divisões internas nas Forças Armadas, desconhecidas pelo grande público.

De modo mais detalhado, os processos metodológicos empregados nessa tese consistiram em partir do geral ao específico. Assim, a pesquisa se iniciou com um necessário levantamento bibliográfico que, primeiro, teve como finalidade nos apropriarmos do que foi produzido sobre a relação dos jornalistas e jornais na ditadura militar, com destaque ao papel da imprensa e seus profissionais ante ao regime e a censura. Um segundo momento se pautou na produção bibliográfica sobre a *Folha de S. Paulo*, sua trajetória e os profissionais que fizeram parte de sua história, buscando destacar – no pêndulo entre a autonomia financeira e independência política – as mudanças de posicionamento do jornal frente às alterações da conjuntura política. Por fim, realizamos um levantamento e análise, em profundidade, das especificidades do governo Geisel, notadamente no que se refere à sucessão presidencial e abertura política.

Em paralelo a revisão bibliográfica – e mesmo extrapolando os objetivos da tese – efetuamos uma investigação sobre perseguições de mulheres jornalistas durante o regime e, para tanto, nos dedicamos ao estudo do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e, também, uma entrevista de aproximação com a jornalista Ana Lagôa. Na oportunidade, a jornalista nos indicou outras duas profissionais que atuaram na imprensa ao longo do regime, que também foram entrevistadas. Todos esses movimentos fizeram parte do processo exploratório mais geral para o desenvolvimento da tese.

Buscando compreender as determinações mais específicas do objeto, trabalhamos com um arcabouço documental que consistiu, majoritariamente, no material disponível no Arquivo Ana Lagôa de Política Militar da Universidade Federal de São Carlos (AAL/UFSCar). Nos detemos em 889 laudas reunidas em

341 relatórios internos produzidos pela jornalista que foram digitalizados, evitando-se assim o manuseio e o conseqüente desgaste dos originais. A descrição e exame desse material deu corpo e conteúdo teórico ao texto de qualificação dessa tese.

Na seqüência, levantamos as reportagens sobre o governo Geisel que vieram a público pela *Folha de S. Paulo* entre 1974 e 1979. Encontramos 2.614 recortes no AAL e, a partir desses, selecionamos os recortes das matérias da jornalista Ana Lagôa que foram validados por meio da verificação de sua efetiva publicação, nos permitindo ampliar o universo de pesquisa com reportagens que não constavam no AAL. Ao todo, observamos aproximadamente 5.480 páginas dos 1.827 números do periódico que compreenderam o período do governo Geisel, de 15 de março de 1974 até 15 de março de 1979.

Como bem afirmou Laurence Bardin (2009, p. 123): “Nem todo o material de análise é susceptível de dar lugar a uma amostragem, e, nesse caso, mais vale abstermo-nos e reduzir o próprio universo (e, portanto, o alcance da análise) se este for demasiado importante”. Assim, a partir de uma categorização semântica livremente inspirada em Bardin (2009), identificamos três eixos temáticos que versavam sobre as promoções militares, os movimentos políticos envolvendo o general Sylvio Frota e a sucessão presidencial. Identificadas as categorias, analisamos em profundidade 23 relatórios internos que subsidiaram 8 capas da *Folha de S. Paulo* e 47 matérias. A identificação de convergências temáticas concretas e comparáveis também orientaram o sentido da apresentação dos resultados da pesquisa, especificamente nas seções 4 e 5.

Para cumprir os objetivos propostos nessa tese, a dividimos em seis seções, sendo a primeira essa introdução. A segunda seção parte da literatura já existente para apresentar o contexto mais geral do governo Geisel (1974-1979), como pano de fundo para uma reanálise do período a partir, principalmente das reportagens publicadas por Ana Lagôa, que é feita na quarta seção. Ainda na segunda seção, partimos do processo de sucessão presidencial do general Médici, para evidenciar que, logo em seu início, o governo Geisel precisa lidar com especificidades econômicas (choque do petróleo e o fim do milagre econômico brasileiro) e políticas (pressões pela abertura política) que marcaram sua gestão que avançou em meio a manutenção da repressão, violência e tortura nos “porões” da ditadura. Na seqüência, a terceira seção traz

a análise da trajetória da *Folha de S. Paulo*, dando especial destaque à evolução da empresa a partir da gestão de Frias e Caldeira, em 1962. Será a partir deste período, às vésperas do golpe de 1964, que o jornal vai se reorganizar para se tornar, na década seguinte, um dos principais diários do país. Ainda nesta seção, descrevemos a chegada da jornalista Ana Lagôa no jornal, notadamente na sucursal de Brasília.

Na quarta seção trabalhamos com as matérias – assinadas ou atribuídas – à jornalista Ana Lagôa, que compreendem o período governo Geisel (1974-1979).<sup>4</sup> A quinta seção é dedicada a análise dos relatórios internos de Ana Lagôa. Como adiantado, tanto a quarta como a quinta seção são construídas a partir de subseções inspiradas nas categorias analíticas encontradas.

Por fim, a sexta e última seção apresenta nossas considerações finais, buscando destacar, a partir do percurso teórico e metodológico da tese que, diferentemente do que afirma a narrativa militar sobre a ditadura até hoje, o regime militar foi crivado por disputas internas e apresentou constante instabilidade política.

---

<sup>4</sup> Muitas matérias que versavam sobre política militar eram publicadas sem a assinatura do jornalista responsável. Entre outros motivos, era uma forma de se evitar perseguições diretas do regime aos autores. Neste sentido, analisamos também as matérias não assinadas pela jornalista, mas a ela atribuídas conforme identificamos nos documentos disponíveis no AAL.

## **2 Geisel, o sucessor de Médici**

Esta seção tem como foco apresentar o contexto político mais geral do Brasil durante o governo Geisel (1974-1979), lançando luz a um período no qual, ao contrário do que possa parecer, os conflitos e tensões na caserna e no Palácio (e entre eles) marcaram a dinâmica do regime militar brasileiro. Assim, em termos mais específicos buscamos aqui, a partir do processo de sucessão do presidente Médici, apresentar as especificidades do governo Geisel, em meio a uma crise interna e internacional que se avizinhava e às pressões pela abertura política que avançavam, não obstante a manutenção da violência e da tortura nos “porões” da ditadura.

### **2.1 Sucessão, economia e política**

Durante a ditadura militar, a sucessão presidencial era uma construção política que extrapolava a instituição militar, sendo também um processo perene não reduzido aos períodos sucessórios. Ademais, atores centrais em postos de Alto Comando ou estrategicamente posicionados na estrutura do regime se organizavam em seus grupos, buscando pautar seus interesses na condução do governo. Nesse processo, mesmo não sendo os únicos, se destacaram dois grupos, a “linha dura” e os “castelistas”. Era nessa segunda vertente que os irmãos Geisel se destacavam: Orlando, ministro do Exército do governo Médici e articulador da candidatura de seu irmão.

Em 15 de março de 1974, o general Ernesto Beckmann Geisel assume a Presidência da República, por eleições indiretas, em um contexto político distinto das sucessões militares anteriores. Tido como membro do grupo de intelectuais das Forças Armadas denominado como “grupo de Sorbonne” ou “grupo castelista”, era considerado um moderado, mas foi indicado pelo presidente Médici, tido como radical, ou pertencente à “linha dura”.<sup>5</sup>

No regime militar, para Carlos Chagas (1985), o cargo de ministro do Exército era o mais importante depois do de presidente da república; portanto, quem ocupava esse cargo deveria ser um homem de extrema confiança do

---

<sup>5</sup> Martins Filho (1995), Gaspari (2004) e Chirio (2012) questionam essa análise do quadro intramilitar, a partir de dois grupos, conforme apontaremos mais adiante.

presidente. Médici e Orlando Geisel tinham essa relação, eram colegas desde o período do Colégio Militar e tinham uma trajetória juntos. Orlando Geisel foi o “todo-poderoso” no governo Médici. Além de ministro e chefe militar, também foi um articulador político. (CHAGAS, 1985). Maria Celina D’Araujo e Celso Castro (1997, p. 212) acrescentam que ele foi “patrocinador da candidatura de Médici” e, mais tarde, articulador da candidatura de Ernesto que representava a volta dos castelistas ao Planalto.

Tendo como fantasma do passado a incapacidade de Castelo Branco em fazer um sucessor, esse grupo derrotado pela candidatura do general Costa e Silva se rearticulou. Cabe lembrar que a sucessão de Castelo Branco teve como pano de fundo a imposição do Ato Institucional número 2 (AI-2), em função do resultado considerado ruim nas eleições estaduais de 1965, notadamente em Minas Gerais e no estado da Guanabara, como afirma Maria Helena Moreira Alves (ALVES, 1984).<sup>6</sup> O resultado do pleito gerou uma crise político-militar, com setores militares ligados a Costa e Silva exigindo que o presidente não aceitasse os resultados das urnas e indicasse os governadores da Guanabara e de Minas Gerais. Segundo Alves (1984, p. 89), “a crise dentro do Estado assumiu proporções que ameaçavam derrubar o governo Castelo Branco”, e nesse cenário o presidente foi obrigado a tomar medidas que satisfizeram os setores mais radicalizados e que culminaram com o AI-2,<sup>7</sup> que dentre outras determinações, dissolveu todos os partidos políticos e estabeleceu as eleições indiretas no país. Todavia, a promulgação do AI-2, em 27 de outubro de 1965, não foi suficiente para apaziguar a agitação da tropa que perdurou ainda nos meses de novembro e dezembro daquele ano (CHIRIO, 2012).

O grupo castelista não queria desperdiçar essa nova chance, “agora sabendo que muitas vezes não são os mais inteligentes e intelectualmente mais sofisticados a ganhar as paradas, porém os mais audaciosos e intuitivos” (CHAGAS, 1985, p. 202). Este grupo, após um longo tempo no ostracismo, estava se preparando para voltar ao poder e, com esse objetivo, já em julho de

---

<sup>6</sup> Até 1970, não havia a uniformidade dos períodos dos mandatos de governadores. Assim em 1965, 10 estados brasileiros passaram por eleições e em 5 deles foram eleitos governadores opositores ao regime.

<sup>7</sup> As diretrizes do AI-2 foram traçadas em uma longa reunião, em 6 de outubro de 1965, feita entre o presidente, os ministros Artur da Costa e Silva, que à época era ministro da Guerra, Paulo Bosísio, ministro da Marinha, Eduardo Gomes, ministro da Aeronáutica, além do ministro da Justiça Milton Soares Campos (CALICCHIO e FLAKSMAN, 2010).

1971, o general Golbery do Couto e Silva inicia a articulação da candidatura de Geisel que continua sendo trabalhada em 1972. Para Janaina de Almeida Teles, o general Golbery:

(...) tinha como estratégia a construção de uma representação de Ernesto Geisel como um estadista moderado, procurando aproximá-lo dos setores de centro e combatendo os polos à esquerda e à direita, seguindo a teoria das “sístoles e diástoles”. Seus principais objetivos eram indicar que mantinha o controle do poder, aparentar independência política e que representaria uma mudança de rota e procedimentos em relação ao governo Médici (TELES, 2010, p. 258).

Dirceu Franco Ferreira, afirma que para os castelistas era uma articulação sensível, pois, em que pese Médici ter chegado à Presidência por conveniência, em decorrência da doença de Costa e Silva, o general chegou ao final do mandato como o “presidente mais popular da história brasileira desde Getúlio Vargas” (FERREIRA, 2019, p. 52).

Independente da popularidade de Médici, para Marcos Napolitano (2014, p. 121), a sucessão presidencial era sempre um tema sensível que gerava conflito no alto escalão, uma vez que, todos os generais se sentiam aptos ao cargo de presidente. Frente a isto, buscando minimizar a possibilidade de conflitos em torno de seu nome, em 1973, o então candidato Geisel, muda o slogan governamental de “desenvolvimento com segurança” para “continuidade sem imobilidade” (TELES, 2010, p. 258). Nesse contexto, o presidente Médici seguiu “suas convicções e conforme mandava seu espírito de caserna, busca apaziguar os ânimos”, indicando o nome de Geisel, “como sendo de sua escolha própria” (FERREIRA, 2019, p. 54).

Em 18 de junho de 1973, ocorre o lançamento da candidatura de Geisel a presidente, que só se deu depois que foi obtido o “consenso militar” em torno de seu nome, ou seja, depois do aval do generalato. Napolitano acrescenta que foi a primeira vez, nos governos militares, que um processo sucessório “parecia não ser traumático para as Forças Armadas desde que tomaram o poder em 1964” (NAPOLITANO, 2014, p. 212).<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Napolitano (2014, p. 212) também afirma que, na busca por esse consenso militar o presidente Médici, por meio de seu chefe de Gabinete Militar, general Figueiredo, quis ter a garantia de que o general Golbery do Couto e Silva não estava próximo do então candidato Geisel, pois Golbery não era bem-visto por Médici e nem pela linha dura.

Referendada a candidatura e consumada a eleição de forma indireta, através colégio eleitoral composto pelos membros do Congresso Nacional e delegados do legislativo, Geisel foi eleito por 400 votos contra 76, assumindo o Planalto em 15 de março de 1974.<sup>9</sup> Mesmo que parecesse paradoxal, segundo Walder de Góes (1978), para haver uma “normalização política” seria necessário a liderança de um militar forte e “capaz de neutralizar as pressões” que certamente iriam ocorrer nas negociações de reformas e execuções de projetos. Não havia “no Exército outro, como Geisel, capaz de fazer com que características pessoais triunfem sobre as adversidades típicas do Exército, do poder e da política, que é uma conspiração permanente” (GOÉS, 1978, p. 69).

Essa imagem do presidente Geisel também era compartilhada internacionalmente. Em sua obra que trata das relações entre Brasil e Inglaterra, Martins Filho (2017) lembra que Derek Dodson, embaixador britânico em Brasília, enviou, em fevereiro de 1974, uma avaliação da personalidade de Geisel para Londres em que descrevia o futuro presidente como “o mais preparado presidente que o Brasil já teve”, acrescentando que ele teria “preparo pessoal” e “meticulosidade”, além de ser “fortemente nacionalista”. A partir disso, Dodson afirmava, no final de 1973, que “sobre o novo presidente recaíam fortes expectativas de liberalização do regime” (MARTINS FILHO, 2017, p. 147).<sup>10</sup>

Não obstante as expectativas, a gestão de Geisel foi marcada por contradições. Sobre isto, inicialmente cabe lembrar a frase: “A economia vai bem, mas o povo vai mal”, atribuída ao presidente Emílio Garrastazu Médici<sup>11</sup> que, em certo sentido, pode ser considerada otimista para aquele momento. A aceleração da inflação e a concentração de renda encareciam o custo de vida da população, mas a economia não poderia ser avaliada como boa, até porque o ano de 1974 marca o fim do período conhecido como “milagre econômico”.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/general-presidente-recebe-400-votos>. Acesso em: 20 jan. 2021.

<sup>10</sup> Em despacho diplomático de fevereiro de 1974, o general Geisel é descrito como “eficiente, austero discreto e abominava a publicidades” além de ser um “homem de religião e de princípios” (2017, p. 147).

<sup>11</sup> *Visão* (1974, p. 47).



Ademais, “Geisel inaugurou sua administração sob o império de heranças recentes e sob o peso das leis da história que nem seu voluntarismo consegue revogar” (GÓES, 1978, p. 20). Nas palavras do autor:

A exclusão de importantes grupos sociais do pacto dirigente criou no regime contradições que se transmitiram à administração, pois ela precisou lidar com um quadro mais complexo e mais liberado pela supressão da censura à imprensa, que potencializou os conflitos que estavam represados (GÓES, 1978, p. 20).

Novas e velhas contradições que, somadas ao contexto de crise econômica interna e externa, acabaram por marcar a ineficiência do governo Geisel. Para Napolitano (2014, p. 207) o governo de Geisel é “sem dúvida um dos governos mais complexos e dinâmicos do regime militar”, mas, mesmo que contraditório, não era um governo indefinido e hesitante e sim um governo com foco na estratégia de reforço da autoridade do Estado e, por consequência, buscando instrumentalizar o regime a uma transição rumo a um “governo civil com mãos de ferro”.

Para Suzeley Kalil Mathias (1995, p. 63) havia desde 1973 “a ideia de que havia chegado a hora de promoção de algumas mudanças no sistema”. Para a autora, não estava presente – na escolha de Geisel para a sucessão – um projeto pronto que o novo presidente deveria pactuar e pôr em prática e sim bases sólidas que possibilitavam que o presidente executasse “seu projeto político”:

(...) havia garantia explícita de que o futuro presidente encontraria ressonância positiva caso optasse pela via da descompressão, mas também que existiam resistências a uma política de tal natureza se, por outro lado, não fossem dadas garantias suficientes aos setores comprometidos com a ditadura e a repressão política de que estes não seriam julgados (MATHIAS, 1995, p. 68).

No governo Geisel, em meio aos anseios dos diversos setores da sociedade civil e, também, das diversas vertentes da corporação militar, a forma de condução do poder e de tomada de decisão, era bastante centralizada. Para Góes (1978), a “fórmula de funcionamento do regime brasileiro encontrou sua organicidade, sobretudo com articulação interna consistente” (GÓES, 1978, p. 23). No entanto, Góes também chama a atenção para as contradições desse

processo, uma vez que, a articulação do governo, sendo feita de forma restrita e restritiva não teria sido “invulnerável à crise”. Marcos Napolitano (2014, p. 206) resume: “O fato é que Geisel passou para a história como o presidente autocrático que iniciou o processo de abertura e, conseqüentemente, de transição política”.

No plano da economia, para Amaury Patrick Gremaud, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos e Rudinei Toneto Junior, o governo começou em meio ao esgotamento do “milagre econômico”. Nos governos Costa e Silva e Médici, o Brasil apresentou as maiores taxas de crescimento econômico da história recente, com relativa estabilidade de preços. Isso se deveu, em grande parte, às reformas institucionais que foram levadas a cabo e em função da recessão do período anterior, que gerou capacidade ociosa no setor industrial (GREMAUD et al, 2002).

Entre os desafios a serem enfrentados pelo recém-eleito governo estava uma recessão mundial em função da crise do petróleo de 1973, que elevou o custo do produto, além de impactar as taxas de juros, elevando-as e, em consequência, reduzindo a liquidez da economia. Cabe lembrar que o Brasil era um grande importador, tendo 80% do consumo nacional abastecido por petróleo estrangeiro.<sup>12</sup>

Em meio a esse panorama, a fórmula escolhida por Geisel foi o centralismo decisório, criando novos mecanismos, a saber: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e o Conselho Nacional de Abastecimento, que substituíram o Conselho Monetário Nacional, “pulverizando as possibilidades de eficiência” (GÓES, 1978). “A gestão de Ernesto Geisel nasceu, assim, sob o peso de uma contradição insanável que, agravada pela conjuntura adversa, iria tumultuar o processo decisório. O presidente centralizador estabelece um sistema centralizador de decisões” (GÓES, 1978, p. 21). Essa característica inviabilizava o “timing” de decisão, ou seja, os problemas na área econômica surgem, porém, o governo, nessa perspectiva engessada, não consegue ter decisões rápidas e essa morosidade no processo de tomada de decisão faz com que os problemas se agravem cada vez mais.

---

<sup>12</sup> De acordo com José Murilo de Carvalho (2002), por Geisel ter sido gestor da Petrobrás ele entendia a magnitude da crise, quando ela iria chegar ao país e a necessidade de se criar estratégias para o enfrentamento das conseqüências que impactariam o país em sua gestão.

Para Napolitano (2014), a crise do petróleo demonstrou a fragilidade e a dependência do dinamismo econômico brasileiro. Frente a isso, a resposta foi garantir a manutenção do crescimento da economia por meio de investimentos públicos, cabendo destaque àqueles ligados a matrizes energéticas alternativas, em especial o Proálcool.

O panorama econômico em 1974 não era otimista, dado que a inflação havia duplicado em relação ao ano anterior e o Produto Interno Bruto (PIB) só atingiu metade da meta projetada para o ano. Buscando o controle ortodoxo da inflação, o governo não poderia manter o nível de consumo como ocorria no governo anterior, impactando, com isso, a classe média. Nessa perspectiva, “visões diferentes e conflitantes de projeto nacional tornam escassa a base de coerência do governo, embaraçando o processo decisório” (GÓES, 1978, p. 21).

Com o esgotamento do milagre econômico e com os impactos da crise do petróleo, o governo Geisel lançou, no final de 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento, que reorientava as ações do Estado no âmbito da economia.<sup>13</sup> O II PND se apresentava como “um dos mais ousados planos econômicos do regime” (NAPOLITANO, 2014, p. 153), pois, diferente do plano que o antecedeu, o II PND foi anunciado como alternativa à avistada crise nacional e internacional engatilhada pela crise do petróleo. O plano do governo Geisel se propunha a transformar o país em uma “potência emergente” que sairia do subdesenvolvimento para o campo dos países desenvolvidos e industrializados.

Para efeitos de comparação, durante o “milagre econômico”, o I PND impulsionou o crescimento e a popularidade do governo Médici, mas, por outro lado, concentrou renda e aumentou a desigualdade. Alegoricamente, a frase síntese desse período foi aquela creditada ao então ministro da fazenda do governo Médici, o economista Antônio Delfim Netto, que teria dito: “Primeiro temos de fazer o bolo crescer para depois distribuí-lo”.

Em linhas gerais, os custos dos investimentos realizados no período do “milagre” recaíram na conta ao governo Geisel, afetando a classe média que cada vez mais mostrava sinais de esgotamento com o regime militar, mantendo

---

<sup>13</sup> No entendimento de Lessa (2002, p. 02) acompanhar o II PND “permite ordenar a história do descolamento do Estado de suas bases de sustentação na economia e na sociedade identificando algumas das específicas articulações político-econômicas que têm presidido o desenvolvimento recente da economia brasileira”.

em evidência o projeto de abertura. E nesse sentido, é relevante lembrarmos que, para o empresariado e para classe média, a crise econômica não teve a mesma dimensão que para a população de mais baixa renda. Segundo Napolitano:

A sociedade navegou ao sabor dos ventos econômicos ou se viu refém do desenvolvimento capitalista que ampliou as estruturas de oportunidades profissionais para os segmentos de formação superior, concentrados na classe média, mesmo para aqueles que não simpatizavam com o regime (NAPOLITANO, 2014, p. 137).

Assim, além de manter a coesão militar e a economia “sob controle”, o governo dava à sociedade a impressão de que tudo caminhava bem na administração federal e na atuação do regime. Ou pelo menos esse era o objetivo. No entanto, as eleições parlamentares de 1974 e, na sequência, as eleições municipais de 1976 e as gerais de 1978, mostraram que a relação entre o regime militar e a sociedade civil, com destaque para parcela expressiva da população das grandes cidades, não estava tão bem assim.

No plano global, se por um lado, o regime estava conseguindo vender sua imagem de grande potência, por outro seu caráter ditatorial ficava mais patente. Ilustra esse fato, o despacho de 30 de abril de 1974, do embaixador britânico Dereck Dodson, descrevendo o Brasil como uma potência<sup>14</sup> econômica em desenvolvimento que deveria ser reconhecida nos assuntos mundiais e no que dizia respeito aos interesses comerciais britânicos, mas que, politicamente, o país não se enquadrava nos moldes democráticos ocidentais e nem a sua ditadura era nos moldes clássicos (MARTINS FILHO, 2017, p. 147).

No plano interno, as eleições de 1974 indicaram o aumento da desconfiança no regime. Para Bolívar Lamounier (1980) o resultado das eleições de 1974 sinalizou claramente aos “donos do poder” que estava ocorrendo um descompasso entre a conduta dos círculos dirigentes do país e os anseios de grande parte da população. Ao longo do regime, as estratégias de manutenção

---

<sup>14</sup> Essa ideia de Brasil potência, aparece no noticiário internacional a partir de 1972. Ao analisar os *surveys* da *Revista Economist*, Camila Sales (2016, p. 140) afirma que o tom das reportagens especiais, mesmo quando o clima nacional e internacional era pessimista, apresentava uma perspectiva otimista sobre o desenvolvimento do país.

de poder adotadas nos processos eleitorais se desgastaram resultando na vitória do MDB em 1974 o que, para Elio Gaspari (2014) havia encurralado a ditadura.

Todo esse processo também serviu para que antigos apoiadores do golpe de 1964, notadamente alguns grupos empresariais, passassem a deslegitimar o regime. Vista dessa forma, as eleições de 1974 também tiveram um caráter plebiscitário sobre o apoio que o regime ainda poderia ter na sociedade por “transmitir um julgamento genérico sobre a situação do país, julgamento esse que forçosamente se apresentaria” na escolha entre Arena e MDB (LAMOUNIER, 1980, p. 17).

Se comparadas com as eleições municipais de 1972, nas quais a Arena havia conquistado 92% das prefeituras do país – preocupando inclusive setores moderados do regime dada o receio de a oposição desaparecer –, as eleições de 1974 surpreenderam pela intensidade de votos contra o regime: das 22 vagas ao Senado, 16 ficaram com o MDB, que também conseguiu 161 das 364 cadeiras em disputa na Câmara dos Deputados, para Luiz Felipe de Alencastro (2014). Sobre isso Thomas Skidmore acrescenta:

A derrota do governo não parou ao nível do parlamento federal. As eleições para as assembleias legislativas estaduais foram profundamente adversas para a Arena e o governo. O MDB assumiu o controle das assembleias de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro (inclusive a cidade do Rio), Paraná, Acre e Amazonas (SKIDMORE, 1988, p. 288).

Entre as explicações atribuídas a esse resultado do MDB, Carvalho (2002) destaca o acesso do partido de oposição à propaganda eleitoral, permitida por Geisel, que, por meio da televisão e através dela pôde falar com “alguma liberdade” (CARVALHO, 2002, p. 175). Sobre esse tema, Skidmore (1988) afirma que Geisel tinha uma percepção moralista, próxima à de Castelo Branco, acreditando que “o eleitor brasileiro votaria em bons candidatos, se lhes dessem oportunidade. A Arena dar-lhes-ia tal oportunidade” (SKIDMORE, 1988, p. 287). No entanto, para esse autor, faltou a Geisel a compreensão sobre o estado de espírito da opinião pública em 1974.

Esse descontentamento, especialmente nas maiores áreas urbanas, pode ser atribuído em parte ao papel mais incisivo dos candidatos na propaganda política eleitoral na televisão o que causou, segundo Alves (1984), muito

entusiasmo na população e, como consequência, mobilizou muitos voluntários na construção da campanha oposicionista, tendo como pano de fundo “a repressão e a política de distribuição de renda profundamente desigual” (SKIDMORE, 1988, p. 297).<sup>15</sup>

O presidente Geisel tinha o objetivo de “emitir sinais claros de que eliminaria qualquer ameaça à realização da transição política controlada”, todavia, a vitória expressiva do MDB nas eleições de 1974 tensionou esse processo, gerando um obstáculo à possibilidade de controle da transição. Com o resultado das eleições de 1974, o regime perdeu a maioria constitucional, em que pese continuar com a maioria das cadeiras na Câmara (TELES, 2010, p. 260).

Napolitano (2014) acrescenta que, além do resultado eleitoral de 1974 animar a oposição, também indicava um sintoma do crescimento da oposição ao regime. As perspectivas na área econômica já apontavam para o fim do “milagre econômico”, evidenciando também outros temas que despontavam em uma agenda de oposição que passou a ter maior expectativa ainda nas eleições municipais de 1976.

Com a aproximação das eleições de novembro de 1976, seria necessário inserir na agenda estratégias que garantissem um resultado favorável para o governo. Em função do péssimo desempenho da Arena nas eleições de 1974, o Serviço Nacional de Informação (SNI), segundo Alves (1984), passou a realizar um amplo mapeamento eleitoral com o objetivo de diagnosticar o porquê do resultado tão desfavorável à Arena, buscando também direcionar o partido e os candidatos para eleições de 1976. A autora acrescenta que:

O estudo demonstrava que o acesso ao rádio e à televisão contribuíra consideravelmente para a vitória do MDB em 74, e previa que, se não fossem promovidas mudanças, a oposição conquistaria muitas cadeiras nas eleições municipais de 1976, além de maioria no Congresso Nacional e em muitas outras assembleias estaduais nas eleições de 1978. Significava isto que estaria em perigo todo o sistema de eleições indiretas para os cargos executivos (ALVES, 1984, p. 190).

---

<sup>15</sup> Segundo despacho da embaixada britânica, o resultado das eleições teria se devido à “reação do eleitorado ao aumento do custo de vida e às impopulares medidas anti-inflacionárias” (MARTINS FILHO, 2017, p. 169).

Eis o contexto que motivou a Lei Falcão que Gaspari (2004, p. 302) classificou como sendo o “grande golpe casuístico sobre a legislação eleitoral” que “emudeceu a disputa”. A Lei 6.339 de 01 de junho de 1976 mudou a forma da propaganda eleitoral para as eleições que ocorreriam dali a pouco mais de 4 meses. Ela limitou o período de aparição dos candidatos nos horários eleitorais transmitidos pela rádio e televisão, substituindo-o por um tempo reduzido em que aparecia apenas a fotografia do candidato e uma narração de um minicurrículo. “A propaganda eleitoral transformou-se em monótona sucessão de nomes, números, currículos e fotografias de centenas de candidatos de ambos os partidos” (ALVES, 1984, p. 190). Além dessas medidas, que colocavam o MDB com explícitas desvantagens frente à Arena, o partido governista tinha em seu poder a burocracia governamental:

(...) toda a burocracia do Estado central e dos diferentes estados foi colocada à disposição dos interesses eleitorais da Arena. Abriam-se estradas em municípios sob o controle deste partido, e em alguns casos cortaram-se fundos de municípios controlados pelo MDB. As finanças dos Estados foram postas à disposição de candidatos da Arena. Eles podiam usar carros oficiais, gasolina, funcionários públicos para trabalho em suas campanhas, mimeógrafos, papel, etc. (ALVES, 1984, p. 191).

No entanto, mesmo tendo todas as ferramentas e artimanhas governamentais, a Arena não alcançou o resultado desejado. Apesar de ter elegido a maioria dos prefeitos e vereadores do país, o partido assistiu, ainda assim, ao crescimento do MDB. Segundo Alves (1984), esse resultado corroborava o mapeamento eleitoral do SNI, no qual se afirmava que, sem o controle eleitoral, o MDB iria alcançar a maioria nos grandes estados e nas principais cidades do país.

Logo após os resultados das eleições de 1976, o SNI novamente se dedica a mapear e analisar os movimentos eleitorais que estariam popularizando o MDB. Esse estudo demonstrou que “o MDB era particularmente forte em áreas urbanas, concentradas basicamente no Centro e Centro-Sul do país” (Alves, 1984:192). Buscando fazer um balanço daquele momento, Napolitano vai concluir que:

Ao longo de 1976, o Governo Federal parecia retomar o controle do ambiente político, ao menos sob o ponto de vista institucional. A “comunidade de segurança”, a contragosto, ficou menos ousada depois da demissão do general Ednardo D’Ávila Mello do comando do II Exército. A Lei Falcão tinha esvaziado o debate potencial que poderia marcar as eleições municipais de 1976. As vozes da sociedade civil, embora cada vez mais críticas ao regime, pareciam aceitar o ritmo e as vicissitudes da abertura oficial (NAPOLITANO, 2014, p. 230).

Entretanto, ainda havia a preocupação de como o governo garantiria que esse cenário não se agravaria nas eleições de 1978. Para Sales (2016), o governo não teria a pretensão de correr o risco de o MDB sair vitorioso nas eleições de 1978. A alternativa para assegurar o resultado favorável para a Arena foi o fechamento do Congresso por 14 dias, enquanto era elaborado um conjunto de medidas, que ficou conhecido como o “Pacote de Abril” que objetivava garantir a preservação governista no Legislativo. Camila Maria Risso Sales acrescenta que:

No mês de abril de 1977, usando as prerrogativas dadas pelo AI-5, Geisel fechou temporariamente o Congresso Nacional. Diversas propostas do governo não estavam sendo aprovadas diante da oposição exercida pelo MDB e da necessidade de maioria qualificada para se alterar a Constituição. O presidente decidiu que a melhor forma de aprovar uma reforma política que garantisse maioria para a Arena era fechando as Casas Legislativas. Depois do *pacote de abril* a Constituição passou a poder ser alterada por maioria simples, o que garantiria ao governo a aprovação de seus projetos (SALES, 2016, p. 70).

A imposição dessa medida teve como finalidade reduzir as possibilidades de uma possível ruptura na abertura e ilustra essa afirmação o fato de o pacote conter “eleição indireta para governadores incorporada à Constituição; seis anos de mandato presidencial; senadores biônicos, eleitos indiretamente; entre outras” (TELES, 2010, p. 308). As medidas aí contidas,

(...) instituíam a eleição indireta para um terço do Senado (cujos membros eram indicados por um colégio eleitoral estadual de maioria governista), mantinham as eleições indiretas para os próximos governadores estaduais, aumentavam a representatividade dos estados menos populosos (onde a Arena era mais bem votada), sacramentavam as restrições à propaganda eleitoral e alteravam o quórum parlamentar para aprovação de emendas constitucionais de dois terços da



Câmara para maioria simples. O mandato presidencial foi ampliado para seis anos, valendo a partir do sucessor de Geisel (NAPOLITANO, 2014, p. 231).

Essas medidas abriam caminho para a institucionalização da abertura do regime. Abertura essa que só viria se fosse controlada pelo Executivo federal. Quando perguntado se tudo isso não seria uma “pedra no caminho da democratização do Brasil, Geisel cunhou uma das mais memoráveis frases do regime militar: ‘Nossa democracia não é igual às outras [...]. Democracia é relativa’” (NAPOLITANO, 2014, p. 231).

## 2.2 Distensão lenta e violenta

Na tentativa de ter as rédeas do processo de abertura e, ao mesmo tempo, buscando manter o plano de fazer um sucessor, o presidente Geisel, ao receber a cúpula arenista no Palácio do Planalto, em 30 de agosto de 1974, fala pela primeira vez em distensão:

(...) um programa atento à advertência do General Golbery de que a repressão ilimitada, na busca de uma segurança absoluta, levaria em última análise à debilitação da segurança nacional pretendida. A “teoria da distensão” e as políticas derivadas dessa análise construíram uma derradeira busca de legitimação do Estado (ALVES, 1984, p. 186).

Ainda que uma análise isolada da proposta de distensão possa indicar um abrandamento da violência do regime, observando apenas as movimentações do II Exército, sediado no estado de São Paulo, nada nos leva a concordar com essa indicação, antes pelo contrário.

O governador Paulo Egydio Martins<sup>16</sup> foi uma indicação biônica de Geisel e esteve à frente do executivo do estado de São Paulo de 1975 até 1979. Para Gaspari (2002) ele seria a opção civil para a sucessão de Geisel e, sendo assim, os casos das mortes em São Paulo, que examinaremos mais adiante, evidenciaram não só a tentativa de desgaste da imagem do presidente, mas também que a corrida da linha-dura à sucessão já havia se iniciado. O próprio

---

<sup>16</sup> O ex-governador faleceu no começo de fevereiro de 2021, quando concluíamos a redação deste trabalho.

governador em seu depoimento para Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), se descreveu, naquele momento, como o representante de um estado muito forte, que tinha uma polícia militar com 60 mil homens e, além disso, era “muito ligado ao presidente” (MARTINS, 2007, p. 460).

Interessante antecipar aqui algo que será aprofundado nas próximas seções: foi concomitante o início do governo de Paulo Egydio e o início das suas divergências com o general Ednardo D'Avila Mello, que chefiava o II Exército. Em seu depoimento, transformado em livro pelo CPDOC, o ex-governador relata as tentativas do general em desestabilizá-lo, acrescentando que, nos quatro anos de seu mandato, perdeu a cabeça apenas uma vez quando o coronel Erasmo Dias, seu Secretário de Segurança Pública, pediu uma reunião informando que teria um recado do general Ednardo Mello.

Segundo Martins (2007, p. 460): “Erasmo chegou dizendo que vinha direto do comando do II Exército e que o general Ednardo mandava me avisar que iria ter que prender alguns elementos da Polícia Militar, porque, no entender dele, existia uma célula comunista dentro da PM”. Ainda segundo o governador, ele já tinha tomado conhecimento pelo serviço secreto da PM de todos os detalhes das torturas e do estado de ânimo da tropa, se colocando frontalmente contra uma ação desse tipo. Na sequência:

Passou-se meia hora, uma hora, e Erasmo me ligou do gabinete do Ednardo: “Governador, estou aqui ao lado do general Ednardo e transmiti a sua decisão. Ele diz que lamenta muito o senhor impedir que ele cumpra as suas funções constitucionais relativas à segurança do estado. Não deseja provocar um atrito maior neste instante, mas lamenta que o senhor o impeça de investigar essa célula comunista”. Eu disse: “O senhor diga ao general que não estou impedindo que ele cumpra a sua obrigação, de jeito nenhum. Estou impedindo é que ele leve gente da PM para o DOI-CODI. Se ele quiser ouvir qualquer oficial, qualquer sargento, qualquer praça nos quartéis da PM, pode ouvir. Levar para o DOI-CODI para torturar, como já foi feito antes, no meu próprio governo, não vou admitir! (MARTINS, 2007, p. 461)

Não obstante a postura do governador, foi exatamente um membro da reserva da PM a primeira vítima naquele momento histórico. José Ferreira de Almeida,<sup>17</sup> tenente reformado da Polícia Militar do estado de São Paulo, mais conhecido como Piracaia foi, em agosto de 1975, preso, torturado e morto nas dependências do DOI-CODI. Na primeira versão oficial, o tenente de 64 anos teria se suicidado, mas isso ocorreu após ele ter ficado sob tortura física e psicológica por 31 dias seguidos.<sup>18</sup> Piracaia era militante do Partido Comunista Brasileiro e não foi a único do partido a ser vítima de tortura e assassinato durante o governo de Geisel.

Um mês depois das eleições de 1974, com o avanço expressivo da oposição no cenário político e institucional, o ministro Armando Falcão fez um pronunciamento no qual afirmava que teriam sido encontradas, na gráfica do PCB, provas de que o Partido Comunista havia apoiado candidatos do MDB nas eleições. Nesse pronunciamento, Falcão relatava o resultado de uma operação denominada Radar que teria tido início ainda no governo Médici, na metade de 1973, e se valeu de agentes infiltrados do DOI-CODI na cúpula do partido tendo como objetivo a prisão e a tortura de quadros do PCB. Em síntese, enquanto o governo acenava para a abertura e distensão dez líderes comunistas desapareceram (MARTIN, 2007).<sup>19</sup>

Na opinião de Gaspari (2014), essa operação demonstrou que o PCB não estava neutralizado; pelo contrário, o partido tinha uma gráfica, recebia 200 mil dólares de Moscou por ano e estava ativo nas articulações para a campanha do MDB em 1974. Mas, se por um lado o partido estava ativo, por outro era alvo da

---

<sup>17</sup> Sobre a morte do tenente reformado, Martins (2007, p. 462) afirma que o caso deveria ter sido levado a seu conhecimento, no entanto admite que: “Eu teria obrigação de tomar conhecimento disso oficialmente, como governador do estado, pelo menos nas reuniões de rotina que tinha com os comandantes militares (...) Mas lamento ter de afirmar que não tomei conhecimento, que isso não me foi trazido”.

<sup>18</sup> Detalhes do caso e da biografia do tenente reformado José Ferreira de Almeida podem ser consultados nos relatórios da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, disponíveis em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/jose-ferreira-de-almeida>. Acesso em: 03 mar. 2020.

<sup>19</sup> Na queda da gráfica “Voz Operaria” foi morto em consequência da tortura o gráfico Alberto Aleixo, responsável pela impressão do jornal, em agosto de 1975. Ele era irmão de Pedro Aleixo, o vice do general presidente Costa e Silva. Para o detalhamento da Operação Radar, ver: <http://memorialdademocracia.com.br/card/comunistas-entram-na-mira-da-repressao>. Acesso em: 03 mar. 2020.

“caça às bruxas” com três membros do Comitê Central assassinados em 1974 e, após a vitória do MDB, a violência se intensifica.<sup>20</sup>

Entre os efeitos da Operação Radar, três mortes ocorridas dentro das dependências do DOI-CODI mobilizaram a opinião pública e a imagem política do governo imediatamente. Nos bastidores, os agentes do aparelho repressivo de Geisel, que não só concordavam com os métodos empregados nos porões, mas acreditavam que esse era o método capaz de dissuadir a subversão do país, travavam, naquele momento, uma “queda de braços” com Geisel e as ideias de flexibilização do regime e sobre como o governo avançaria na “abertura, lenta, gradual e segura”. Nessa perspectiva, Mariana Joffily (2008) lança luz sobre o jogo de forças que existia entre o presidente e os serviços de informação, apontando que isso teria convergido para as três mortes de filiados ao PCB no DOI-CODI em São Paulo.

Em que pese a prática perene de torturas e assassinatos, apenas com o assassinato do jornalista Vladimir Herzog o que acontecia nos porões do DOI-CODI chegou ao conhecimento público. Em 25 de outubro, Herzog foi torturado e morto no mesmo lugar do tenente coronel José Ferreira de Almeida, e seu assassinato também foi apresentado como suicídio.

A morte provocou repercussões nacionais e internacionais, tornando praticamente impossível qualquer movimentação dos órgãos de inteligência de invisibilizar a existência da tortura em órgãos governamentais e com a anuência do Estado, notadamente em um período no qual a distensão e abertura eram as ideias-forças que o governo queria emplacar. Segundo Martins Filho (2017, p. 195):

A morte sob tortura de Herzog provocou inédita onda de protestos e solidariedade, que se concentrou no Sindicato dos jornalistas de São Paulo. Ninguém estava disposto a aceitar a versão oficial de suicídio. Pela primeira vez desde 1968, na missa de sétimo dia celebrada na Catedral da Sé pelo cardeal arcebispo de São Paulo, um espaço público externo foi ocupado por participantes de um ato político.

---

<sup>20</sup> Segundo informações do Memorial da Democracia, ao longo de 1975, mais 7 dirigentes do partido foram assassinados e “desaparecidos”. O site afirma ainda que dos 32 membros do Comitê Central, um terço desapareceu em dois anos. A Operação Radar matou pelo menos dez outros militantes comunistas. Para mais informações ver: <http://memorialdademocracia.com.br/card/comunistas-entram-na-mira-da-repressao>. Acesso em: 03 mar. 2020.

O caso Herzog resultou em uma expressiva indignação popular no estado de São Paulo, com grande mobilização da imprensa, com destaque para a atuação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) que elaborou um abaixo-assinado com 1.000 assinaturas de jornalistas pedindo investigação das atividades do DOI-CODI (ALVES, 1984). A Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz, por meio do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, também se posicionou, divulgando uma nota oficial denunciando a repressão em São Paulo e a morte do jornalista e junto com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) apoiou Clarice Herzog, viúva do jornalista, no questionamento judicial que refutava a versão oficial de suicídio.<sup>21</sup>

A morte do jornalista também repercutiu fora do Brasil. Na embaixada inglesa, “o alegado suicídio” colocava em segundo plano a questão da onda de prisões de membros do PCB: “O caso Herzog tinha fornecido um foco para os críticos do governo e parecia ter sido útil aos inimigos do regime” (MARTINS FILHO, 2017, p. 206).

Segundo Bernardo Kuncinsky (1991), com a definição do Alto Comando de que Geisel seria o sucessor de Médici, os órgãos de repressão passaram a atuar secretamente – e sistematicamente – com o objetivo de eliminar os remanescentes de grupos clandestinos, valendo-se, para tanto do “método” do “desaparecimento” que passou a caracterizar um “braço clandestino da repressão”. No entanto este não era tão clandestino assim, pois fazia parte do aparato estatal que mantinha a “subversão” contida, nos moldes da Doutrina de Segurança Nacional, e era amparado pelos órgãos de inteligência militares (KUNCINSKY, 1991, p. 57).

Ressaltamos que a análise de Marcelo Godoy (2014) entende a Doutrina de Segurança Nacional como a face governamental da ditadura brasileira, no entanto, o sistema difundido na Escola Superior de Guerra e amplamente empregado nos porões do sistema repressivo evidenciado por esse autor foi a Doutrina da Guerra Revolucionária. Interessante observar que, segundo Martins Filho (2008), a literatura sobre esse período da história do país se concentrou muito mais na Doutrina da Segurança Nacional, ressaltando a forte influência

---

<sup>21</sup> Cerca de 8.000 pessoas estiveram presentes ao culto ecumênico que ocorreu sete dias após o assassinato de Herzog, dirigido por D. Evaristo Arns então cardeal-arcebispo de São Paulo, pelo rabino Henry Isaac Sobel e pelo reverendo presbiteriano Jaime Nelson Wright.

norte-americana nela. Todavia, a Doutrina da Guerra Revolucionária, sob influência francesa, introduzida no país em fins da década de 1950, ainda carecia de profundidade antes dos trabalhos de João Roberto Martins Filho que, “foi o primeiro a ter mostrado essa apropriação pelo Exército brasileiro da teoria francesa da guerra revolucionária” (CHIRIO, 2012, p. 241).

A Doutrina de Guerra Revolucionária foi introduzida no Brasil no final dos anos 1950 e seu conceito e roteiro foram incluídos como peça central da Doutrina de Segurança Nacional (CHIRIO, 2012). A importação dessa doutrina para o Brasil contou com a atuação do então tenente-coronel Moacyr Barcellos Potyguara, que fez a primeira tradução do artigo “A Guerra Revolucionária”, ainda em 1957 (CHIRIO, 2012).<sup>22</sup> De acordo com a autora, além do tenente-coronel Potyguara, outros militares contribuíram com a importação da doutrina para o Brasil, dentre eles o então coronel Ednardo D’Avila Mello e o Major Adyr Fiuza de Castros que além de fazerem parte dessa iniciativa, também fizeram parte do grupo que, pós golpe, reivindicou participação no processo político e também o endurecimento do regime.

Cabe ressaltar que concordamos com Alves (1984) em sua afirmação de que as estruturas e formas de controles reais na sociedade foram além do idealizado pelos planejadores do Estado de Segurança Nacional. Essas formas e controles foram constantemente modificadas aos moldes da Doutrina de Segurança Interna com o objetivo de reestabelecer a conformidade, atuando, inclusive politicamente, notadamente a partir de 1975. Para Kuncinsky (1991), a partir de 1975 o “braço clandestino da repressão” passou a atuar com o objetivo de “constranger o general Geisel e invisibilizar a política de abertura”.

Esse grupo que dominava os porões, também tinha seu representante no governo: o ministro do Exército Sylvio Frota. Segundo Paulo Markun (2005), o grupo já estaria se articulando contra a política de distensão e buscando viabilizar o nome de Frota como o sucessor de Geisel. O autor sustenta sua argumentação no fato de que o general Golbery, após ter sido informado da morte de Herzog pelo jornalista Mino Carta, teria gritado ao telefone que “era mentira que o Vlado tivesse se suicidado”, acrescentando que a morte do

---

<sup>22</sup> Artigo publicado no *Mensário de Cultura Militar*, set-out, 1957, traduzindo do original francês, escrito por Ximenés na *Revue Militaire d’Informacion*, fev-mar 1957, conforme nota de Chirio, (2012, p. 241).

jornalista seria “a preparação de um golpe dentro do golpe e que os alvos eram Geisel e seu governo” (MARKUN, 2005, p. 174).

Para melhor compreensão dessa cisão é necessário lembrar que ambos os atores políticos envolvidos nas articulações de sucessão eram militares. Todos seguiam a mesma diretriz do regime, todos haviam participado ativamente tanto do golpe de 1964 quanto de todos os governos que precederam o presidente Ernesto Geisel em postos-chaves dentro da hierarquia militar. Mas, mesmo com todas essas aproximações, se faz necessário, para o bem da história política do país, “explicar por que os generais Ernesto Geisel (o Sacerdote) e Golbery do Couto e Silva (o Feiticeiro), tendo ajudado a construir a ditadura entre 1964 e 1967, desmontaram-na entre 1974 e 1979” (GASPARI, 2002, p. 13). Como dito na introdução, essa tese busca contribuir nessa tarefa, lançando luz no processo de produção de notícias nos bastidores da *Folha de S. Paulo*.

Nesse sentido, precisamos retomar que a política de abertura era um meio dos palacianos manterem as articulações de sucessão nas mãos de seu grupo, garantindo que o candidato apresentado por eles fosse o que ascenderia à presidência. O papel dos militares “linha-dura” era exatamente garantir o oposto, ou seja, que houvesse tanto desgaste na política de abertura quanto do governo Geisel a ponto de ele não conseguir “fazer” seu sucessor e, com isso, a possibilidade de um “linha-dura”, nesse momento personificado no ministro Sylvio Frota, pudesse ser o próximo presidente do regime.

Essas contradições que serão explicitadas nas seções seguintes requerem que analisemos, mesmo de modo sintético, os órgãos de informação, tão mobilizados nesse momento histórico por atores políticos relevantes para o desenvolvimento desta tese.

O ícone dos órgãos de informação, segundo Ana Lagôa (1983), era o Sistema Nacional de Informação, criado pela lei nº. 4.341 de 13 de junho de 1964, inspirado no livro “Planejamento estratégico” escrito pelo general Golbery do Couto e Silva, em 1954, com o objetivo de ser uma cartilha para a Escola Superior de Guerra (ESG).<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> A ESG foi criada em 1949, com o objetivo inicial de preparar militares para as funções de alto comando, no entanto acabou estendendo seus cursos para civis e militares, com o objetivo de

Esse órgão não era apenas um aparelho repressivo sofisticado, ele também compunha uma estratégia global nas diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional e guiava as ações no pós-1964, assessorando o Conselho de Segurança Nacional e o presidente (LAGÔA, 1983). Em tese, a função do SNI era municiar o planalto de informações para a tomada de decisão, atuando em duas vertentes, uma que coletava e analisava informações referentes à segurança nacional e outra que focava nas questões ligadas à subversão. Mas,

na prática, o SNI tornou-se um poder político de *facto* quase tão importante quanto o do próprio Executivo. Todos os chefes do SNI têm sido homens extremamente poderosos no Estado de Segurança Nacional, e muitos tornaram-se presidentes da República. O General Golbery do Couto e Silva, criador e primeiro diretor do SNI, tem sido um dos mais poderosos homens dos bastidores do regime, frequentemente chamado de “eminência parda” do governo. Os Generais Garrastazu Médici e João Batista Figueiredo, ambos chefes do SNI, seriam posteriormente indicados presidentes do Estado de Segurança Nacional (ALVES, 1984, p. 73).

Um fato a destacar é que, por se reportar exclusivamente ao presidente da república, o SNI se fortalecia sobre o Legislativo e o Judiciário, podendo inclusive investigar não só os seus membros, mas também supervisionar as operações dessas instituições. “O SNI é tão poderoso quanto o Executivo ao qual em teoria se subordina; em cada uma das crises verificadas nos últimos vinte anos, exerceu considerável pressão sobre o Presidente da República”, como lembra Maria Helena Moreira Alves (1984, p. 74).

O Serviço Nacional de informações foi criado em 1965 no governo do presidente Castelo Branco, chefiado inicialmente pelo general Golbery do Couto e Silva. Desde sua criação teve momentos de maior ou menor convergência e atrito com o Exército. Cabe registrar que o então ministro do Exército, general Costa e Silva, já em atrito com o presidente naquele momento, divergia da forma de criação da agência de informação, para Lagôa (1983). Segundo a autora, o “Exército sempre tratou o SNI com má vontade, não fazendo questão de contribuir na sua cota, com pessoal mais qualificado, reservando os mais talentosos para o serviço secreto da força terrestre” (LAGÔA, 1983, p. 60).

---

prepará-los para assumir postos de planejamento e direção ligados a segurança nacional conforme Lagôa (1983, p. 12).



Dois anos depois da criação do SNI, em maio de 1967, já sob o governo de Costa e Silva, é criado o Centro de Informação do Exército (CIE)<sup>24</sup>, mas este se tornará mais atuante no governo Geisel quando passa a coordenar a rede de CODIs.<sup>25</sup> Importante ressaltar que o órgão ganhará maior prestígio sob a chefia do ministro Sylvio Frota que, em diversos momentos, exaltava o trabalho do CIE e, em contrapartida, se queixava da falta de atenção dada, pelo SNI, às informações fornecidas por esse órgão. Deriva-se daí o porquê desse órgão se tornar um grande ponto de apoio do então ministro do Exército na pretensão sucessória do general Sylvio Frota (LAGÔA, 1983).

Cabe lembrar que os DOI-CODIs foram implantados ainda no governo Médici pelo então ministro do Exército, Orlando Geisel. A primeira unidade do CODI foi criada em 1970, na cidade de São Paulo, diretamente ligada à Operação Bandeirantes<sup>26</sup> (OBAN), e mais tarde se estenderia a outras localidades em operação conjunta com o seu braço executivo, o DOI.

Uma vez mais, recorremos a Maria Helena Moreira Alves:

Embora constituísse maneira eficiente de obter informações, a tortura institucionalizada é ainda mais importante como método de controle político da população em geral. O uso generalizado e institucionalizado da tortura numa sociedade cria um “efeito demonstrativo” capaz de intimidar os que têm conhecimento de sua existência e inibir a participação política. Combinada a força de *blitz*, às buscas de casa em casa e às medidas temporárias de controle nas ruas, para verificação de documentos, a institucionalização da tortura serve para afastar outros cidadãos de atividades que pudessem colocá-los em conflito com o governo (ALVES, 1984, p.168).

---

<sup>24</sup> Segundo Ana Lagôa (1983, p. 60), ao contrário de CIEEx, a sigla correta para se referir ao Centro de Informações do Exército é CIE. Para a mesma autora o CIEEx “pertence ao Ministério das Relações Exteriores”.

<sup>25</sup> “O CODI não existia fisicamente. Era um centro coordenador, personificado no chefe do Estado-Maior do comando da área de defesa interna definida na organização territorial dos Exércitos” (LAGÔA, 1983, p. 71).

<sup>26</sup> Foi uma operação conjunta entre militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, policiais federais, agentes do SNI e policiais da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e tinha como objetivo identificar, localizar e capturar militantes considerados subversivos pelo regime. Essa operação, criada em junho de 1969 no âmbito do II Exército (São Paulo), tinha como objetivo combater “organizações que faziam oposição política ao regime militar na área da Grande São Paulo”. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/difusao/arquivo-na-historia/695-operacao-bandeirantes-oban.html>. Acesso em: 04 mar. 2020.

O Brasil da abertura, mesmo que lenta e gradual, do presidente Geisel, não teria espaço frente à crise econômica e à desconfiança popular explicitada no resultado das eleições de 1974, se houvesse a perpetuação da tortura como política de Estado. Ainda mais um Estado que vislumbrava a manutenção do poder dentro de um grupo específico, por meio de uma sucessão entre castelistas. É nesse contexto que o que ocorria nos porões foi para as ruas, ficando praticamente impossível ao governo relativizar o que ocorria nas dependências do DOI-CODI sob a responsabilidade do II Exército. Era preciso dar respostas à sociedade para que Geisel mantivesse sua agenda de governo. Ficava, então, insustentável a manutenção do general Ednardo D'Ávila Mello à frente do comando do II Exército.

Ednardo é exonerado e substituído pelo general Dilermando Gomes Monteiro, com a missão de apaziguar a violência no DOI-CODI. Essa intervenção do governo gerou elogios fora do Brasil. A revista *Economist*, por exemplo, elogiou a postura e preocupação do presidente Geisel, em relação “aos abusos do Segundo Exército e a consequente demissão do General D'Ávila Mello” (SALES, 2016, p. 63). Mas é claro que, internamente, o presidente teria que tratar das indisposições nas Forças Armadas, geradas pela exoneração do general Ednardo, a começar pela insatisfação do ministro do Exército Sylvio Frota que tinha o general em alta conta e com ele compartilhava a ideia de que a abertura era uma traição aos ideais de 1964.

Geisel precisava se articular e proteger seu governo da crescente insatisfação interna nas Forças Armadas, mas para Chirio (2012), o embate entre o governo e a comunidade de segurança estava longe de chegar ao fim. A autora ilustra sua afirmação com um fato ocorrido em fevereiro de 1976, quando foram distribuídos panfletos com o intuito de denunciar a atuação do presidente Geisel e do general Golbery. Valendo-se do depoimento do coronel Borba, que ela aponta como sendo um dos membros mais radicais do intitulado “Grupo Secreto”, a autora traz à tona que para ele o objetivo era acabar com o presidente Geisel, ventilando, por meio dos panfletos, tudo que o grupo considerava como sendo uma atuação antinacional tanto do presidente como do general Golbery. Para eles, Geisel era um traidor.

Tal processo culminou finalmente com a exoneração do ministro Sylvio Frota, em 1977. Frota, até então, não só tinha se colocado como o candidato natural à sucessão como também estava, gradativamente, se colocando contra a forma de Geisel governar. Como veremos com mais profundidade na última seção, mesmo que o general Frota estivesse certo de que Geisel não teria forças para tirá-lo, o presidente já dava indícios de que estaria descontente com o subordinado.

Segundo Góes (1978, p. 82), o “peso do cargo de Ministro do Exército num quadro político em que a sucessão presidencial é fato militar” teria mantido o general Frota mais tempo no cargo do que o presidente gostaria. Mas a demissão do ministro Sylvio Frota veio em 12 de outubro de 1977, fazendo de Geisel o presidente com a maior concentração de poder em suas mãos no regime militar, por ter acertado o “*timing*” para desmobilizar forças entendidas por ele como capazes de se opor ao projeto de seu governo e para a sucessão.

Em 31 de dezembro de 1977, o presidente Ernesto Geisel lança a candidatura do chefe do SNI e, em 08 de abril de 1978, a Arena homologa o nome do general Figueiredo. Em 15 de novembro de 1978 o Colégio Eleitoral confirma o nome de Figueiredo para presidente que é empossado em 15 de março de 1979.

Enfim, contextualizado o processo de sucessão do presidente Médici e os meandros mais gerais do governo Geisel até a escolha de Figueiredo como seu sucessor, na próxima seção nosso intuito é recuperar, mesmo que brevemente, a trajetória do jornal *Folha de S. Paulo*, como um passo importante para entendermos o cenário no qual se desenvolvia o trabalho de Ana Lagôa, jornalista e autora dos relatórios internos analisados nesta tese.

### 3 Mídia e política: a trajetória da *Folha de S. Paulo*

Um dos episódios que mais maculou a história da *Folha de S. Paulo* foi o suporte material dado pelo jornal à ditadura militar no Brasil, notadamente por meio do empréstimo de carros da empresa à Operação Bandeirantes (Oban), além de apoio financeiro e ideológico ao golpe de 1964. Apoio esse que, foi se alterando paulatinamente até o jornal apresentar uma visão crítica ao regime e defender abertamente a abertura e a redemocratização. É lembrando este fato que esta seção se inicia.

Buscamos aqui realizar uma análise da trajetória da *Folha de S. Paulo*, uma vez que ela, como adiantamos na introdução dessa tese, é nossa principal fonte primária e secundária de dados e o ponto de partida de nossa reflexão.<sup>27</sup> Assim, buscar-se-á lançar luz aos conflitos e concertos dessa empresa em sua trajetória, destacando a consolidação do grupo, notadamente a partir de meados dos anos 1970, enquanto um dos mais influentes na imprensa brasileira, influencia essa que fez e faz da *Folha* um ator político relevante no país, por meio de sua relação contraditória com o governo, que mescla aproximações e distanciamentos ao longo da história.

#### 3.1 Gênese e trajetória inicial

O ponto de partida da trajetória do grupo *Folha* pode ser considerado o ano de 1920, com a extinção do jornal denominado *Estadinho*, publicação vespertina do grupo *O Estado de São Paulo*, de Júlio de Mesquita Filho. Para Gisela Taschner (1992), com essa extinção do *Estadinho*, parte do corpo jornalístico do jornal *O Estado de S. Paulo* se junta com o objetivo de criar um periódico cotidiano para recompor a renda perdida no jornal. Esse grupo de jornalistas, inclusive, contou com apoio financeiro e material dos donos do *O*

---

<sup>27</sup> O jornal *Folha de S. Paulo*, que desde os anos 1980 se apresenta como sendo o jornal mais vendido do país, faz parte do Grupo Folha que engloba, além dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Extra*, as revistas *sãopaulo* e *Guia Folha*, quatro empresas de impressão e distribuição (*Plural*, *Transfolha*, *São Paulo Distribuição e Logística - SPDL* e a *FolhaGráfica*). Também fazem parte do grupo o *Datafolha* que, desde 1983, atua em estudos sobre opinião pública e eleitoral e a agência de notícias *Folhapress*, que comercializa e distribui seu conteúdo a partir do material editorial do jornal a *Folha de S. Paulo*, do *Jornal Agora* e de outras parcerias em todo o país. Ademais, o grupo *Folha* também é proprietário da empresa Universo Online (UOL).

*Estado* para dar início ao novo órgão de imprensa. Assim é criado o jornal *Folha da Noite*, que começou a circular em janeiro de 1921.

A *Folha da Noite* foi um pequeno empreendimento, com poucos recursos e oito páginas voltadas à classe média paulistana (MOTA; CAPELATO, 1981). Sendo um jornal dirigido ao leitor urbano paulista nasceu, por consequência, com fortes traços antioligárquicos, conforme descrito por Amélia Cohn e Sedi Hirano (1984).

Pelo apoio ao movimento tenentista, foi proibida a circulação do jornal durante o mês de dezembro de 1924, proibição essa que serviu de gatilho para o lançamento da *Folha da Tarde*. Em julho do ano seguinte é criado o jornal *Folha da Manhã*, com seu foco voltado mais aos “comerciantes, profissionais liberais e pequenos proprietários em geral” (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 28).<sup>28</sup>

A ideia de um grupo que se valeria de suas *Folhas* como um instrumento político antissistêmico não poderia ser mais equivocada, notadamente no período anterior à Revolução de 30. Olival Costa expressou, por meio de suas *Folhas*, seu posicionamento contrário ao movimento que culminou com Vargas no poder. Tanto que, vitoriosa a Revolução de 1930, o prédio que abrigava os jornais foi invadido, sua redação e equipamentos destruídos por simpatizantes de Vargas, fato esse que pôs fim a um ciclo que foi um período de transição, caracterizado pelo nascimento de uma empresa “de modo aventureiro, precário, com patrões sem capital e assalariados sem salário” (TASCHNER, 1992, p. 49).

Após a depredação, a empresa foi comprada por Octaviano Alves de Lima, nome ligado ao setor agrícola e representante da oligarquia cafeeira paulista, que adquiriu os jornais para torná-los porta-vozes de seus interesses e do setor. Essa nova administração que assume a empresa, criou, em 1931, a *Folha da Manhã*<sup>29</sup> e estará à frente dos jornais até setembro de 1945. Nesse período as *Folhas* assumem um caráter rural.

Depreende-se dessa fase a defesa de um projeto capitalista de desenvolvimento para o campo. Era clara a aversão a qualquer protecionismo

---

<sup>28</sup> A *Folha da Manhã* teve seu primeiro número em 01 de julho de 1925, no entanto, com a vitória da Aliança Liberal, as *Folhas* deixaram temporariamente de circular, voltando apenas em 1931 já sob a administração de Octaviano Alves de Lima (TASCHNER, 1992, p. 52).

<sup>29</sup> Olival Costa apesar de compor essa direção não atuava, Octaviano Alves de Lima era o diretor dos jornais e Rubens do Amaral chefe de redação. Para aprofundamento sobre a relação dessa diretoria com as mudanças na empresa ver: Mota e Capelato (1981) e Taschner (1992).

estatal que se voltasse para indústrias, a partir de um argumento bastante ricardiano, em defesa de uma divisão internacional do trabalho na qual a vantagem comparativa do Brasil estaria na agricultura (CARVALHO, 2015). Ilustra isso o seguinte trecho do jornal *Folha da Manhã* de 18 de março de 1939 citado por Maria Helena Capelato (1989):

Reforçando sua posição, as *Folha* manifestaram-se contra qualquer apoio do governo à indústria, alegando que, não obstante as vastas possibilidades industriais de que somos entusiastas, ainda é na roça que está o futuro de São Paulo (CAPELATO, 1989, p. 65)

Nesse quesito, a estreita relação da direção dos jornais com grupos econômicos ligados à lavoura justifica seu posicionamento e sua negativa à intervenção estatal e à industrialização.<sup>30</sup> Para Capelato (1989, p. 57): “Ao defender a continuidade da posição do Brasil na divisão internacional do trabalho, seus jornais falaram ao mesmo tempo a favor dos interesses dos produtores e dos comerciantes de café”.

Nos quinze anos à frente das *Folhas*, Alves de Lima estabilizou as finanças da empresa, até porque, para Taschner (1992), a compra dos periódicos foi uma diversificação de investimento. Ainda para a autora, nesse período as *Folhas* passam a ser jornais de causa “a serviço dos interesses de determinado setor de classe” (TASCHNER, 1992, p. 54).

Cabe lembrar que nesses quinze anos, o Brasil passou pela República Nova (1930-1937) e pelo Estado Novo (1937-1945). Enfim, durante todo o período em que esteve à frente dos jornais, Alves de Lima se manteve como voz da lavoura e com esperança de que suas aspirações econômicas fossem alcançadas. Essa segunda fase dos jornais se encerra com a redemocratização (CAPELATO, 1989).

Em março de 1945, assume a direção das *Folhas* José Nabantino Ramos, que fica à frente dos jornais até agosto de 1962. Junto a ele estavam Alcides Ribeiro Meirelles que se torna diretor-presidente e Clóvis Medeiros de Queiroga como diretor comercial. Essa nova administração, em que pese se colocar como

---

<sup>30</sup> Reforça isso o fato de Mota e Capelato (1981) acrescentarem que por se voltar a setores dominantes da lavoura paulista a *Folha da Noite* perdeu importância nessa segunda fase, o operariado e o funcionalismo público deixaram de ser público-alvo do jornal que passa a focar no debate político econômico para defender a classe cafeeira à qual passa a representar.

uma continuidade do que foi proposto por Alves de Lima, tinha uma constituição mais plural, com representantes de outros setores econômicos que centravam o debate político do período.

Nabantino Ramos representava os interesses de setores das oligarquias rurais e era ligado ao governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) por meio de sua proximidade com o ministro da Justiça, Benedito Costa Neto. Já Queiroga estava ligado aos interesses de setores industriais, inclusive tendo apoio de Francisco Matarazzo (MOTA; CAPELATO, 1981). Essa pluralidade daria condições ideais para que o jornal se mostrasse mais moderno, buscando preservar uma relativa liberdade de pensamento (COHN; HIRANO, 1984). Corroborando o argumento, para Taschner (1992, p. 63):

(...) o período que se abriu em 1945 para as *Folha* foi de transformação acelerada em todos os níveis, que deram aos jornais uma base empresarial mais sólida e prepararam o caminho para a consolidação do grupo na fase seguinte, sob a direção dos atuais proprietários.

Logo que esse grupo assume, o princípio da “absoluta imparcialidade em relação a partidos e intransigente defesa do interesse público” passa a compor sua apresentação aos leitores (TASCHNER, 1992, p. 62). No entanto, Cohn e Hirano (1984) alertam que não se pode confundir essa dita imparcialidade com neutralidade política, notadamente quando aquela se dá a partir de uma certa ênfase na ideia de “bem comum”, uma vez que, para os autores, ela flerta com a defesa de uma nova administração adequada à democracia liberal, como contraponto ao liberalismo oligárquico. Ilustrativamente, ao fazer apologia ao sufrágio universal nas eleições de 1945, Nabantino Ramos se afasta da perspectiva no período anterior, buscando definir uma “vocação” urbana da *Folha* (MOTA; CAPELATO, 1981).

Ramos é, nesse período, o ator principal das *Folhas*, tanto que Mota e Capelato (1981, p. 104) vão afirmar: “No período que vai de 1945 a 1962, a história da ‘*Folha*’ se confunde com a ação e personalidade de Nabantino Ramos”. Embora em sua apresentação ao público essa nova direção tenha se colocado como representante do setor agrário e agropecuário, essas “raízes agrárias” perderam forças e passam a “traduzir a ideologia da classe média

urbana do Estado de São Paulo” que pode ser observada em alguns posicionamentos do diretor.<sup>31</sup>

Neste período no qual Nabantino Ramos esteve à frente da empresa, a *Folha da Noite* perde gradativamente sua importância, passando, segundo Taschner (1992), não só a replicar as notícias da publicação matutina, mas também perdendo o número de páginas. Por outro lado, a *Folha da Manhã* torna-se a publicação principal, levando em suas páginas as aspirações da classe média da cidade de São Paulo e a ideologia da direção dos jornais. A autora acrescenta que Nabantino Ramos queria ir além dos diretores anteriores “criando jornais distintos” (TASCHNER, 1992, p. 75). Em 1949, é relançada a *Folha da Tarde*.<sup>32</sup> No entanto, não se tratou de uma nova publicação, mas, sim de uma substituição, pois, segundo Taschner (1992, p. 75) esta “viria a substituir a até então primeira edição da *Folha da Noite*, por isso seu lançamento a 1º de julho de 1949, já se fez sob o número 8.719”.

Politicamente, o diretor das *Folhas*, em novembro de 1945, pouco menos de um mês após a renúncia de Vargas, vai expressar, em publicação na *Folha da Manhã*, que o presidente tinha deixado de compreender o povo, apegando-se ao poder sem perceber que seu governo tinha ficado sem sustentação, inclusive no Exército. Para o então diretor, a República Velha não era democrática, contudo, corrigir os erros pela força, durante o Estado Novo, também teria sido um erro. Nessa mesma publicação ele vai fazer uma defesa do Parlamento e da imprensa livre, apontando como fator de sustentação e governabilidade para os chefes do Executivo ações que levassem em conta o pensamento das Forças Armadas, acrescentando por fim que estas queriam “irrevogavelmente” eleições presidenciais para 2 de dezembro daquele ano (MOTA; CAPELATO, 1981).<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup> O diretor das *Folhas* partilha da crítica ao agricultor tradicional nacional que mantém a posse da terra mesmo que estas sejam improdutivas. Mota e Capelato (1981, p. 119) definem essa nova burguesia da qual Nabantino faz parte como uma classe que “vê com azedume o ‘Brasil arcaico’”.

<sup>32</sup> Como citado anteriormente, na época em que a *Folha da Noite* era dirigida por Olival Costa ela foi proibida de circular e o seu conteúdo foi impresso com o nome *Folha da Tarde*.

<sup>33</sup> Interessante observar a lógica própria do pensamento de Nabantino Ramos. Ao mesmo tempo em que defendia a democracia liberal, sendo a favor da participação do Partido Comunista e seu candidato Iedo Fiuza, nas eleições que se aproximavam, em caso de vitória deste, o candidato poderia não tomar posse. Para aprofundamento na biografia de Fiuza, ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fiuza-iedo>. Acesso em: 08 set. 2020.



Quanto às transformações estruturais que Nabantino Ramos empreendeu, podemos citar a construção de uma sede própria, o início da integração vertical e horizontal das publicações, além da fundação da Gráfica Impress (em 1947) que passou a cuidar da parte gráfica das publicações da empresa. Em 1948 é adquirida a Rádio Excelsior S.A., subsidiada pelas *Folhas* até 1952 quando o vínculo entre as empresas é rompido.<sup>34</sup> Ainda em 1948 é elaborado o Programa de Ação para as *Folhas*. O documento tinha como objetivo direcionar as atividades da empresa a partir do princípio da “absoluta imparcialidade em política partidária e inflexível defesa do interesse público”<sup>35</sup> (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 133).

Foi a partir da gestão de Nabantino que o jornal passou a ter uma diagramação e uma formatação próxima a que se tem atualmente, decorrência da criação da Gráfica Impress.<sup>36</sup> Ademais, a administração desse período reestruturou o setor financeiro, implantou rotinas de trabalho e redação, deixando de ser uma empresa de atividade jornalística para tornar-se “sujeito e não mais o jornal” (TASCHNER, 1992, p. 67). O conteúdo produzido pelos repórteres – e lapidado nas redações – é o produto de uma atividade empresarial, que tem como objetivo o lucro.

Andréa de Araujo Nogueira (2005) aponta que a direção de Nabantino Ramos é marcada pela formação de uma empresa industrial-burocrática, com as relações de trabalho voltadas para o mercado, tanto que, segundo o autor, o valor do salário que os jornalistas ganhavam era de acordo com a sua produtividade e pelo grau de repercussão que sua matéria atingia, mas, mesmo avançando nas rotinas e nas questões organizacionais, teria deixado a desejar na administração e nas relações com a equipe do jornal, pois, os empregados da empresa se encontravam “em situação ‘horrorosa’ – para usar a expressão

---

<sup>34</sup> Segundo Taschner (1992) a justificativa dada aos acionistas para o corte do vínculo foi que não seria mais interessante para a empresa continuar financiando a emissora, e que havia sido feito um acordo para que fossem pagos os investimentos das *Folhas* evitando, assim, pendências financeiras no futuro.

<sup>35</sup> A análise detalhada do *Programa de Ação das Folhas* consta em trechos disponíveis em Mota e Capelato (1981).

<sup>36</sup> Capas presentes no acervo da *Folha* e disponíveis em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=23125&anchor=5013895&origem=busca> e <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=24344&anchor=217921&origem=busca>. Acesso em: 28 nov. 2019.

de um dos funcionários que participariam da greve de 1961” (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 187).

Nesse período, merece destaque a atuação do jornalista Mário Mazzei Guimarães, precursor do jornalismo agropecuário no país, que entra para o grupo em 1945 e fica até 1960. Mas o destaque ao jornalista é pelo fato dele ter participado do grupo que se organizou na “Greve dos jornalistas do estado de São Paulo”, em 1961 (COHN; HIRANO, 1984). Isso ilustra que, mesmo com uma trajetória de crescimento e profissionalização crescentes, o grupo *Folha* não estava isento de contradições internas e nem de conflitos externos em um período fortemente marcado por muitas transformações na sociedade, na economia e na política.

A conjuntura empresarial, política e econômica mundial teve mudanças aceleradas após a Segunda Guerra Mundial. O jornalismo não ficou imune a essas transformações, passando a ter forte influência da apresentação de notícias norte-americanas na forma de produção e apresentação de notícias nas redações brasileiras (TASCHNER, 1992). Assim, muitos dos processos nas redações dos jornais haviam incorporado a influência da imprensa estrangeira; no entanto, para Taschner (1992), Nabantino Ramos aperfeiçoou processos já existentes. Ou seja, as redações das *Folhas* passaram a incorporar a lógica de uma linha de produção na qual quem produzia mais ganhava mais, relegando para o segundo plano as questões trabalhistas.

Cabem aqui algumas palavras sobre a já citada greve de 1961 e o papel da direção das *Folhas* nesse episódio. Para José Hamilton Ribeiro (1998), a greve dos jornalistas do estado de São Paulo foi uma “greve heroica” pela organização e pela adesão e organização dos trabalhadores nos 5 dias de paralisação e pela conquista do piso da categoria de dois salários-mínimos.<sup>37</sup> A redação das *Folhas* funcionou com “alguns diretores, alguns chefes imediatos, uns dois ‘furadores’: a ordem era circular, mesmo com jornal menor e velho” (RIBEIRO, 1998, p. 94).<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> Vale destacar que o salário-mínimo estipulado pelo decreto 51.336 de 13 de outubro de 1961 era de CR\$ 13.440,00 o que equivaleria, em termos reais, atualizado pelo Índice de Preço ao Consumidor do estado de São Paulo (IPC-SP), para dezembro de 2020, à R\$ 590,05.

<sup>38</sup> O relato sobre a greve de 1961 e sobre o posicionamento da direção das *Folhas* em relação a paralisação da categoria também está disponível em: UNIDADE. Especial 40 anos de Luta. Ano 2, N. 20, p. 15. São Paulo, abril de 1977.

Nesse clima, quase que a empresa protagoniza o que a jornalista Regina Helena Cordeiro (apud MOTA; CAPELATO, 1981, p. 343), classificou como “o incidente mais chato e perigoso de toda a greve”. Sobre esse fato Ribeiro (1998) assim escreve:

Na porta de saída dos caminhões, na Barão de Campinas, estava o grosso da turma. A maioria já tinha sentado no chão, de costas para o portão. A disposição era uma só: quando os caminhões fossem sair, o pessoal, já sentado, ficaria deitado, barrando, com o próprio corpo, o caminho do transporte. A certa altura o portão das *Folha* foi aberto e um motorista, com o caminhão cheio de jornais, tentou sair. Em seu caminho, um tapete de corpos humanos no chão. O motorista investiu, sentiu a roda encostar num corpo, acelerou em ponto morto só para impressionar, vacilou, recuou e desistiu. Pressionado por algum chefe, o motorista investiu outra vez, sentiu a resistência, percebeu que poderia lesar – talvez matar – uma pessoa. Mas acelerou, engatou a marcha e avançou sobre um jornalista. Chegou a feri-lo. Foi quando o piquete inteiro levantou, gritando, batendo o pé, cantando o Hino Nacional. Chegou mais gente, a zoadas aumentou, até que o motorista, vencido pela razão de fé daqueles homens, abandonou a boleia e foi lá para dentro, discutir suas ordens” (RIBEIRO, 1998, p. 95)

Segundo Taschner (1992), as *Folhas* encerraram a década de 1950 e iniciaram a de 1960 sem tornar-se uma empresa amadurecida. Todavia, mesmo que não atingindo a modernização por completo, a direção de Nabantino Ramos conseguiu fazer a empresa crescer e se inovar, inovações essas que, a partir de meados dos anos 1950 não foram suficientes.

No contexto nacional e internacional entre meados dos anos 1950 e início dos anos 1960, a história da *Folha de S. Paulo* evidencia não só a incapacidade de Ramos em absorver as novas formas de administrar o grupo como também um desapontamento do administrador com as relações internas da empresa. “Nabantino teve que lidar com a alta dos preços do papel desde 1958, com a aceleração inflacionária desde 1959, e com a desaceleração da economia a partir de 1962. Deixaria para outros, personagens a travessia” (TASCHNER, 1992, p. 99).

### 3.2 A gestão Frias e Caldeira

Em 13 de agosto de 1962, Nabantino Ramos vendeu as *Folhas* para Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, iniciando um novo período para a empresa, focado na competição de mercado. Nos anos que se seguiram, a empresa, não desconsiderando a situação política do país, buscou alcançar uma independência econômica que lhe garantisse maior independência política pelo menos na visão de Mota e Capelato (1981). Isso se daria, a partir de meados da década de 1970, momento no qual a empresa passará a ser um ator político fundamental nas mudanças que o país assistirá muito em breve (MOTA; CAPELATO, 1981). Essa terceira fase do grupo *Folha* começa com Frias à frente da parte financeira e Caldeira da parte operacional. A parte editorial pouco se alterou e uma das primeiras medidas dos novos proprietários, em função do elevado custo para a importação do papel foi, segundo Nascimento e Araujo (2008), extinguir a chamada “assinatura perpétua”.<sup>39</sup>

A partir do trabalho de Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato, na obra *História da Folha de S. Paulo*, fica claro que essa terceira fase da *Folha* tem, pelo menos, três subdivisões merecedoras de comentários. No primeiro período, que vai de 1962 a 1967, ocorreu a reorganização financeiro-administrativa e tecnológica da empresa. O início desse período é marcado pela ampliação da circulação do jornal e a eficiência na distribuição que se deu com a aquisição da primeira frota de veículos. A empresa que, em 1960, tinha 24 veículos chega, em 1965, a 165 veículos não apenas para a distribuição, mas também para reportagens e outros serviços.

Esse período também é caracterizado pela redução do centro de decisões do grupo. De uma equipe de dez profissionais, a cúpula passa a ter apenas cinco. Ademais, a estrutura operacional também começa a ser redesenhada e o jornal passa a dar ênfase não só ao noticiário local como também ao internacional (MOTA; CAPELATO, 1981). Beatriz Kushnir (2004) também aponta como marco importante desta fase, a entrada de Claudio Abramo na *Folha*. Para

---

<sup>39</sup> Segundo esses autores a assinatura perpétua foi uma iniciativa em gestão anterior com dois objetivos: capitalizar a empresa e aumentar a circulação do jornal. No entanto com a alta do preço do papel oferecer jornais de forma gratuita passou a ser, nas palavras dos autores “um dos maiores responsáveis pelo estrangulamento econômico da *Folha*” (NASCIMENTO; ARAUJO, 2008, p. 69).

essa autora, o jornalista que sai do *Estado de S. Paulo* em 1963 e, depois de uma breve passagem pela empresa Transaco, de propriedade de Frias, assume a chefia de produção das *Folhas* e já em 1967 é alçado à secretária geral da *Folha*.

A trajetória do jornalista Cláudio Abramo na *Folha de S. Paulo* é marcada por idas e vindas. Como secretário geral do jornal, Abramo acompanhou de perto a censura imposta pela ditadura ao jornal de 1969 até 1972, ano em que é nomeado diretor de redação sendo em seguida substituído pelo jornalista Rui Lopes, responsável pela sucursal de Brasília. Em 1975, Abramo retorna à *Folha de S. Paulo* e cria a “página três” que contou com a colaboração de diversos jornalistas e intelectuais e que, para Kushnir, (2010a), foi um primeiro movimento para a discreta reformulação pela qual a *Folha* começou a passar e que ficou mais nítida a partir de 1976, quando Abramo volta à redação do jornal dividindo a direção de redação com Otávio Frias e com Otávio Frias Filho (KUSHNIR, 2010a). Como se verá mais adiante, entre as idas e vindas, em 1977, Abramo é substituído por Boris Casoy em decorrência da insatisfação militar com a crônica de Lourenço Diaféria ao tratar do Duque de Caxias de forma “desrespeitosa”, segundo os militares.

Voltando à periodização de Mota e Capelato, o segundo período, entre 1968 e 1974, foi um momento da “Revolução Tecnológica” da empresa. Nesse período, investe-se na renovação e reformulação tanto na redação como na oficina, com a mudança do sistema mecânico de composição para o sistema eletrônico de fotocomposição (MOTA; CAPELATO, 1981).<sup>40</sup>

É fato bastante conhecido que a *Folha* havia emprestado carros do jornal para serem empregados pela repressão na captura de militantes.<sup>41</sup> Sobre isso, inclusive, mais recentemente o jornalista Jânio de Freitas, em uma forte crítica

---

<sup>40</sup> Ilustra essa ideia de revolução o aumento expressivo de linotipos na empresa, que saem de 48, em 1968, para 250, em 1974. Além disso: “Os resultados eram apreciáveis, com as linhas de distribuição para o Interior montadas, com a frota de veículos, com 4 milhões de quilos de papel em estoque, 360.000 Kg de tinta para impressão (consumido anualmente), cerca de 2.000 funcionários, 250 correspondentes no Interior e nos Estados, 10 aparelhos de telex, cerca de 600 entregadores domiciliares (para assinantes em 300 cidades), além de outros serviços, a “*Folha*” já aparecia nos registros do Ibope – Instituto Brasileiro de Opinião Pública como o jornal mais lido do Estado de São Paulo” (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 203).

<sup>41</sup> Importante ressaltar que, entre outros exemplos, em setembro de 1971, a *Folha* foi retaliada por militantes da esquerda armada tendo dois carros de sua frota incendiados em repúdio ao apoio dado por ela ao Regime Militar.

ao editorial da Folha do dia 21 de agosto 2020, intitulado “Jair Rousseff”, relembrou que:

Um caso exemplar se tornou, na Folha, tabu que assumo a responsabilidade de romper, como outros que este jornal no passado me permitiu desrespeitar. Trata-se do empréstimo, não sei se apenas episódico, de veículos da Folha à repressão na ditadura. Desde a redemocratização, essa colaboração substantiva e indigna é uma tinta pegajosa e indelével lançada contra a Folha, com justos motivos. Como sentença moral restaurada a cada atitude reprovável por determinados segmentos leitores (FREITAS, 2020).<sup>42</sup>

Em que pese o apoio ao regime, entre 1969 e 1972 a *Folha* passou pela censura imposta pelo governo militar praticando autocensura (KUSHNIR, 2004).<sup>43</sup> Todavia, apresentando uma visão diferente, Abramo defende que esse período foi muito duro para o jornal em função da censura imposta – mais do que a autocensura – acrescentando que o periódico não tinha espaço político porque o governo exercia pressão sobre os jornais de maneira geral. Assim, Frias teria optado por não provocar o governo, pois “se provocasse, o governo cobraria” (ABRAMO, 1993, p. 87). Para ele, a política editorial adotada por Frias foi sábia para a época.

Enfim, esse terceiro período, na visão de Mota e Capelato (1981), é classificado pelos autores como sendo de definição de um projeto político cultural da *Folha*. Para eles, nesse período que se inicia em 1974 e se estende a 1981, a empresa já tinha alcançado condições de capitalização que garantiram condições para o salto tecnológico, a partir daí o grande desafio era alcançar a independência política, pelo menos na visão dos autores citados. A estabilidade do negócio possibilitou maior autonomia, no entanto, “ainda era difícil a real independência política” (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 204).

---

<sup>42</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefraitas/2020/08/a-folha-no-erramos-editorial-jair-rousseff-trouxe-de-volta-o-tratamento-de-ditabranda.shtml>. Acesso em: 29 ago. 2020.

<sup>43</sup> Em entrevista a Kushnir (2004) Boris Casoy, editor responsável pela *Folha* de 1977 até 1984, afirma que o Grupo *Folha* optou por não se colocar em posição de enfrentamento ao regime militar e a autocensura foi a alternativa para que a empresa sobrevivesse ao regime. Sobre a censura na imprensa ver, Kushnir (2004); Aquino (1990) e Cotta (1997).

Já para Nascimento e Araujo (2008), Frias argumentava que não teria como ter independência editorial sem antes ter independência financeira, nessa perspectiva os autores afirmam que:

A estabilidade financeira da *Folha* alcançada sob o comando de Frias e a modernização tecnológica conquistada por Caldeira, somadas às perspectivas de distensão do regime acenadas pelo General Golbery, deram as condições ideais para a *Folha de S. Paulo* iniciar um ambicioso projeto de reestruturação editorial. (NASCIMENTO; ARAUJO, 2008, p. 123).

Alberto Dines, em entrevista a Leticia Nunes (2005), afirma que foi Cláudio Abramo que mostrou para Frias que “para ele ganhar mais dinheiro, precisava de influência, e para ter influência tinha que ter um bom jornal”.<sup>44</sup> Provavelmente não foi apenas o conselho de Abramo, mas o fato é que autores como Nascimento e Araujo (2008), Alzira Alves de Abreu et al. (2003) e Victor Gentili (2004), vão ressaltar a reunião realizada antes da posse do presidente Ernesto Geisel, com a presença do general Golbery do Couto e Silva, o major Heitor Ferreira, secretário particular da Presidência Ernesto Geisel, Octávio Frias de Oliveira e Ruy Lopes. Chamada por Golbery, a reunião tinha como objetivo comunicar aos empresários que o novo governo iria dar início ao período de distensão. Segundo Abreu et al. (2003), naquele momento não seria importante para o governo recém indicado e com o olhar para o processo de distensão ter apenas um grande jornal em São Paulo, nesse sentido o chamamento de Golbery também sinalizava um bom momento para a consolidação da *Folha de S. Paulo*.

Interessante observar que a trajetória do jornalista Alberto Dines se confunde com a história do jornalismo impresso no Brasil. Ele ingressou em 1962 no *Jornal do Brasil*, aos 10 anos de carreira, como editor-chefe, e a frente desse jornal implementou as mudanças que o levaram a uma posição de destaque nacional, influenciando na formação de opinião pública. Dines também foi colaborador da *Folha de S. Paulo* em vários momentos da sua carreira, incluindo o período de 1978 a 1980, em que esteve junto com Ana Lagôa na sucursal do

---

<sup>44</sup> Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/marcha-do-tempo/quando-a-folha-se-tornou-a-folha/>. Acesso em: 03 mar. 2020.

Rio de Janeiro, ela como correspondente da área militar e ele como chefe de redação.

Nessa perspectiva de mudança, retornando da reunião com Golbery, Octávio Frias convoca a cúpula do jornal para uma reunião em sua casa, em Ubatuba. Além dele, segundo Nascimento e Araujo (2008), estavam presentes Otávio Frias de Oliveira Filho, Cláudio Abramo (diretor de redação), Boris Casoy (editor de política) e Ruy Lopes (chefe de redação). Essa reunião tinha como objetivo definir a linha editorial que a *Folha* iria seguir nessa nova fase. A partir desse momento, o jornal passaria a se apresentar como um periódico aberto e plural. Esses autores apontam que, entre as decisões tomadas na referida reunião, houve a criação de um conselho editorial e a contratação de articulistas que se reuniriam quinzenalmente com o objetivo de filtrar a opinião da sociedade e criar uma linha geral para o jornal, de acordo com os principais temas de interesse daquele momento. Entre os novos nomes da equipe estavam Alberto Dines e Paulo Francis.

As eleições de 1974, como vimos, demonstraram os primeiros sinais visíveis de esgotamento do regime e, foram “um importante indicativo de que o país estava mudando” (NOVELLI, 1994, p. 110). A partir dessa nova realidade nacional, a *Folha de S. Paulo* precisou se repensar e se adequar. Segundo Abramo (1993, apud NOVELLI, 1994, p. 110):

Frias decidiu mudar a *Folha* basicamente por razões de competição no mercado. *O Estado* podia ficar na oposição sem perder prestígio, pois era e sempre foi do *establishment*; sobre o Estado nunca pesou uma ameaça real. A *Folha* poderia obedecer integralmente à censura, mas não era de confiança. Frias percebeu então que seu jornal só poderia prosperar num regime democrático, e por isso adotou a linha combativa.

Seguiu-se um período de calma entre o governo militar e o jornal, mas em setembro de 1977, o cronista Lourenço Diaféria publica em sua coluna o artigo “Herói. Morto. Nós.” no qual faz uma comparação entre um herói do cotidiano e Caxias, o patrono do Exército. De um lado, a exaltação a um sargento que morreu ao pular em um poço de ariranhas do zoológico da capital federal para salvar um menino, e do outro, uma crítica aos que reverenciavam um herói morto, segundo ele reduzido a uma estátua:



Prefiro esse sargento herói ao duque de Caxias. O duque de Caxias é um homem a cavalo reduzido a uma estátua. Aquela espada que o duque ergue ao ar aqui na praça Princesa Isabel – onde se reúnem os ciganos e as pombas ao entardecer – oxidou-se no coração do povo. O povo está cansado de espadas e cavalos. O povo urina nos heróis de pedestal. Ao povo desgosta o herói de bronze, irretocável e irretorquível, como as enfadonhas lições repetidas por cansadas professoras que não acreditam no que mandam decorar (DIAFÉRIA, 1977, p. 44).

O texto irritou o então ministro do Exército Sylvio Frota que, de imediato, solicitou ao proprietário da *Folha* o afastamento de Diaféria. Dias mais tarde, o cronista é enquadrado na Lei de Segurança Nacional<sup>45</sup> e condenado a oito meses de prisão. Sobre o episódio, Luis Nassif (2012) vai dizer:

Naqueles tempos pensar diferente do que os donos do poder queriam, e mais publicar aquilo que se pensava, era inadmissível. Para mim, um jovem que queria ser jornalista, não havia melhor exemplo; Diaféria era o homem que pensava e dizia o que queria, era o jornalista cumprindo a sua função social”.<sup>46</sup>

Em sinal de protesto, na edição de 16 de setembro de 1977, a *Folha* publica a coluna do Diaféria em branco. Por sugestão do jornalista Ruy Lopes, no rodapé da coluna em branco o leitor encontrava a informação de que naquele dia não haveria coluna, pois, o cronista havia sido preso, enquadrado na Lei de Segurança Nacional (Nunes, 2005).<sup>47</sup> O episódio teve ampla cobertura. O *Jornal do Brasil* trouxe, segundo Mota e Capelato (1981), a melhor narrativa sobre a prisão e o enquadramento de Diaféria.<sup>48</sup> Nunes (2005) acrescenta que, no mesmo dia, Frias recebeu um telefonema de retaliação do general Hugo Abreu, na época chefe da Casa Militar do governo Geisel. Em tom nada amigável, o general ameaçou fechar a *Folha*, caso a coluna permanecesse saindo em branco e o governo continuasse a receber críticas.

<sup>45</sup> A Lei de Segurança Nacional foi amplamente utilizada no período militar. Para Alves (1984) foi usada para moldar as estruturas de Estado, impondo formas específicas de controle da sociedade civil e delineando um projeto de governo.

<sup>46</sup> Disponível em: <https://www.blogdonassif.com.br/page/noticia/lourenco-diaferia-1933-2008-jornalista-contista-cronista-e-autor-de-historias-infantis>. Acesso em: 20 fev. 2020.

<sup>47</sup> Em 12 de fevereiro de 1980, o Superior Tribunal Militar absolveu Lourenço Diaféria da acusação de que sua crônica tivesse teor ofensivo a Caxias. Disponível em: [http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil2\\_13fev1980.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil2_13fev1980.htm). Acesso em: 18 fev. 2020.

<sup>48</sup> Os números do *Jornal do Brasil* que tratam do caso Diaféria estão disponíveis em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 18 fev. 2020.

Ainda sobre este episódio, o *Jornal do Brasil* publica em 21 de setembro de 1977, uma matéria intitulada “Folha decide cancelar editoriais e artigos”<sup>49</sup>, na qual ressalta que a prisão de Diaféria demonstrava que a linha editorial do jornal estaria fora de sintonia com as autoridades, destacando a postura do então secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, o coronel Antônio Erasmo Dias, que teria acusado publicamente o periódico de manter membros subversivos em suas redações. As autoridades ameaçam fechar a *Folha* por um mês e Octávio Frias sabia que isso poderia comprometer a sobrevivência do jornal. Frente a esse quadro, Octávio Frias sai formalmente da presidência da empresa; o jornalista Cláudio Abramo é afastado da direção do jornal; a coluna de Newton Rodrigues é desativada; a coluna de domingo “Jornal dos Jornais” de Alberto Dines é cancelada e a *Folha* deixa de publicar os editoriais.<sup>50</sup> Para o lugar de Abramo é designado Boris Casoy (MOTA; CAPELATO, 1981; KUSHNIR, 2004).<sup>51</sup>

A trajetória jornalística de Boris Casoy se inicia na *Folha* em 1974 a convite de Otávio Frias de Oliveira como editor de Política. Em junho deste mesmo ano, assume como editor-chefe, substituindo a Rui Lopes, que retorna a Brasília para dirigir a sucursal. Em 1976 se desliga da *Folha* para dirigir o setor cultural e a Escola de Comunicação da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), voltando à *Folha* em 1977, inicialmente escrevendo a coluna “Painel” na qual tratou dos bastidores da política nacional, até setembro deste mesmo ano quando substitui Cláudio Abramo.

Embora Abramo e Casoy tivessem diferenças tanto de personalidade quanto de ideologia, tinham em comum o “estilo de liderança que os fez exercer

---

<sup>49</sup> Artigo Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&pagfis=1678](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=1678). Acesso em: 18 fev. 2020.

<sup>50</sup> Mont’Alverne (2017 p. 13) ao revisitar a biografia sobre o tema entende que os editoriais têm “um papel singular em relação à cobertura jornalística de maneira geral”; para ela, “o editorial coloca em domínio público assuntos, eventos e ideias para consumo e discussão em um fórum democrático, além de ser o porta-voz da linha ideológica da empresa”. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522017000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522017000200007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 14 dez. 2020.

<sup>51</sup> A matéria publicada pelo *Jornal do Brasil* acrescenta que Octávio Frias havia aconselhado Abramo e Dines, para que continuassem exercendo o jornalismo, mas que escolhessem a função de correspondentes no exterior, indicando a gravidade do tensionamento entre as autoridades e o jornal. “Folha decide cancelar editoriais e artigos”, 21 de setembro de 1977, Caderno 1, p. 26. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&pagfis=1678](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=1678). Acesso em: 18 fev. 2020.

o cargo de maneira centrada em suas próprias personalidades”, como nos mostrou Marco Antônio Roxo da Silva (2005, p. 75), marcando a trajetória do jornal entre 1962 e 1984. Casoy esteve à frente da direção do jornal até 1984, quando Otávio Frias Filho – que tinha se iniciado profissionalmente na *Folha*, escrevendo editoriais e assessorando Abramo na edição do jornal – assume a direção e o jornalista volta à coluna “Painel” (KUSHNIR, 2010b). Interessante observar que Frias Filho se colocava como o responsável por introduzir uma linha editorial que ele próprio qualifica como crítica, apartidária e pluralista de acordo com Alzira Alves de Abreu, Fernando Lattman-Weltman e Dora Guimarães de Mesquita Rocha (2003).

Depois dos tensionamentos ocorridos no final de 1977, o ano seguinte se inicia com mudanças no jornal, como a criação do Conselho Editorial. De acordo com Silva (1988, apud NOVELLI, 1994, p. 112) esse conselho seria um colegiado consultivo que se reunia mensalmente com o objetivo de “analisar a conjuntura política e econômica do país, criticar o desempenho jornalístico da *Folha* e recomendar linhas de ação futura” e, ainda, buscar

melhores condições de vida para a maioria da população através da organização de um regime democrático, liberdade de informação, fortalecimento dos organismos da sociedade civil, distribuição mais equitativa da renda nacional, apoio à livre iniciativa, submissão de toda economia ao interesse social e preservação da identidade cultural brasileira” (SILVA, 1988, apud NOVELLI, 1994, p. 112-113).

Para Novelli (1994, p. 114), a criação do conselho era um primeiro passo para a consolidação de uma postura editorial da *Folha de S. Paulo*, na qual ficava claro o interesse do jornal em uma “passagem para um regime de plena normalidade democrática”. Em síntese, como vimos na segunda seção desta tese, o momento político pelo qual o país passava era marcado por tensões e conflitos internos ao governo. É nesse contexto que se inserem as mudanças editoriais na *Folha de S. Paulo*. O jornal que, em 1974, publicava sobre a distensão, vai iniciar a década de 1980 falando sobre a necessidade de uma nova ordem democrática (NOVELLI, 1994). Esse é mais um elemento importante para entendermos o governo do presidente Geisel.

### 3.3 A *Folha* chega ao Planalto Central

Brasília ainda não tinha sido inaugurada e já, em 1958, a *Folha de S. Paulo* estava atuando onde nascia a capital nacional. Em um primeiro momento, a empresa envia alguns correspondentes à cidade em construção para coberturas diversas, depois acompanha a inauguração e os primeiros movimentos no recém-instalado centro de poder. Nesse início, as matérias eram ditadas por rádio amador. Mesmo crítico ao governo Kubitschek, o jornal “aplaudiu a inauguração de Brasília, enviando para lá, desde o início, uma equipe que se encarregaria de montar a sucursal” (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 185). Em 1960, é instalada a sucursal da *Folha de S. Paulo* em Brasília, com uma equipe de jovens repórteres, dividida por área de atuação dentro da capital nacional.

A equipe era composta por Ruy Lopes, responsável pela cobertura do Palácio do Planalto e pela agenda presidencial, e por Haroldo Cerqueira Lima (o Leleco), Almir Garjardoni, Dalambert Jacoud, que se dividiam entre os ministérios, Congresso Nacional, lideranças e comissões diversas. A partir de 1961 as reportagens já passam a ser transmitidas por telégrafo ou telex.<sup>52</sup>

A proximidade da *Folha* com o Palácio do Planalto se deve, segundo Nascimento e Araujo (2008), a uma viagem que Juscelino Kubitschek fez no final de seu mandato. Nela os jornalistas Ruy Lopes e Haroldo Cerqueira Lima vão compor a comitiva que acompanhou o presidente a Portugal. O trabalho deles possibilitou seus credenciamentos para atuar pela *Folha de S. Paulo* na cobertura política, no Palácio do Planalto e junto ao presidente.

Para os autores, o credenciamento “teria um valor maior do que a simples autorização para trabalhar próximo ao novo presidente; era um passaporte que dava ao jornalista [Leleco] a chance de presenciar os grandes fatos da política nacional a partir de então” (NASCIMENTO; ARAUJO, 2008, p. 63). Depois disso, os jornalistas Ruy Lopes e Haroldo Cerqueira Lima passam a acompanhar os presidentes que sucederam a Juscelino Kubitschek: Jânio Quadros, João Goulart e, depois de 1964, os presidentes militares.

---

<sup>52</sup> Informações disponíveis em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/7/17/brasil/28.html>. Acesso em: 03 jan. 2020.

Por outro lado, durante as articulações que antecederam o golpe contra o governo de João Goulart, enquanto o presidente buscava apoio para implementar as reformas de base nos setores de esquerda, a oposição conservadora se articulava com os militares golpistas, com apoio dos grandes jornais do período. Entre as ações de apoio da *Folha* estava a publicação recorrente de editoriais “de oposição sistemática ao governo” (NASCIMENTO; ARAUJO, 2008, p. 73).<sup>53</sup> Mota e Capelato (1981) afirmam que o golpe de 1964 foi bem recebido pelo jornal e acrescentam que houve um editorial da *Folha* que dava sugestões de medidas ao presidente Humberto Castelo Branco, com vistas à “regeneração nacional”.

A sucursal da *Folha*, mesmo estando no centro de decisão política do país, era composta por um grupo restrito de jornalistas. Leleco nesse núcleo foi ator central, secretário de redação, trabalhando lado a lado com Ruy Lopes, participava de toda a rotina diária e foi ele quem recebeu a jornalista Ana Mascia Lagôa, em janeiro de 1974.

Ana Lagôa começou a trabalhar como repórter aos 18 anos de idade, na sucursal paulista de *O Globo*. Passou também pelas redações do *Última Hora*, *Correio da Manhã* e pela sucursal fluminense da *Folha de S. Paulo*, até mudar para Brasília. No governo Geisel, foi setorista da área militar na sucursal da *Folha* em Brasília de 1974 a 1977 para, em seguida, retornar à sucursal do Rio de Janeiro, a fim de cobrir justamente o processo de sucessão presidencial, uma vez que suas fontes estavam naquela cidade. Ficou na sucursal carioca até seu fechamento, em 1980 (HAYASHI, 1999).

Ela entra na equipe de Brasília para cobrir a área militar, que compreendia o Estado Maior das Forças Armadas, o Quartel-General, e os ministérios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica (NASCIMENTO; ARAUJO, 2008). Como lembrou Maria Cristina Innocentini Hayashi (1999):

Naquele tempo, poucos jornalistas conseguiam ser credenciados para cobrir os ministérios militares. Era uma situação dúbia: ao mesmo tempo em que o credenciamento era concedido a quem nunca tinha sido preso, perante a categoria o profissional era visto com suspeição. A jornalista conta que era

---

<sup>53</sup> Leleco, segundo Nascimento e Araujo (2008), mesmo discreto, era simpático ao comunismo e após o golpe militar, partindo de uma análise política realista, percebeu que era possível trabalhar sob uma ditadura mesmo assim mantendo a dignidade.

casada com um diplomata e aceitou a vaga apenas porque, face à ida do marido para o exterior, teria uma breve passagem pelo setor. A área a cobrir, no caso, não tinha muita importância, já que sua carreira seria interrompida (HAYASHI, 1999, on-line).

Leleco percebeu o potencial da jornalista e viu uma oportunidade de eles terem uma metodologia de trabalho que possibilitasse extrair “informações exclusivas dos meios militares” (NASCIMENTO; ARAUJO, 2018, p. 129).<sup>54</sup> O clima de abertura do governo Geisel permitiria esse projeto, assim como as primeiras sinalizações da possível suspensão da censura.<sup>55</sup>

Lagôa afirma que foi uma boa repórter de temas gerais, que “gostava de contar as histórias das pessoas”. Acrescenta que a cobertura da área militar a fez ficar mais conhecida porque ela passou a assinar matérias de “fôlego”, elaboradas com muita leitura implícita, nas entrelinhas, e por consequência, propensas a ter mais visibilidade. No entanto, para a jornalista esse trabalho só foi possível no contexto que a *Folha de S. Paulo* vivia naquele momento, trabalhando com Haroldo Cerqueira de Lima, e mais tarde com Alberto Dines. Para a jornalista, o trabalho que exerceu naquele momento histórico só foi possível por estar em uma “bolha competente, protetora, responsável e equilibrada.”<sup>56</sup>

Importante salientarmos que, naquele período histórico os repórteres e os jornais estavam sob constante pressão, as reportagens eram minuciosamente escritas, pois qualquer interpretação errônea do texto poderia colocar o jornal, os donos e os jornalistas em uma situação delicada. Nesse sentido, Nascimento e Araujo (2008, p. 131) afirmam que existia uma grande diferença entre o que era apurado e o que seria publicado, porque “quase nada do que era apurado era de fato publicado como notícia”.

A primeira matéria assinada por Ana Lagôa sobre a área militar depois de sua chegada a Brasília é de 26 de outubro de 1975. Seu tema foi a ampliação

---

<sup>54</sup> Haroldo Cerqueira de Lima (Leleco) fala sobre a jornalista Ana Lagôa em um depoimento dado a Nascimento (2003) e citado por Nascimento e Araujo (2018, p. 129): “Ela foi minha ‘foquinha’ em Brasília e aprendeu tudo muito rápido. Foi uma das melhores repórteres que já passou pelas minhas mãos”.

<sup>55</sup> Em que pese a *Folha de S. Paulo* não ter sofrido com os censores em sua redação, ela optou pela autocensura. Os demais jornais sentiram a mão do censor desde a entrada em vigor do AI-5, em 1968. Só a partir de janeiro de 1975 ocorre a suspensão da censura na redação do *Estado de S. Paulo*; em junho do ano seguinte é retirada a censura prévia da *Veja* e, apenas em 09 de junho de 1978, com o fim do AI-5, ocorre o fim da censura, em termos gerais (GASPARI, 2014).

<sup>56</sup> Entrevista à autora, e-mail, 01 de março de 2019.

dos transportes aéreos no país, e para elaborá-la ela conversou com o então diretor do Departamento de Aviação Civil (DAC), o brigadeiro Deoclécio Lima Cerqueira, marcando assim sua estreia como setorista e inaugurando um diálogo com os militares que vai se estender por todo o período do governo Geisel.<sup>57</sup>

Conforme já falamos, Leleco viu potencial na jornalista, e percebeu que, a partir de preparação adequada, ela poderia criar uma relação de confiança com pessoas chaves nos ministérios militares, inclusive com oficiais-generais. O trabalho com as fontes requeria muito estudo, pois a conversa com os militares era pautada em assuntos especializados e pouco conhecidos do mundo civil (NASCIMENTO; ARAUJO, 2008). Nas palavras dela, publicadas na biografia de Leleco escrita por Nascimento e Araújo:

Como você senta em uma mesa forrada de projetos de mísseis e discute com o militar qual é o melhor míssil? Você tem que conhecer sobre mísseis minimamente para não falar besteira. Você tem que ler tudo sobre material bélico. Eu tinha caixas e mais caixas com material sobre o assunto. Eu olho para trás e acho tudo aquilo uma loucura, porque a gente era praticamente criança, eu com apenas 23 anos, como é que poderia ficar debatendo altas políticas de governo com militares que eram super-quadros de informação? Criava-se até vínculos amistosos. Não havia um clima de animosidade, de um rosnando para o outro; era um ambiente de camaradagem – não de deduragem, nada disso – havia respeito de ambas as partes (p. 130-131).

Assim como ela, outros jornalistas liam muito, revistas e jornais especializados nacionais e internacionais e a partir da leitura iam tecendo uma rede de trabalho. No entanto, a jornalista acrescenta que não eram todos os setoristas da área que faziam esse trabalho: alguns se limitavam apenas aos *releases* nos ministérios militares. Ana Lagôa (2018) também comentou sobre a sua relação com as fontes:<sup>58</sup>

As fontes eram fruto de um meticuloso, paciente trabalho de aproximação. Levava meses para você poder dizer que fulano era sua fonte. Estou falando da cobertura da política militar. Você podia fazer esse trabalho superficialmente, burocraticamente, cobrindo as solenidades, falando com os assessores de comunicação dos ministérios, pegar um boato aqui outro ali. Ou fazer o que eu e meus colegas *do Estado de S. Paulo* e do *Jornal*

---

<sup>57</sup> Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R02192.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

<sup>58</sup> Entrevista a autora, e-mail, 01 de março de 2019.

*do Brasil* fizemos naqueles anos. Estudamos, lemos muito, conversávamos entre nós, conferíamos tudo, estávamos sempre alertas para os “balões de ensaio”, para os jogos do poder. Tínhamos que ser cautelosos, indo até certos limites não explícitos, para evitar a cassação. Sim, eles cassavam a credencial. E a partir daí você não poderia mais cobrir nenhum evento oficial. Eu sobrevivi sem grandes problemas, porque aprendi a escrever nas entrelinhas, e as minhas principais fontes aprenderam a respeitar isso.

Um trabalho de muito fôlego, pois a profissional além de estudar temas de relevância para manter o diálogo com as fontes, também tinha que ter sensibilidade no que era dito na conversa cotidiana, nas informações que eram passadas nas conversas informais e como aquelas informações poderiam ser úteis para formar um quadro de bastidor que poderia gerar uma informação relevante para a *Folha de S. Paulo*. Nessas conversas não havia gravadores, muitas das informações eram guardadas na memória da jornalista que, ao chegar na sucursal, reconstruía com Leleco os diálogos, traçando mapas dos próximos acontecimentos, consultando os almanaques militares – um para cada força. Em seguida, Ana Lagôa escrevia o resultado de seu trabalho do dia em forma de Relatório Interno.<sup>59</sup>

De tempos em tempos, quando a situação exigia ou quando tinham uma determinada quantidade de RIs, Leleco ia pessoalmente para São Paulo para que Frias fizesse suas próprias análises. Ana Lagôa explica que esses relatórios editoriais serviriam de subsídios para o conteúdo do editorial do jornal e, também, para a seção Painel, que era escrita por Leleco. Eram o resultado do trabalho do dia a dia e do conteúdo apurado. Poucas coisas contidas neles foram publicadas. Constituía, uma ferramenta que, juntamente com a análise da posição dos militares nos três almanaques, possibilitava a interpretação dos rumos políticos dentro das Forças Armadas.

Nos tempos duros de medo e censura que o jornalismo nacional viveu durante a ditadura, o *Almanaque do Exército*, principalmente, era uma fonte de referência obrigatória para editores e repórteres, como lembra Luiz Claudio

---

<sup>59</sup> Em síntese, o processo de construção da notícia, realizado por Ana Lagôa, consistia na identificação dos temas relevantes e construção de um relatório preliminar que, depois, era cotejado com as informações dos almanaques militares para se transformar em um relatório interno que subsidiaria a construção de uma matéria para publicação. Esse processo está ilustrado nos Anexos dessa tese.



Cunha (2015). Trazia a relação de cursos e graduações de oficiais, ranqueados de acordo com o merecimento o que, por seu turno, poderia garantir ao militar uma posição na lista de promoções. Assim, os três almanaques militares, que deveriam ser publicações de circulação restrita no meio militar, passaram a ser uma ferramenta importante para as redações dos grandes centros e suas sucursais, com repórteres e editores analisando o seu conteúdo na tentativa de decifrar e traduzir “um mundo fechado, distante, alheio ao universo dos civis e das lideranças políticas”.<sup>60</sup>

Nascimento e Araujo (2018, p. 131) exemplificam o resultado dessa metodologia de trabalho da seguinte maneira: “Se numa sequência houvesse vários militares com curso de formação na Escola das Américas com chances de serem promovidos, aquilo indicaria uma tendência pró-comunidade de informações”.

Por fim, apresentada e problematizada a *Folha* como empresa e, também como local no qual se desenvolvia o trabalho de Ana Lagôa, na próxima seção nos dedicaremos a analisar as reportagens de autoria da jornalista, pois, por meio delas, poderemos entender por um novo ângulo – o da cobertura do jornalismo especializado – o mundo militar no governo Geisel.

---

<sup>60</sup> Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/o-almanaque-dos-tempos-de-chumbo/>. Acesso em: 20 fev. 2020.

## 4 A política militar nas páginas da *Folha de S. Paulo*

Nesta seção, analisaremos as matérias da jornalista Ana Lagôa, disponíveis no Arquivo de Política Militar da UFSCar, que leva o nome da jornalista. As matérias compreendem todo o período do governo Geisel (1974-1979), todavia, são as datadas de 1976 em diante que apresentam informações que dialogam mais com os objetivos desta tese. Para evitar possíveis lacunas, também foi pesquisado o acervo da *Folha*, para verificar se constam aí textos não disponíveis no AAL. As matérias foram separadas por temáticas, a saber: i) promoções, insatisfação e conflitos internos; ii) Sylvio Frota: ascensão e queda de um general; iii) sucessão presidencial: trajetória e tensões.

### 4.1 Promoções, insatisfação e conflitos internos

Em 9 de março de 1976 a *Folha de S. Paulo* publica a reportagem “Até fim do ano, sete generais na reserva”,<sup>61</sup> assinada por Ana Lagôa. O texto aborda a temática das promoções nas Forças Armadas e apresenta nomes de oficiais passíveis de ocupar cargos-chaves no governo. Os oficiais a que se refere o título compunham o Alto Comando do Exército, formado por 14 generais de Exército, o último posto da carreira. Até 1978, toda a composição do Alto Comando seria alterada, mas já nos primeiros dias de março 5 generais tinham passado para a reserva: o ministro do Exército Sylvio Frota; o comandante da ESG, Walter Menezes Paes; o general Ramiro Tavares Gonçalves, chefe do Departamento Geral de Pessoal (DGP); José de Azevedo Silva, chefe do Grupamento de Segurança e Defesa (GDS), e Ednardo D’Avila Mello, ex-comandante do II Exército, ao qual já nos referimos.

O texto analisa os postos que vagariam, abrindo, para promoção no 31 de março daquele ano, numa reação em cadeia. Como falamos anteriormente, o uso dos almanaques militares era essencial para que se pudesse analisar o jogo político dentro das corporações. A jornalista explica, em detalhe, a dinâmica dos afastamentos:

---

<sup>61</sup> Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R02149.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Ainda este ano, se afastará do quadro, passando à condição de agregado, outro general-de-exército, que deverá ser nomeado para o comando da ESG, Venitius Nazareth Notare. E ainda outro, se a chefia do EMFA for entregue a um oficial do Exército. No próximo ano, passarão para a reserva dois generais: Moacyr Barcellos Potyguara, comandante do Exército, que em setembro completará 66 anos, idade limite para permanecer no generalato, e o general Fritz Azevedo Manso, chefe do Estado Maior do Exército, que em novembro completará 12 anos de generalato. Em 1978 segundo dados do almanaque de pessoal, sairá para a reserva o general Dilermando Gomes Monteiro, comandante do II Exército que em novembro completará 12 anos de generalato.<sup>62</sup>

Uma análise do *Almanaque do Exército* nos permite dizer que o general Notare era o 7º na lista e assumiu o Departamento de Engenharia e Comunicação do Exército um mês após ser promovido a general de Exército<sup>63</sup>. Ele era cogitado na reportagem para substituir o general Walter de Menezes Paes, que passou à reserva em março de 1978, no comando da ESG, mas quem assumiu a vaga foi o general de Exército Ayrton Pereira Tourinho.<sup>64</sup>

No almanaque de 1975, Tourinho<sup>65</sup> era 3º general de divisão e foi promovido à general de Exército para uma das vagas dos generais que a matéria apontava que iriam ingressar na reserva. Já o general Antônio Jorge Correia foi substituído pelo 8º da lista de generais de Exército, general Moacyr Barcellos Potyguara, que a matéria adiantava que iria para reserva em 1977, por alcançar a idade limite nessa patente, o que realmente ocorreu: em setembro de 1977, o general foi para a reserva; em seu lugar no comando do Estado Maior das Forças Armadas assumiu o general Tacito Theophilo Gaspar de Oliveira que no referido almanaque era o 9º general de divisão. O outro nome que a matéria trouxe como

---

<sup>62</sup> O termo “agregado” refere-se à situação na qual o militar é afastado temporariamente do serviço ativo ou esteja em exercício de cargo militar não previsto nos quadros de efetivos de sua força, como por exemplo quando o militar assume uma pasta ministerial. Disponível em: <http://www.arganalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R02149.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

<sup>63</sup> Foi para reserva em março de 1978. Ver <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/notare-venitius-nazare>. Acesso em: 10 fev. 2020.

<sup>64</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pais-valter-de-menezes>. Acesso em: 10 fev. 2020. Há uma divergência na grafia do nome do general – e de outros nomes – no site do CPDOC e no *Almanaque do Exército*, optamos por manter a grafia do almanaque.

<sup>65</sup> Segundo Bressan (2015) o general Ayrton Pereira Tourinho foi o primeiro paranaense a conquistar a quarta estrela. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/o-primeiro-paranaense-quatro-estrelas-d1981y2tvdp3rr9s1m14zknkj5/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

ingressante na reserva em 1977 foi o do general Fritz Azevedo Manso, 6º general de Exército da listagem e chefe do Estado Maior do Exército (EME), que entrou para reserva em 25 de novembro de 1977.<sup>66</sup>

Ainda para passar à reserva no ano de 1978, completando 12 anos de generalato, estava o general Dilermando Gomes Monteiro, mas que foi designado para substituir o general Ednardo D'Ávila Mello no comando do II Exército e com isso “reverter” uma crise gerada no estado de São Paulo com as denúncias de tortura e mortes no DOI-CODI, no final de 1975 e começo de 1976.

Entre esses generais apontados para passar à reserva, o único que foi para a reserva “a pedido” foi Ednardo. Em 1964, o militar servia na Paraíba, sendo promovido a general de brigada em março de 1965, em 1969 passa a ser adido militar na embaixada de Washington onde chefiava a delegação brasileira na Junta Interamericana de Defesa (JID), em março desse mesmo ano é promovido a general de divisão e, em novembro de 1973, ganha sua quarta estrela. Em 1974, assume o comando no II Exército<sup>67</sup> e um ano depois se torna ator principal de uma “sequência de incidentes” que geraram tensões no alto escalão do poder.

O primeiro “incidente” que coloca o governo estadual e o comandante do II Exército em campos opostos foi a invasão do Instituto de Arquitetos de São Paulo e a intimação do arquiteto Eurico Prado Lopes para prestar esclarecimentos no DOI-CODI<sup>68</sup> em 25 de março de 1975. Segundo Markun (2015, p. 195) o arquiteto e sua esposa, Maria Helena, estiveram em sua casa e relataram que “o pai de Maria Helena, irmão do marechal Ademar de Queiroz,<sup>69</sup> ele mesmo general com militância na Revolução, embora já reformado, tinha

---

<sup>66</sup> Ver <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/manso-fritz-azevedo> . Acesso em: 10 fev. 2020.

<sup>67</sup> Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ednardo-davila-melo>. Acesso em: 21 fev. 2020.

<sup>68</sup> Os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) sucederam a Operação Bandeirantes (Oban), criada em São Paulo em julho de 1969. Essa operação tinha como objetivo concentrar as ações repressivas no comando do Exército, sendo extinta em 1970. Os DOI-CODIs foram instalados nas principais capitais do país, passando a atuar fortemente na repressão, execução e desaparecimento de opositores ao regime. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/difusao/arquivo-na-historia/696-doi-codi.html>. Acesso em: 08 set. 2020.

<sup>69</sup> Queiroz foi um dos principais chefes militares articuladores do golpe de 1964, foi presidente da Petrobrás e chegou a ser cogitado, pelo próprio Castelo Branco, para substituí-lo na presidência da república. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/queiros-ademar-de>. Acesso em: 08 set. 2020.

recebido um aviso de que o genro ia ser preso pelo DOI-CODI”. Diante disso, procuraram o governador para que ele interviesse pessoalmente na situação.

De acordo com Gaspari (2004), Paulo Egydio fez contato, ainda naquela noite, com o general Golbery do Couto e Silva<sup>70</sup> e com o marechal Ademar de Queiroz. No dia seguinte foi divulgado que a intimação contra o arquiteto havia sido suspensa. A atitude do governador<sup>71</sup> contrariou o comandante do II Exército<sup>72</sup> que, como já vimos, em discurso proferido em comemoração ao “aniversário da revolução”, atacou os que, de alguma forma, defendiam os subversivos e atrapalhavam os órgãos de segurança (GASPARI, 2002). A situação de hostilidade entre esses dois atores se intensifica no ano de 1975, a partir da crise criada por mortes nas dependências do DOI-CODI paulista. Na visão do general Sylvio Frota (2006, p. 305), então ministro do Exército:

O estado de São Paulo só recebia generais unguídos pelos óleos da confiança dos sacerdotes do Planalto. Fácil é verificar as íntimas relações de amizade e as anteriores ligações de serviços que os escolhidos mantiveram com o presidente e, ainda, perceber como estes fatores predominaram na seleção, embora muitos desses oficiais fossem dotados de destacadas e reconhecidas qualidades profissionais. A manobra político-militar em São Paulo saltava aos olhos. O governador do estado privava da intimidade do Presidente da República, que desejava ter ali um dispositivo militar de sua confiança pessoal para, em caso de uma crise institucional, nele se apoiar.

As disputas internas entre o governador Paulo Egydio Martins e o general Ednardo, acarretaram consequências que abalaram o regime, notadamente em um período no qual o presidente Geisel insistia na abertura lenta e gradual. Um dos episódios mais conhecidos foi o assassinato do jornalista Vladimir Herzog,<sup>73</sup>

---

<sup>70</sup> O general Golbery foi um dos articuladores da candidatura de Ernesto Geisel, com o objetivo de trazer de volta ao poder os remanescentes do grupo castelista. Após assumir a presidência, Geisel o nomeou ministro-chefe do gabinete civil, sendo o primeiro homem do governo (CPDOC/FGV).

<sup>71</sup> Em seu livro, o ex-ministro do Exército afirma que as promoções de 1975 para o estado de São Paulo, vão ocorrer com militares referendados pelos homens de confiança do presidente Geisel. (FROTA, 2006, p. 304-305).

<sup>72</sup> Nomeado comandante do II Exército em São Paulo, em janeiro de 1974, ainda no governo Médici, com a missão de combater a subversão e controlar a ameaça comunista no estado.

<sup>73</sup> Vladimir Herzog foi diretor de jornalismo da TV Cultura, professor, cineasta e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Contudo, segundo Gaspari (2004), não era um “quadro” do partido propriamente dito, era mais preocupado com a cultura do que com a política.

em 25 de outubro de 1975, que examinamos em detalhe atrás. Elio Gaspari descreve Herzog como:

Para esse homem tímido e miúdo [Herzog] confluíam três crises, todas carregadas de ódio. Uma era o choque da Comunidade com Geisel. Outra, a caçada do CIE [Centro de Informações ao Exército] ao Partidão. A terceira, mais virulenta, era o conflito do general Ednardo com o governador Paulo Egydio Martins. A prisão de Vlado Herzog servia a todas (GASPARI, 2004, p. 174).

No bojo da “caça às bruxas” contra o PCB, o jornalista foi espontaneamente ao DOI-CODI para prestar esclarecimentos sobre suas relações com o partido. Poucas horas depois, estava morto. As circunstâncias desta morte geraram grande repercussão na opinião pública dentro e fora do país<sup>74</sup> e provocaram a cobrança de esclarecimentos por parte da imprensa e da sociedade sobre a morte ocorrida dentro das dependências do DOI.<sup>75</sup>

A morte de Vladimir Herzog chocou por diversos motivos e, dentre eles, foi um caso de assassinato nos porões da ditadura de uma pessoa “com vida legal, cuja atividade política tinha pouco relevo até mesmo no seu cotidiano” (GASPARI, 2004, p. 179), mas não foi a primeira morte. De acordo com o relatório da Comissão da Verdade de São Paulo, o tenente reformado José Ferreira de Almeida, da Polícia Militar do estado de São Paulo (PMSP), cujo caso já mencionamos, foi o “primeiro morto oficial” assassinado no período de 1974 a 1979. Paula Sachetta (2012) acrescenta que, na época de sua prisão, ele era diretor do Clube de Oficiais da Reserva, que equivalia a uma espécie de sindicato dos policiais (SACHETTA, 2012).

O tenente Almeida foi um dos presos da já referida Operação Radar, atuante de 1973 até 1976, coordenada por agentes do DOI-CODI de São Paulo, com contribuições dos demais Destacamentos de Operações de Informação (DOIs) e com o Centro de Informações do Exército (CIE), em uma ação de investigação e prisões em todo o país com o objetivo de pôr fim ao Jornal

---

<sup>74</sup> O Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo manteve-se em sessão permanente e a Comissão Executiva do Diretório Regional do MDB se posicionou em solidariedade à morte de Herzog. Martins Filho (2017, p. 195-229) relata a repercussão nacional, internacional e diplomática da morte do jornalista.

<sup>75</sup> Em julho de 2018, a Corte Interamericana de Direitos Humanos reconheceu a morte do jornalista como crime contra a humanidade e condena o Brasil por essa morte (GODOY; NOSSA, 2018). Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-e-condenado-por-assassinato-de-herzog,70002387409>. Acesso em: 08 set. 2020.

periódico *Voz Operária* e atingir a direção do Partido Comunista Brasileiro (PCB).<sup>76</sup>

Sobre as circunstâncias da prisão e morte, como já dissemos, o *modus operandi* se repetiu, pelo menos em partes, nos dois casos. Em 7 de julho de 1975, o tenente Almeida foi preso juntamente com outros 62 militantes e militares acusados de serem comunistas e integrarem o PCB. Somente 30 dias depois da prisão, o advogado do policial conseguiu autorização para visitá-lo no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP). Nessa visita, conforme descrito no relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, o advogado constatou que seu cliente estava “abatido, tenso, com sinais bem visíveis de tortura, escoriações e marcas de choque. Ele teria dito ao advogado que temia ser morto”. Na mesma data, José Ferreira de Almeida foi levado de volta para o DOI-CODI paulista e, no dia seguinte, foi divulgada nota pelo II Exército sobre o suicídio do tenente.

O preso – que também era conhecido, como já vimos, pelo apelido de *Piracaia* – segundo informações do II Exército, “teria amarrado o cinto do macacão à grade da cela, de forma que seu corpo pendeu com as pernas dobradas e os pés no chão” (GASPARI, 2004, p. 159). O que o Serviço Nacional de Informações teria informado sobre o caso é que o tenente havia se matado por estar prestes a denunciar os prováveis contatos em outras áreas militares.<sup>77</sup>

O CIE informou horas depois ao ministro do Exército Sylvio Frota do ocorrido no DOI. Na versão de Frota (2006), dias após a morte do tenente, outro policial militar teria sofrido agressões dentro da instituição. Na ocasião o ministro teria chamado o general Ednardo<sup>78</sup> e o orientou a tomar “medidas enérgicas” para apurar os fatos e trocar membros do DOI, para que os “exageros” fossem

---

<sup>76</sup> Maiores informações sobre a Operação Radar podem ser obtidas em: <http://www.forumverdade.ufpr.br/blog/2015/07/20/fragmentos-da-ditadura-a-operacao-radar-1973-1976-a-dizimacao-de-liderancas-do-pcb/>. Acesso em: 04 mar. 2019.

<sup>77</sup> Gaspari (2004) acrescenta que, até aquela data, oficialmente, o tenente Almeida era o 36º preso a se suicidar dentro de uma prisão da ditadura, o 16º enforcado e o sétimo a fazê-lo sem vão livre.

<sup>78</sup> O general Ednardo era tido em alta conta pelo ministro do Exército. Em seu livro, Frota (2006) não admite que houvesse tortura na jurisdição do Exército, defendendo que os “excessos” ocorreram de forma isolada, em decorrência da pressão psicológica e a diversas ofensas sofridas por eles por parte dos presos. Acrescenta ainda que a ordem de não revidar era expressa e, também, que o suicídio era uma diretriz dos partidos para deixar o Exército em uma posição delicada.

interrompidos, dando orientações expressas para que o comandante do II Exército estivesse mais presente naquela unidade.

Gaspari (2004) acrescenta que a morte do tenente Almeida e os relatos de tortura dentro das dependências do DOI deixaram os policiais militares do estado de São Paulo chocados e que esse acontecimento teria voltado a pôr em choque o governo de São Paulo e o comando do II Exército. A partir desse episódio, como já destacamos, o governador Paulo Egydio exigiu que os policiais da corporação estadual, apontados como suspeitos, fossem interrogados nos quartéis da corporação.

Em que pese o conhecimento em Brasília do que ocorria dentro do DOI, as ocorrências até então não tinham ganhado a atenção dos meios de comunicação e da opinião pública. Isso só vai ocorrer a partir da morte de Herzog.

O fator decisivo para a saída do general Ednardo do II Exército foi o assassinato do operário Manoel Fiel Filho<sup>79</sup>, em 17 de janeiro de 1976, por dois agentes do DOI-CODI. O metalúrgico foi levado da fábrica onde trabalhava, sob a acusação de pertencer ao PCB e, no dia seguinte à sua prisão, os órgãos de segurança emitiram uma nota oficial afirmando que havia se enforcado em sua cela com as próprias meias. Porém, de acordo com colegas, quando preso, usava chinelos sem meias. Segundo Gaspari (2004, p. 214-215):

Os serviços de informação do governo, que prendiam vendedores de bilhetes de loteria em nome da segurança nacional, mantiveram no escuro o presidente da República e o ministro do Exército. O chefe do CIE, general Confúcio, não avisou Frota, porque seus informantes paulistas lhe pediram “boca-de-siri”. O chefe do SNI, general Figueiredo, também recebeu a notícia, mas não a comunicou ao presidente.

O caso teve imediata repercussão. Paulo Egydio Martins teria telefonado pessoalmente para o presidente informando a morte do operário.<sup>80</sup> Geisel, por sua vez, teria entrado em contato com o ministro Frota que, na ocasião, teria informado não saber sobre o caso. Foi então que o ministro entrou em contato

---

<sup>79</sup> De acordo com Gaspari (2014, p. 212) “Manoel Fiel Filho fora o 39º suicida do regime e o 19º a se enforçar” em vão livre.

<sup>80</sup> O conteúdo do telefonema teria sido, segundo Gaspari (2004, p. 215): “– Presidente, desculpe incomodá-lo. Morreu outro preso no DOI, outro enforcamento. Eu procurei o Figueiredo e o Golbery, mas não os achei. – Paulo, não tome providência nenhuma. Você terá notícias minhas”.



com o CIE, que também não teria o registro da ação e de suas consequências. O funcionário que deu essa informação para o ministro foi imediatamente afastado e o general Confúcio Danton de Paula Avelino, se sentindo pressionado, não só por esse fato, mas por outros fatos ocorridos no CIE (e, também, durante sua atuação no II Exército) preferiu pedir demissão antes de ser exonerado.

Quanto à saída de Ednardo, foi proposta uma troca de função, ele deixaria o II Exército e assumiria a chefia do Departamento de Pesquisa daquela força, no lugar de Dilermando Gomes Monteiro que assumiria em seu lugar. No entanto, o general Ednardo não aceita a proposta e solicita sua ida para a reserva.

Por óbvio, a matéria de Ana Lagôa que vínhamos examinando não traz as informações listadas acima, mas apresenta os dados oficiais sobre o número de vagas computadas para as promoções de 31 de março de 1976 passadas à imprensa pelo Centro de Relações Públicas do Exército.

Em 20 de junho de 1976, Ana Lagôa publica o artigo “Alto Comando vai ser renovado a partir de julho”,<sup>81</sup> essa renovação, segundo a matéria, iniciava-se naquele mesmo mês, mas se estenderia até 1978. Um período longo que marcaria fortemente, segundo o artigo, as articulações de grupos de interesses e de coalisões em dois movimentos distintos, um primeiro que primava pela preservação dos ideais “revolucionários de 64” e outro que compreendia que tinha chegado o momento da abertura, ou pelo menos, via o esgotamento das condições de manutenção do regime. No entanto, essa divisão que “impregnou profundamente o imaginário e a memória militares” (CHIRIO, 2002, p. 50), não foi simplista e tão pouco surgiu juntamente com a iniciativa da “abertura lenta e gradual” de Geisel.

As lutas internas nas Forças Armadas, para Chirio (2002), existiam antes da ascensão de Castelo Branco ao poder e foram se polarizando entre, de um lado “o poder castelista” diluído nas instituições democráticas anteriores e sua base militar e, de outro, “grupos revolucionários” diversos e esparsos,

---

<sup>81</sup> Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R02151.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2020.

mais ou menos integrados no aparelho de Estado, mas coesos dentro do que se convencionou chamar de “linha dura”.<sup>82</sup>

Para Kucinski (2001), a facção castelista vai se consolidar a partir de 1959, na campanha de Jânio Quadros à presidência, tendo entre seus dirigentes os então coronéis Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel. Para esse autor, os castelistas eram os “intelectuais do Exército”, ligados à artilharia da corporação e à matemática. Os castelistas, para o mesmo autor, carregavam rancor político e a frustração por Castelo Branco não ter feito sucessor no regime. Já os chamados militares “linha dura”, de acordo com Martins Filho (1995), eram provenientes da “jovem oficialidade”, e tinham uma constituição heterogênea, “de composição variável e ideologia difusa”. Mas, para o autor pode se perceber dois denominadores comuns a esses militares: “em primeiro lugar, nas reivindicações de maior rigor na ‘depuração’ do sistema político; e em segundo nas expectativas de influenciar diretamente o processo de tomada de decisões do governo militar” (MARTINS FILHO, 1995, p. 54).<sup>83</sup>

A partir desse panorama fica clara a importância das articulações em torno das promoções e o quanto elas se faziam fundamentais para configurar um Alto Comando das Forças Armadas que desse o tom sobre o processo decisório que interessasse ao governo, notadamente sobre a forma pela qual ocorreria a abertura política do país. Mas, voltando à matéria de Lagôa, naquele 20 de junho, depois de um breve resumo sobre o que é o Alto Comando do Exército, sua composição e finalidade, o texto da jornalista esclarecia ao leitor que o órgão era formado por generais “quatro estrelas” que colaboravam com o ministro do Exército nos assuntos políticos e administrativos incluindo a elaboração da lista de promoções de oficiais generais.

Apesar de as promoções fazerem parte da rotina militar ligada à renovação do quadro de oficiais-generais, a matéria salienta que em 1976 esse trâmite traria algumas especificidades, notadamente a escolha de um ministro-chefe para o EMFA e um novo comandante do I Exército, já que o general Reynaldo Mello de Almeida, já citado na matéria anterior, iria para reserva em

---

<sup>82</sup> Para Chirio (2002), a “linha dura” é uma expressão do vocabulário dos próprios atores que compunham uma facção de oficiais que não possuía uma “linha política”, mas que primavam pelos preceitos da “‘revolução’ de 31 de março de 1964”.

<sup>83</sup> Para as origens da cizânia castrense e a caracterização detalhada dos grupos citados ver: Martins Filho (1996), especialmente as páginas 52 a 60.

novembro daquele ano. De maneira didática, a reportagem informa o porquê da relevância dessas promoções:

O Alto comando muda em função desses fatores, porque ele é composto dos generais-de-exército que chefiam os cinco departamentos do Ministério, dos que comandam os quatro exércitos e os dois Comandos Militares (Planalto e Amazônia), pelo Chefe do Estado Maior e ainda, o chefe do Centro de Informações, além do próprio ministro do Exército, que o preside. Qualquer alteração envolvendo esses postos, se reflete, portanto, no Alto Comando.<sup>84</sup>

Em um tom especulativo sobre o nome a ser escolhido pelo presidente Ernesto Geisel, para um dos comandos do Exército, a matéria traz uma lista de quatro generais que poderiam ser escolhidos: Tacito Theophilo Gaspar de Oliveira, Adauto Bezerra de Araujo, Ariel Pacca da Fonseca e Euler Bentes Monteiro. Dois desses nomes, os últimos, se destacarão no desenrolar dos acontecimentos, aparecendo com mais ênfase mais adiante.

Segundo Frota (2006), um mês antes das promoções de março de 1976, ele se reuniu com o presidente Geisel para que juntos analisassem o *Almanaque do Exército* e os possíveis nomes para as promoções. Nessa reunião, Geisel havia apresentado reservas à promoção do general Ariel Pacca da Fonseca que, no entanto, foi promovido a general de Exército naquele mês de março, e em maio do mesmo ano alçado à chefia do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército onde atuou até dezembro de 1977, quando assumiu a chefia do EME.<sup>85</sup> O general que teria sido vetado por Geisel, nessa reunião com o general Sylvio Frota, foi Adauto Bezerra de Araújo, o 10º general de divisão do *Almanaque do Exército*. Para Frota (2006, p. 384) ele teria sido acusado por Geisel de “tibieza no comando da Brigada Paraquedista, onde não refreava atos de indisciplina”. Esse general realmente não foi indicado pelo presidente.

Na lista apresentada pela matéria foi também apontado como possível nome a assumir o III Exército o general Euler Bentes Monteiro, 5º general do almanaque, que já era general de Exército desde março de 1974 e chefe do

---

<sup>84</sup> Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R02151.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

<sup>85</sup> O general Ariel Pacca, saiu para reserva em novembro de 1978 por ter completado 12 anos de generalato. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fonseca-ariel-pacca-da>. Acesso em: 20 fev. 2020.

Departamento de Material Bélico do Exército, tendo sido responsável pela implementação da indústria bélica nacional, e a implantação da IMBEL.<sup>86</sup> Todavia, à sucessão do III Exército foi promovido o general Fernando Belfort Bethlem, que ficou na chefia do Departamento Geral de Pessoal do Exército até agosto desse mesmo ano de 1976, quando assumiu o novo comando em Porto Alegre, até que, em outubro de 1977, assume o lugar de Sylvio Frota no Ministério do Exército, causando surpresa em muitos analistas por ser considerado um radical, assim como seu antecessor.

Segundo a jornalista, era o Alto Comando que elaborava a lista para as promoções dos oficiais gerais, cabendo ao presidente referendá-la. Contudo, para as promoções de 31 julho daquele ano, haveria somente uma vaga, a do general Ayrton Pereira Tourinho, aberta dois meses antes, quando o general assumiu o comando da Escola Superior de Guerra. As demais mudanças aconteceriam apenas a partir de agosto daquele ano. Interessante observar que a matéria já apontava que o promovido seria o então general de divisão Tacito Theophilo de Oliveira, que estava como chefe interino no Departamento Geral do Exército, o que realmente se confirmou.<sup>87</sup>

Ainda segundo o texto, para a chefia do Estado Maior normalmente era escolhido o militar mais antigo dentro de cada força, respeitando o rodízio entre o Exército, Marinha e Aeronáutica. Naquele momento, o EMFA tinha à sua frente Antônio Jorge Corrêa, que completaria quatro anos como general de Exército e iria para reserva em julho. Assim, em agosto, o presidente deveria indicar seu substituto. Ana Lagôa analisa os possíveis nomes que poderiam concorrer à vaga e, de acordo com o já citado rodízio entre as forças, teria possibilidade de ser indicado para essa vaga Délio Jardim de Mattos, então tenente brigadeiro do ar.<sup>88</sup>

---

<sup>86</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/monteiro-euler-bentes>. Acesso em: 20 fev. 2020.

<sup>87</sup> O general fica nesse cargo até outubro de 1977 quando é convidado pelo presidente Geisel a assumir o Estado-Maior das Forças Armadas – EMFA. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oliveira-tacito-teofilo-gaspar-de>. Acesso em: 20 fev. 2020.

<sup>88</sup> O ministro do STM Délio Jardim de Matos, foi colega de turma do general Figueiredo na escola militar de Realengo, tendo sido promovido a major-brigadeiro em abril de 1971. Matos também serviu no gabinete militar no governo Castelo Branco com Geisel e foi um dos maiores articuladores da campanha dele para a Presidência da República. Em março de 1977 foi nomeado chefe do Estado Maior da Aeronáutica (EMAER); era apontado nos veículos de

No texto, a jornalista traz a informação de que tal sistemática era regulamentada pelo decreto-lei número 20 de 1967. Mas, por meio de um parecer da Consultoria Geral da República, esse entendimento foi flexibilizado. No fragmento do parecer que Lagôa recupera, estava escrito que o presidente deveria obedecer “em princípio” ao rodízio, abrindo assim a possibilidade de Geisel não o seguir, o que de fato ocorreu. O escolhido para suceder o general Antônio Jorge Corrêa, não veio da Aeronáutica e sim da força terrestre e foi o comandante do IV Exército, Moacyr Barcellos Potyguara.

Com a ida do general Potyguara para o EMFA, é nomeado para o seu lugar no IV Exército o general Argus Lima, que servia no Departamento de Material Bélico. Ana Lagôa foi enviada a Recife para cobrir a posse e escreveu sobre ela em 11 de setembro de 1976. Segundo a matéria<sup>89</sup>, a cerimônia foi presidida pelo ministro Sylvio Frota e contou com a presença de autoridades militares regionais, governadores e autoridades civis da região, representantes do partido governista e, também, dos senadores do MDB<sup>90</sup> Marcos Freire<sup>91</sup> e Agenor Maria.<sup>92</sup> O general Argus de Lima ficou no comando do IV Exército até abril de 1979.

As promoções voltam a ser assunto de Ana Lagôa apenas em julho de 1977 na matéria “Promoções de generais podem trazer novidades”, onde ela escreve que as promoções daquele ano teriam peso importante no processo de “escolha do sucessor de Geisel”. E adianta um assunto que teria importância vital nos desdobramentos futuros: o general de divisão João Batista Figueiredo

---

comunicação da época como “o mais político dentre os brigadeiros da FAB” e mais tarde entre “os mais aplicados assessores informais do General Figueiredo”. Se aposentou do STM em março de 1979 assumindo o Ministério da Aeronáutica do governo Figueiredo. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/matos-delio-jardim-de>. Acesso em: 22 fev. 2020.

<sup>89</sup> Matéria disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=5970&anchor=4262108&origem=busca&originURL=&pd=25aa10c01116b516abcc2370e85ed407>. Acesso em: 11 mar. 2020.

<sup>90</sup> Segundo a reportagem, Frota havia pessoalmente convidado esses senadores do MDB quando estiveram juntos na solenidade em que o Exército brasileiro foi homenageado pelo Legislativo.

<sup>91</sup> Senador crítico ao regime foi favorável à convocação da assembleia constituinte. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcos-de-barros-freire>. Acesso em: 21 fev. 2020.

<sup>92</sup> O senador se torna amigo do general Sylvio Frota Em entrevista ao *Jornal do Brasil* em 1977, disse que a amizade começou depois que o senador procurou o ministro em busca de apoio para um projeto que havia elaborado que previa a criação de “batalhões rurais” no Nordeste. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-agenor>. Acesso em: 21 fev. 2020.

poderia ascender ao quadro de generais quatro estrelas. O detalhe é que, segundo o *Almanaque do Exército* Figueiredo tinha outros 10 generais à sua frente; dentre eles, outro personagem central nos anos seguintes, Hugo Abreu.<sup>93</sup>

Para Figueiredo chegar a general de Exército até março de 1978, ou seja, antes do início do processo sucessório, Geisel deveria superar algumas dificuldades operacionais, tais como acelerar a promoção de seu indicado. Como justificativa para a afirmação de que o presidente Geisel estava dando importância maior para os nomes da lista de promoções, a matéria diz:

Essa atenção especial do presidente pelo Alto Comando pôde ser sentida no ano passado, quando foi alterada a lei de promoções aumentando a margem de escolha para as vagas. Pela antiga lei o Alto Comando elaborava uma lista de três nomes para a primeira vaga de general-de-exército e um nome para cada vaga seguinte. Pela nova lei, o Alto Comando prepara a lista com três nomes para cada vaga seguinte. Havendo duas vagas, entram cinco nomes. O objetivo primeiro desta alteração da lei seria dar maior margem de renovação dos quadros, mas, em última instância, oferece maiores opções para o presidente (PROMOÇÕES, 1977, p. 05).

O tema da sucessão já era tratado desde 1976 nos bastidores militares e políticos. No entanto, em 28 de junho de 1977, durante a posse do novo comandante militar do Planalto, o general Figueiredo fez a seguinte declaração: “pelo que eu sei, o debate sucessório não está aberto”. A partir dessa declaração, a matéria afirma que apareceram especulações e dúvidas quanto à unidade nas Forças Armadas:

Observadores políticos comentaram que só o apoio integral do Alto Comando poderá garantir a vontade do presidente e que, em função disso através das promoções, Geisel vem dando atenção especial aos nomes que se tornam membros desse colegiado (PROMOÇÕES, 1977, p. 05).

Ana Lagôa finaliza a matéria afirmando que não existia impedimento para que o presidente escolhesse um nome que não estivesse contido na lista de promoções. Geisel poderia devolver a lista ao Alto Comando solicitando a

---

<sup>93</sup> No acervo do Arquivo Ana Lagôa o recorte está disponível para consulta física. Ver <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6293&keyword=%22promoco+de+generais%22&anchor=4325925&origem=busca&pd=1a2d5029ec7f1a5f96188a29470471e6>. Acesso em: 21 fev. 2020.

inclusão de algum nome fora dos sete previstos no almanaque. Outra saída apontada pela jornalista era não manter a lista de promoções, uma vez que o general João Batista de Oliveira Figueiredo ocupava a chefia do SNI, e era um oficial agregado, então Geisel poderia promovê-lo e mantê-lo nesta condição de agregado.

O ministério da Aeronáutica parece se destacar como um lócus estratégico de informações para Ana Lagôa. Uma fonte chave foi o brigadeiro Délio Jardim de Matos, que apresentava à jornalista análises bem elaboradas de conjuntura e um profundo conhecimento das articulações palacianas. Délio não foi apenas um dos articuladores da candidatura de Geisel, foi também ator central em passar à imprensa uma imagem depreciativa dos opositores da abertura, buscando fortalecer as versões de interesse do governo. Assumiu o ministério da Aeronáutica em 1979, no governo Figueiredo. Foi mencionado inúmeras vezes nas reportagens da jornalista.

A ação de Délio no meio jornalístico pode ser ilustrada em uma matéria de 2 de junho de 1977, mesmo dia em que ele deixa a chefia do Estado Maior da Aeronáutica. Com o título “Délio de Matos é nomeado no STM”, reportagem de Ana Lagôa recupera o currículo do futuro ministro do STM, finalizando com a informação de que o militar possuía “16 das mais altas condecorações do Brasil e do exterior, e mais de 10 mil horas de voo” e que conhecia 19 países e que foi adido aeronáutico do Brasil na França.<sup>94</sup>

Em outubro de 1977, em nova reportagem sobre as promoções no governo Geisel intitulada “Novo chefe do EMFA elogia a austeridade”, a jornalista informava que essa era a terceira vez que a chefia do EMFA era trocada. A repórter relatava que, em um discurso improvisado, Geisel “manifestou a certeza de que o general Tacito de Oliveira lhe dará ‘toda a colaboração de que necessita’”. O texto recuperava a legislação sobre o tema, reforçando uma temática que a jornalista já havia trazido em matéria anterior sobre o rodízio entre as Forças Armadas.<sup>95</sup> Segundo ela:

---

<sup>94</sup> Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R02165.pdf>. Acesso em: 22 jan. 21.

<sup>95</sup> Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R01985.pdf> Acesso em: 22 fev. 2020.

Pelo decreto-lei 200, de 1967, “a chefia do Estado-Maior das Forças Armadas é exercida por um ofício-geral do mais alto posto, nomeado pelo presidente da República, obedecido o rodízio entre as Forças Armadas”. O rodízio nem sempre foi obedecido, entretanto, havendo uma predominância de ministros dos quadros do Exército.

Em 22 de novembro de 1977, a *Folha de S. Paulo* publica a matéria “Alto comando do Exército define a lista de promoções”. O mote era a elaboração da lista de nomes para promoção, já que dali a três dias o presidente assinaria os decretos relativos ao assunto. Ao todo, 26 oficiais nas três forças seriam promovidos, destes 15 só do Exército.<sup>96</sup>

Cabe lembrar que 1977 foi o ano do Pacote de Abril, já analisado, com medidas em sentido muito diverso da aludida abertura. Assim, o ano de 1978 é marcado mais pelo clima eleitoral do que pelas promoções, justificando, em certa medida, a ausência desse tema nas reportagens de Ana Lagôa para esse ano. Figueiredo é eleito em 15 de outubro e os governadores e senadores em 15 de novembro. Como veremos adiante, ganharam relevância os temas relacionados ao general Sylvio Frota e à sucessão presidencial.

No ano de 1979, com o general Figueiredo já empossado, o tema das promoções ressurgiu na cobertura de Ana Lagôa. A primeira matéria desse ano atribuída a ela é publicada em 18 de março com o título “Comandos nas três armas sofrerão poucas alterações”. Chama a atenção o seguinte trecho da matéria:

Os pontos-chaves de comando, sobretudo na cúpula militar, são elementos importantes na manutenção da disciplina e da hierarquia. Por isso, durante todo o governo Geisel, os nomes escolhidos para ocuparem esses postos mereceram toda a atenção do presidente e não teria sentido agora, a não ser em função de promoções, fazer grandes alterações do comando.<sup>97</sup>

O grande diferencial entre as matérias que analisamos anteriormente e essa é que, pela primeira vez, se coloca que a escolha de quem iria assumir funções-chave na hierarquia militar seria feita para além das aptidões individuais

---

<sup>96</sup> Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R02177.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2020.

<sup>97</sup> Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R02188.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2020.



dos militares da lista; era antes, uma decisão política: “De acordo com analistas do setor, que acompanham de perto os processos de promoções e nomeações, a identificação política dos nomes a serem selecionados é um fator que pesa sobremaneira na escolha”. A jornalista exemplifica: desde meados de 1978 “ficou claro que o general Hugo Abreu não seria promovido a quatro estrelas e muito menos nomeado para alguma função importante, já que ele, ostensivamente, rompera com a política do governo”.<sup>98</sup> A matéria conclui afirmando que os nomes considerados como pertencentes à chamada “linha Frota” também foram aliçados da cúpula militar.

Para finalizar a análise das matérias sobre essa temática, temos uma última intitulada “Figueiredo deverá manter os comandos”. Nela, onde se repetem as primeiras linhas de matéria anterior, fontes militares afirmavam não haver necessidade de trocas significativas no comando.

Os pontos chave de comando, sobretudo da cúpula militar, são elos importantes na manutenção da disciplina e da hierarquia, e na perfeita harmonia entre comandantes e comandados. Discordâncias pessoais sempre existiram, mas a ordem sempre prevalece, e hoje, não há motivos para que o general Figueiredo altere comandos a bem da disciplina.<sup>99</sup>

Segundo o texto, o presidente Figueiredo iria se reunir com militares da área do I Exército, situado no Rio de Janeiro, com o objetivo de analisar a situação militar, levando em conta a insatisfação, sobretudo da jovem oficialidade, com os rumos políticos dados pelo governo. Foi a primeira vez que esse processo foi tema da jornalista, indicando uma maior liberdade nas pautas tratadas no jornal.

Para Ana Lagôa não haveria necessidade de o governo fazer uma “limpeza de área para eliminar pontos de atrito”, uma vez que esse grupo de insatisfeitos havia se desarticulado com a perda de força do general Hugo Abreu. No entanto, ao contrário do declarado pelas fontes militares consultadas, a jornalista afirma que houve sim uma limpeza gradual, principalmente entre

---

<sup>98</sup> A trajetória do general será tratada com detalhes na análise dos relatórios internos da jornalista.

<sup>99</sup> Disponível para consulta física no Arquivo de Política Militar Ana Lagôa, pasta Política Militar, RO2190 e também em : <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6865&keyword=%22Ana+Lagoa%22&anchor=4234249&origem=busca&pd=da7f597fe55fa2355800a0d02c969711>. Acesso em: 23 fev. 2020.

majores. Ainda sobre Hugo Abreu, a matéria repete que após esse general ter discordado publicamente do processo sucessório, mesmo tendo mérito para receber a quarta estrela, ele passaria para reserva sem conquistá-la.

Outro caso trazido pela matéria é do general Adyr Fiuza de Castro que, por ter sido homem de confiança do general Sylvio Frota e ter emitido notas duras sobre os rumos políticos do governo depois da exoneração do general, foi preterido e nomeado para um posto de ostracismo. A jornalista afirma que essa “limpeza” não havia sido a única estratégia do governo, que empregando “recursos legais, como a lei de promoções e as cotas compulsórias de renovação de quadro, o sistema guindou aos postos de comando apenas homens de inteira confiança do grupo palaciano”.

Por fim, como consequência dessa estratégia, o presidente Figueiredo receberia um Alto Comando que “fechava questão” com o governo. Podemos concluir que a legislação que tratava das promoções e as brechas nela contida foram empregadas, principalmente a partir do ano de 1978, para moldar um Alto Comando favorável às políticas palacianas subsumindo com as faíscas de cizânia que surgiram nos primeiros anos do governo Geisel. Por outro lado, é possível que o fortalecimento de Geisel permitisse à jornalista mais liberdade para mencionar problemas internos às Forças Armadas.

#### **4.2 Ascensão e queda de um general**

O general Frota foi ministro do Exército entre 1974 e 1977 e era conhecido por ser um anticomunista ferrenho, tendo se distanciado do governo Geisel, ao qual teceu críticas severas, considerando-o “ideologicamente à esquerda”. Sua trajetória foi acompanhada de perto pela imprensa à época, incluindo a *Folha*. A intenção de Frota em suceder a Geisel na presidência deu maior complexidade à dinâmica política do período, até sua demissão, em outubro de 1977.

Quando Geisel assumiu, o ministro do Exército, como vimos, era seu irmão, o general Orlando Geisel. A manutenção de Orlando no ministério do Exército era uma expectativa dentro das Forças Armadas e, também, do próprio irmão de Geisel. Entretanto, o presidente não achou viável mantê-lo no cargo em função do parentesco, o que causou não só uma indisposição com os partidários de Orlando como também um rompimento entre os irmãos.

Em seu depoimento à D'Araujo e Castro (1997, p. 270-271), o presidente justifica a não escolha do irmão:

Acho que governo não se faz com família nem com amigos. Pode-se fazer amigos no governo: os ministros, muitos dos quais eu antes não conhecia, tornaram-se meus amigos. Mas levar alguém para o governo só porque é amigo? Não. Para o governo devem ir pessoas qualificadas pelas condições culturais, pela tradição, pela educação, pela probidade, e assim por diante (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 270-271).

Em que pese Ernesto Geisel ter o perfil pragmático e frio, a questão em torno da permanência de Orlando Geisel como ministro do Exército se tornou uma questão não só militar como também familiar, dada a pretensão, nunca dita claramente, do irmão mais velho de ficar no cargo (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997). Cabe destacar que, além das divergências de pensamento e posicionamento visíveis ao longo de suas carreiras militares (GASPARI, 2003), Orlando estava acima do presidente na hierarquia militar e tinha em torno de si um séquito de defensores de sua continuidade no ministério que eram considerados desprezíveis pelo presidente Geisel, a saber: os generais Antonio Jorge Corrêa, Ramiro Tavares Gonçalves e Humberto de Souza Mello, articuladores dessa permanência (GASPARI, 2003).

Geisel afirmou que, frente a essa situação de desconforto, adiou a escolha do nome para o ministério, na expectativa de que ocorresse algo que fizesse o seu irmão desistir (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997). O tempo estava passando e Orlando nunca tinha dito explicitamente que gostaria de permanecer no cargo, no entanto, a pressão que Geisel sofreu pela permanência do ministro sinalizou a pretensão do irmão. Enfim, sempre na versão do presidente, ao contrário do esperado, a situação continuou tensa, não restando alternativa a não ser ele comunicar ao irmão que ele não permaneceria no cargo (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997).

Um domingo, ele e a senhora foram nos fazer uma visita no Jardim Botânico. Conversamos sobre uma série de coisas, e no fim me sentei só com ele e disse: "Olha aqui, Orlando, já resolvi todo o problema do ministério, só falta o ministro do Exército. E quero dizer que não vai ser você". Foi uma coisa desagradável. Ele não disse nada, apenas "está bem" (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 133).

Na desgastante articulação em torno da substituição do ministro do Exército, o presidente Médici foi acionado para intermediar a situação. Na conversa entre os dois, a postura de Orlando teria surpreendido Médici, quando o primeiro respondeu: “Nem me passa pela cabeça criar problema para ele. Eu apenas imaginei ajudar, por alguns meses. Ele vai ter tanto problema no início do governo...” (GASPARI, 2003, p. 249).

Como se sabe, o presidente não achou viável manter Orlando no cargo por conta do parentesco e a relação entre os irmãos Geisel nunca mais foi a mesma. Orlando, acometido por um enfisema pulmonar, nunca visitou o irmão na presidência; Ernesto ia visitá-lo, algumas vezes. O presidente afirmou para D’Araújo e Castro (1997, p. 133-134) que eles foram amigos até a morte do irmão, em maio de 1979, e acrescentou que o episódio “foi um drama pessoal extremamente desagradável, o pior por que passei”.

O escolhido para o ministério foi o general Vicente de Paulo Dale Coutinho que faleceu menos de três meses depois de sua posse, sendo sucedido pelo general Sylvio Frota, que segundo o próprio Geisel, pela trajetória no Exército era “o substituto normal, interino, do ministro” (D’ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 437).

A primeira matéria sobre o caso Frota foi publicada em 27 de maio de 1977 e tratava de uma reunião do Alto Comando do Exército, cuja pauta seriam assuntos administrativos do ministério. No entanto, o texto trouxe o título: “Frota exalta os serviços de informação e segurança”.<sup>100</sup> Nele se informava que, após a reunião, foi oferecido um coquetel no saguão do Quartel General em Brasília, em comemoração ao 3º ano do general Sylvio Frota no Ministério do Exército. Nesse evento, o chefe do Estado Maior, general Fritz Azevedo Manso, fez uma saudação ao homenageado em nome do Exército, destacando a “lucidez, energia e serena liderança” do ministro. Em contrapartida, o general fez “uma palavra de reconhecimento e gratidão aos companheiros que, engajados mais diretamente na árdua missão de informação e segurança, velam pela tranquilidade geral”, fazendo questão de ressaltar: “a despeito das incompreensões levadas, muitas vezes, aos extremos da calúnia e da perfídia”.

---

<sup>100</sup> Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R06508.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

Com a intensificação da disputa sucessória, no dia 24 de agosto de 1977, outra matéria da jornalista, com o título “Militar não pode fazer declarações”<sup>101</sup>, destacou pronunciamento do comandante do III Exército, Fernando Belfort Bethlem, ao ser questionado sobre sua opinião sobre a sucessão presidencial. A declaração foi feita em sua chegada a Brasília para uma reunião do Alto Comando: “Mesmo depois de janeiro não devemos nos pronunciar. Não pode e não deve”.

O quadro mais amplo da entrevista foi a polêmica gerada por uma carta escrita pelo coronel da reserva Rui Castro endereçada ao Alto Comando, em que clamava pela “volta dos militares” aos quartéis e pela abertura política. Interessante constatar que Casto, no início do regime militar, era membro da primeira geração da “linha dura” do regime, também conhecida como “os coronéis dos IPMs”, junto com o coronel Francisco Boaventura Cavalcante Junior (CHIRIO, 2012).

A Revolução de 1964 cumpriu logo em seu início os objetivos a que se propunha. A “consolidação do objetivo”, preocupação militar de combate, degenerou na atuação política de força que se seguiu. O excepcional, perpetuou-se. Há uma desarmonia no poder nacional. Urge recolocar-se, em sua órbita, o poder militar, para que a mecânica plena daquele universo se processe. As Forças Armadas estão a exaurir-se por que fora de seu campo e longe de suas armas. A nação precisa delas, precisa de suas Forças armadas, insubstituíveis, em sua missão. Libertemo-las para que a nação se liberte. Só há uma saída para o impasse político a que se chegou: convocação de Assembleia Nacional Constituinte, eleita em pleito, flagrantemente livre e direto, sob a vigilância, mas sem a interferência das Forças Armadas que, livres, também, poderão atuar no excepcional se ele, por infelicidade, novamente ocorrer.<sup>102</sup>

Em consequência da carta e das declarações, o coronel foi condenado a 15 dias de prisão por quebra de hierarquia, prevista no regulamento disciplinar do Exército. Afirmando que não houve repercussões da prisão, a matéria traz declaração do general Bethlem: “ele se manifestou e assumiu a responsabilidade

---

<sup>101</sup> Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R04197.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

<sup>102</sup> A sucursal da *Folha de S. Paulo* no Rio de Janeiro, fez a apuração do caso e publicou em 19 de agosto de 1977 matéria sob o título “Exército Prende Cel. Rui Castro”. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R02215.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

de seu ato”. Quando perguntado sobre o teor da carta e a tese da volta aos quartéis, o general desconversou, dizendo que os militares nunca haviam saído de lá.

Em uma matéria publicada no dia seguinte à prisão do coronel e encaminhada de Santarém pelo enviado especial Ivã Sérgio, o coronel é descrito por “uma credenciada fonte governamental”, como pertencente à “linha dura” do Exército e que, na ativa, era “defensor de posições intransigentemente contra o diálogo”. Nos termos da reportagem: “A repentina mudança de atitude de Castro, agora pugnando por abertura democrática e volta aos quartéis, era vista como uma “maneira de aparecer, de ficar para a história, aproveitando o momento em que o clima político se mostra promissor” (SÉRGIO,1977).

Assim, sua manifestação não poderia ser confundida com as “diversas correntes políticas, com vista à elaboração de um projeto de institucionalização do país, visto com simpatia pelo governo”.<sup>103</sup> Interessante observar que, no mesmo período, tanto o coronel Francisco Boaventura como o brigadeiro Grün Moss enviaram cartas sobre o mesmo assunto ao Alto Comando, mas não foram punidos.<sup>104</sup> A justificativa foi que o tom das cartas enviadas por eles não quebrava o regulamento militar e que esses militares também não teriam se expressado na imprensa, não quebrando assim a hierarquia.

Naqueles dias finais do mês de agosto de 1977, Ana Lagôa ainda publicaria três matérias, todas envolvendo diretamente o ministro do Exército. A primeira delas, do dia 25 de agosto, comenta ordem do dia, assinada pelo ministro, em perceptível tom de despedida:

“As revoluções trazem, em seu bojo, crises de autoridade e liberam forças que, muitas vezes, os próprios revolucionários não podem conter”. Esta é uma frase do ministro Sylvio Frota, em sua ordem do dia do soldado, onde ele, referindo-se a Caxias, lembra os militares que já se encontram na reserva e se dirige aos que ainda se encontram na tropa, ressalta que o Exército Brasileiro “é um Exército unido, por isso, é um Exército forte” (...). Ainda referindo-se a Caxias, figura que inspirou suas palavras, o ministro diz também: “Considerava a disciplina um

---

<sup>103</sup> “Prisão de Rui Castro não prejudica diálogo”, 20 de agosto de 1977. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6313&anchor=4866872&origem=busca&pd=bb905faba6757ad1b7e3757eb1377c77>. Acesso em: 23 fev. 2020.

<sup>104</sup> Conforme já adiantado o coronel Boaventura fazia parte dessa “primeira linha dura” foi atingido pelo AI-5 em 1969. Ele e os coronéis ligados a ele encerram suas carreiras sem ascenderem na cadeia de promoções.

dos fundamentos da vida castrense, mas nunca a exerceu para tripudiar sobre a dignidade de seus subordinados. Tinha pela lei profundo respeito, pois sabia que a Lei é a Força, repelindo a amoralidade do conceito de que a Força é a Lei”.

A reportagem seguinte passa a tratar dos discursos do ministro do Exército e, também, do ministro da Marinha Geraldo Azevedo Henning pelo dia do Soldado.<sup>105</sup> Segundo a matéria, o ministro da Marinha voltou seu discurso para a missão das Forças Armadas, afirmando que elas não se limitavam exclusivamente “à preparação para um eventual conflito bélico. Elas são, na realidade, garantia de tranquilidade da família, fator de impulsão do progresso pátrio e escola de civismo”. A matéria destaca outro trecho da fala do ministro que, ao falar da união das Forças Armadas, assim se expressa:

E ao Exército de Caxias, fiel aos princípios da Revolução de 1964, vigilante e pronto para salvaguardar os elevados desígnios do povo brasileiro, que neste momento admiramos e aplaudimos (...), sob a firme liderança do chefe supremo das Forças Armadas, reafirmamos o inabalável propósito de defender a ordem e preservar as instituições nacionais.

Em resposta ao almirante Henning, Frota afirmou que as palavras do colega da Marinha eram “verdadeiro aval da persistência daquela identidade, cuja fragmentação seria perniciosa aos destinos da Pátria”.

Após a solenidade houve um coquetel em que os repórteres presentes tentaram conseguir alguma declaração política dos presentes. Ao ser questionado se o trecho do discurso do ministro Frota em que dizia “voltaram-se para dentro do Exército”, poderia ter o sentido de que havia a intenção de volta aos quartéis, o general Fritz Azevedo Manso, chefe do Estado Maior do Exército, desconversou afirmando que o ministro não se referia aos aspectos políticos da questão e sim à instituição. Contrariando as expectativas da imprensa, no decorrer do evento “nenhuma declaração política foi tirada nos rápidos contatos entre jornalistas e alguns chefes militares”.

---

105

Disponível

em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6319&keyword=e&anchor=4867410&origem=busca&pd=538b3052a3ee30ec7aa2e0355c54bdce>. Acesso em: 24 fev. 2020. Em tempo, ressalta-se que o Dia do Soldado é 25 de agosto, em homenagem a Duque de Caxias que nasceu neste dia no ano de 1803.

No dia seguinte, em texto com o título “Frota exalta valores da verdadeira chefia”, a articulista volta ao general, tratando do almoço por ocasião de seu aniversário que ocorreu no dia 26 de agosto.<sup>106</sup> Segundo o texto, os jornalistas que cobriam a área militar estavam em dupla expectativa, a primeira que se referia à dúvida se a imprensa credenciada junto ao gabinete teria “sinal verde” para comparecer ao evento, e a segunda se nesse evento o ministro faria alguma declaração de cunho político, que pudesse trazer dados novos para subsidiar as especulações sobre o processo sucessório. Confirmado o sinal verde, houve a frustração. Para os que esperavam alguma declaração política, tanto o discurso do general Fritz Manso quanto o do ministro Frota não continham nenhuma “alusão ao momento político”. Conforme já antecipava o título da matéria, o discurso de Frota deu ênfase “aos verdadeiros valores da chefia”.

A jornalista ressalta que era a terceira vez em dois dias que o ministro se referia à temática da chefia. A matéria traz a íntegra do discurso proferido pelo ministro, porém, faz questão de destacar o trecho em que o general aponta duas características necessárias de um chefe: “Em outras ocasiões tenho dito que a verdadeira chefia se alicerça em duas condições vitais: merecer o chefe a confiança de seus subordinados e estar, integralmente, identificado com as ideias do grupo a que pertence”. Ouvindo o discurso de Frota, no seu aniversário, estavam os 58 oficiais-generais, os cinco chefes de Departamentos do Ministério, o secretário-geral e o chefe do Estado Maior da força terrestre.

O ano de 1977 foi marcado por dois acontecimentos-chave: é o ano da exoneração de Frota e o da confirmação de Figueiredo como sucessor de Geisel. Com a exoneração do ministro Sylvio Frota, em 12 de outubro de 1977, as especulações sobre o peso do ex-ministro no processo sucessório vão direcionar o trabalho dos credenciados na área militar, dentre eles Lagôa.

Nesse sentido, a matéria da jornalista publicada três dias após a exoneração de Frota, traz um título sugestivo: “‘Gota d’água’ foi a campanha antes do tempo”. No texto, ela trata do processo de distanciamento entre o presidente Geisel e seu ministro. Ana Lagôa afirma haver certo endosso à candidatura de Frota à presidência da República, mas que “fontes governamentais” disseram que deveria ser observado como “o nome do ex-

---

<sup>106</sup> Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R04230.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2020.



ministro passou de um tratamento discreto para as manchetes de primeira página, ofuscando mesmo qualquer outro assunto político ou administrativo, nos últimos 15 dias”.<sup>107</sup>

A reportagem recupera os discursos de Frota em eventos a partir do “Dia do Soldado”, que geraram a expectativa de uma declaração política do ministro indicativa de sua candidatura. A matéria salientava que o ministro do Exército seria “o candidato natural” para a sucessão, no entanto, os discursos públicos do general Frota se voltaram para as qualidades ideais de um chefe, podendo ser interpretados como discursos que exaltavam suas próprias qualidades enquanto líder político e, ao mesmo tempo, nas entrelinhas criticavam o posicionamento do general Geisel.

A jornalista acrescenta que o clima entre o ministro Frota e o presidente Geisel havia se tensionado mais em decorrência de uma saudação que iria ser proferida pelo ministro do Exército em 23 de outubro, pela passagem do “Dia do Aviador” em nome do Exército e da Marinha, em saudação à Força Aérea. Nesta ocasião, de acordo com Lagôa, Frota teria consultado o colega almirante sobre “a conveniência de um texto político no discurso”, evidenciando uma cisão com o presidente, que esperava, a qualquer momento, o lançamento da campanha do general à Presidência.

Conforme o texto de Ana Lagôa, claro era que existiam especulações sobre o que haveria sido a “gota d’água” para a saída do ministro Frota. Entre elas, citava-se a demora na escolha do sucessor do ministro Moacyr Barcellos Potyguara na chefia do Estado-Maior das Forças Armadas. O chefe do EMFA havia entrado para a reserva em 25 de setembro, porém, ainda ficou no posto por algum tempo até a escolha de um novo nome.

A demora de Geisel em escolher o sucessor para a chefia do EMFA estaria também ligada, segundo a reportagem, à demissão do ministro. Segundo Ana Lagôa, o presidente Geisel manteve Potyguara no posto, mesmo depois de sua ida à reserva, pois ele era cogitado para assumir o lugar de Frota, caso o general Bethlem recusasse o convite. O general Potyguara seria um “trunfo Palaciano”, caso o ministro Bethlem não aceitasse a pasta, mas também era

---

<sup>107</sup>

Matéria disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6369&anchor=4265927&origem=busca&pd=39f76486856bdf4cd821c0f30802f222>. Acesso em: 26 fev. 2020.

uma peça fundamental para eliminar qualquer resistência à substituição de Frota.

No dia 10 de outubro de 1977, o general divulgou uma “Nota de despedida” dirigida aos “seus comandados”, na qual começa fazendo um retrospecto de sua infância e trajetória no Exército, até chegar a tempos mais recentes:

Desde o início de minha gestão na pasta do Exército, estranhei certos fatos e comportamentos, desajustados da conduta revolucionária, o que atribuí a um assessoramento defeituoso ao Chefe da Nação. Com o correr dos tempos, porém, pela análise paciente destes fatos e comportamentos, verifiquei que, em sua maioria, não se coadunavam, absolutamente, com os propósitos revolucionários, o que imputei, ainda, a ardis de uma difícil conjuntura (FROTA, 2006, p. 547).

Para provar que existia, por parte do governo, uma evidente intenção de alienar as Forças Armadas dos processos decisórios do país, a nota alinhava onze pontos, que mesmo longos merecem ser reproduzidos na íntegra:

- O estabelecimento de relações com a República Popular da China que defende, precisamente, valores antagônicos aos nossos, feito sob imposições, a rigor, desabonadoras para a nossa soberania, constituiu o primeiro passo na escalada socialista que pretende dominar o país.
- O voto de abstenção, quanto ao ingresso de Cuba, na Organização dos Estados Americanos, que esconde, na omissão, a simpatia a um país comunista, exportador de subversão.
- O reconhecimento precipitado do governo comunista de Angola, só explicável pela ânsia ideológica de prestigiá-lo.
- O voto anti-sionista de caráter discriminatório, menos favorável ao Brasil do que às áreas de influência soviética.
- As reuniões de políticos brasileiros, em Paris, para fundar um Partido Socialista, orientados por organização paulista e auxílio financeiro alienígena. Suas ligações com os socialistas europeus e a Internacional Socialista têm sido confirmadas.
- A criação de uma revista socialista em Paris, editada em português e destinada à difusão no Brasil.
- As investidas constantes para destruir ou tornar inócua a estrutura da Segurança Nacional. Questionam-se esferas de competência, sugerem-se modificações doutrinárias e permitem-se maldosas campanhas de descrédito dos órgãos de informações e segurança, visando a apresentar seus componentes como bestiais torturadores, para desmoralizá-los perante a nação.

- A tentativa de incompatibilizar as Forças Armadas com a opinião pública, realizada abertamente pelos órgãos da imprensa, que atingiu proporções inaceitáveis, quando visou a impoluta figura do patrono do Exército.
- A complacência criminosa com a infiltração comunista e a propaganda esquerdista que se revitaliza, diariamente, na imprensa, nos setores estudantis e nos próprios órgãos governamentais, os quais acolhem, no momento, nos escalões de assessoramento e de direção, noventa e sete comunistas militantes, conforme comuniquei ao Serviço Nacional de Informações, marxistas que permanecem intocáveis, em suas atividades desagregadoras.
- A existência de um processo de domínio, pelo Estado, da economia nacional - inclusive das empresas privadas - de modo a condicionar o empresariado brasileiro aos ditames do governo. Caracteriza-se, assim, entre nós, uma estatização clara, inadmissível num regime democrático de liberdade responsável e de estrutura econômica de livre iniciativa, o que nos coloca mais no quadro dos países do leste europeu, do que no do bloco ocidental.
- A ausência de uma resposta incisiva e imediata às acusações abertas, lançadas através dos órgãos de comunicação, sobre irregularidade e corrupção, na máquina administrativa do Estado, deixando pairar dúvidas sobre a honestidade dos revolucionários e sua firmeza em combatê-las (FROTA, 2006, p. 547-548).

Em reportagem publicada em 16 de outubro, Ana Lagôa refere-se a relato de oficiais que atestavam que a política de Geisel também era condenada por “parcelas expressivas das Forças Armadas”. No entanto, os mesmos oficiais afirmavam em sua “quase” unanimidade que, uma vez exonerado pelo presidente, o ex-ministro “não deveria ter adotado o comportamento de divulgar publicamente aquele documento – mesmo porque, taticamente, aquela não era a melhor oportunidade para uma tomada de posição”. Para a jornalista, já havia tempos esses temas eram objetos de análise e crítica da oficialidade.<sup>108</sup>

O exemplo mais citado nesse sentido era o reconhecimento do novo regime de Angola pelo governo brasileiro, em 11 de novembro de 1975, que ocorreu antes de estar definido o quadro político na ex-colônia portuguesa. Para esses setores, segundo a jornalista, havia sido, no mínimo, uma precipitação

---

<sup>108</sup> Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R04199.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2020.

política do governo brasileiro, que gerou críticas por ter apoiado um novo regime sem conhecer os “rumos da Revolução angolana”.

Em seu livro, o general Sylvio Frota (2006) afirma a dubiedade do reconhecimento do governo brasileiro ao novo regime instaurado em 1975 em Angola. Para ele, reconhecer um regime que foi apoiado por cubanos e soviéticos era, no mínimo, contraditório tendo em vista os preceitos anticomunistas do regime militar brasileiro. Em suas palavras,

(...) a decisão sobre Angola repercutia negativamente no Exército. Nós não entendíamos como nosso governo revolucionário, de base anticomunista, tivesse sido o primeiro a reconhecer Agostinho Netto, sustentado por tropas cubanas que combatiam naquela colônia portuguesa, na qual tinham tido implantadas duas repúblicas e a luta continuava (FROTA, 2006, p. 190).

Segundo ainda o ex-ministro, ao interpelar o presidente sobre o caso, Geisel teria respondido que aproveitou a existência de um representante do governo em Luanda para fazer logo o reconhecimento e que retirá-lo traria dificuldades futuras para o país. Ainda sobre essa questão, a jornalista escreveu que, para as fontes que consultou, a justificativa de interesses de mercado não poderia se sobrepor aos aspectos políticos divergentes na ideologia dos regimes do Brasil e de Angola. Existia, para esses setores, uma suposta escalada da nossa diplomacia na busca do reatamento das relações com Cuba, que representava um mercado potencial para os produtos brasileiros, reatamento este que só veio a ocorrer em 1988 com a assinatura do tratado de cooperação entre os dois países.<sup>109</sup>

A matéria concluía afirmando que, embora as colocações do general Frota fossem inoportunas, elas representavam o pensamento de uma parte significativa das Forças Armadas. As fontes consultadas afirmaram inclusive que essa parcela contava com generais da reserva e da ativa e que, a médio prazo, o governo teria que rever parte das medidas citadas nas denúncias de Frota, em nome de uma boa convivência entre o governo e essa parte da oficialidade. Todavia, fica claro que, naquele momento, não havia um polo catalizador de

---

<sup>109</sup> Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/brasil-e-cuba-reatam-lacos-diplomaticos>. Acesso em: 18 dez. 2020.

liderança para sustentar um nome de oposição a Geisel no processo político eleitoral brasileiro.

Um mês e um dia depois da exoneração de Sylvio Frota do ministério do Exército, o assunto continuava a ser tratado nos jornais. Em matéria intitulada “Frota começou a cair com a saída de Ednardo”, Ana Lagôa especulava ainda sobre as razões da queda do ministro. Para ela, o desgaste de Frota teria se iniciado com a evidenciação da violência em São Paulo, em especial com a saída do general Ednardo D’Avila do comando do II Exército.<sup>110</sup> Para os analistas políticos, a incompatibilidade entre o general Frota e o presidente Geisel existiu desde o momento de sua nomeação, no entanto, para o grande público esse distanciamento entre os dois só ficou evidente com as mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, nas dependências do DOI/CODI-SP. Após esses assassinatos, teria ocorrido nos meios militares em Brasília a preocupação com “as consequências que poderiam atingir o ministro” como resultado desses episódios. Entre as possibilidades viáveis para “uma saída honrosa”, segundo a matéria, estaria a nomeação do general Frota como ministro do STM ou que o próprio ministro pedisse demissão do cargo uma vez que a decisão de demitir o comandante do II Exército havia sido à revelia do ministro e decidida em instância superior. Como se sabe, nenhuma das duas opções ocorreu.

Retomando os acontecimentos de mais de um ano antes, Lagôa lembra no texto que, qualquer que fosse a atitude tomada por Geisel no sentido de substituir o ministro do Exército, essa seria problemática, pois as “correntes mais fortes de opinião” militar afirmaram à jornalista que mexer com o ministro do Exército traria instabilidade na base de sustentação do presidente Geisel e desagradaria não só os generais do Alto Comando como também os generais de toda a instituição.

Com um conflito cada vez mais evidente no interior das Forças Armadas e entre governo e sociedade, o artigo deixava claro que o temor maior era o risco de um impasse aberto que poderia “culminar em um golpe radicalizante, pondo por terra o processo de redemocratização” do país. A matéria recupera também

---

110

Disponível

em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6398&anchor=4268238&origem=busca&pd=0831de2711817df8c4a392b5e6a4e729>. Acesso em: 26 fev. 2020.

o que ficou conhecido como episódio Leite Chaves, senador do MBD pelo Paraná que, após a morte do jornalista Vladimir Herzog, fez um discurso criticando as forças militares por atuarem como aparelho de repressão.

O discurso em questão causou inquietação nas Forças Armadas e atraiu a atenção do ministro Sylvio Frota que solicitou a cassação do mandato de Chaves, o que foi negado por Geisel. A matéria aponta que, a partir dessa situação, ficou claro que as “modificações que seriam feitas a seguir, na composição do Alto Comando, assumiriam maior importância. Através delas, seriam profundamente transformadas e fortalecidas as bases militares de apoio ao presidente Geisel”. A jornalista acrescenta que as nomeações eram acompanhadas com expectativa e, a partir de sua divulgação, avaliava-se se o nome indicado seria pró Frota ou pró Geisel. A reportagem afirmava que “com um Alto Comando” que “fechasse” com ele, o presidente Geisel poderia tomar qualquer decisão sem encontrar oposição. Nesse mesmo período, de acordo com a matéria, os analistas militares afirmavam que não haveria lugar para uma cisão dentro da instituição e, segundo lembra Lagôa, essa afirmação era referendada nos discursos da ordem do dia dos chefes militares.

Outro episódio de julho do ano anterior recuperado pela jornalista na matéria foi uma viagem que o então ministro Sylvio Frota fez a Minas Gerais. O que era para ser apenas uma viagem de inspeção, acompanhada de perto pela imprensa, teria ultrapassado seu objetivo e se transformado em uma peça de campanha política, uma vez que, em Belo Horizonte, o general fez sua primeira crítica pública ao governo Geisel. Nela, o ex-ministro afirmava que as ações do governo estavam se distanciando dos caminhos traçados em 1964.

A partir dessa viagem a Minas Gerais, as especulações giravam em torno do mês no qual Frota seria afastado, se em setembro ou outubro. Nesse mesmo período, o boletim diário do Exército, chamado de *Noticiário do Exército* passou a publicar em sua primeira página um quadro intitulado “tenentes de hoje – comandantes de amanhã”, com fragmentos das ordens do dia do ministro Frota que traziam mensagens de “disciplina, hierarquia e objetivos revolucionários”.

A partir desses movimentos, o nome do ministro ganha corpo como candidato à sucessão e ele passa a empreender uma série de viagens e medidas que foram lidas como ações de aproximação da tropa. As especulações nesse sentido –, como ficará mais evidente com o exame dos relatórios internos

confeccionados por Ana Lagôa, na seção seguinte – eram negativas. As fontes que dialogavam com a jornalista viam as ações de Frota como prejudiciais “à coesão das Forças Armadas” e avaliavam que, pelo cenário, o general cairia antes de 1978. No entanto, algumas fontes alertavam que, caso o general Frota conseguisse se manter no cargo até 1978, ficaria impossível para o presidente Geisel fazer um sucessor.

A última matéria analisada aqui, publicada a 13 de novembro de 1977, enfoca o recém-empossado ministro do Exército Fernando Belfort Bethlem, substituto de Frota, às vésperas dele completar um mês no cargo.<sup>111</sup> Citando “observadores da área política”, o texto diz:

(...) o fato de o novo ministro não pretender, conforme disse nesse encontro, fazer nenhuma obra, ou seja, não ter nenhum plano especial para a sua gestão, que teoricamente termina com sua passagem para a reserva, é indício de que as atividades iniciadas na administração anterior atendiam às diretrizes do Governo e que as incompatibilidades se resumiam ao plano político.

O aludido encontro da citação se refere a uma conversa do novo ministro do Exército com a imprensa credenciada que, em tese, deveria ser “estritamente informal”; todavia, não o foi dado condicionamento já estabelecido nas relações entre autoridades e os jornalistas. Neste encontro, Bethlem chamou de “indiscretas” as perguntas dos jornalistas que buscavam desvendar seu posicionamento político e afirmou que sua função era administrativa e sua atuação também o seria, preferindo se abster de falar sobre pensamento político.

### **4.3 A sucessão presidencial**

Apesar da *Folha de S. Paulo* tratar da sucessão presidencial desde 1976, muito em função das movimentações do general Sylvio Frota, como vimos no tópico anterior, será a partir de 1978 que o debate se tornará uma constante nas páginas do jornal. Entretanto, em 20 de novembro de 1977, Ana Lagôa publica uma matéria focando o tema sob o título “Sucessão não está definida”. Nesse

---

<sup>111</sup> Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R04225.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2020.

texto, ela buscou apurar mais sobre o assunto entre suas fontes nos setores militares.<sup>112</sup>

Enquanto setores considerados neutros de Brasília acreditavam ser cedo para se falar em nomes para a sucessão, outros claramente palacianos se diziam firmes com o nome de Figueiredo desde o final de 1976. Por suposto, as fontes recuperaram – mesmo que em sentido contrário – o peso da exoneração do general Frota. Para alguns, não haveria impacto negativo na campanha do então chefe do SNI; para outros, em contrapartida, a exoneração havia ocorrido por razões políticas, pois Frota teria “praticamente” se colocado como candidato, lançando luz à imposição de Geisel do nome de Figueiredo.

No ano seguinte, com o distanciamento de Frota do cenário político, a sucessão em si ganha relevância e cristaliza-se como uma categoria analítica merecedora de exame em separado e, nesse sentido, aparece já em 4 de janeiro de 1978, sob o título, “Adversários tentam saída desesperada” como tema de matéria de Ana Lagôa.

O texto trata de uma carta falsa atribuída ao general Figueiredo colocando-o em situação comprometedora. A carta em questão reproduzia um pretense diálogo entre os chefes do serviço de informação do Brasil e do Chile, dando o que a matéria chama de “caráter obscuro” à imagem do futuro candidato à Presidência. Não obstante, fontes da jornalista afirmaram que não se tratava de informação autêntica e o episódio foi descrito na matéria como uma tentativa desesperada dos adversários de desacreditar o general Figueiredo.<sup>113</sup>

Também nesse início de ano, outro assunto castrense nas páginas da *Folha de S. Paulo* foi a exoneração do general Hugo Abreu, que era chefe do Gabinete Militar da Presidência. Em matéria de 6 de janeiro, publicada depois da oficialização do general João Figueiredo como sucessor de Geisel pela Arena e do conseqüente pedido de exoneração do general Hugo Abreu, lê-se que Abreu apresentou ao chefe do Executivo restrições quanto à candidatura do general Figueiredo, entregando a Geisel um relatório “minucioso sobre a situação da

---

<sup>112</sup> Matéria disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6405&anchor=4874734&origem=busca&pd=a4a9e61e33c518e2bce5884cf4821d03>. Acesso em: 04 mar. 2020.

<sup>113</sup> Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6450&anchor=4221009&origem=busca&pd=c5419385175e2d3b1a1524e2317f006f>. Acesso em: 28 fev. 2020.



área militar em relação à sucessão”. Para a autora, esse relatório seria uma radiografia do pensamento da área militar que incluía a opinião de generais do Alto Comando com restrições à indicação do chefe o SNI como sucessor presidencial.<sup>114</sup>

Os dois principais argumentos do relatório seriam que, primeiro, o Exército – base de sustentação do governo – não teria sido amplamente consultado para essa escolha, e segundo, que Figueiredo era um nome que “não somaria”. O documento também colocava em dúvida a capacidade do militar escolhido como sucessor de Geisel de ficar seis anos à frente do Executivo para conduzir a “Revolução”. A matéria afirmava ainda que o presidente Geisel “teria repellido algumas considerações do general Hugo Abreu e isso gerou um clima de constrangimento, resultando daí a decisão, de certo modo estimulada, do antigo chefe do Gabinete Militar de renunciar a função” (RELATÓRIO, 1978, p.05).

Anos depois, a informação da jornalista seria confirmada por Elio Gaspari, para quem Hugo Abreu:

(...) acreditando (ou querendo acreditar) que Geisel ainda não fechara a questão (...) escreveu ao presidente uma Informação de cinco páginas denunciando o que seria “uma bem urdida manobra no sentido de impor ao presidente da República, como fato consumado, o nome de determinado candidato, (...) dando-o como participante de uma grande farsa”. Para Abreu, a nomeação seria impraticável e inviável, dividiria as Forças Armadas e levaria o governo “a descer na escala hierárquica”, pois, como general de divisão, faltava a Figueiredo a quarta estrela de general de exército.<sup>115</sup>

Ao saber pelo presidente que o candidato à sucessão seria Figueiredo, Hugo Abreu demitiu-se. Em meio ao recesso dos ministérios militares naquele janeiro de 1978 o que quebrou a rotina, segundo Ana Lagôa, foram os comentários informais sobre o pedido de exoneração de Abreu e a indicação de Figueiredo. As pessoas com quem ela conversava não apresentaram surpresa

---

114

Disponível

em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6452&keyword=Abreu&anchor=4221739&origem=busca&pd=975d5408ed215309d473fdf05cee4243>. Acesso em: 26 fev. 2020.

<sup>115</sup> Relatório do general Hugo Abreu datado de 02 de janeiro de 1978 disponível na íntegra em: <https://www.arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/os-candidatos-segundo-hugo-abreu#pagina-1>. Acesso em: 27 fev. 2020.

em relação a nenhum dos dois fatos, e as reações, segundo ela, oscilavam entre a euforia e o conformismo.

Um elemento interessante a considerar, ainda nos valendo da matéria em questão, é a candidatura do senador Magalhães Pinto à presidência. Segundo os oficiais ouvidos pela jornalista, não haveria a intenção de nenhum setor militar de barrar a candidatura dele, pois esta estaria “contribuindo de forma positiva com a imagem do País no exterior”. Percebe-se aqui que o regime se valeria de uma candidatura civil de oposição para legitimar o discurso de que o Brasil não vivia numa ditadura.

Antes da publicação da matéria ainda não havia a confirmação da real existência do relatório elaborado pelo general Abreu. Assim, algumas pessoas ouvidas pela jornalista buscaram relativizar os impactos de um possível documento nestes termos:

Como assessor direto do presidente, era sua obrigação apresentar suas opiniões, mesmo que elas discordassem das do presidente. Essa discordância, e isso se estende ao seu pedido de demissão, não significa, de forma alguma, um ato de indisciplina, de infidelidade ou rebeldia. Nada disso desmerece pessoalmente o general Abreu, nem impede que ele venha a receber a quarta-estrela (RELATÓRIO, 1978, P. 05).

As fontes da jornalista para a matéria afirmaram que se Hugo Abreu estivesse vinculado a uma corrente de oposição à candidatura do general Figueiredo, ele teria apresentado seu pedido de renúncia no episódio da exoneração do general Frota. Nessa análise, Hugo Abreu era visto como um homem de equilíbrio e discernimento. A matéria termina com a informação de que, após a confirmação de Figueiredo na convenção nacional da Arena, o general se afastaria do serviço ativo, passando a trabalhar em um programa de governo, estudando nomes para compor ministérios. Os observadores do setor achavam prematura qualquer especulação nesse sentido, pois, os nomes para os ministérios iriam depender das promoções de março de 1978.

Depois de observada a aceleração da promoção de Figueiredo, uma das fontes consultadas para a matéria, em tom provocativo, afirmou: “até um general ainda com três estrelas poderá ser ministro do Exército”. Várias fontes consultadas colocavam o general Walter Pires de Carvalho e Albuquerque como

o mais cotado para o cargo de ministro do Exército. Isso de fato se confirmou: Carvalho e Albuquerque e Figueiredo foram promovidos em março de 1978 a “quatro estrelas” e o primeiro assumiu o posto de ministro do Exército no governo do segundo em março de 1979.<sup>116</sup>

Com o cenário eleitoral praticamente definido e os desdobramentos gerados pela indicação de Geisel, outras reportagens vão falar sobre o assunto. Assim, no dia seguinte, sai a matéria “O processo da sucessão foi iniciado em 74” e subsidiada por fontes militares de Brasília, consultadas no dia anterior.<sup>117</sup> Essas fontes informaram que o processo que levou à indicação do nome do general Figueiredo havia começado logo após a posse de Geisel, ocasião em que ficou estabelecido que o sucessor do presidente, a partir de 1979 seria escolhido preferencialmente entre os membros da equipe de assessores palacianos que se formou em 1974.

Sobre o episódio da exoneração do general Hugo Abreu, as mesmas fontes afirmaram que militares dedicados à análise das questões governamentais não viam com surpresa a exoneração, pois o ex-chefe do Gabinete Militar demonstrava absoluta incompatibilidade com o esquema sucessório montado no Planalto. O centro de decisão da sucessão seria composto por três figuras palacianas: o presidente Geisel, que era encarregado de conduzir todas as fases do processo sucessório, o general Golbery e o próprio Figueiredo, respectivamente chefes do Gabinete Civil e do SNI. Confirmada essa hipótese, fica patente que o núcleo decisório nunca contou com os generais Hugo Abreu e Sylvio Frota.

Aliás, sobre o último, cabe lembrar que ele não era, a priori, o nome para a pasta do ministério do Exército e sim o general Vicente de Paulo Dale Coutinho, falecido pouco depois de assumir o cargo, como já mencionamos. No mesmo sentido, no que se refere à chefia do Gabinete Militar da presidência, ela era destinada ao general Dilermando Monteiro, que já tendo aceitado o convite, sofreu um acidente que lhe causou uma grave fratura na perna, obrigando-o a meses de imobilização e de recuperação, o que o fez declinar da função, abrindo

---

<sup>116</sup> O general Walter Pires de Carvalho e Albuquerque ficou no cargo durante todo o governo de João Batista Figueiredo.

<sup>117</sup> Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6453&anchor=4222099&origem=busca&pd=bc47b23332ca67cff93be6a4c7fbf144>. Acesso em: 27 fev. 2020.

caminho para o general Hugo Abreu. Segundo as fontes ouvidas, esses dois atores:

(...) mantiveram enquanto possível, o quanto possível, a convivência difícil com os homens do esquema sucessório, pontilhada de incidentes que acabaram levando a posições inconciliáveis e que resultaram em seu afastamento do governo, pois ao planalto não interessava, naquela altura, alterar as regras estabelecidas para o jogo.

Outra questão levantada na matéria é que o nome de Figueiredo só ganhou consistência após a doença nos olhos do general Golbery do Couto e Silva. Para ser candidato à presidência da república, era necessário estar em “condições físicas perfeitas, para enfrentar seis anos de governo; preparo intelectual e adequação às diretrizes políticas do atual governo” (O PROCESSO, 1978, p.05). Desta forma, um descolamento de retina no olho esquerdo impossibilitou que Golbery preenchesse todas as “qualidades” para o cargo e fosse o sucessor de Geisel. Abria-se assim, o caminho para Figueiredo.

Com o afastamento de Frota, escolado pela sucessão de Castelo Branco, o grupo palaciano passou a eliminar ameaças à candidatura de Figueiredo, mirando então no chefe de Gabinete, “ainda que reconhecido que sua intenção não era, ao contrário de Frota, a de postular a candidatura”. Nesse sentido, segundo “um arguto conservador”, ouvido pela jornalista: “a queda de Frota teria como consequência o rolar de outras cabeças na esfera palaciana”. A essa afirmação a articulista acrescenta que teria sido uma estratégia dar espaço e tempo entre os dois afastamentos, uma vez que a saída de Frota gerou desconforto em Abreu. O episódio da elaboração do relatório teria sido a “gota d’água” para o afastamento do general e mais uma janela de oportunidade para a reafirmação de Figueiredo. Faltava agora apenas a “quarta estrela”.

Consolidado o nome de Figueiredo, deveria haver o entendimento entre o presidente da República e o Alto Comando para acelerar a promoção do indicado. Esse tema foi tratado em uma matéria publicada no dia 8 de janeiro com o título sugestivo de “A 4ª estrela do candidato”. Esta alertava que havia apenas uma vaga para general de Exército em março e que à frente de Figueiredo estavam os generais Antônio Carlos de Andrada Serpa, Hugo Abreu e Ernani Airosa. Entretanto, segundo a reportagem, esses generais foram

orientados a aguardar as promoções de novembro, pois na lista de março constaria o nome do general Figueiredo.<sup>118</sup>

O texto também traz a informação de que a área militar estaria concentrando sua atenção e preocupação nos problemas que poderiam ocorrer no processo de candidatura, pois, em que pese o sistema de ascensão à quarta estrela de Figueiredo seguir o mesmo método adotado em 1966, era óbvio, como já apresentamos, que esse processo foi marcado por antecipações e atropelos que poderiam gerar ruídos no processo de candidatura, como por exemplo, a antecipação na divulgação do nome do general Figueiredo, feita, segundo a matéria, em 29 de dezembro.

Dez dias depois desse artigo, dos onze generais que compunham o Alto Comando do Exército, cinco já haviam se pronunciado a favor da candidatura de Figueiredo. Dentre os que preferiram não se manifestar estava o general Tourinho que, quando interpelado, ressaltou que ele, pessoalmente, preferia não falar de política.<sup>119</sup> Entre os generais que deram alguma declaração sobre o candidato escolhido, o comandante do II Exército, Dilermando Gomes Monteiro, disse apoiar o presidente Geisel, deixando claro que estaria com ele qualquer que fosse sua decisão.<sup>120</sup>

A matéria seguinte chama a atenção mais pelo erro da análise do que pelo conteúdo em si. Publicada no dia 25 de janeiro de 1978, teve como título “General na chapa dissidente é tido como impossível” e, como a história mostrou – e abordaremos com mais detalhes, a partir da análise dos relatórios internos – foi exatamente o que aconteceu, com a apresentação do general Euler Bentes como candidato oposicionista. Mas, retornando à matéria, ela vai trazer a repercussão nos meios militares de uma entrevista dada dias antes pelo senador Magalhães Pinto, então possível candidato do MDB à Presidência da República,

---

118

Disponível

em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6454&anchor=4222397&origem=busca&pd=81a3fad1ecfd953f9f36a0de3802671c>. Acesso em: 27 fev. 2020.

<sup>119</sup> Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R08325.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2020.

<sup>120</sup> Vale ressaltar que em análise anterior ao assumir o II Exército substituindo o general Ednardo o general Dilermando era tido como apoiador dos métodos do DOI-CODI.

na qual ele havia “deixado no ar” a possibilidade de um “quatro estrelas” concorrendo com Figueiredo pela oposição.<sup>121</sup>

Entre os membros do “alto escalão” era mantida a linha de não se fazer declarações políticas. Na matéria em questão, Lagôa escreveu que, “em meio a comentários dispersos e sorrisos irônicos” puderam ser detectadas algumas impressões sobre a possibilidade de surgir uma chapa à Presidência composta por um militar e um civil, conforme afirmava a jornalista.

A indiferença no meio militar a uma possível candidatura civil seria a “prova concreta da normalização do sistema político”. Quanto à hipótese de o senador dividir chapa com um militar, isso era tido como “impossível”, pois para os meios militares consultados não haveria motivo para que um general da reserva se expusesse e não haveria “respaldo de liderança para um general já afastado do serviço”. Quando apontado o general Euler Bentes Monteiro como o possível nome à vice-presidência na chapa com o senador Magalhães Pinto, a própria matéria apresenta um conflito ideológico entre os dois atores, sendo o general um nacionalista e o senador um multinacionalista, adiantando que entre os generais da ativa essa composição tinha possibilidade ainda mais remota. E a questão levantada pela matéria girava em torno de qual general da ativa já teria sua carreira consolidada para entrar em uma composição com a oposição.<sup>122</sup>

Interessante observar que, pelo texto da jornalista, a trajetória da candidatura do senador atendia a diversos interesses, incluindo os dos agentes do aparelho repressivo. Segundo analistas ouvidos por Ana Lagôa naquele momento: “Magalhães poderia ser o presidente civil que, pressionado por crises fictícias, acabaria por necessitar do socorro do poder militar. Esta intervenção viria dentro de moldes radicais, sem os propósitos democráticos que nortearam o março de 64”. No entanto, para os mesmos analistas, a possibilidade de o senador chegar ao Planalto era colocada como remota ou improvável. Mas, a matéria consegue desnudar uma crise das lideranças em torno do tema do retorno de um civil à Presidência. Nesse sentido, afirma que, em que pese

---

<sup>121</sup> Matéria disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6471&anchor=4277214&origem=busca&pd=dd9832e16e31a2a42d93e4a1947874ba>. Acesso em: 27 fev. 2020.

<sup>122</sup> Biografia disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/monteiro-euler-bentes>. Acesso em: 27 fev. 2020.

Magalhães Pinto ser reconhecido como um líder do Movimento de 1964, nem ele estaria em condições e nem o momento seria o oportuno para que ele ocupasse o cargo maior do Executivo brasileiro.

Voltando à trajetória difícil de Hugo Abreu, Ana Lagôa publica outro texto sobre o assunto no começo de abril de 1978, sob o título “Preterido, Hugo Abreu não passa para reserva”. Nela, há a repercussão da não indicação do general à quarta estrela, na lista de promoções de 31 de março de 1978, em benefício do general Walter Pires. Para setores ligados ao Palácio do Planalto, não foi surpresa que o general não estivesse entre os promovidos, pois já era um fato dado, desde sua demissão da chefia do Gabinete Militar; contudo, segundo informações de pessoas ligadas ao general Abreu, para o próprio general teria sido uma surpresa. A matéria acrescenta ainda que, até a data de divulgação dos nomes dos promovidos, ele estava “esperançoso de que seu trabalho no Gabinete Militar fosse reconhecido”.<sup>123</sup>

Constrangimentos à parte, mesmo já tendo a informação de que teria sido preterido, o general compareceu ao almoço de comemoração do 31 de março. Amigos ligados a Abreu confessaram à jornalista que o presidente não o havia cumprimentado. Como percebemos, para a eleição de Figueiredo, desde o caminho trilhado para as promoções até a finalização do processo sucessório, passando pelos conflitos relacionados a Sylvio Frota, Hugo Abreu não foi o único preterido.

A matéria seguinte, publicada em 6 de abril, com o título: “‘Pago para ver’, uma frase que atinge militares”, mostrou o lado dos insatisfeitos em relação a Geisel e Figueiredo.<sup>124</sup> A reportagem examinou a repercussão da entrevista dada por Figueiredo aos repórteres da *Folha* Getúlio Bittencourt e Haroldo Cerqueira Lima e publicada no dia anterior.<sup>125</sup> Na ocasião, Figueiredo disse que pagaria para ver se seu governo seria militarmente fraco a ponto de ter

<sup>123</sup> Matéria disponível em: <http://www.arqanalaqoa.ufscar.br/pdf/recortes/R03768.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2020.

<sup>124</sup> Matéria disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6542&anchor=4236080&origem=busca&pd=d3aa7eec25460c336859405364c589d6>. Acesso em: 28 fev. 2020.

<sup>125</sup> Ver “O pensamento político do general Figueiredo”, que fez parte de uma sequência de reportagens publicadas em dois dias pela *Folha* e que rendeu aos jornalistas o prêmio Esso de jornalismo, disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6541&anchor=4235875&origem=busca&pd=18e02ff1ac60dcef4d4e59485a7c29f1>. Acesso em: 28 fev. 2020.

dificuldades de sustentação militar; segundo a matéria, a declaração do general foi uma resposta direcionada a esses insatisfeitos das três forças. Até os mais isentos e elogiosos afirmavam que o futuro mandatário precisaria empregar grandes esforços para “contornar problemas que inevitavelmente” apareceriam no decorrer de seu governo.

Por fim, a matéria aponta ainda o significativo descontentamento com o governo Geisel, com o futuro da área militar, com a exoneração de Frota, com o preterimento de Hugo Abreu e Adyr Fiuza de Castro. Para os militares ouvidos pela jornalista, o comportamento autoritário de Geisel por meio de “manobras políticas para levar o ungido do Planalto ao poder”, estavam prejudicando “seu candidato”. Na visão dos oficiais ouvidos, o general Figueiredo teria que se cercar de “homens competentes” para, com isso, “passar por cima” dos episódios que antecederam sua ida para o poder”.

Em meados do mês de abril daquele ano, Ana Lagôa publica uma longa matéria - “Manter a coesão, a todo custo” - para uma série de reportagens feitas pela *Folha* sob o título *A autofagia da Revolução*. Nesse artigo, a jornalista recuperou a trajetória do golpe e as mudanças políticas nas facções que o sustentavam. De maneira direta, ela iniciou o texto com uma fala de uma de suas fontes militares, alocada na ESG: “a intervenção militar no processo político brasileiro tem sido uma tranquila sucessão de tarefas inacabadas”.<sup>126</sup>

Após 14 anos do golpe, naquele 1978, as Forças Armadas estariam passando por um momento de “acomodação” e, devido a isso, estariam mais expostas às contradições ou a partir de uma fala de uma fonte: “mais suscetíveis de serem atingidas pelos descaminhos”.

Sobre a coesão, a reportagem apontava que militares e civis que estiveram unidos para a efetivação do 31 de março de 1964, não tardaram a divergir, se não pelos objetivos do golpe, pelos métodos empregados. A matéria exemplifica com Carlos Lacerda que, depois de apenas quatro meses do golpe, já havia declarado que a “Revolução havia envelhecido e murchado”. Outro exemplo trazido por Ana Lagôa foi do general Olympio Mourão Filho que escreveu em um prefácio de um livro que os militares que conduziram o 31 de

---

<sup>126</sup> Matéria publicada no dia 16 de abril de 1978 e disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6552&anchor=4306210&origem=busca&pd=d23c1ba52ff53f362694c9684922c30a>. Acesso em: 28 fev. 2020.



março de 1964 foram marginalizados “de forma planejada, com a cumplicidade” daqueles que “protestavam contra atos de um governo instituído por eles mesmos”.

Citando obra de Eliezer Rizzo de Oliveira (1976)<sup>127</sup>, ela destaca que, com o afastamento de “ameaça comunista” a coesão se tornou cada vez mais importante, tornando-se um valor político fundamental nessa luta de forças entre os generais e os escalões intermediários da instituição. O que Rizzo de Oliveira deixa claro é que a coesão entre os generais que lideraram o 31 de março e a jovem oficialidade já se mostrava frágil ou inexistente. Sua tese é confirmada pela cobertura da jornalista dos acontecimentos do período 1974-1979. Ainda segundo o pesquisador citado por Ana Lagôa, a arma usada para inibir novas forças políticas dentro do Exército foi o AI-17 que previa a transferência para reserva dos oficiais que atentassem contra a “coesão das Forças Armadas”. Percebe-se, assim, um claro aumento do grau de vigilância sobre a jovem oficialidade. E o regime se revela um regime de desunião.

Isso é confirmado por uma das fontes da jornalista, para quem a Comunidade de Informação que inicialmente tinha como objetivo o combate à subversão e à corrupção no país, acaba se fortalecendo e atuando como vigilantes dentro das Forças Armadas, gerando assim conflitos e configurando, para a fonte, dois polos dentro da instituição militar: de um lado os generais em final da carreira e, de outro, a jovem oficialidade que estava em plena atividade profissional, focada na carreira e procurando o seu papel político. O objetivo dessa vigilância foi resumido como de preservação do “grupo dominante de qualquer ameaça externa ou de grupos que estão dentro da própria corporação, mas que também inibem a formação de líderes capazes de substituir no mesmo nível o grupo dominante em um processo natural”. Como veremos depois, previsões como essa ganharam certa dramaticidade quando observamos o atual contexto político brasileiro.

A matéria é longa e nela o que se percebe com maior clareza é a tensão interna nas Forças Armadas, agravada sobremaneira pela forma como a sucessão estava se dando. Citando alguns exemplos nominalmente, a reportagem traz a conclusão de que a possibilidade de punição para aqueles que

---

<sup>127</sup> OLIVEIRA, E. R. As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969). Vozes, Petrópolis, 1976.

tivessem opinião diversa à do governo levou à apatia dentro das Forças Armadas e, dessa forma, colocou em xeque o equilíbrio de forças dentro das Forças Armadas em função de sua obsolescência na articulação política e do medo gerado internamente pelas avaliações subjetivas e punições.

Nesse mesmo sentido, outro ponto importante levantado na reportagem foi a crise de liderança que contribuiu para o surgimento de uma nova oficialidade ressentida que passou por transformações ao longo dos 14 anos do regime. Essa nova oficialidade não teria passado pelo “movimento de 1964”, sendo forjada nas escolas superiores, concentrada nos tenentes e capitães que não expunham suas demandas e pensamentos por temerem o risco de serem “atingidos pelo regulamento militar”.

Depreende-se da leitura do texto de Ana Lagôa que o próprio Sistema Nacional de Informações teria passado a “espionar elementos que influíram decisivamente em sua criação e estruturação”, manipulando informações “politicamente estratégicas em favor da coesão em torno do grupo assentado no Poder, de modo a garantir sua própria manutenção e continuidade”.

Chama a atenção o fato de um oficial subalterno afirmar à jornalista ser um absurdo um general ter que medir as palavras em um telefonema, sob censura, por ter seu telefone grampeado. Importante destacarmos que o candidato à sucessão, general Figueiredo, era o chefe do SNI e seu cargo lhe dava uma posição bastante vantajosa no que se refere a informações privilegiadas sobre o processo e os adversários de sua candidatura. A reportagem finaliza afirmando que, após a demissão do general Frota, o cerco dos órgãos de informações junto aos militares dissidentes passou a atingir o controle máximo, e que essa eficiência teria sido comprovada pelo fato do ex-ministro só ter sido informado da morte do jornalista Vladimir Herzog, dentro das dependências do II Exército, horas depois da informação chegar no Palácio do Planalto.

No dia 20 de maio de 1978, em meio às tensões já apresentadas, oriundas, em grande parte, da forma como Figueiredo foi imposto como sucessor de Geisel, Ana Lagôa publica a reportagem “Bethlem e Henning desmentem ‘simpatia’”. Os dois nomes do título eram, como sabemos, os chefes do Exército e da Marinha, respectivamente, e uma matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* afirmava que ambos viam com “simpatia” a candidatura do general

Euler Bentes à Presidência pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Maud Chirio ressalta que entre os meses de março e abril daquele ano, o general Euler Bentes se apresentou como “anticandidato” do MDB em oposição a Figueiredo, ganhando de Magalhães Pinto (CHIRIO, 2012).

Na matéria em questão, o ministro da Marinha afirma que não faria sentido um militar na posição de ministro do Governo ter “simpatia” por outra candidatura se não a do general Figueiredo que foi indicado pelo presidente e aprovado na convenção da Arena e o ministro do Exército declara seu apoio à candidatura e respeito ao general João Batista Figueiredo.<sup>128</sup>

Em meio à efervescência gerada pela matéria do *O Estado de S. Paulo* a da *Folha* acrescenta que, enquanto o ministro do Exército emitia uma nota de esclarecimento, um novo boato era ventilado sobre uma convocação de uma reunião do Estado Maior do Exército para debater a “gravidade do momento por qual estaria passando a instituição”. Boato que a própria matéria já adianta ter sido desmentido horas depois, mas que demonstra o quão tenso estava o período pré-eleitoral.

Dias depois, o ministro da Aeronáutica declara que mesmo se houvesse mais de um candidato militar concorrendo à presidência, isso não poderia ser motivo para dividir as Forças Armadas. Essa declaração foi publicada em uma matéria publicada pela jornalista no dia 30 de maio com o título “Araripe também dá o seu apoio”. Na matéria, que traz uma entrevista com o brigadeiro Araripe Macedo, ele afirmou seu apoio à candidatura do general Figueiredo, dizendo também que não viu a necessidade de emitir uma nota pelo ministério pois não fazia parte do colégio eleitoral e por não ter sido “assediado” pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.<sup>129</sup>

Na mesma data é publicada outro texto assinado por Ana Lagôa, tratando da cerimônia da passagem para a reserva do general Figueiredo, ocorrida em 29 de maio no salão de honra do Quartel General. A imprensa foi convidada pelo ministro do Exército para participar “socialmente” o que, segundo Lagôa

---

<sup>128</sup> Matéria publicada no dia 20 de maio de 1978 e disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R08357.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2020.

<sup>129</sup> O ministro da Aeronáutica se refere à reportagem publicada pelo *Estado de S. Paulo*, que acabamos de examinar. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6596&keyword=Araripe%2Ctambem&anchor=4318399&origem=busca&pd=837718a75aa834b5f0c640f587ab4549>. Acesso em: 28 fev. 2020.

significava que o ministro não iria responder perguntas.<sup>130</sup> Durante a cerimônia, o general recebeu uma bandeja de prata como símbolo da afirmação do apoio do ministro do Exército, buscando desmentir rumores do contrário. O homenageado se emocionou com as homenagens.

A necessidade de reafirmação de apoio a Figueiredo estava tão evidente que, ainda em 30 de maio, uma outra reportagem teve título autoexplicativo: “Bethlem diz que Exército apoia nome de Figueiredo”. Era praxe haver por parte do ministro do Exército, um “elogio ministerial” quando da passagem de generais quatro estrelas para a reserva, contudo, no caso de Figueiredo ela foi substituída por uma ordem do dia lida por Bethlem:

(...) afastando-se agora para o cumprimento de uma missão muito mais importante do que as até agora recebidas, ingressa V. Exa. num novo mundo, o político, diferente do castrense, mas que lhe exigirá a mesma dose de inteligência e um elevado grau de paciência para a solução dos complexos problemas que terá de enfrentar.<sup>131</sup>

Em resposta às palavras do ministro, o futuro presidente afirmou:

(...) se suas palavras ultrapassam o que mereço, inspiradas na camaradagem sempre prevalente no quartel, dão-me, de qualquer forma, ao despir a farda tranquilo de consciência, a sensação de vaidade por alguma coisa útil que tenha conseguido realizar durante meus 43 anos de soldado. Dão-me, principalmente, a sensação de confiança das Forças Armadas e a certeza do apoio do Exército, sem o que a missão seria aventura, num mundo político embora diferente nos caminhos, mas identificado com o castrense pela responsabilidade de representar os anseios nacionais e realizar o bem da Pátria.

Apesar dessas formalidades, quanto mais próximo da conclusão do processo eleitoral, mais conturbado ficava o clima nas Forças Armadas. Em matéria publicada em 23 de julho, a jornalista informava que estavam circulando em Brasília “de mão em mão ou pelo correio” manifestos com críticas e

---

<sup>130</sup>

Disponível

em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6596&keyword=%22general+chora+em%22&anchor=4318399&origem=busca&pd=837718a75aa834b5f0c640f587ab4549>. Acesso em: 02 mar. 2020.

<sup>131</sup> O jornal trouxe a íntegra da ordem do dia. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6596&keyword=Exercito&anchor=4318399&origem=busca&pd=837718a75aa834b5f0c640f587ab4549>. Acesso em: 02 fev. 2020.

denúncias sobre o pleito eleitoral que se avizinhava. Segundo a matéria, o primeiro desses documentos teria vindo à luz logo após a queda do ministro do Exército Sylvio Frota, e seria um relatório do general Fernando Belfort Bethlem endereçado ao ministro em setembro de 1977, fato que Bethlem negou.<sup>132</sup>

A respeito desses manifestos, fontes militares afirmaram para a reportagem que os panfletos eram uma forma antiga, uma velha tática, um método obsoleto, que poderia partir de grupos “descontentes com a situação política ou com algum incidente pessoal”, mas que também poderiam ser enviados por indivíduos isolados. Os manifestos geravam interesse em Brasília, em todos os setores militares incluindo o Alto Comando, fazendo com que, cada vez mais, um maior número de oficiais passasse a recebê-los.

No que tange ao conteúdo dos documentos, eles iam de coisas impúblicáveis pelos meios de comunicação até estudos extensos com conceitos da Escola Superior de Guerra, para embasar ou refletir posições políticas que variavam desde a “volta aos quartéis” até a necessidade eminente de intervenção no processo político. A matéria destaca trecho de um deles que teria circulado naqueles dias e que teria sido feito pelos alunos da ECEME, com seis páginas datilografadas: “Ante a ameaça ideológica, entendem os militares que é preciso preservar, a qualquer preço, a hierarquia, a coesão e a unidade do corpo militar da nação”. O manifesto critica o processo sucessório, a ausência de consenso, e a “democracia não como um fim a ser buscado, mas como forma de conservar o poder”. Em outro texto citado, o tom era mais agressivo. Criticando o processo sucessório pela não consulta aos militares, apresentava pela primeira vez críticas aos altos chefes, classificando-os como “lixo direitista” que teriam se afastado das ideias da “revolução”.

Naqueles meses pré-eleitorais os manifestos não cessaram, nem tão pouco especulações sobre o tamanho do estrago que o general Hugo Abreu poderia causar no processo sucessório. A preocupação entre os meios militares, notadamente no Exército, era tão evidente, que Ana Lagôa, elaborou três matérias para a edição da *Folha* do dia 28 de julho, todas girando em torno do

---

132

Disponível

em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6650&keyword=%22supostos+manifestos%22&anchor=4323734&origem=busca&pd=f91454f7f8da1fb6c2c7175848a26445>. Acesso em: 03 mar. 2020.

mesmo tema. Na primeira, ela lembra que os generais do Alto Comando do Exército sempre se esquivavam de comentários de caráter político; todavia, pela primeira vez, teriam divulgado uma nota na qual analisavam os aspectos mais importantes da conjuntura nacional naquele momento, tendo como motivação principal a circulação dos manifestos. A pauta da reunião do ACE tinha outros pontos que não foram discutidos porque a “parte política” teria se estendido em demasiado.<sup>133</sup>

Na segunda matéria nesse mesmo dia, a jornalista menciona uma nota à imprensa, divulgada por meio do Centro de Relações Públicas, que buscava amenizar a percepção e os indícios de conflitos e tensões internas. A nota evidenciaria a preocupação dentro do Alto Comando sobre os “recentes” rumores de divergências dentro do Exército. Os boatos isolados não causavam grandes preocupações ou incômodos, mas até a data da publicação da matéria já se contavam sete documentos divulgados nos meios político e militar. O texto da jornalista mencionava expectativas de que os militares “frotistas” pudessem ter alguma reação em relação à demissão do ministro.

Definitivamente não eram tempos tranquilos. À exoneração de Frota em outubro de 1977 e à de Hugo Abreu em janeiro de 1978, somaram-se a criação da Frente Nacional de Redemocratização e a candidatura de um general pelo MDB. Nesse contexto, segundo a matéria, percebia-se uma iminente divisão do Exército em prol de um ou outro candidato, fato esse que teria levado o ministro daquela força a se posicionar em favor da candidatura de Figueiredo, por meio da ordem do dia lida na ocasião da cerimônia já mencionada. O posicionamento público do ministro Bethlem abriu uma janela de oportunidade para que o general Hugo Abreu lhe enviasse uma carta manifestando seu desagrado, colocando mais um ingrediente nas tensões daquele período.

Na terceira matéria desse dia 28 de julho, Ana Lagôa analisa a alteração do Regimento Disciplinar do Exército, ocorrida no ano anterior e que dava aos militares da reserva o direito de se manifestar politicamente sem que incorressem sobre eles punição. Em pleno ano eleitoral e diante da polarização que buscamos apresentar, ter militares da reserva, agregados e reformados

---

<sup>133</sup> Disponíveis em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R01986.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2020.

liberados para falarem sem medo de punições e podendo, portanto, desempenhar funções eleitorais era um complicador a mais.

Quanto mais se aproximavam as eleições, mais importância o tema ganhava espaço na mídia e agosto trouxe outros elementos a essa dinâmica. Nesse mês, o MDB se incorpora à Frente Nacional pela Redemocratização e o general Euler Bentes se filia ao partido de oposição. Entretanto, mesmo antes desses fatos que aconteceram respectivamente nos dias 17 e 23, outro texto de Ana Lagôa dizia que, com a possibilidade de dois generais se confrontando no pleito, era fundamental o estabelecimento de regras mínimas que garantissem que a sucessão pensada por Geisel se concretizasse. Buscando mais informações sobre a reunião do Alto Comando, a jornalista consultou uma “fonte bem situada junto ao centro decisório” que deu destaque ao fato de, na reunião, os generais terem posto em primeiro lugar o respeito a hierarquia, assim definida: Alto Comando, ministro do Exército, generais de Exército, generais de Divisão e generais de Brigada.<sup>134</sup>

A matéria ainda informa que o Alto Comando deliberou pelo estabelecimento de limites para a atuação do ministro do Exército, que seguiu os mesmos limites para o decidido sobre a atuação das Forças Armadas, posição que deveria ser mantida também em todas as cadeias de hierarquia descendo até a tropa. Todavia, o Alto Comando também deu ao ministro do Exército Fernando Belfort Bethlem autorização para fazer pronunciamentos de caráter político, sem a necessidade de consulta, com a ressalva de que esses pronunciamentos deveriam se resumir ao que fosse vital à instituição.

Buscando passar uma imagem de tranquilidade institucional, a decisão do Alto Comando teve como objetivo, mostrar, para o público interno e externo à instituição, que não se estava omisso em temas sensíveis ao país e deixar claro que o ministro do Exército era porta-voz das Forças Armadas. Mas, pela matéria percebe-se que o “clima” na área era bastante controverso e com muitas especulações que colocavam em xeque a fidelidade inclusive do ministro do Exército ao presidente da República, dando indícios de uma iminente crise institucional que ameaçava a instituição. Vale lembrar que o discurso do ministro

---

<sup>134</sup> Matéria publicada no dia 06 de agosto de 1978 e disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6664&anchor=4258058&origem=busca&pd=ad7eab3d4f098b640a8988dba4111711>. Acesso em: 03 mar. 2020.

do Exército, por ocasião da passagem para a reserva do general Figueiredo, deixou alguns setores descontentes por acharem que, sendo porta-voz da instituição, o ministro a comprometeu politicamente.

O texto destacava que já era fato amplamente conhecido nos meios militares que o general Hugo Abreu havia assumido o papel de articulador da candidatura alternativa à Figueiredo, mesmo ainda na ativa. A jornalista acrescentava que a movimentação do general Euler e do general Abreu, tanto no Rio quanto em Brasília, juntamente com os manifestos anônimos, demonstravam um clima de “apreensão sobre os rumos do Exército”.

No entanto, apenas uma semana antes da convenção nacional do MDB, na qual Euler Bentes se filiaria ao partido, Ana Lagôa publica a reportagem “A conjuntura política não preocupa militares”. Mais uma vez, por meio da mídia, setores do Exército buscavam passar uma ideia de calma. Nesse caso específico, as fontes da jornalista indicavam que o clima naquele momento era de compasso de espera, que poderia ser alterado após a convenção nacional do MDB.<sup>135</sup>

Nessa matéria, a jornalista ouviu uma “fonte militar habituada a avaliar o clima político” que afirmou ser natural o otimismo dos “adeptos da candidatura Euler”, lembrando que, caso o general viesse a ganhar o pleito, teria que administrar as pressões de todas as tendências que o apoiavam, adiantando que o general Euler era menos flexível do que Figueiredo. Mesmo que, por questões de temperamento, a impressão passada fosse do contrário, Euler era mais rígido, formado em uma época diferente. A mesma fonte apresenta o general Figueiredo como mais flexível e mais bem informado sobre as questões nacionais, enquanto seu rival era conhecedor do Nordeste, concluindo que, em caso de vitória do candidato do MDB não haveria nenhuma reação por grupos militares, como mais um golpe por exemplo, pois “não compensaria o atraso político e os reflexos econômicos negativos que uma atitude como essas traria para o país”.

A coesão – ou não – das Forças Armadas foi tema das matérias publicadas naquele agosto de 1978. Uma delas traz à tona um personagem já abordado nesta tese: o general Ariel Pacca, alvo de rumores de que iria se posicionar a favor da candidatura do general Euler, embora um discurso

---

<sup>135</sup> Matéria publicada em 16 de agosto de 1978 e disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R07789.pdf>. Acesso em: 08 set. 2020.



pronunciado por ele dias antes da matéria ser publicada tivesse tranquilizado os meios que passaram a destacar sua “coerência na abordagem de temas políticos”.<sup>136</sup>

Altas fontes militares, segundo Lagôa, afirmaram que o discurso de Pacca serviu para pôr fim aos rumores de que ele seria a voz dissonante dentro do Alto Comando. O posicionamento do general teria sido “um balde de água fria” para aqueles que queriam demonstrar, por interesses pessoais, a imagem de um Exército dividido, acrescentando que os demais chefes militares deveriam em breve se manifestar no mesmo sentido, porém de forma mais branda. Se antes o nome de Pacca estava cercado de rumores, agora as fontes da jornalista passavam para ela outra visão: a vinculação do nome de Pacca à candidatura do general Euler estaria relacionada a seu prestígio tanto nos meios militares quanto nos meios civis. Para a fonte mencionada pela jornalista:

se hoje há quem tenha interpretado que sua saudação aos novos generais traz, nas entrelinhas, qualquer sinal de posição favorecendo posições contrárias ao governo Geisel, está apenas elucubrando em cima do nada, torcendo os fatos a seu favor, ou não entendendo nada do que o general disse.

O discurso do general Ariel Pacca foi proferido no dia 16 de agosto de 1978 no Ministério do Exército, por ocasião da solenidade de entrega das espadas aos generais de brigada e foi transcrito para os anais do Senado por iniciativa do senador da Arena pelo Mato Grosso Itálvio Coelho que teria visto nele “firme tomada de posição em favor do projeto de distensão política do presidente Geisel”, acrescentando concordar com ela, por ser fiel ao projeto de abertura para uma redemocratização sem retrocessos.

No dia seguinte a mais um Dia do Soldado, a *Folha de S. Paulo* abordou os discursos e ordens do dia referentes à data. Na matéria “Alerta contra radicais” foi analisado o discurso do ministro da Aeronáutica, o brigadeiro Araripe Macedo, que também falava em nome da Marinha na ocasião, alertando contra os “mal-intencionados” e

---

<sup>136</sup> Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R02259.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2020.

os eternos oportunistas liberais por conveniência, salvadores da Pátria de última hora e os contumazes inimigos do regime, de esquerda e de direita; (os quais) mesmo mudando a retórica, não conseguem esconder seu deslumbramento pelo poder.<sup>137</sup>

Falando após o ministro do Exército, general Bethlem, Araripe afirmou, entre outros elogios, que as palavras proferidas pelo colega representavam o sentimento das corporações irmãs e que tocavam profundamente os presentes por dar destaque à unidade necessária para o momento do país. Para Bethlem havia um “sinal alvissareiro de marcha segura na sua trajetória em direção a um futuro melhor”.

A matéria também dá destaque às falas dos chefes do I e II Exércitos - os generais José Pinto Rabelo e Dilermando Gomes Monteiro do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente. Para Rabelo “nos dias atuais, quando buscam enodoar a farda tentando, de todos os modos, fazer penetrar na caserna o germe da política, outros julgam expressar o sentimento da instituição quando apenas dão lugar às frustrações incontidas”. Já o general Dilermando referiu-se “àqueles que procuram desagregar a união militar, cuja indissolubilidade será mantida, sempre, na defesa dos fundamentos da Revolução de 31 de março”.

Em texto com o título “As Forças Armadas são indissolúveis”, a jornalista relata as comemorações pelo Dia do Soldado na cidade de São Paulo, quando o general Dilermando buscou afirmar que as Forças Armadas manteriam a unidade sempre. No final de sua fala o general se dirigiu:

aos companheiros de ideais, para que mantenhamos nossa união indissolúvel, atentos aos nossos compromissos para com a Bandeira da Pátria e a defesa dos fundamentos da Revolução de 31 de março (...) vendo interesses da Pátria por sobre tudo o mais que possa afetar-nos, individual e coletivamente.<sup>138</sup>

Ao final da solenidade o comandante do II Exército, em rápida entrevista, foi questionado sobre a sucessão presidencial, sobre candidatura divergente e sobre a possível divisão nas Forças Armadas. Em resposta aos jornalistas,

---

137

Disponível

em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6684&anchor=4324726&origem=busca&pd=51ff956c288699c116d6e56a53f7ff27>. Acesso em: 03 mar. 2020.

138

Disponível

em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6684&anchor=4324726&origem=busca&pd=51ff956c288699c116d6e56a53f7ff27>. Acesso em: 03 mar. 2020.

Dilermando afirmou “não ver nenhuma divisão com o surgimento do nome de outro general para a disputa presidencial”.

No artigo “Restrições às falas ministeriais” publicado na *Folha* dois dias depois, Ana Lagôa comenta as reações em setores que estavam apoiando a candidatura do general Euler às manifestações dos ministros militares. As “fontes de opinião” citadas na matéria comentaram que:

Os inimigos da pátria parecem não ser mais os comunistas, mas os setores das Forças Armadas que estão descontentes com o processo político. E esses setores não são inimigos do regime, muito pelo contrário, são grupos que reagirão duramente se houver uma tentativa de reinstalação da baderna comunista no país.<sup>139</sup>

Essas fontes ainda acrescentam que tais falas buscaram atrelar a candidatura do general Euler a movimentos subversivos e partidos de esquerda o que, segundo as fontes, não corresponderia à realidade. Dessa forma, os apoiadores da candidatura do general Euler teriam a tarefa de buscar uma forma de que a imprensa desse ao general o mesmo espaço e destaque. Em contraposição, fontes do Planalto disseram à jornalista que Euler Bentes teria apenas dois por cento do apoio dentro das Forças Armadas, não causando preocupação em Brasília.

No mês de setembro, reportagem de Ana Lagôa refere-se a um rumor de que o Alto Comando apresentaria ao público a indicação de que tanto a candidatura de Figueiredo como a de Euler deveriam ser retiradas, em favor do lançamento de uma terceira candidatura que teria caráter conciliador. Entre os nomes que circulavam estava o do ministro do Exército, Fernando Bethlem, do ministro do STM, Reynaldo Mello de Almeida e do comandante do I Exército, José Pinto Rabelo. No entanto, “fontes ligadas ao planalto” descartaram essas opções.<sup>140</sup> Segundo a jornalista, essa especulação cumpriu uma função importante: reforçar a convergência do Alto Comando em prol da candidatura de Figueiredo. Em matéria de 8 de setembro, ela escreve que ainda que o Alto

---

<sup>139</sup> Matéria disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6685&anchor=4325007&origem=busca&pd=df60267a5ee4d2d8a90408273f43128d>. Acesso em: 04 mar. 2020.

<sup>140</sup> Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6697&anchor=4261706&origem=busca&pd=85548da04c27cd827b644faf4f484f5b>. Acesso em: 04 mar. 2020.

Comando tratasse de assuntos políticos, os generais iriam permanecer “fechados” com Geisel.

Desta vez, as “fontes palacianas” ouvidas por Ana Lagôa aproveitaram para descaracterizar, mesmo que indiretamente, o general Euler. Para elas, essa opção de uma terceira candidatura seria bem aceita pelos grupos que articulavam a candidatura do general Euler, pois eles não tinham uma identidade ideológica e nem estavam reunidos em torno de alguma liderança: eram dissidentes não por motivos políticos, mas por motivos pessoais. Entre eles havia tanto os prejudicados pelas alterações no processo de promoção, até os que seguiam descontentes com os episódios da demissão do general Ednardo D’Avila Mello do comando do II Exército, da exoneração do general Sylvio Frota do ministério do Exército e do afastamento do general Hugo Abreu da chefia do Gabinete Militar da Presidência. Ademais, havia o descontentamento com o método empregado no processo sucessório, como já vimos.

Um ano depois da exoneração de Frota (12 de outubro de 1977) e três dias antes da eleição de Figueiredo, nova reportagem de Ana Lagôa recupera a trajetória da queda do ministro e, para isso, busca ouvir fontes que ela mesmo chamou de “amigos do Frota”. Segundo o texto, desde sua saída do ministério, o general estaria recluso, apenas em contato com um reduzido círculo de militares, mas ainda era considerado um ator chave no jogo político. Permanecia magoado com a forma com que foi exonerado do ministério e pretendia se manter longe da política. Em relação à sucessão a matéria afirmava que o “grupo Frotista”, composto por assessores e simpatizantes do ministro, teria passado por um processo de “remoções”, mas, mesmo afastado do núcleo decisório, ainda teria interesse pelos “rumos da Revolução”.<sup>141</sup>

Esses oficiais seriam contra a candidatura do general Figueiredo por discordarem dos métodos empregados para a escolha sucessória. Mas é interessante observar que eles também se colocaram contra a candidatura dissidente de Euler, pois esta validaria o processo de sucessão e o general e seus simpatizantes não teriam forças para reverter o quadro. Por fim, esse grupo ouvido por Ana Lagôa acreditava que o processo de abertura pretendido por Geisel levaria o país ao caos.

---

<sup>141</sup> Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R04232.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2020.

Como é sabido, a 15 de outubro de 1978, João Figueiredo venceu o pleito indireto com 61,0% do total de votos contra 39% de seu adversário, o general Euler Bentes. A partir daí os holofotes se voltaram para a composição ministerial do próximo governo e as promoções nas Forças Armadas. Nesse quadro, no dia 24 de novembro, Ana Lagôa informava que três generais de divisão seriam promovidos a generais de Exército no dia seguinte: Ernani Airoso da Silva, José Ferraz da Rocha e Rui de Paula Couto, mas a matéria dava destaque ao general Airoso que, desde que passou para a lista de acesso, já estaria sendo cotado para se tornar um “quatro estrelas”.<sup>142</sup>

Segundo a jornalista, o general tinha um prestígio profissional e uma carreira que não deixavam dúvidas sobre sua futura promoção. A partir de “comentários do setor” Ana Lagôa ressalta que Airoso, que respondia pelo Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército, poderia até ser o ministro do Exército do governo Figueiredo, “por seu profissionalismo e respeito de toda a instituição” e por isso, em caso de dissonâncias entre as correntes divergentes ele seria um ator que atuaria para apaziguar possíveis questões que surgissem.

Como a história mostrou, o ministro do Exército do governo Figueiredo foi o general Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, homem próximo ao presidente e que foi promovido junto com ele a quatro estrelas em março de 1978, confirmando assim as previsões de uma das reportagens de Ana Lagôa publicada em 6 de janeiro de 1978. A general Airoso permaneceu no Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército até junho de 1979, passando, a partir dessa data, a ser ministro do Estado Maior do Exército, onde ficou até maio de 1981 quando foi para reserva por ter atingido 12 anos de generalato e a idade limite.<sup>143</sup>

Essa não é a última matéria publicada pela jornalista na *Folha*, mas será a última matéria que comporá nossa análise, pois depois dela os textos assinados por Ana Lagôa fogem do escopo analítico aqui definido e que agregamos nas três temáticas que nos orientaram na divisão desta seção. Respeitando a mesma lógica, a seção seguinte busca analisar os Relatórios

---

<sup>142</sup> Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R02080.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2020.

<sup>143</sup> Biografia do general disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ernani-airosa-da-silva>. Acesso em: 04 mar. 2020.

Internos elaborados por Ana Lagôa e que, como dissemos na introdução dessa tese, são inéditos e trazem os bastidores da confecção das notícias.

Refeita a trajetória das notícias pelas páginas publicadas pela jornalista Ana Lagôa, podemos enfatizar, para além dos atos presidenciais e de seus ministérios militares, que a *Folha de S. Paulo* trouxe ao público em geral, com bastante frequência inclusive, o mundo militar e seus bastidores de um modo consideravelmente distinto da ideia geral de unidade que a ditadura tentava dar à sua imagem. Também buscamos deixar evidente que, mesmo que o Alto Comando tenha enfatizado, por meio dos jornais, a unidade em torno da sucessão e do governo Geisel, as matérias demonstram um meio militar bastante instável, heterogêneo e conflituoso. É fato que as matérias analisadas foram fundamentais para estas conclusões, todavia, analisar a construção da matéria, por meio dos relatórios internos produzidos por Ana Lagôa é uma tarefa imprescindível para a confirmação de nossas hipóteses, tarefa essa apresentada na sequência.

## 5 Nos bastidores da notícia: os relatórios internos da jornalista Ana Lagôa

A proposta desta seção é analisar o processo político-militar do governo Geisel (1974-1979), a partir do exame dos relatórios internos confeccionados por Ana Lagôa e endereçados à redação da *Folha de S. Paulo* como subsídio para a coluna Painel, para editoriais e matérias assinadas pela própria jornalista. A seção se estruturou a partir de três temáticas que o próprio *corpus* documental fez surgir: as promoções, exonerações e cassações do período, no bojo do projeto político de abertura do governo Geisel; os bastidores da exoneração do general Sylvio Frota do ministério do Exército e, por último, a sucessão presidencial. Em todas essas temáticas, buscamos analisar como aparecem nos RIs não apenas as formas de elaboração da notícia, mas eventuais informações importantes que não puderam ser publicadas.

Nosso intuito, por fim, é buscar evidenciar que entre a notícia impressa e sua construção existem muitas mediações, tensões, conflitos de interesses – ainda mais em meio a uma ditadura –, e o governo Geisel não foi uma exceção.

### 5.1 Promoções, exonerações e cassações

Na seção anterior fizemos uma discussão sobre como as promoções indicavam tendências futuras de maior ou menor endurecimento do regime. Aqui, a partir da leitura dos relatórios internos elaborados por Ana Lagôa, essa temática ganha novo sentido, que denominamos “a direção do poder”, por acreditar que essa direção, com suas contradições internas, pode ser observada por meio das promoções, mas mais especificamente pelas exonerações e cassações ocorridas no período e que podem ser reinterpretadas a partir dos relatórios internos elaborados por Ana Lagôa e que evidenciam sob que lógica estava se dando o direcionamento das políticas de promoções (e, por suposto, exonerações).

Como sabemos, em janeiro de 1976 o general Ednardo D’Avila Mello é exonerado em decorrência das evidentes situações de tortura dentro do DOI-CODI em São Paulo, explicitadas à sociedade com o assassinato, em outubro do ano anterior, do jornalista Vladimir Herzog. Um RI de novembro de 1975, uma semana após o assassinato de Herzog, mostra como a jornalista dialoga com

uma fonte não identificada que especulava sobre possíveis repercussões institucionais e militares frente ao provável afastamento do comandante do II Exército.<sup>144</sup> Para a fonte, dependendo da forma como ocorresse o afastamento poder-se-ia gerar uma crise de dimensões piores que a de 1968. Acrescenta ainda que, se o presidente Geisel se colocasse contra o general Ednardo, era possível que os quatro comandantes de Exército se unissem para repudiar qualquer ação contra o colega, mesmo que fosse ponto pacífico, entre eles, que o II Exército tivesse se excedido.

O assunto voltaria a ser tratado num longo relatório (0460) elaborado em janeiro de 1976, sem o dia de sua redação. Nele, a jornalista explica ao editor, com base em conversa com o brigadeiro Délio Jardim de Matos:

(...) o Geisel não ousaria tirar o Ednardo pela morte do jornalista, porque estaria passando atestado da incompetência do general para controlar seus subordinados e inclusive passando o atestado para outros generais, mostrando que o mesmo poderia acontecer com qualquer um deles e que se o fato ocorresse, se o Geisel tirasse o Ednardo, os outros comandantes do exército não aceitariam.<sup>145</sup>

O mesmo relatório informa que o afastamento de Ednardo teria tido duas finalidades: seria uma forma de punição e, ao mesmo tempo, uma demonstração de força do presidente. Se, por um lado, fortaleceu Geisel politicamente, por outro, repercutiu negativamente na área militar, pois passou uma mensagem de que, segundo a fonte da jornalista, os governos revolucionários não poderiam ter homens fortes.<sup>146</sup>

Em outro RI que cita fonte descrita como “major do gabinete do EMFA”, menciona-se que sempre houve desentendimentos entre o governo do estado de São Paulo e o II Exército. No entanto, o ex-Governador Laudo Natel era manobrável, já Paulo Egydio Martins seria teimoso e trabalharia visando à Presidência. Para essa fonte, a crise em São Paulo não teria começado com a morte de Herzog: “quem teria interesse em levar a morte dentro da prisão? Existe aí um elemento perdido, alguém ou mais de um, trabalhando não se sabe para

---

<sup>144</sup> RI sem número de 03 novembro de 1975.

<sup>145</sup> RI 0460 de janeiro de 1976, sem informação do dia.

<sup>146</sup> RI 0460 de janeiro de 1976, sem informação do dia.



que. Uma morte dentro do DOI é certa que geraria uma crise. A quem essa crise interessava?”.<sup>147</sup>

O que teria ficado evidente foi que, ao afastar o general Ednardo, o presidente Geisel enfraqueceu o ministro Frota, porém, segundo ele, se o ministro não fosse quem era, talvez o presidente não tivesse passado por cima de sua autoridade. Afinal, umas das funções do ministro do Exército era ser o elo entre o presidente e as Forças Armadas e o titular desse ministério teria que ter sido alguém próximo ao presidente, o que não ocorreu.<sup>148</sup>

Segundo a fonte citada neste RI, o general Orlando Geisel teria indicado dois possíveis nomes para o ministério, no entanto, “os irmãos Geisel só se uniam por causas comuns”, existindo uma relação de ciúmes entre os irmãos e, devido a esses fatores, o nome escolhido foi do general Frota, mesmo não sendo o mais indicado. O problema residia aí: o ministro do Exército deveria ser um homem amigo do presidente, possibilitando uma conversa informal entre os dois, predicado que Frota não trazia.

Conforme Maud Chirio, para além da carreira militar, marcada pela sua atuação como chefe do Estado-Maior do Exército e como ministro do Exército, de 1969 até 1974, o general Orlando Geisel era um militar que gozava “de uma incrível autoridade institucional: tem a imagem de um homem forte, duro, que assusta os adversários e cativa os adeptos” (CHIRIO, 2012, p. 169). A autora coloca o general como central, tanto na repressão dos anos de chumbo quanto nos embates de poder dentro das Forças Armadas. Sobre a relação entre os irmãos Geisel, Chirio (2012, p. 170) acrescenta que, desde meados de 1950, os dois não estavam mais na mesma linha política e que, para Ernesto Geisel, o irmão não era “nem aliado, nem íntimo”. Orlando Geisel teria indicado o irmão para a Presidência por ele pertencer ao grupo castelista e não pelo fato de serem irmãos.

No depoimento já citado, o presidente Geisel afirmou que não teria pedido ao irmão Orlando uma indicação, mas ele teria, mesmo assim, indicado o general Antônio Jorge Correia. Este nome não era uma opção para o presidente que escolheu para o cargo o general Vicente de Paulo Dale Coutinho, que ocupou o ministério durante os primeiros meses do governo Geisel, mas faleceu devido a

---

<sup>147</sup> RI 0473 de janeiro de 1976 sem informação do dia.

<sup>148</sup> RI 0473 de janeiro de 1976, sem informação do dia.

uma parada cardíaca em maio de 1974 (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 330). Segundo Elio Gaspari,

Dale Coutinho foi a um jantar na casa do presidente da Câmara, voltou para casa sentindo-se mal e morreu. Dos seus setenta dias no ministério pouca lembrança restou. Geisel preencheu a vaga de acordo com o manual. Nomeou o general Sylvio Frota, chefe do Estado-Maior do Exército (GASPARI, 2003, p. 402-403).

Frota era conhecido por ser um “bom soldado”. O presidente nunca havia servido com ele, mas o conhecia. O general havia sido designado para posições importantes tanto no governo Costa e Silva como no de Médici. No início do governo Geisel foi para a chefia do Estado Maior. Segundo Geisel, “era assim, o substituto normal, interino, do ministro” (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 437).

A fonte de Ana Lagôa, segundo o RI 0473, afirmou que a forma com que o presidente Geisel conduziu a exoneração do general Ednardo do comando do II Exército abalou as Forças Armadas e só poderia ser superada em duas situações: com a indicação de um ministro forte ou com a criação de uma nova pasta – o Ministério da Defesa – que aglutinasse as Forças Armadas e fosse dirigida por um homem da confiança do presidente. A criação do MD só ocorreria em 1999.

Para esta mesma fonte o governo Geisel era caracterizado pela “política de centralização de poder, objetivando a redemocratização, a normalização do sistema”, afirmando que esse era um caminho perigoso. A fonte acreditava que Geisel seria o penúltimo presidente militar, mas a redemocratização não deveria ocorrer em moldes importados, e sim da necessidade de se encontrar “um modelo nosso”.<sup>149</sup>

Ainda sobre o general Ednardo, o “major do Gabinete do EMFA” acrescenta que ele foi “punido por punir a subversão”, o que seria um risco, pois os demais generais poderiam temer ter o mesmo fim e “a subversão, sabendo disso, pode avançar”. A fonte descreveu Ednardo como sendo uma pessoa dócil, mas seu sucessor, o general Dilermando Gomes Monteiro<sup>150</sup> não o era e, por

---

<sup>149</sup> RI 0473 de janeiro de 1976, sem informação do dia.

<sup>150</sup> O general Dilermando Monteiro foi promovido a general de exército em 1974 e, em dezembro desse mesmo ano, passou para chefia do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército. Em

isso, o combate à subversão em São Paulo poderia se acirrar. Porém, acrescentou que os órgãos de repressão não poderiam agir de forma autônoma. Se isso ocorresse eles poderiam acabar tornando-se “uma SS”, o que não estaria nos planos do presidente Geisel.

O próprio relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014), indica que a exoneração do general Ednardo foi a primeira vez em que o presidente da república agiu “contra os grupos que atuavam nos chamados ‘porões’” (CNV, 2014, 646). Essa postura abriu uma crise entre Geisel e estes militares que só terminaria com a queda de Sylvio Frota do comando do Exército, em outubro de 1977. Já quanto ao general Dilermando, em que pese ele ter se mantido discreto em suas declarações à imprensa na época e ter ido para o II Exército com o objetivo de acalmar os ânimos, manteve a guinada repressiva em São Paulo, notadamente contra os militantes comunistas, segundo o próprio Geisel em seu depoimento a D’Araujo e Castro (1997, p. 366). A chacina da Lapa, em 16 de dezembro de 1976, na qual os agentes do DOI-CODI assassinaram 3 dirigentes do PCdoB, ilustra bem o depoimento de Geisel (CNV, 2014).

O tema seguinte dos RIs,<sup>151</sup> passa a ser a possível decisão do Presidente Geisel de cassar o deputado Lysâneas Maciel (MDB), mas sobre o fato existe uma lacuna nos registros da jornalista. Em 29 de março de 1976, valendo-se do AI-5, Geisel cassou dois deputados gaúchos do MDB, Nadyr Rossetti e Amaury Müller, dias depois de ambos discursarem em um comício em Palmeira das Missões, no Rio Grande do Sul, discursos considerados perigosos. Já o deputado Lysâneas, foco das anotações da jornalista, foi efetivamente cassado só em 1º de abril de 1976, três dias depois de proferir um discurso em solidariedade aos dois colegas (GASPARI, 2004). Conforme Elio Gaspari,

Estava no segundo mandato. Caso raro de evangélico com militância na esquerda, não era quadro do PCB, mas dele recebera apoio. Sua militância em defesa de presos políticos, uma campanha bem-feita e o entusiasmo da juventude universitária deram-lhe 98 mil votos, tornando-o o terceiro mais votado da bancada carioca. Refletindo a extensão da vitória do MDB no estado, nenhum arenista o igualara. Geisel sabia, havia

---

janeiro de 1976 substituiu o general Ednardo D’Ávila Mello no comando do II Exército. A partir de 1977, o general passa a ter seu nome cogitado como possível sucessor de Geisel. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/monteiro-dilermando>. Acesso em: 25 fev. 2019.

<sup>151</sup> RI 0473 de janeiro de 1976, sem informação do dia.

pelo menos dois anos, que o Partidão apoiava Lysâneas. Desde 1974 o SNI censurava-lhe a correspondência e acompanhava seus passos (GASPARI, 2004, p. 265).

É neste contexto que um novo RI, datado de março de 1976, com base numa “fonte azul”, informa que não haveria intenção de Geisel de fechar o Congresso e não existiria uma lista de cassações, mas cassações específicas e o uso da Lei de Segurança Nacional para perseguir parlamentares de oposição. Entre os nomes cogitados estariam o senador Dinarte de Medeiros Mariz e o deputado Ulisses Potiguar, ambos da Arena. Estas cassações não ocorreram.

Em relatório interno de 21 de julho de 1976, que cita “fonte quatro estrelas da FAB”, haveria mudanças em alguns órgãos, com o objetivo de ir isolando Frota até sua saída do ministério:

[Moacyr Barcellos] Potyguara parece a ele, que vai para o EMFA. Para o seu lugar no IV Exército – Tacito Theóphilo [Gaspar de Oliveira] que será promovido agora. Para o III Exército [Fernando] Belfort Bethlem mesmo. Para presidência – João Batista Figueiredo (a propósito: o artigo da sucessão teve objetivo de queimá-lo).<sup>152</sup> Repetiu que o Figueiredo é seu candidato.

O Poty [Moacyr Barcellos Potyguara] fica no EMFA até ir para reserva, quanto então será substituído por um oficial da FAB. Deoclécio [Lima de Siqueira] – Estado Maior – sairá em setembro/outubro, indo para o STM no lugar do [tenente brigadeiro do ar] Honório [Pinto Pereira de Magalhães Neto]. [João] Camarão [Telles Ribeiro] – assume o Estado Maior e substituindo o Deoclécio [Lima de Siqueira].

Uma semana depois, a 28 de julho, sobre essa mesma temática, a jornalista refere-se a uma conversa que teve com a “fonte papa no EMFA”.

I Exército – Ayrton Pereira Tourinho (substituindo o Reynaldo [Mello de Almeida] que vai passar para reserva em novembro)  
 II Exército – Ariel Pacca [da Fonseca], substituindo o Dilermando [Gomes Monteiro] que virá para o DEP novamente.  
 III Exército – [Fernando] Belfort Bethlem – posse dia 11 (*in off*)  
 IV Exército – Tacito Theóphilo Gaspar de Oliveira, que será promovido a general de exército no próximo dia 31.

---

<sup>152</sup> A jornalista faz referência a um artigo publicado no começo de julho no *Jornal do Brasil*, cujo tema era a sucessão presidencial.

Sobre a lista de escolhas elaboradas pelo Alto Comando do Exército para as duas vagas existentes, Ana Lagôa registra, com base na mesma fonte:

- 1º. citado – Tacito Theóphilo [Gaspar de Oliveira] (vai mesmo)
- 2º. citado – Argus Lima (também será promovido) – ambos são gente do Geisel.
- 3º. citado – Aduino Bezerra [de Araujo] (está fora do páreo – Geisel não gosta dele)
- 4º. citado – Newton Faria [Ferreira] – idem – este pediu afastamento para a reserva ontem, depois de saber que era o quarto da lista e que seria preterido para os outros dois. Aduino e Newton tiraram férias.

Sobre as possíveis mudanças aventadas pelas fontes de Ana Lagôa, o general Ayrton Pereira Tourinho foi designado em maio de 1976 para substituir o general Walter Meneses Pais no comando da ESG, ficando nesse posto até janeiro de 1978. Sobre quem assumiria a chefia do EMFA no lugar do general Antônio Jorge Correia, confirmou-se o general Moacyr Barcellos Potyguara.<sup>153</sup> Para a chefia do IV Exército no lugar do general Potyguara, assume de forma interina, em agosto de 1976, o general José Maria de Andrada Serpa e, em 10 de setembro de 1976, assume de maneira efetiva o general Argus de Lima, um dos novos generais promovidos nas promoções de 31 de agosto de 1976.

Quanto ao general Tacito Theophilo Gaspar de Oliveira<sup>154</sup> que, na ocasião em que foi elaborado o RI, ocupava o posto de chefe interino do Departamento Geral de Serviços do Exército, em agosto de 1976 foi promovido a general-de-exército, sendo efetivado no posto de chefe interino, função que ele ocupou até outubro de 1977 quando assumiu a chefia do EMFA, substituindo o general Potyguara até novembro de 1978, quando atingiu a idade limite em serviço na ativa, sendo substituído pelo general José Maria de Andrada Serpa.

No que se refere ao comando do I Exército, no Rio de Janeiro, o general Reynaldo Mello de Almeida<sup>155</sup> ficou no posto desde abril de 1974, em substituição ao general Frota, que assumiu o ministério do Exército. Em novembro de 1976, Mello de Almeida é nomeado ministro do STM, substituindo

---

<sup>153</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/potyguara-moacyr-barcellos>. Acesso em: 23 jan. 2021.

<sup>154</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oliveira-tacito-teofilo-gaspar-de>. Acesso em: 23 jan. 2021.

<sup>155</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/almeida-reinaldo-mello-de>. Acesso em: 23 jan. 2021.

o general Mamede que se aposentou. Contrariando a afirmação do RI, o general Reinaldo só entra para a reserva em 1983, meses antes de completar a idade máxima de permanência de um militar no quadro especial do Exército; em seu lugar na chefia do I Exército entra o general José Pinto de Araújo Rabelo,<sup>156</sup> que só deixa esse posto em 26 de abril de 1979, já no governo Figueiredo.

O general Dilermando<sup>157</sup>, cotado no RI para o comando do EMFA e considerado como o homem que o presidente gostaria de ter como seu assessor direto, fica no comando do II Exército até 07 de setembro de 1978 quando deixa o posto para assumir uma cadeira no STM, no lugar do general Augusto Fragozo.

Contrariando as expectativas da jornalista e suas fontes, o general Oscar Luiz da Silva<sup>158</sup>, que deveria ir para a reserva, deixando o comando do III Exército em julho de 1976, permanece no posto até outubro, quando entra para a reserva. Em seu lugar assume o general Fernando Belfort Bethlem<sup>159</sup>, ficando até novembro de 1977, quando assume o lugar do general Sylvio Frota como ministro do Exército.

No RI há o questionamento sobre se Figueiredo teria condições de se tornar general do Exército, dúvida essa que imperava tanto no meio civil quanto no meio militar, uma vez que havia outros generais na lista para as promoções. Sobre isso, em 25 de novembro de 1977 o Alto Comando se reuniu já com o general Bethlem como ministro do Exército para analisar a lista de promoções, ocasião essa na qual a promoção de Figueiredo não foi tratada. Em 29 de novembro do mesmo ano, o presidente Geisel ratifica o nome de Figueiredo como seu sucessor e em 31 de março de 1978 ele é promovido a general de Exército.<sup>160</sup>

Por fim, ainda sobre as movimentações que efetivamente ocorreram, observada a Aeronáutica, o major-brigadeiro-do-ar Deoclécio Lima de Siqueira sai da EMAER para ocupar a vaga de Honório Pinto Pereira de Magalhães Neto,

---

<sup>156</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rabelo-jose-pinto-de-araujo>. Acesso em: 23 jan. 2021.

<sup>157</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/monteiro-dilermando>. Acesso em: 23 jan. 2021.

<sup>158</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/monteiro-dilermando>. Acesso em: 23 jan. 2021.

<sup>159</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bethlem-fernando-belfort>. Acesso em: 23 jan. 2021.

<sup>160</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-batista-de-oliveira-figueiredo>. Acesso em: 23 jan. 2021.

que realmente fica no STM até setembro de 1976. O brigadeiro Deoclécio<sup>161</sup> fica no EMAER até março de 1977 quando transmite o posto para o brigadeiro Délio Jardim de Matos e, em seguida, realmente vai ocupar uma cadeira no STM.

Ainda na conversa, ocorrida no EMFA, aparece pela primeira vez nos RIs que o general Frota estaria em campanha de oposição ao presidente Geisel. Seu objetivo seria a presidência na eleição de 1978.

Uma carta escrita pelo general Augusto Cesar de Castro Moniz de Aragão e publicada no jornal *O Globo* foi o assunto da jornalista em meados de junho.<sup>162</sup> A referida carta teria sido endereçada à jovem oficialidade.<sup>163</sup>

Para Geisel, o general Moniz de Aragão teria influenciado a escolha de Castelo Branco para presidente e se colocado contra a Frente Ampla, sendo opositor ao governo de Costa e Silva (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 166). Élio Gaspari (2014, p. 73), define o general como: "(...) paraquedista, temperamental, brigão e dado às letras". No histórico de Moniz de Aragão, já constavam cartas escritas por ele denunciando não apenas o governo Costa e Silva, mas também seus parentes. Em função disto, foi demitido do Departamento de Provisão Geral (DPG), fato este que o fez redigir nova carta, dessa vez em defesa do presidente Costa e Silva, atacando o general Lyra Tavares (GASPARI, 2014, p. 76).

A fonte do relatório de 22 de junho assim descreve este general:

Moniz Aragão é um homem duro, violento mesmo, de atacar sem piedade. Ele só respeita três militares – Ariel [Pacca], Rodrigo Otávio e Antônio Jorge Correia. Porque são íntegros. Isso ele disse na minha frente. Ele não suporta o Sylvio Frota. Nem o Lyra Tavares. Quando o Lyra era ministro, Moniz o atacou, chegou a bater nele. Ele hoje é assessor de uma empresa. Se a carta foi matéria paga, não deve ter sido paga por ele, porque ele não tem dinheiro. Vocês devem esperar mais coisas desse tipo, pois eu não tenho notícias de nenhum fato que gerasse essa mensagem.

Isso deve ser um ataque pessoal dele contra alguém dos jovens ou que tenha ascendência sobre os jovens. Ele, com isso, está preparando terreno para atingir uma simpatia no ataque contra alguém. Podia ser contra o Frota, mas não sei de nenhum fato

---

<sup>161</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/siqueira-deoclesio-lima-de>. Acesso em: 23 jan. 2021.

<sup>162</sup> RI 0420 de 22 de junho de 1976. Informação atribuída a "fonte major do gabinete do EMFA".

<sup>163</sup> Informação disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019760622>. Acesso em: 10 mai. 2020.

que ligue o Frota a isso. Ele pode também estar querendo pôr fogo no circo.<sup>164</sup>

Em meados de 1976, os relatórios internos deixam claro que existia uma movimentação de reorganização e um remanejamento dentro dos postos-chave nas Forças Armadas. Ana Lagôa passa então a fazer um levantamento sobre as implicações da sucessão do Estado-Maior das Forças Armadas e do III Exército no Rio Grande do Sul. Sobre o EMFA, de forma resumida, sua fonte informava que a falta de continuidade na chefia dificultava a coordenação e que, para ele, a lei deveria ser reconsiderada ou readequada para que a rotatividade da chefia fosse menor.

Especificamente sobre a sucessão do III Exército, a questão era apresentada pela jornalista como mais polêmica. A “fonte do gabinete do EMFA” acreditava que para o Rio Grande do Sul iria o general Fernando Belfort Bethlem. É ele que, como vimos, em 12 de outubro de 1977, será alçado ao lugar de Sylvio Frota à frente do ministério do Exército. A fonte não acreditava que “o Dilermando seria mexido, porque ele teria conseguido pôr ordem na bagunça” e não teria sentido trocá-lo do comando naquele momento. Também não seria oportuno mexer com o general Ariel Pacca da Fonseca, pois, ele seria um homem duro, que não teria a formação política necessária para fazer manobras tais quais a do general Dilermando Monteiro, podendo pôr a perder o trabalho já desenvolvido por ele.<sup>165</sup>

No dia seguinte, em conversa com a fonte “duas estrelas do Exército” – ou seja, um general de brigada –, Ana Lagôa fica sabendo que o ministro do Exército havia sugerido ao Alto Comando tomar medidas militares e políticas em nível governamental. Questionada sobre o que, a fonte disse não saber por ser apenas um soldado e cumprir ordens, quando chegasse a hora ele saberia.<sup>166</sup>

Sobre as eleições de 1976, a fonte acreditava que, para a Arena, as eleições estavam realmente perdidas, pois existiria um clima de descontentamento geral, especialmente com o encarecimento do custo de vida. Isso acabou por não se confirmar, muito em função da Lei Falcão que, conforme

---

<sup>164</sup> Importante destacar que, nesse RI, Ana Lagôa, faz questão de registrar essa fonte como “fonte do gabinete do EMFA, a mais importante”.

<sup>165</sup> RI 0420 de 22 de junho de 1976.

<sup>166</sup> RI 0470 de 23 de junho de 1976.



vimos, alterando as regras eleitorais, garantiu que a Arena fizesse a maioria dos prefeitos e vereadores no país. Segundo Elio Gaspari:

Com a mudança, que viria a ser conhecida como “Lei Falcão”, emudeceu-se a disputa. Só se podiam mostrar fotografias, acompanhadas de pequenos currículos, nada mais. Além disso, as estações de rádio e televisão viram-se proibidas de transmitir discursos de candidatos. Essa providência, equânime na aparência, dava ao governo o monopólio da comunicação (GASPARI, 2004, p. 302).

A aceleração da promoção de Figueiredo aparece na conversa de Ana Lagôa com seu informante, para o qual isso poderia evidenciar que ele não seja “homem do Geisel”, mas, fez questão de acrescentar que Figueiredo era líder de um grupo forte dentro do Exército e que era melhor ter ele do lado da Presidência do que contra. Sobre esse episódio, Geisel, em suas memórias, lembra:

Um dia vieram ameaçar: se o Figueiredo não for promovido a general-de-exército, para ter ascendência sobre os outros, ele não quer ser candidato. Manobraram no Alto Comando, e ele veio na cabeça da lista. Foi promovido. Eu achava isso irrelevante, mas me rendi. Achava que não era importante. O que vale é a pessoa, não a roupagem que está vestindo (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 500).

Em fins de junho, uma “alta fonte” afirma que Geisel havia iniciado uma transformação nas bases militares, trocando vagarosamente os comandos de tropas. Com essa manobra ficaria mais fácil e sem resistência a retirada de Frota do ministério do Exército. Curioso observar que a “alta fonte” confirma a aceleração na promoção do Figueiredo, porém, sem saber dizer com que intenção, acrescentando que o Figueiredo não era “homem do Geisel”.

A fonte finaliza passando algumas informações (ou especulações) sobre mudanças que estavam em curso. Estas, por sua importância, justificam a longa citação do relatório elaborado por Lagôa:

Para chegar a isso, o presidente contará com as seguintes vagas: (além de previstas para 31 de julho – do [Ayrton Pereira] Tourinho, que deverá ser o Tacito Theophilo [Gaspar de Oliveira])  
1 - Oscar Luiz [da Silva] (25 de julho)  
2 - Cara que irá para o lugar do [Antônio Jorge] Correa (EMFA) – 25 de julho, provavelmente o Fritz [Azevedo Manso]  
3 - Que substituirá o [Sylvio Couto Coelho da] Frota

4 - Que substituirá o Reynaldo [Mello de Almeida]<sup>167</sup> (reserva em novembro)

- Serão jogados para o alto, mais meia dúzia de generais de divisão e assim, até meados de 77, Figueiredo deverá estar em condições de ir a general do exército.

- Não sei para onde ele poderia ir então, talvez um comando de exército. - Reynaldo, já está certo, vai para o STM para a vaga do [Jurandyr de] Bizarria Mamede este ano.

- Deoclécio Lima de Siqueira (EM) vai para o STM para a vaga do Honório [Pinto Pereira de Magalhães Neto] que pedirá para sair do STM em agosto ou setembro (essa manobra é para abrir vaga na Aeronáutica e evitar que o [João] Camarão [Telles Ribeiro] caia na compulsória por ser o mais velho dos quatro estrelas.

- [João] Camarão [Telles Ribeiro] (outro quatro estrelas da Aeronáutica) vai para o STM em maio, na vaga do [Carlos Alberto] Huet [de Oliveira Sampaio].

[Fernando Belfort] Bethlem já está praticamente certo para o III Exército.

Dilermando [Gomes Monteiro] provavelmente assumirá o EMFA, pois o Geisel já disse para a gente que gostaria muito de ter o Dilermando como seu assessor direto. (Olha a dica para ministério da defesa).

[Moacyr Barcellos] Potyguara (IV Exército) pedrinha no sapato que só sai no final do ano que vem seria puxado para a chefia de um departamento e assim anulada a sua ascendência sobre a tropa.

Assim: um dos generais novos iria para o IV Exército. Outro para o I Exército (lugar do Reynaldo [Mello de Almeida]); outro para o EMFA ou para o II Exército Caso o Dilermando [Gomes Monteiro] seja chamado); outro para o Ministério e outro ainda para o III Exército ([Fernando Belfort] Bethlem).

No mesmo RI, a jornalista escreveu:

Pequeno caso demonstrativo do Frota: no episódio do [Francisco] Leite Chaves, o Frota teria se dirigido ao Geisel pedindo para cassar o Leite Chaves. E o Geisel respondeu: "Bota outro aqui nessa porra (será que ele disse isso mesmo) Mas não casso".<sup>168</sup>

Frota, ao chegar ao gabinete do presidente, soube que ele já estava a par do acontecido e, também, que o ministro e o Alto Comando estariam tratando do assunto sem sua anuência (GASPARI, 2014). Sobre a continuidade do encontro, Gaspari (2014, p. 189), assume a versão dada pelo general Sylvio Frota (2006,

<sup>167</sup> Por imprecisões já encontradas, a grafia dos nomes e sobrenomes dos generais foram consultados no *Almanaque do Pessoal Militar do Exército* de 1975 e no *Almanaque Anual dos oficiais da Aeronáutica* de 1976.

<sup>168</sup> RI 0451 de 29 de junho de 1976.

p. 171) de que antes que o ministro pudesse falar, “viu o presidente bater várias vezes na mesa com a mão direita espalmada: ‘Merda! Merda! Vocês querem criar um problema! Eu não quero ser um ditador! A ser um ditador, que seja um de vocês!’”.<sup>169</sup> Independentemente da versão proferida pelo presidente, o ministro, que na noite anterior estava sendo brindado e aclamado o próximo presidente da República<sup>170</sup>, não teve o apoio que esperada, cabendo informar, tanto aos generais do Alto Comando como ao ministro Armando Falcão, que não teria mais condições de continuar à frente do ministério do Exército.

Com efeito, em discurso em fins de 1975, o senador do MDB, disse estar “chocado com as práticas dos agentes da repressão”, arriscando inclusive “uma comparação entre a ditadura brasileira e a Alemanha nazista, declarando que, para os maus-tratos, nem Hitler utilizava o Exército do Reich – para isso criara a SS”. Depois deste discurso, Frota se dirigiu ao então ministro da Justiça, Armando Falcão, “exigindo ‘reparações’ e, com essa finalidade, convoca o ACE sem avisar o presidente, rompendo a cadeia hierárquica” (CHIRIO, 2012, p. 199).

Entre setembro e outubro, o assunto foi a relação entre Igreja e Estado, impulsionado pelo sequestro do bispo Dom Adriano Hipólito, pelas bombas nas imediações da CNBB e o assassinato do padre João Bosco Penido Burnier. Em 22 de setembro de 1976, o bispo de Nova Iguaçu foi sequestrado e abandonado despido em um matagal em Jacarepaguá, com o corpo pintado de vermelho. Esse religioso franciscano atuava na luta pelos direitos humanos e junto à população mais pobre e era classificado, pelos agentes dos órgãos de informação, como um dos “bispos-vermelhos”, expressão que fazia referência aos rotulados como comunistas. O carro do bispo foi levado até a região da sede da CNBB, no bairro da Glória, e destruído em uma explosão. O sequestro também foi atribuído à Aliança Anticomunista Brasileira (AAB).<sup>171</sup> Segundo Chirio

---

<sup>169</sup> Para Heitor Ferreira o presidente Geisel narra que a frase teria sido: “Vocês escolham lá um presidente e venham me substituir”, segundo o Diário de Heitor Ferreira, 29 de outubro de 1975. In: Gaspari (2014, p. 189, nota 6).

<sup>170</sup> Na noite da morte de Herzog houve uma festa na casa do ministro do Exército e foi erguido um brinde aclamando Frota como futuro presidente. Logo que Frota assumiu o ministério houve um primeiro brinde erguido por Armando Falcão com a mesma finalidade (GASPARI, 2014).

<sup>171</sup> O *Jornal do Brasil*, de 21 de novembro de 1976, trouxe na capa e em reportagem de página inteira (na página 40), que de nove atentados ocorridos no Rio de Janeiro, entre agosto de novembro, oito tiveram sua autoria assumida pela AAB, porém, esses atentados não deixaram nenhuma pista. Disponível para consulta no Arquivo Ana Lagôa, sob registro R09769 e <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19761121&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 07 fev. 2019.

(2012), a AAB era inspirada na Aliança Anticomunista Argentina que, a partir de 1973, cometeu milhares de assassinatos naquele país. A autora afirma que a versão brasileira da organização de extrema direita foi responsável pelo retorno da violência política no Rio de Janeiro.

Em função de sua gravidade, especialmente em um período que era para ser conhecido como o da abertura lenta, gradual e segura, esses fatos acabaram por predominar entre os jornalistas da área militar. Assim, em conversa com a “fonte verde”, já no dia seguinte ela menciona os dois atentados ocorridos: à CNBB e à residência do jornalista Roberto Marinho. Ela questiona a lógica dos atentados, entendendo que a entidade religiosa representaria a Igreja progressista rotulada como comunista e a Globo uma imprensa conservadora. Na resposta, como era esperado por Lagôa, a fonte não apresentou uma análise clara a esse respeito. Segundo a jornalista, ela se comportou com hostilidade, afirmando que a imprensa, a intelectualidade, a TV e demais manifestações criativas estariam cheias de comunistas.<sup>172</sup>

Sobre o bispo, as fontes da jornalista levam o tema para um tom de deboche, questionando a sexualidade do eclesiástico. Não admitiram que a atuação do religioso tivesse um papel político, mas se ele tinha sido agredido era por ser comunista. Em suas notas, a jornalista descreve contradições, pois, segundo ela, por um lado as fontes não aceitavam que os atentados tivessem sido cometidos pela direita, por outro diziam que a direita radical existia e estava organizada em armas. A condicionante fica evidente: se o bispo era de esquerda teria sido vítima da direita.<sup>173</sup>

Em outubro daquele ano um novo atentado envolveu membros da Igreja. No dia 11, o padre jesuíta João Bosco Penido Burnier<sup>174</sup> e Dom Pedro Casaldáliga foram até a delegacia do município mato-grossense de Ribeirão Bonito, denunciar que a Polícia Militar estava praticando arbitrariedades contra famílias de posseiros da cidade. Na delegacia, o padre foi agredido e assassinado.

---

<sup>172</sup> RI 0465 de 23 de setembro de 1976.

<sup>173</sup> RI 0465 de 23 de setembro de 1976.

<sup>174</sup> Segundo a *Folha de S. Paulo* de 13 de outubro de 1976, o padre era descendente de duas famílias tradicionais mineiras, era primo dos generais Serpa e do Brigadeiro Burnier, também era parente do líder do governo na Câmara Federal, José Bonifácio de Andrade. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6002&keyword=%22joao+bosco+penido+burnier%22&anchor=4265676&origem=busca>. Acesso em: 07 fev. 2019.

A *Folha* publica, dois dias depois, a morte do padre em primeira página, questionando se o alvo do assassinato seria o padre ou o bispo. Na reportagem, dá detalhes do caso e uma nota emitida pela CNBB. No dia seguinte, também na capa da *Folha* sai a notícia de que o ministro da Justiça, Armando Falcão, tinha determinado que a Polícia Federal abrisse inquérito sobre o que ele denominou de “lamentável acontecimento”. O jornal ainda noticia a apresentação, no quartel general da Polícia Militar do estado do Mato Grosso, do policial acusado e o comentário publicado pelo órgão oficial do Vaticano, *L’Osservatore Romano*: “um fato dolorosíssimo, para a consciência de todos que se consideram seres humanos”.<sup>175</sup>

Na mesma data, na coluna *Opinião*, o jornal publica, sob o título “Reação”, um texto falando da rápida reação do governo em dar uma resposta para a sociedade e o quanto esse fato era positivo, ressaltando a importância dos meios de comunicação nesse processo:

Ao determinar uma apuração imediata das circunstâncias em que ocorreu o assassinato do padre João Bosco em Mato Grosso, o presidente Geisel atua dentro da dinâmica do estímulo-resposta. O governo assim, apresenta de forma inequívoca sua disposição de preencher todos os vácuos e omissões dos escalões intermediários, impedindo que, a partir deles, estabeleçam-se focos perigosos (...)

Num país de proporções desconas e onde opera um sistema centralizador, a expectativa nacional concentra-se toda no governo federal. Daí porque os meios de comunicação, sendo livres, poderiam servir de sensores para detectar dificuldades e câmaras para ecoar as providências encetadas.<sup>176</sup>

Graças às anotações de Ana Lagôa, descobrimos que teria “pegado mal” a forma pela qual o jornal abordou o caso do assassinato do padre, especialmente a insinuação de que o tiro seria para o bispo Casaldáliga. Essa impressão da jornalista deriva de uma conversa com a “fonte verde oliva”. Em suas notas a fonte teria informado que o bispo era “vermelho mesmo e tem um

---

<sup>175</sup>

Disponível

em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6003&keyword=%22joao+bosco+penido+burnier%22&anchor=4265802&origem=busca&pd=e1efde2a2b92214ce79e3ebee63b7cfe>. Acesso em: 07 fev. 2019.

<sup>176</sup> *Folha de S. Paulo*, 14 de outubro de 1976, p. 2. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6003&anchor=4265780&origem=busca&pd=654655e4d05bd68f1a2612a70a203bf3>. Acesso em: 07 fev. 2019.

livro de poemas publicado onde ele dedica muitos deles ao Guevara e outros Guerrilheiros”. Para “verde oliva”, a *Folha de S. Paulo*, com a matéria, estaria fazendo sensacionalismo.<sup>177</sup>

Em pleno mês eleitoral, em novembro de 1976<sup>178</sup>, segundo Lagôa, para os profissionais que “cobriam” a área militar o clima era sensível e tenso e qualquer pergunta sobre política era adiada para depois do dia 15, com nenhuma das fontes arriscando um prognóstico. Segundo a “fonte verde”, o clima era de apreensão e foi solicitado que os ministros militares permanecessem em Brasília. Para a mesma fonte, o jornal *Voz Operária* recomendava que os comunistas apoiassem o MDB, o *Estadão* disse que o PCdoB estaria também apoiando o MDB, mas a fonte corrige que quem estaria dando esse apoio seria o PCB.

Só depois de mais de dois anos, na primeira semana de janeiro de 1979, em uma conversa reservada com o general Fiuza de Castro,<sup>179</sup> Ana Lagôa conseguiu mais informações sobre os episódios citados há pouco:

Frota, ao dirigir-se ao Geisel pedindo a cassação de Leite Chaves, o fez representando o Alto Comando de então (maioria anti-Geisel) que se declarara em reunião permanente até que o senador fosse punido. Enquanto Frota estava no palácio ponderando com o Geisel, Hugo e outros servidores do palácio se encarregaram de, por telefone, dissuadir os generais e conseguiram.

O presidente, informado pelo telefone de que a batalha estava ganha, escondeu as manobras do Frota e lhe disse que voltasse ao QG com a resposta negativa: Geisel não cassaria Leite Chaves. Frota o fez. Mas ao dirigir-se ao A.C. teve como resposta outros recuos (oito generais, entre eles os mais intransigentes) e duas negativas – apenas dois generais foram contra recuar na decisão de permanecer em reunião e pressionar o governo. Frota então, viu que não teria condições de representar um A.C. que assim se comportava e pediu demissão. Pressionado por todos os lados, voltou atrás e então, segundo o general Fiuza, Frota perdeu o prestígio com os generais, e criou condições para que daí em diante o Geisel fizesse o que bem quisesse, sem temer reação (textual: “fez gato e sapato do ministro e dos generais”).<sup>180</sup>

<sup>177</sup> RI 0464 de 13 de outubro de 1976.

<sup>178</sup> RI 0463 de 12 de novembro de 1976.

<sup>179</sup> O general Fiuza de Castro era amigo pessoal do general Sylvio Frota. Em seu depoimento para D’Araujo e Soares (1994) descreve o general como contrário à tortura e disse desacreditar que ele fosse conivente com qualquer ato de violência nos órgãos sob sua responsabilidade.

<sup>180</sup> RI 0039 de 05 de janeiro de 1979.

Na versão trazida por Elio Gaspari, o presidente Geisel agiu sozinho nas sete horas que durou a crise em torno de Leite Chaves; “o choque ficara em segredo. Fora os três interlocutores da reunião do Planalto, ninguém soube do tamanho do confronto” (2014, p. 191). Mas Gaspari, recupera a versão de Frota (2006, p. 173), na qual o ex-ministro, ao tratar do episódio, afirma que o presidente Geisel conhecia os generais do Alto Comando, e ele não.

Ainda como tenente coronel, Fiuza de Castro acompanhou a eclosão do golpe militar de 1964, a partir do Estado Maior do Exército, onde ele estava alocado. Entre 1967 e 1969 foi chefe da Divisão de Informação do gabinete do general Lira Tavares, ministro da Guerra de Costa e Silva. Além disso foi um dos fundadores do CIE e o primeiro diretor do órgão, ainda no governo Médici.<sup>181</sup> Também foi membro da Comissão de Investigação Sumária do Exército encarregada da aplicação do AI-5. No período em que o general Sylvio Frota (1972-1974) esteve à frente do I Exército, Fiuza de Castro foi chefe do CODI (1972-1973). Junto ao general Frota, fazia parte dos poucos militares que estavam na lista dos “duros” dos anos 1970 que atuaram também na “primeira linha dura” (CHIRIO, 2012, p. 180).

O depoimento do general a D’Araujo, Soares e Castro (1994) é, sem dúvidas, um dos mais impactantes sobre a tortura empregada por agentes do Estado no período da repressão: “um dos mais crus, cínicos e chocantes depoimentos sobre a tortura que grassou no país nos anos negros do regime”, de acordo com Luiz Caversan (1994).<sup>182</sup>

Voltando ao RI de 5 de janeiro de 1979, o general Fiuza de Castro afirmou que, no caso de Ednardo, ao contrário do que se pensava até então, Frota queria que ele fosse afastado e o motivo desse posicionamento seria porque o general teria se deixado “passar para trás” no caso dos episódios do DOI-CODI em São Paulo. Nessa conversa surge, pela primeira, vez a menção a Paulo Maluf.<sup>183</sup> Segundo Fiuza, eles conversaram, por telefone, em agosto de 1977, quando o

---

<sup>181</sup> CIE foi o principal órgão da repressão das Forças Armadas, atuando em todo o território nacional e tendo aparelhos fora dos quartéis, como a Casa de Petrópolis (CNV, 2014).

<sup>182</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/08/opiniaio/6.html>. Acesso em: 09 jan. 2021.

<sup>183</sup> Paulo Maluf foi governador do Estado de São Paulo pela Arena, entre 1979 e 1982. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/132056/biografia>. Acesso em: 6 mar. 2019.

general era comandante do 6º Regimento Militar, na cidade de Salvador, e no telefonema Maluf pediu para ser recebido na casa do general, em Salvador.

Na ocasião, Maluf solicitou ser recebido pelo ministro Frota. Naquele momento, Maluf já sabia que seria governador do estado de São Paulo, mas precisava do apoio dos militares e queria somar forças ao projeto de Frota ajudando-o a ser candidato à sucessão. Segundo a jornalista, o general Fiuza estranhou e achou um atrevimento do político. Todavia, Maluf mostrou-lhe uma lista com os nomes de “convencionais”<sup>184</sup> e disse que os listados já estavam ganhos ou comprados por uma cifra astronômica que ele já teria gastado. Segundo o relatório, o general acrescentou que:

Ariel era o último honesto, mas que a ele faltava visão e coragem para falar contra; Tourinho era contra, mas tímido e despreparado; Samuel [Augusto Alves Correia],<sup>185</sup> do III Exército, era tímido e mais que isso, que era um ator comprometido com Figueiredo; José Pinto [de Araujo Rabello], deveria sair em março de 1979 e que era homem comprometido com Geisel; [José] Fragomeni era honesto, mas inexpressivo; Argus [Lima] era bom chefe, mas era burro demais para perceber qualquer coisa; os Serpas estariam comprometidos; Ernani [Ayrosa da Silva] era líder respeitado, mas tímido e, segundo a fonte, só servia para combater; sobre “os novos” ele usa a expressão “coitadinho” para adjetivar [José] Ferraz [da Rocha]...

O general Fiuza ainda lembrou que essa mudança na configuração das Forças Armadas tinha sido acompanhada de perto pela própria Ana Lagôa, por meio das promoções, que segundo ele, tiveram como objetivo a destituição do Alto Comando e de forças políticas internas à força. Disse ainda que o Alto Comando não teria mais forças de pressão e que permaneceria no apoio ao governo Figueiredo. Fazendo referência a 1979, disse que seria um ano tranquilo, em função da euforia do primeiro ano de mandato do presidente, mas depois qualquer reação ao governo ou ao regime, se ocorresse, partiria da esquerda, pois a direita não teria condições de reagir. Seu rancor pode ser ilustrado quando ele disse que, caso houvesse um movimento de esquerda para

---

<sup>184</sup> Segundo Bahiense (2017) os chamados “convencionais” eram membros do partido que discursavam nas Convenções Nacionais da Arena.

<sup>185</sup> *Almanaque do pessoal militar do Exército* de 1975.



a tomada do poder, esse grupo de direita, não iria tomar posição, não sairia às ruas para defender um governo que os “aleijou”.

## 5.2 O afastamento do general Sylvio Frota

O período que vai do final de 1975 ao início de 1976 é marcado pela tensão entre o presidente Geisel e o ministro do Exército Sylvio Frota, tensão essa expressa na dualidade entre uma saída controlada da ditadura ou sua continuidade (GASPARI, 2004). Esse é o contexto no qual os setoristas da área militar estão inseridos. Já no início de 1976, há a interrupção das conversas entre estes profissionais e o contato no ministério do Exército. No primeiro RI de janeiro de 1976, Ana Lagôa cita a suspensão dos “papos extraoficiais no Exército” informando que essa situação poderia durar dias, semanas ou meses, porém não dá detalhes sobre quem estaria envolvido nessas conversas.

A temática chave do ano é o afastamento e a sucessão do ministro Sylvio Frota. Um relatório interno do final de 1975 já indicava a tensão entre Geisel e Frota, em função da possível exoneração do comandante do II Exército, general Ednardo D’Avila Mello que, como vimos, de fato ocorreu em 19 de janeiro de 1976. Para Gaspari (2004), no episódio da demissão, o ministro Frota teria agido com o claro intuito de gerar tensão no governo, convocando uma reunião apenas três dias depois da exoneração de Ednardo, em 22 de janeiro de 1976.

A crise artificial foi destruída antes do começo dos trabalhos. Logo que Frota declarou aberta a sessão, o comandante do I Exército, Reynaldo Mello de Almeida, pediu a palavra e chamou a atenção dos colegas para o fato de que não iria discutir a decisão de Geisel, “pois o Alto-Comando não tinha competência para isso”. Não foi rebatido. Outros quatro generais o acompanharam. Reynaldo acabara de dissolver a reunião do comitê do comissário Sylvio Frota (GASPARI, 2004, p. 229).

A visão do próprio general sobre o ocorrido é diferente. Para o general, uma vez que não conseguiu dissuadir o presidente da decisão “forçada pela desvairada obstinação” de exonerar o comandante do II Exército, ele teria sido estimulado a convocar a reunião do Alto Comando do Exército para que a

situação fosse minuciosamente exposta aos generais. Nessa versão, ninguém “discordou do afastamento do general D'Ávila Mello, apenas alguns acharam-no precipitado” (FROTA, 2006, p. 231).

No primeiro mês de 1976, os relatórios internos já demonstravam desgaste da imagem do ministro, mesmo tendo sido ele a solicitar tanto o afastamento do general Ednardo, como do general Confúcio Danton de Paula Avelino, chefe do CIE. Uma “fonte no Exército” afirmou à jornalista que já era cogitada a sucessão do ministro Sylvio Frota, tendo como possíveis sucessores Euler Bentes Monteiro, Fritz Azevedo Manso, Reynaldo Mello de Almeida ou Dilermando Monteiro. Para a “fonte do Exército”, as possíveis datas da substituição eram o mês de julho em que ele completaria quatro anos de general do Exército; agosto, quando ele completaria 66 anos, ou novembro, quando ele completaria 12 anos de generalato. No entanto, dentro do Superior Tribunal Militar, cogitavam a ida de Frota para a chefia do órgão, na vaga do ministro Jurandyr de Bizarria Mamede, o que não ocorreu.<sup>186</sup>

Sobre esse tema, o próprio general Frota (2006, p. 397), destaca o grau de discricionariedade de que gozava o presidente da República para as nomeações, lembrando que houve, “a partir de 1974 até o término do ano de 1977, três vagas de ministro do STM” que, segundo ele, foram “todas ocupadas sob critérios diferentes”.

A disparidade de critérios chegava a confundir os homens bem-intencionados. A vaga do general Mamede, por conveniência do governo, foi absorvida pelo general Reynaldo; a do general Syseno deixou de ser antecipada por não interessar seu imediato preenchimento, ao passo que o general Augusto Fragoso, em novembro de 1977, conforme voz corrente em Brasília, apressou, a pedido do governo, sua passagem para a reserva, com objetivo de permitir tivesse acesso ao STM o general Dilermando Gomes Monteiro, dos íntimos do presidente (FROTA, 2006, p. 398).

Uma conversa da jornalista com o brigadeiro Délio Jardim de Mattos, ocorrida em janeiro de 1976, fala, pela primeira vez, sobre as relações de força entre militares. Délio divide a arena entre o presidente Geisel e uma possível

---

<sup>186</sup> Informação atribuída a “fonte no Exército”.

frente de oposição formada por simpatizantes do ministro Frota.<sup>187</sup> Diante disso, Ana Lagôa registra sua impressão de que, caso existissem essas duas correntes, isso explicaria uma reunião feita no Exército pelo ministro Frota, com o objetivo de dialogar sobre a conjuntura interna que, segundo a jornalista, poderia ter como alvo essa frente de oposição citada pelo brigadeiro.<sup>188</sup>

Não encontramos registros dessa reunião; todavia, é interessante observar o *modus operandi* de Frota. Segundo Gaspari (2004), o ministro superou, em muito, o número habitual de reuniões do Alto-Comando e deu aos encontros uma competência “estapafúrdia” e “marota”.

Estapafúrdia por transformar um plenário técnico em conselho de administração da República. Marota, por investi-lo de poderes que a hierarquia não lhe dava, mas a desordem permitia fingir que tinha. Ritualizara a racionalização da indisciplina. Havia uma Revolução, as Forças Armadas eram o seu poder constituinte e o presidente da República, seu delegado. Assim, o Alto-Comando do Exército, presidido pelo ministro, seria uma instância de poder supra-republicana (GASPARI, 2004, p. 223):

Depois de perceber as movimentações para o seu afastamento do ministério do Exército, Sylvio Frota, em uma estratégia ousada, começa a buscar apoio para sua candidatura à presidência da República. Assim, viaja a Minas Gerais e, depois para o sul do país.<sup>189</sup> Procurando cotejar as informações das fontes da jornalista com as memórias do general Frota, a ideia da busca de apoio não está, por suposto, explícita. Segundo o general nos meses de março e junho ele realizou duas viagens ao estado de Minas Gerais:

Realizei, em março e julho, duas viagens ao estado de Minas Gerais e revi, com prazer, as unidades ali aquarteladas. A 4ª Região Militar, que permaneceu em Juiz de Fora, e a 4ª Divisão de Exército, cuja sede fora transferida para Belo Horizonte, viviam em ambiente de intenso trabalho de absoluto interesse profissional. Suas instalações, como as de todas as guarnições, careciam de recursos para restaurá-las ou ampliá-las, de acordo com exigências da vida castrense. Nunca lhes neguei meios para atender a esta finalidade, no que fiz muito bem (FROTA, 2006, p. 280).

---

<sup>187</sup> RI 0460 de janeiro de 1976.

<sup>188</sup> Para essa reunião foram convocados também o general Ednardo e o general Ariel.

<sup>189</sup> RI 0458 de 19 de julho de 1976.

Ana Lagôa lastima que a *Folha de S. Paulo* não tenha podido acompanhar a viagem do ministro do Exército à Minas Gerais, cobrindo sua agenda ao longo da viagem. De acordo com o RI, a viagem foi coberta por um jornalista do *Estado*, mas houve “vários incidentes ocorridos lá com o repórter de *O Estado de S. Paulo*”, indicando a importância da viagem e da intenção do ministro”.<sup>190</sup> Ainda segundo o RI “o repórter de Brasília, mesmo credenciado, foi barrado na maioria das movimentações do ministro”. Para a “fonte quatro estrelas da FAB”, essa viagem era para Frota uma “última batalha antes de ser afastado do ministério”. Esse sentimento, de que essa viagem seria a última desse general à frente da pasta do Exército também era compartilhada pelo colega do Estadão, que foi ameaçado de ter seu registro cassado, segundo anotações de Lagôa.

O clima tenso da sucessão presidencial já se avizinhava e as especulações sobre divisões internas no Exército já corriam nos jornais. Foi nesse clima que, em meados do mês de agosto, “fontes ligadas ao general Frota”, conversaram com Ana Lagôa sobre um artigo publicado no jornal citado acima, afirmando que “não existe um grupo Médici”, o “Médici não chefiava nenhum grupo”. Segundo as “fontes ligadas ao general Frota” o artigo insinuava que as Forças Armadas estariam divididas, o que não seria verdade.

A “fonte da FAB” fez questão de afirmar que não existia uma divisão ideológica dentro das Forças Armadas, mas que os generais “velhos”, ou seja, os generais da reserva que participaram da articulação e foram ativos no golpe em 1964, estavam diretamente ligados às multinacionais ou grandes empresas e, quanto mais a imprensa noticiava mudanças, ou ligava essas empresas a atividades de corrupção, mais os generais ficavam apreensivos. Para essa fonte:

A grande culpa dessa crise cabe à classe política e à imprensa. Sobretudo do *Estado* e do Chagas. O *Estadão* fez de tudo para criar um clima de crise nacional. Começou com a campanha da privatização, atendendo é claro, o empresariado paulista ligado às multinacionais. Não surtiu efeito, porque o Governo esvaziou essa campanha e não vai abrir mão das empresas estatais. Depois, vendo seus propósitos falirem, começou com as mordomias. Esses materiais visavam claramente à desmoralização do Governo. E serviam, em primeiro lugar às multinacionais, ao *Estadão* e também à esquerda (sempre descontente) e à direita, que teve então uma justificativa para se

---

<sup>190</sup> RI 0458 de 19 de julho de 1976.

expor, abrindo uma guerra contra o atual Governo, na medida em que se este Governo é corrupto, a direita radical tem motivo para ir contra ele.

Segundo J. Carlos Assis, que no início dos anos 1980 se dedicou aos escândalos de corrupção no regime militar, a censura manteve o submundo da economia tão longe da curiosidade pública como as masmorras sombrias da repressão política, sendo uma atmosfera particularmente favorável à proteção econômica e administrativa dos amigos do regime (1984).<sup>191</sup> Em que pese algumas reportagens sobre casos específicos como, por exemplo, o caso Lutfalla, envolvendo a família de Paulo Maluf, as denúncias sobre corrupção não eram frequentes.

O jornalista Carlos Chagas foi secretário de Imprensa do presidente Costa e Silva em 1969, continuando no cargo, durante o período de dois meses no qual a junta militar esteve à frente da presidência do Brasil, após o afastamento do então presidente, em função de um derrame que o levaria à morte em dezembro do mesmo ano. Até o final de 1969, Chagas redigiu 20 reportagens que foram publicadas no *O Globo* e no *O Estado de S. Paulo*, em que relatou os bastidores políticos durante a doença do presidente Costa e Silva. Essa série de reportagens lhe garantiu o Prêmio Esso de jornalismo e foi a base de seu livro *113 dias de angústia: impedimento e morte de Costa e Silva*, lançado em 1970. O livro não agradou os militares e uma semana após o início da distribuição teve a circulação suspensa.

Voltando aos comentários da “fonte da FAB”, essa campanha de privatização teria sido engatilhada pelo artigo de Chagas que dividia as Forças Armadas em “medicismo e geiselismo”. Segundo o informante, essa divisão não existia; e realmente, pelas anotações dos relatórios internos pesquisados e as biografias dos ex-presidentes usadas nesta tese, parece pouco provável tal

---

<sup>191</sup> José Carlos de Assis foi jornalista investigativo da Folha nos anos 1980 e escreveu três importantes livros sobre a corrupção durante o regime militar, a saber: *A Chave do Tesouro: Anatomia dos escândalos financeiros: Brasil, 1974-1983* (1983), *Os Mandarins da República: Anatomia dos escândalos na administração pública, 1968-1984* (1984) e *A Dupla Face da Corrupção* (1984), além de receber o Prêmio Esso de Jornalismo pela reportagem sobre o Caso Delfin, em 30 de dezembro de 1982, envolvendo o Banco Nacional da Habitação e o grupo Delfin, maior empresa de crédito imobiliário do Brasil naquele momento. A reportagem está disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8271&keyword=Delfim&anchor=4224516&origem=busca&originURL=&pd=94f13ba592aff944cc0a109e16992159>. Acesso em: 24 jan. 2021.

divisão. Todavia, para a fonte em questão, afirmações como essa da imprensa dariam força para “um pequeno grupo de descontentes” que começariam “a procurar o Médici para cobrar uma atitude contra o governo”. A “fonte da FAB” duvidava que esse grupo conseguiria tirar o presidente e levar o país para o “endurecimento”, porém seria necessário que o presidente Geisel tomasse alguma providência, caso contrário essa corrente poderia se fortalecer.

A matéria de Carlos Chagas também repercutiu nas fontes da jornalista ligadas “à linha Frota”; para elas, o artigo não correspondia à realidade; não existiria um grupo chefiado por Médici. A matéria seria apenas uma “insinuação de que as FA estão divididas, o que não é verdade”. E acrescentam que o artigo teria sido recortado para a leitura do ministro e que “foi todo grifado em vermelho, por ele”.

Para agravar a tensão daqueles tempos, nesse mesmo mês de julho de 1976, ocorrem dois atentados a bomba (outros dois ocorreriam no mês seguinte).<sup>192</sup> Mais uma vez, uma “fonte da FAB” disse a Ana Lagôa que o ato poderia gerar “tanto movimentos radicais de direita como de esquerda” e que esses atentados poderiam fazer o governo recrudescer, adotando censura prévia, cassações, novos atos institucionais, além de cancelar as eleições e prejudicar o processo de redemocratização.<sup>193</sup> E acrescenta:

(...) o Geisel, desde o início tem se mostrado civilista, democrático. O presidente não governa como um militar. Observe que ele quando viaja não mantém contato apenas com militares, mas procura falar com os políticos, com as autoridades civis, numa descaracterização do governo militarista. Isso, é claro, não agrada a todos. Temos que levar em conta ainda que o governo Geisel não agrada as multinacionais. Este governo, portanto, tem alguns inimigos: multinacionais, comunistas e radicais de direita.

---

<sup>192</sup> A autoria dos atentados de julho 1976, um contra a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e o outro conta a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e os de setembro do mesmo ano, contra o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e à residência do jornalista Roberto Marinho, foi assumida pela Aliança Anticomunista Brasileira (AAB). O grupo também assumiu o sequestro do bispo de Niterói Dom Adriano Hipólito. Os atentados geraram repúdio nacional. O *Jornal de Brasília*, de 20 de agosto de 1976, destaca a autoria e nomeia o grupo como terroristas: o jornal trata especificamente do atentado à ABI e reproduz a mensagem deixada pelo grupo na escadaria do edifício com a seguinte mensagem: “chegou a hora de começar a escalada conta a nova tentativa de comunização do Brasil”. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R03704.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2019.

<sup>193</sup> RI 0441 de 19 de agosto de 1976.

A “fonte da FAB” finaliza dizendo que, nos dias posteriores à conversa, o papel da imprensa e do MDB seriam cruciais, e que era preciso ter maturidade para “entender que uma crise política” retardaria o processo de redemocratização. Importante destacar aqui a clara intenção da fonte em passar uma determinada expectativa à imprensa, pois ela sabia que a jornalista iria relatar a conversa aos editores da *Folha* em São Paulo.

O tema da responsabilidade da imprensa na instabilidade política do país reaparece com a “fonte azul” reforçando que o jornal *O Estado de S. Paulo*, estaria levantando bandeiras para aglutinação de “descontentes com o processo revolucionário”. A “fonte azul”, assim como já tinha feito a “fonte da FAB” insiste em dizer que as Forças Armadas não estariam divididas, mas existiria, dentro delas, um grupo descontente e que a ele se somariam os generais da reserva que estariam “nadando na sopa das multinacionais e que perderiam as regalias caso a revolução, entendida como era no princípio, acabasse”.<sup>194</sup>

O incômodo com a imprensa era visível, especialmente, mas não somente, com o jornal *O Estado de S. Paulo*. Em um relatório interno de setembro de 1976, Ana Lagôa relata uma conversa que teve com a “fonte azul quatro estrelas” sobre a suposta participação da imprensa na instauração da crise. A fonte é categórica em dizer que a censura à imprensa iria voltar, pois, Geisel já estaria quase convencido que essa seria a saída. O interlocutor da jornalista faz questão de enfatizar que, para ele, isso seria um retrocesso, mas que, se acontecesse, a responsabilidade seria da imprensa e dos políticos, numa tentativa de intimidação e responsabilização de outros agentes que não as próprias Forças Armadas.

Sobre a responsabilização da imprensa, a mesma fonte faz questão de dizer que não sabia as reais intenções dos Mesquitas – referindo-se a Júlio Mesquita Neto e Ruy Mesquita, proprietários do jornal *O Estadão* –, mas, a ele, parecia que a normalização não seria interessante para os dois.<sup>195</sup> Ressalta-se que, quando a fonte afirma que, aos proprietários de *O Estado de S. Paulo* não seria interessante a normalização do sistema político, observamos sua tentativa de colocar o jornal como o motor de uma crise. É de amplo conhecimento que a mídia liberal apoiou o golpe, mas, na sequência, com o endurecimento do

---

<sup>194</sup> RI 0468 de 26 de agosto de 1976.

<sup>195</sup> RI 0466 de 1 de setembro de 1976.

regime, passou a se posicionar contra, sofrendo, com isso, censura e ataques do governo militar, para Maria Aparecida de Aquino (1999).

Voltando à movimentação do ministro, uma visita dele ao Congresso em 2 de setembro de 1976 aparece nas comunicações da jornalista. Uma fonte, descrita como “verde” afirma que essa atitude fazia parte de uma campanha de reabilitação de Frota. Este teria entendido que fazer oposição naquele momento a Geisel não seria interessante, optando pela tática de buscar a simpatia de seus opositores, para ter apoio para sua candidatura à Presidência.<sup>196</sup>

Gaspari (2004) descreve o episódio como uma coreografia de candidato disfarçada de um passo aparentemente protocolar e ingênuo, porém, típico dos rituais das ditaduras. O ministro foi para sessão que homenageava a semana do Duque de Caxias, acompanhado de cinquenta oficiais-generais, sentou-se na Mesa Diretora – fato atípico –, conversou com senadores de oposição, chegando, inclusive, a convidar dois deles para a posse do comandante do IV Exército.

Em sentido oposto, o próprio Frota (2006) vai justificar sua ida ao Congresso como o atendimento a um convite feito pelo presidente da casa, senador Magalhães Pinto, para uma homenagem a Caxias, patrono do Exército brasileiro. Sobre a homenagem ter sido feita em uma data posterior, ele confessa que, ao receber o convite, não tinha agenda para o dia programado e, levando essa questão para o presidente do Congresso, lhe foi respondido que o que importava era a homenagem: a data poderia ser ajustada, o que de fato ocorreu, tendo a homenagem ocorrido 8 dias após a data de nascimento do patrono do Exército.

O peso político da “homenagem” extemporânea ao Duque de Caixas pode ser percebido quando o general Frota acrescenta que, além dos cinquenta generais, compareceram à cerimônia “dez ministros de Estado, o presidente do Supremo Tribunal Federal, o governador do Distrito Federal, o arcebispo de Brasília e autoridades de vários setores administrativos” (FROTA, 2006, p. 266).

Quanto à presença de senadores na posse do IV Exército, o general Frota acrescenta que foi derivada de uma conversa, sem segundas intenções, em um grupo de senadores. Segundo Frota (2006) um deles externalizou sua vontade

---

<sup>196</sup> RI 0453 de 3 de setembro de 1976.



de ir à passagem de comando e o ministro então respondeu que o evento seria público e que não existia nenhum obstáculo para a presença de qualquer um. O político insistiu que precisava de um convite e prontamente o general disse que ele estava convidado por ele.

Como antecipado, o nome de Figueiredo será consolidado em 1977, mesmo ano da exoneração do general Frota do ministério do Exército e, infelizmente, um ano com escassos relatórios internos. O resumo deste ano foi antecipado por Chirio (2012), para quem, a discórdia entre o general Frota e o presidente Geisel, já em outubro, teria chegado a um ponto em que seria impossível voltar atrás. O chamado “grupo frotista” partiu para a ofensiva contra o governo no Congresso. Paralelamente, surgem boatos de um possível manifesto assinado por militares e civis apoiando a candidatura do ministro. “Defensor do ‘regime dos generais’ contra uma Presidência denunciada por ele como ditatorial, ele se tornou o homem do sistema contra o perigo da mudança. E o defensor, também, do sistema repressivo, no qual se encontravam seus principais apoios”, conclui essa autora (CHIRIO, 2012, p. 204). Ou seja, Frota se tornara uma ameaça ao processo de abertura política.

Em relatório do mês de agosto de 1977, Ana Lagôa transcreve trechos escritos pelo general Frota, para a ordem do dia do já citado Dia do Soldado.<sup>197</sup> O tom de despedida é evidente, especialmente quando recorremos às memórias do general. Ali ele relata dois fatos importantes. O primeiro é que ele já tinha conhecimento que estava para ser exonerado e o outro é que o presidente Geisel solicitou que, por intermédio do general Hugo Abreu, a ordem do dia lhe fosse mostrada antes do discurso pela data solene (FROTA, 2006).<sup>198</sup>

O último lance de Frota no tabuleiro de xadrez do poder, registrado por Ana Lagôa, ocorreu quando o general Figueiredo já estava eleito. Foi em janeiro de 1979, em uma conversa reservada da jornalista com o general Fiuza de Castro, amigo de Sylvio Frota, da qual já falamos no tópico anterior. Nessa conversa, ele mencionou o livro que Frota estava escrevendo no qual iria relatar

---

<sup>197</sup> RI 0173 de 24 de agosto de 1977.

<sup>198</sup> Texto completo pode ser consultado em Frota (2006, p. 473-474).

os acontecimentos do tempo em que era ministro.<sup>199</sup> Segundo a fonte, os fatos aí relatados deveriam deixar o governo Geisel “muito mal”.

### 5.3 Candidatura e a anticandidatura

Em meio ao processo de substituição do general Ednardo, o debate sobre a saída do general Frota do ministério, como vimos, se acirrava e inevitavelmente, com ele, os temas da sucessão presidencial e da candidatura Figueiredo. Além dele, os generais Euler e Reynaldo também foram citados por suas capacidades e méritos pessoais. Mas, como é sabido, coube ao general Figueiredo ser o sucessor de Geisel na presidência da República. Fez-se a vontade do presidente, mas não sem custos políticos e tensões internas que podem ser constatadas nos relatórios internos de Ana Lagôa.

Os boatos de que Figueiredo seria o nome para sucessão surgem nos relatórios internos já em fevereiro de 1976. Em uma conversa com a “fonte azul”, Ana Lagôa soube que ainda era cedo para cogitá-lo, mas que seu informante seria a favor dele, acrescentando que “a normalidade democrática já deveria ter ocorrido, porém, a crise na sucessão de Costa e Silva estragou esse rumo”, referindo-se ao fato de, em função de um derrame o então presidente ter se afastado do cargo em agosto de 1969, tendo a sucessão sido levada a cabo por uma junta militar que empossou Emilio Garrastazu Médici, em outubro.

Valendo-se do contexto político e econômico de fins de 1975 e início de 1976, a fonte disse também que não poderia “afirmar nada devido às diversas coisas que poderiam ocorrer”, admitindo ainda até a possibilidade de um presidente civil.<sup>200</sup>

Em meados de dezembro de 1976, a “fonte azul” levantava a possibilidade da prorrogação do mandato do Geisel, com vistas a evitar uma ascensão dos ativistas do aparelho repressivo que poderiam impedir a normalização do sistema. Na avaliação da fonte, seria uma manobra conveniente já que manteria o Congresso com maioria governista. Importante observar que a mesma fonte que levanta a possibilidade – e a importância – da prorrogação do mandato do

---

<sup>199</sup> Para Frota (2006) a inspiração para a construção do livro se deu por ele conhecer as circunstâncias e por temer “versões oficiais deturpadas, ou oficiosas falsas dos acontecimentos possam confundir coevos e ludibriar pósteros em seus julgamentos”.

<sup>200</sup> RI 0305 de 08 de fevereiro de 1976.

presidente, a descarta como algo que pudesse se materializar efetivamente, achando que essa opção seria mais provável para o próximo presidente.

O apoio da fonte à volta ao regime democrático aparece nas entrelinhas, quando ela afirma que a FAB começava a voltar às suas atividades normais e que os homens da Força Aérea não eram mais empregados na “guerra revolucionária”. No plano mais geral, já não existiriam mais “questões internas” e o conceito de segurança deveria ser mudado, porque o problema do país já não era mais a guerrilha.

O destaque dessa conversa é a afirmação da “fonte azul” sobre a existência de um grupo de oposição a Geisel. Esse grupo, teria à frente o filho de Médici, Roberto Nogueira Médici, que estaria fazendo “todo tipo de articulação para formar uma oposição forte e organizada anti-Geisel”.<sup>201</sup> O nome aventado à sucessão era o do general Sylvio Frota. Nas palavras do próprio Roberto Médici (1993, p. 62): “Conheci bem o general Frota, na ocasião das conversas que mantínhamos sobre a possibilidade de impedir que Figueiredo assumisse a Presidência”. Médici prossegue:

O General Frota nunca me manifestou o desejo de ser o sucessor de Geisel e, pelo que sei, também a nenhum dos componentes do grupo do qual eu fazia parte, grupo que buscava uma saída para o problema sucessório fora do “clube inglês” (MÉDICI, 1993, p. 62).

O “clube inglês” seria o nome dado a cúpula militar do governo Castelo Branco, incluindo Geisel, Golbery e Figueiredo. Interessante ler nas memórias do general Geisel, quando ele mesmo se faz uma pergunta: “Mas aí há também uma coisa que até hoje não se sabe direito: qual foi a influência dos filhos do Médici? Principalmente de um dos filhos, o Roberto? (D’ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 519).<sup>202</sup>

Voltando às anotações da jornalista, a “fonte azul” fez questão de destacar o que chamou de “recuo do general Frota”, avaliando-o como uma manobra de reconciliação com Geisel ou, pelo menos, a intenção de não abrir brechas para especulações. Para a “fonte azul” o comandante do I Exército, general Reynaldo

---

<sup>201</sup> RI 0454 de 15 de dezembro 1976.

<sup>202</sup> Nesta longa entrevista concedida a Maria Celina D’Araujo e Celso Castro, esta é a única vez que o ex-presidente Geisel faz referência aos filhos do ex-presidente Médici.

Mello de Almeida,<sup>203</sup> apresentou um discurso ponderado que refletia suas tendências de apoio ao Geisel. No mesmo relatório, a jornalista anota que a fonte acreditava que o ex-presidente Médici apoiaria o candidato do general Geisel.<sup>204</sup>

Sobre a sucessão, a “fonte azul”, também ressaltou que o general Rodrigo Otávio Jordão Ramos, ministro do STM,<sup>205</sup> se “mantém insinuante” como candidato à presidência, mas sem chances: “É um louco”, afirmou. Por fim, buscando exemplificar a correlação de forças dentro da Arena, ilustrou com a vitória do MDB na cidade de Resende e em São José dos Campos, onde a Arena perdeu, segundo a fonte, devido ao grupo político da situação, dominante na cidade, ser anti-Geisel.<sup>206</sup>

Em meados de dezembro, perguntado sobre uma possível prorrogação de mandato, a denominada “fonte OC” afirma só saber o que está nos jornais, mas acha possível que “haja algo além dos aviões de carreira no ar”.<sup>207</sup>

No dia 18 de agosto de 1978, a *Folha de S. Paulo* publicou artigo de Ana Lagôa, sob o título “Discurso do general Pacca é bem recebido”. Nesse texto, destacando a coerência do general na abordagem de problemas de cunho político, a jornalista resalta que seu discurso teria um importante papel para dissuadir candidaturas de alas opositoristas a Geisel. O artigo encerra com a opinião do então senador do Mato Grosso pela Arena, Itálvio Martins Coelho, dizendo que viu na fala do chefe do Estado Maior do Exército uma “firme tomada de posição em favor do projeto de distensão política do presidente Geisel”. E continua:

---

<sup>203</sup> O general, em 1976, mantinha constantes conversas com empresários e entidades empresariais e, a despeito da continuidade dos assassinatos e torturas, foi lembrado pela *Revista Veja*, em 15 de dezembro de 1976, por seu “gradativo afastamento dos militares do combate aos movimentos subversivos” e pela “diminuição dos maus-tratos a presos políticos no Rio de Janeiro”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/almeida-reinaldo-melo-de>. Acesso em: 31 jan. 2019.

<sup>204</sup> RI 0454 de 15 de dezembro 1976.

<sup>205</sup> Durante o governo Geisel foi um defensor do retorno do Estado de Democrático de Direito e da revogação parcial do Ato Institucional Nº 5. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rodrigo-otavio-jordao-ramos>. Acesso em: 04 fev. 2019.

<sup>206</sup> As eleições municipais de novembro de 1976, em São José dos Campos, elegeram 9 vereadores do MDB contra 8 da Arena, mas como o município era considerado estância hidromineral, seu prefeito era nomeado pelo Executivo federal. Já em Resende (RJ), dos 15 eleitos, 8 eram da Arena e 7 do MDB, mas o prefeito eleito foi do MDB.

<sup>207</sup> RI 0461 de 16 de dezembro de 1976.

Considerando esse pronunciamento o mais acertado, pois, segundo frisou, levará o país à redemocratização sem retrocessos, Itálvio lembrou que esse também é o pensamento do candidato da Arena à Presidência da República, general João Batista de Figueiredo, e de uma corrente oposicionista.<sup>208</sup>

Percebe-se assim que, nas estratégias do jogo da sucessão, figuras do alto escalão das Forças Armadas, políticos e os jornais eram usados como peças em um tabuleiro, buscando, cada lado, avançar, fortalecendo posições com o objetivo final de conquistar a Presidência da República. No caso em questão, o texto ressaltava o projeto da redemocratização que estaria acontecendo com a anuência dos meios militares, em contraposição ao que a matéria chama de “vozes dissonantes do Alto Comando”.

Questionada sobre a existência de um possível memorando do general Ariel Pacca,<sup>209</sup> que assumiu interinamente o comando do II Exército em São Paulo, depois da saída do general Ednardo, a fonte disse desconhecer, acrescentando ser impossível ser dele, “primeiro pelo temperamento do general que jamais tomaria para si a responsabilidade de fazer sugestões, e segundo, porque o presidente não toleraria essa intromissão”.<sup>210</sup>

A respeito do discurso do general Rodrigo Otávio,<sup>211</sup> que a fonte azul tinha classificado como “um louco”, a “fonte OC” disse que foi coerente, mas com vedetismo: “um mal que ataca generais frustrados”. A razão dessa atitude seria uma possível pretensão presidencial, mas a fonte considerava que, em que pese ser homem culto, e ter outros predicados, não teria chance, acrescentando acreditar que as aparições constantes do general nos jornais não estavam agradando o presidente. Para a fonte, o discurso do general Reynaldo de Mello Almeida foi mais adequado, porém não trouxe nada de novo.

---

<sup>208</sup> Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R02259.pdf>. Acesso em: 08 set. 2020.

<sup>209</sup> O general foi encarregado da interlocução com a diretoria do Sindicato dos Jornalistas por ocasião da morte de Herzog e com o governador do estado, Paulo Egydio Martins. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fonseca-ariel-paca-da>. Acesso em: 1 fev. 2019.

<sup>210</sup> RI 0461 de 16 de dezembro de 1976.

<sup>211</sup> Ver Rodrigo Octávio Jordão Ramos, **Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, ao saudar o Gen. Reynaldo Mello de Almeida, por ocasião de sua posse como ministro do STM**, 10 de dezembro de 1976. Brasília: Superior Tribunal Militar, 1976.

A “fonte OC” ironizava temer que o general Mello Almeida pudesse, no futuro, ser atacado pelo mal do vedetismo, deixando claro, por fim, que o presidente não gostava de pronunciamentos exagerados como o do general Rodrigo Otávio.

Buscando estabelecer um diálogo indireto entre as fontes, Ana Lagôa, valendo-se da fala da “fonte azul” sobre segurança, questiona a “fonte OC” a respeito de um possível reposicionamento do conceito. Ele disse não acreditar que o “Exército esteja apagando apenas a guerra revolucionária, restringindo o conceito de segurança a segurança interna”. Segundo sua crença, o Exército estava se voltando para os seus problemas, buscando aperfeiçoar a instituição. Enfim, no final da conversa, a fonte afirmou que a visão do *Estadão* sobre uma cisão nas Forças Armadas entre geiselistas e medicistas estava equivocada. Para ele, o antecessor é sempre criticado e sempre são geradas cisões na primeira metade de um governo, com relação ao anterior, momento exato no qual se encontravam naquele fim de 1976.<sup>212</sup>

Como adiantado no tópico anterior, são escassos os relatórios internos para o ano de 1977, sendo assim é importante a confrontação das informações desses poucos relatórios com a bibliografia especializada sobre esse período. Naquele ano encontramos, pela primeira vez, uma entrevista de Ana Lagôa com o general e futuro presidente Figueiredo.

Antes, porém, é importante dizer que a certeza do nome do general Figueiredo para a sucessão, segundo Gaspari (2004) já estava dada na primeira semana de julho (a efetiva confirmação só se daria em janeiro do ano seguinte) e, em favor da abertura, parte da imprensa passa a apoiar a candidatura e se empenha em traçar um perfil do candidato à sucessão do presidente Geisel.

Cabe lembrar que esse interesse, nesse momento, não é casual.

A candidatura do general Figueiredo foi para a rua na primeira semana de julho de 1977. Na saída de uma missa de sétimo dia, o chefe do SNI falou com os jornalistas. Perguntaram-lhe se era candidato a presidente da República. Respondeu que a questão dependia de três requisitos: “O primeiro é o presidente Geisel querer. O segundo é eu querer”. O terceiro: “Desde que haja um movimento entre militares e políticos”. No dia seguinte, a resposta estava na manchete do Jornal de Brasília: “Figueiredo

---

<sup>212</sup> RI 0461 de 16 de dezembro de 1976.

admite candidatura se Geisel e políticos apoiarem” (GASPARI, 2004, p. 433).

Precisamos reforçar que a trajetória profissional do chefe do SNI sempre esteve ligada ao sistema de informações. De acordo com um documento divulgado pela Agência de Inteligência Central dos Estados Unidos (CIA) em 2018, o presidente Geisel deu continuidade à política de execuções contra os adversários do regime no seu governo e deu carta branca para que o então chefe do SNI, e futuro presidente do Brasil, autorizasse os assassinatos (VALENTE; URIBE, 2018).<sup>213</sup>

Fica evidente que traçar um perfil humano para o general Figueiredo não era uma tarefa fácil, não apenas por suas falas públicas constrangedoras e muito exploradas pela imprensa,<sup>214</sup> mas especialmente, por sua anuência ou mesmo participação nas torturas perpetradas pelo regime militar. Sobre esse último ponto é importante recuperar Leneide Duarte-Plon que descreve uma passagem na qual o general francês Paul Aussaresses, que participou das torturas e execuções na guerra da Argélia e foi adido militar francês no Brasil entre 1973 e 1975, revelou o uso da tortura em larga escala pelos militares brasileiros e a participação direta de Figueiredo (DUARTE-PLON, 2016).

Segundo Aussaresses – que chegou a dar aulas de tortura numa unidade militar em Manaus, uma moça que ele teria conhecido em Paris, em um de seus retornos à capital francesa, veio ao Brasil, mas foi presa e identificada como agente da KGB, enviada ao Brasil para matar o francês.

De acordo com o relato do general Aussaresses, Figueiredo o teria levado pessoalmente a uma cela na qual a suposta agente da KBG e perguntou se ele a conhecia e ele: “Disse que não. De fato, não a reconheci, ela estava num estado deplorável. Não preciso dar detalhes. Cheguei perto da mulher jogada no

---

<sup>213</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/chefe-da-cia-disse-que-geisel-assumiu-controle-sobre-execucoes-sumarias-na-ditadura.shtml>. Acesso em: 08 jan. 2021. A íntegra da transcrição do documento da CIA está disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99?platform=hootsuite>. Acesso em: 08 jan. 2021.

<sup>214</sup> São conhecidas as muitas frases ditas por Figueiredo a jornalistas, a exemplo de “A solução pras favelas é jogar uma bomba atômica”; “Eu cheguei e as baianas já vieram me abraçando. Ficou um cheiro insuportável, cheguei no hotel tomei 3, 5, 7 banhos e aquele cheiro de preto não saía”, ou ainda, “Prefiro cheiro de cavalo do que cheiro de povo”. Disponível em: <https://citacoes.in/autores/joao-baptista-de-oliveira-figueiredo/>. Acesso em: 23 jan. 2021.

chão: era Eva. Fiquei estarelecido: 'Escuta, João, deixe-a ir embora, não é o que você pensa'". (DUARTE-PLON, 2016, p. 128). Dias depois, novamente o próprio Figueiredo, em uma conversa por telefone, disse ao general francês: "Paul aquela mulher era frágil fisicamente. Ela foi levada ao hospital e morreu" (DUARTE-PLON, 2016, p. 128).

Nesse sentido, em julho de 1977, o chefe do SNI é abordado por jornalistas na saída da transmissão do comando do Estado Maior da Aeronáutica. De acordo com as anotações do RI, o general se colocou na defensiva, dizendo:

Vocês querem me fazer um favor, me esqueçam, tive um enfarte e morri, e como fazer um perfil humano se eu sou inumano. Tudo bem, não se preocupe, eu sei que não foram vocês, é lá em cima que mexem, que fazem as especulações. A gente dá uma resposta inocente e eles tiram conclusões. Vocês não têm nem idade para fazer isso.<sup>215</sup>

É neste contexto que, em 16 de julho de 1977, a *Folha* publica o artigo "Esqueçam-me' disse Figueiredo a imprensa".<sup>216</sup> No RI que contém anotações sobre as respostas de Figueiredo aos jornalistas após o evento do Estado Maior da Aeronáutica, Lagôa relata que, de maneira evasiva, quando perguntado sobre diplomacia, ele teria falado de futebol e diante da insistência de um repórter, Figueiredo teria dito que não entendia de diplomacia, não era diplomata e teria voltado a falar de futebol. Segundo Ana Lagôa, uma jornalista teria se manifestado e o general teria respondido "Mulher, eu não falo nem com a minha esposa porque é perigoso". Insistindo que a imprensa o esquecesse declarou: "Eu entendo de tática, de estratégia e de cavalos" finalizando com: "quero sair dos jornais, quem gosta de viver em jornal é propaganda".

As tensões da sucessão presidencial não se deram somente entre apoiadores de Geisel e Figueiredo e apoiadores do grupo de Sylvio Frota. Vencido o embate com a ala mais dura dos militares, outro desafio apareceu:

<sup>215</sup> RI sem número de julho de 1977. Esse relatório ganhou o título de "Entrevista com Figueiredo". Registra-se que em 1981 Figueiredo teve efetivamente um infarto.

<sup>216</sup> Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6278&keyword=%22Figueiredo%22&anchor=4321441&origem=busca&originURL=&pd=c4042042246683d239710e5d58bcfb4c>. Acesso em: 08 jan. 2021.



garantir a sucessão presidencial a um militar, em meio a tensões e conflitos internos e a intensificação do desejo da redemocratização do país.

Sobre esse último ponto, é bastante ilustrativa uma carta do brigadeiro Gabriel Grün Moss publicada no *Jornal do Brasil* em 3 de agosto de 1977, sob o título “Hora da verdade”. Ali ele escreveu:

Sou um militar detentor de medalhas várias como a do Mérito Nacional, Mérito da Inconfidência Mineira, 50 anos de serviços (a primeira a ser distribuída na Aeronáutica), fui Ministro de Estado e, como Ministro, a Nação é testemunha, fui sempre um revolucionário de primeira hora e desafio a quem possa desdizer-me. Acontece que para mim é chegada a hora daquela verdade imperativa. E a verdade que eu desejo dizer é que é chegada a hora de mudar. Os militares como sempre cumpriram seu dever e o melhor que puderam e a Nação certamente lhes é agradecida.<sup>217</sup>

O brigadeiro Moss pertencia ao grupo do brigadeiro João Paulo Moreira Burnier. Importante destacar que Burnier foi um dos protagonistas do caso que ficou conhecido como Para-Sar e das “missões especiais”, que teriam como foco resolver o “problema comunista”. Dentre as ações, que não se efetivaram, dessa missão podemos citar a explosão do gasômetro do Rio de Janeiro, vários atentados a bomba e o sequestro de 40 pessoas, incluindo o ex-governador Carlos Lacerda. Após investigação militar, foi exonerado do cargo e condenado a dois dias de prisão militar.<sup>218</sup>

Sobre Moss, a fonte ainda acrescenta, de maneira irônica, que, no dia da “revolução”, ele teria sido um dos que “sumiram, de medo de que os comunistas os matassem”. Grün Moss nunca teria sido um líder e a carta no *JB* poderia até ser uma guinada de pensamento, porém, não refletiria nem o pensamento dele e nem do grupo que estaria por trás dele. A “fonte azul” acreditava que o grupo

<sup>217</sup> Carta publicada no *Jornal do Brasil* em 08 de agosto de 1977.

<sup>218</sup> Militar partidário do movimento político-militar que depôs João Goulart em março de 1964 e, após o golpe, comandou o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA). Em 1968, foi para a chefia da seção de informações do gabinete do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Márcio de Souza e Melo, passando em seguida a ser seu chefe de gabinete. Já no governo Médici, em 1970, assumiu o comando da III Zona Aérea (ZA) sediada no Rio de Janeiro. No final do ano seguinte, após a repercussão da morte do estudante Stuart Angel Jones, em decorrência de torturas em área sob jurisdição da III ZA, Burnier passa para reserva remunerada. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-paulo-moreira-burnier-1>. Acesso em: 04 fev. 2019.

do brigadeiro Burnier estava usando Moss pela projeção que ele já teve e ele aceitaria essa condição “por estar no ostracismo”.<sup>219</sup>

Nos bastidores dessa disputa, ainda estariam outras duas figuras, além de Grün Moss: o então senador Jarbas Passarinho e o coronel Francisco Boaventura. No entanto, o mesmo *Jornal do Brasil* trouxe, uma semana antes, entrevista com o senador, que ganhou inclusive a manchete de primeira página com o título: “Passarinho admite volta ao Poder civil em breve”. Já no primeiro parágrafo do texto lemos:

O Senador Jarbas Passarinho (Arena-PA) expressou ontem sua convicção de que o país está chegando a um ponto de maturação capaz de permitir a volta dos militares aos quartéis, o consequente retorno do Poder ao campo civil, “ficando as Forças Armadas limitadas ao seu papel histórico de intervenção na vida pública apenas para o saneamento das instituições”.<sup>220</sup>

Não há nenhuma menção mais específica sobre o coronel Francisco Boaventura nos relatórios internos, mas sua orientação em prol da abertura é clara na literatura. Segundo Chirio (2012, p. 210), o coronel Boaventura, “(...) em várias oportunidades encontra-se com dirigentes do MNPPG [Movimento Nacionalista Popular Pró-Governo Geisel] sempre acompanhado de dezenas de oficiais que lhe permaneceram fiéis”. Sobre esse grupo, “(...) apesar da grande discricção midiática desse fenômeno, bastante minoritário e fadado à clandestinidade, alguns jovens oficiais brasileiros organizam-se desde o início do governo Geisel a fim de apoiar, e mesmo radicalizar, a estratégia de abertura” (CHIRIO, 2012, p. 210).

Em outras palavras, não apenas Boaventura, mas todo o grupo conhecido como “primeira linha dura”, na crise que precedeu o AI-5, assumiu a denominação de “linha democrática do Exército” pregando eleições diretas em 1970 e o respeito a Constituição de 1967, ajudando, inclusive deputados de oposição (MARTINS FILHO, 1996, p. 151).

---

<sup>219</sup> RI 0351 de 08 de agosto de 1977.

<sup>220</sup> *Jornal do Brasil*, página 03, publicado em 03 de agosto de 1977.

Mesmo escassos, os relatórios internos no ano de 1977 trouxeram um elemento central: superada a possibilidade de Sylvio Frota ser o candidato à presidência em nome do retorno aos “ideais revolucionários de 1964” ou, em outras palavras, o candidato da linha dura dos militares, houve por parte desse grupo, diverso em sua origem, uma mudança de estratégia à primeira vista bastante contraditória: uma defesa da abertura e o retorno dos militares aos quartéis. No ano seguinte assistiríamos a uma outra estratégia: uma anticandidatura. Segundo o dicionário biográfico do CPDOC-FGV,

No início de janeiro de 1978, quando foi confirmado o nome do chefe do Serviço Nacional de Informações, general João Batista Figueiredo, como candidato oficial à presidência da República, as dissidências no interior do governo acentuaram-se ainda mais. Na ocasião, o chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, general Hugo Abreu, apresentou seu pedido de exoneração ao presidente Geisel por discordar da forma como havia sido encaminhada a sucessão presidencial, a qual considerava uma imposição do presidente, em detrimento da orientação fixada pelo regime de 1964, que reclamava um nome consensual às forças armadas. A partir de então, setores dissidentes das forças armadas passaram a empenhar-se na articulação de uma candidatura alternativa à de Figueiredo.<sup>221</sup>

É no contexto adiantado acima que, em fins abril de 1978, Euclides de Oliveira Figueiredo Filho é promovido a general-de-divisão, indo trabalhar como terceiro-subchefe do Estado-Maior do Exército, em Brasília. Na solenidade, por insistência dos jornalistas, mesmo contrariado, resolveu falar sobre o irmão, o general e candidato Figueiredo.

Figueiredo Filho disse que, após ter sido transferido para Brasília, esteve com o irmão apenas uma vez, na entrega das espadas para novos generais. Sobre os rumores de que ele ocuparia cargo no novo governo, afirmou que o irmão não iria formar gabinete com base na família, acrescentando que tinha muita gente boa fora da família. Quanto aos boatos sobre a possibilidade de o general Figueiredo não vir a tomar posse, o general Euclides foi taxativo em dizer que não acreditava em rumores e que o clima era de expectativa e estava tudo tranquilo.

---

<sup>221</sup> Conforme <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/monteiro-euler-bentes>. Acesso em: 20 mar. 2020.

Essa tranquilidade não era compartilhada por todos. Para o coronel Noaldo Alves da Silva, ex-assessor do general Frota, o clima entre os militares era o “pior possível”.<sup>222</sup> O coronel garantiu a Ana Lagôa que existia uma grande insatisfação nos escalões intermediários, ao ponto dele se sentir no contexto de 1963.

A jornalista sublinhou: “Ele acha que a qualquer momento pode estourar alguma coisa”. O coronel buscava inserir no jornal uma possível ameaça de golpe ou mesmo de abandono desta camada militar às diretrizes do governo. Chirio (2012) já adiantou que a média oficialidade pré golpe militar prezava a hierarquia, no entanto, a oficialidade que se apresenta descontente no final do governo Geisel preza a manutenção do regime e a manutenção do aparelho repressivo. Lagôa lembra que a fonte é identificada como sendo do “grupo do Abreu”.<sup>223</sup> Maud Chirio descreve assim o papel do general no caso Frota:

Para o palácio, a demissão do ministro é agora premente, inadiável. A Presidência parece ter consciência da ameaça militar que implica essa decisão, que é cercada de precauções. Por exemplo, ela é anunciada em 12 de outubro de 1977, feriado nacional, o que torna mais difícil a mobilização das tropas. O chefe da Casa Militar, general Hugo Abreu, é encarregado de garantir seu sucesso militar, principalmente em Brasília e na Vila Militar do Rio. Frota não tem meios para resistir: os generais esquivam-se – aliás, ele conservará um rancor eterno e o sentimento de uma “traição”. (...). Os que pareciam dar a Frota um apoio indefectível, desistem de apoiar sua resistência (CHIRIO, 2012, p. 201).

Nas memórias do general Sylvio Frota, o sentimento de rancor é claro. Depois de sua exoneração só reviu o general Hugo Abreu em julho de 1978. Em suas palavras, neste intervalo de tempo: “Acompanhei, contudo, a sua desesperada trajetória em busca de uma solução que evitasse o que ele

---

<sup>222</sup> RI sem número de 12 de maio de 1978.

<sup>223</sup> Como chefe do gabinete Militar no governo Geisel, Abreu teve destaque na articulação pela exoneração do ministro do Exército Sylvio Frota. Com a indicação de Figueiredo para a sucessão, Abreu pede demissão, argumentando que, quando articulou a demissão de Frota, lhe fora garantido que a ação não beneficiaria nenhum outro candidato, assumindo, a partir de então, uma postura antigovernista. Teve papel de destaque na formação da candidatura do general da reserva Euler Bentes Monteiro pela Frente Nacional de Redemocratização. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/hugo-de-andrade-abreu>. Acesso em: 23 jan. 2021. Cabe menção também à participação ativa de Abreu na guerrilha do Araguaia entre os anos de 1972 e 1973. Ainda como comandante da brigada Paraquedista, Abreu ordenou pessoalmente a morte de um casal, segundo ele de guerrilheiros, em Xambioá (BITTENCOURT, 1979).

considerava uma irremediável desgraça: a eleição do general Figueiredo” (FROTA, 2006, p. 600). Segundo Frota, as portas de sua casa estavam fechadas a todos os generais do Alto Comando de outubro de 1977, exceto três: “Ariel Pacca, de comportamento inatacável, para o Fritz, com quem não quero ser injusto, (...) e, finalmente, para o Hugo Abreu, a fim de explicar seu vergonhoso comportamento comigo” (FROTA, 2006, p. 601).

Voltando às informações que o coronel Noaldo deu a Ana Lagôa sobre as conjecturas relativas à eleição presidencial que se avizinhava, ele achava improvável que algum general de alto comando aceitasse a candidatura, exceto se fossem os generais Ariel Pacca ou Ayrton Pereira Tourinho. Noaldo estava preocupado com os destinos do Exército, pois, para ele a divisão já era “amplamente sentida”, sugerindo a possibilidade de um golpe. Para ele, esse quadro já estava definido antes da saída do Frota e o golpe a que ele fez referência poderia ter acontecido, caso não tivesse ocorrido o embate entre o governador Paulo Egydio Martins e o general Ednardo D’Avila Mello, que terminou com a exoneração do general do comando do II Exército. No quadro caótico desenhado pelo coronel, faltavam, segundo ele mesmo, as greves, passeatas e bombas, tanto da direita quanto da esquerda.

Nesse mesmo relatório de maio de 1978, além da conversa com o coronel Noaldo, Ana menciona mais uma conversa com o brigadeiro Délio Jardim Matos. Nesta, ele relata que o Alto Comando do Exército estaria “sob controle”, destacando que general Bento José Bandeira de Mello, chefe-de-gabinete do ex-ministro Frota, e ativo na repressão à guerrilha do Araguaia, não “apitava” nada e que Tourinho não tinha peito e estava controlado pelo general Reynaldo Mello de Almeida.<sup>224</sup>

Sobre possíveis candidaturas para fazer frente à de Figueiredo, Ana Lagôa retorna à opinião do brigadeiro Délio a respeito dos generais Antônio Carlos de Andrada Serpa e José Maria de Andrada Serpa, conhecidos como “irmãos Serpa”, os primeiros no Alto Comando do Exército na história das Forças Armadas.<sup>225</sup> Para Délio Matos, os Serpas seriam “UDN fanáticos”. O único que

---

<sup>224</sup> RI sem número de 12 de maio de 1978.

<sup>225</sup> O general Antônio Carlos em 1969 foi comandante da Artilharia Divisionária da 2ª DI, em Jundiaí. Ao transmitir o cargo no ano seguinte advertiu que a classe política deveria ter cautela com os dois grandes inimigos da liberdade e da democracia, que segundo ele seriam “os

discutia com o presidente e discordava dele era o general Ariel Pacca, mas para Délio ele não teria como liderar um movimento por uma candidatura contrária à indicação de Geisel. Por fim, ele afasta a hipótese de uma candidatura militar pela oposição, devido às diferenças ideológicas entre o MDB e o grupo que estaria fazendo essa articulação.

O brigadeiro Matos culpou o tenente-coronel Kurt Pessek e o general Bandeira de Mello pela onda de boatos acrescentando que, se um general aceitasse ser candidato contra Figueiredo, isso poderia trazer consequências terríveis para todos, pois esse grupo de caráter heterogêneo seria dominado pelo que ele chamou de “linha dura”. Não haveria reformas e nem se cumpririam os compromissos com o partido. Ele acrescentou que se o MDB apresentasse um candidato do Alto Comando, a crise poderia ser instaurada, dando condições para um golpe dessa “linha dura”.

Como sabemos, o brigadeiro Délio Jardim Matos se equivocou duplamente. Nos meses de março e abril de 1978, o general Euler Bentes Monteiro disputava com Magalhães Pinto “o status de anticandidato frente ao general Figueiredo” (CHIRIO, 2012, p. 217). Euler vence Magalhães Pinto na disputa interna, contando com a ajuda e articulação do general Hugo Abreu, e sai como candidato do MDB, sendo derrotado por Figueiredo na eleição indireta de 1978. O outro equívoco do brigadeiro foi acreditar que essa linha dura poderia dar um golpe dentro do golpe.

De todo modo, naquele momento histórico, o clima de tensão e conflitos se generalizava. Isso fica evidente a partir da conversa de Ana Lagôa com uma fonte denominada por ela como “um cara amigo do Euler”. A fonte cita nomes que estariam articulando essa anticandidatura, dentre eles: José Américo, Reinando, Euler Bentes, Abreu, Ariel Pacca, Tourinho e Bandeira. A jornalista ressalta que a fonte estava muito reticente, temerosa, mas que sua história batia

---

demagogos, pais da corrupção, e os subversivos, contestadores do regime”. Foi defensor do regime e defendeu publicamente a manutenção do AI-5. O general José Maria foi substituído do general Ariel Pacca da Fonseca no Alto Comando do Exército, se mostrando alinhado com o governo no conceito de “democracia relativa”. Chegou a afirmar que a revolução tinha como objetivo a redemocratização do país, fato que estava sendo impedido em sua plenitude por contestadores e subversivos. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/serpa-antonio-carlos-de-andrada> e <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/serpa-jose-maria-de-andrada>. Acesso em: 04 fev. 2019.

com outras informações que ela tinha. Para o “amigo do Euler”, “todos estão se unindo agora para tomar o poder e depois ver com quem ele fica”:

Tourinho ainda não aceitou, está em cima do muro. O Euler também topa, mas ainda não se definiu. *Está todo mundo querendo medir forças, antes de decidir. Mas a transação toda existe.* E o cara sabe que a linha dura vai acabar dominando os outros e fazendo uma faxina na nação. O partido está dividido em prós e contras. O cara acha que se o MDB aceitar essa conciliação de esquerdas e direitas estará assinando seu atestado de óbito e de todas as suas bandeiras políticas (grifos no original).<sup>226</sup>

Sobre a exoneração de Frota do ministério do Exército – e, por consequência, da disputa eleitoral – não houve manifestação significativa nem da oficialidade e nem dos generais. Assim, as informações da fonte, quando cotejadas com a análise de Chirio (2012), ganham relevância na medida em que, para esta autora, o ano de 1978 se parece com o desfecho e o resumo do processo, pois sem o general Frota na disputa, o general Figueiredo não tinha concorrentes. Sobre sua candidatura pelo MDB, Chirio (2012), recupera uma fala do próprio Monteiro:

Posso dizer com serenidade: fui candidato para contribuir para que as Forças Armadas pudessem deixar a cena política. Esse afastamento, tenho certeza, é o desejo dominante entre os meus companheiros de profissão. Por isso fui candidato pelo partido da oposição, da oposição ao continuísmo autoritário, que já agora compromete o prestígio militar (MONTEIRO, s/d, apud CHIRIO, 2012, p. 205).

Todavia, em meados de 1978, o general Euler ainda não era o candidato e eram grandes as especulações sobre quem concorreria pela oposição. Neste clima, um agente denominado “X-9” viaja a São Paulo e, segundo Lagôa, os resultados dessa viagem já eram observados. A jornalista destaca no RI o espaço dado ao general Hugo Abreu no *Estado de S. Paulo* e no editorial do *Jornal da Tarde* do dia anterior. Para ela, o *Estadão* havia “acertado” com o Figueiredo, houve também contato com o *Jornal do Brasil*, que também já estaria

---

<sup>226</sup> RI sem número de 12 de maio de 1978.

“acertado” e o Délio havia estado também na *Folha*, mas ela não sabia com quais chefões.<sup>227</sup>

Nesse mesmo relatório, a jornalista informa que o general Hugo Abreu deixou claro que seu objetivo teria sido atingido, a saber: que informação saísse nos jornais, colocando em *xeque* itens da candidatura oficial do general Figueiredo. Para Ana Lagôa, parecia que eles sentiram que a batalha estaria perdida e que não adiantaria ficar apontando falhas, pois, o governo mudaria as regras do jogo e se esquivaria. Assim, a tendência era que os bombardeios que pretendiam desgastar a candidatura oficial parassem. Contudo, as movimentações de Hugo Abreu pareciam desmentir essa possibilidade.

A liderança do general nesse processo foi negada pela “fonte da comunidade de informação” para quem, esta terminava “na porta do gabinete dele”. A “fonte do CIE” confessa que houve um certo entusiasmo pela dissidência, mas a hierarquia e a disciplina falaram mais alto e, apesar do CIE estar dividido entre frotistas e figueiristas, ele, particularmente, tinha deixado de se entusiasmar pelo golpe. Essa fonte também relatou que se reuniu na semana anterior à conversa com a jornalista com colegas da comunidade e havia ficado decidido que não se engajassem na disputa pelo poder. Mas, como defende Chirio, o Centro de Informações do Exército, com o desenrolar do processo, não ficaria alheio à disputa de poder, assumindo o lado da situação:

(...) a rejeição suscitada por Figueiredo não impede a deflagração de uma violenta campanha contra Euler, acusado de pender para a esquerda e até mesmo de cultivar simpatias comunistas. Em setembro, o Jornal do Brasil revela ter recebido cartas com calúnias dirigidas ao candidato do MDB, algumas das quais teriam sido divulgadas pelo Centro de Informações do Exército. Pouco depois, Euler denuncia uma circular do mesmo órgão, que apoiaria publicamente o candidato do poder (CHIRIO, 2012, p, 224).

Ainda em julho de 1978, a jornalista trata de possíveis documentos plantados para confundir a imprensa. Ela relata que, nos 10 dias que antecederam o relatório, as informações foram contraditórias e que poderia haver coisas forjadas para enganar o público usando os jornalistas para isso.<sup>228</sup>

---

<sup>227</sup> RI sem número de 30 de julho de 1978.

<sup>228</sup> RI sem número de 6 de julho de 1978.



As articulações de Hugo Abreu voltam às notas da jornalista quando ela trata de um estudo elaborado pelo tenente-coronel Kurt Pessek e pelo major Adalto Luiz Lupi Barreiros, que deveria ser tratado em um jantar na casa de Abreu com o senador José Magalhães Pinto.<sup>229</sup> Cabe ressaltar que Pessek era um dos oficiais ligados ao grupo que traduzia vários artigos de revistas francesas para o *Mensário de Cultura Militar* sobre a teoria da guerra revolucionária, no começo dos anos 1960 (CHIRIO, 2010). Voltando ao estudo, ele trazia as diretrizes da Frente Nacional de Redemocratização, entre as quais estariam a indicação, o quanto antes, do general Euler Bentes como candidato pelo MDB à Presidência da República e a orientação de que Magalhães Pinto deveria se retirar do pleito. Cabe lembrar que o próprio Magalhães Pinto foi um dos fundadores da Frente, ainda em maio de 1977.

Este mesmo episódio, no livro de Sylvio Frota aparece como uma conversa entre Hugo Abreu e Fiuza de Castro, na qual, com o argumento de que queria alertar Frota sobre o que estava acontecendo, Abreu teria dito:

A candidatura do Euler está vitoriosa politicamente, só dependendo da aquiescência dos dissidentes da Arena, ligados a Magalhães Pinto. É, ainda, um obstáculo, contudo os homens da Frente Nacional de Redemocratização julgam-no de solução não muito difícil. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) já assentou o seu apoio a Euler (FROTA, 2006, p. 601)

O aludido estudo de quatro páginas, ainda conteria, segundo a jornalista, uma análise da situação nas Forças Armadas, dando nomes dos generais adeptos ao movimento, como Ariel Pacca e Ênio Pinheiro, entre outros. Segundo Lagôa, a fonte ficou muito assustada quando soube que o conteúdo do estudo já estava circulando.

Nesse mesmo relatório de 17 de julho de 1978, há também menção ao surgimento de supostos manifestos de militares que estavam circulando a partir de Brasília. Esses textos tiveram destaque na *Folha de S. Paulo*, em 23 de julho de 1978. Segundo a reportagem, teriam sido, até aquele momento, seis manifestos, com conteúdo que variaram entre conceitos da Escola Superior de Guerra, posições políticas que faziam referências à “volta aos quartéis”, até

---

<sup>229</sup> RI 0599 de 17 de julho de 1978.

críticas ao sistema, alertando os militares sobre a necessidade da intervenção da “classe” no processo político.<sup>230</sup>

Sobre esse tema, a fonte “verde oliva” garantiu que o CIE já sabia de onde eles tinham saído e quem os fazia, acrescentando que esses manifestos seriam feitos para criar uma crise nas Forças Armadas. A fonte faz referência à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), pois de lá, segundo “verde oliva”, saiu o “março de 1964”.

As relações entre a mídia e as Forças Armadas ocuparam os registros da jornalista no início de agosto de 1978. Teria ocorrido um enfraquecimento dos planos de Hugo Abreu, durante os dias que precederam a elaboração do relatório interno. O militar teria tentado articulações com Médici e Frota, sem sucesso. Abreu também teria buscado apoio do jornal *O Estado de S. Paulo*, chegando a propor, inclusive, trabalho a um dos jornalistas desse veículo. A tensão fica explícita quando a própria Ana Lagôa admite ser “considerada de pouca confiança”, cogitando haver dificuldades para que ela tivesse acesso a documentos e informações sobre as articulações citadas.<sup>231</sup>

Enfim, um relatório interno de 12 de janeiro de 1979 tem um caráter quase profético. Este informe é resultado de uma conversa entre a jornalista com o major Aragão e com o coronel Médici.<sup>232</sup> Depois deles exaltarem a capacidade intelectual dos altos quadros das Forças Armadas, a exemplo de Castelo Branco e Golbery, homens capazes de “organizar as ideias para o enfrentamento de um perigo, um problema”, Lagôa os questiona, perguntando sobre como seria em alguns anos, quando os capitães da época, que não viram o perigo comunista de perto, não participaram de 1964, chegassem ao generalato e estiverem no comando do processo revolucionário?

O major e o coronel reconhecem que essa era uma questão e acrescentam que estava havendo uma proletarização perigosa das Forças Armadas e que dela sairiam generais despreparados intelectualmente para o exercício da política e isso poderia gerar ainda um “ditador tipo Hitler, um louco

---

<sup>230</sup> Na publicação é informado que o primeiro desses manifestos, datilografado, apareceu depois da queda do ministro Frota e seria um relatório do general Bethlem que, indagado sobre a elaboração do documento, não assumiu a autoria. A matéria na íntegra está disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6650&keyword=manifestos&anchor=4323734&origem=busca&pd=f91454f7f8da1fb6c2c7175848a26445>. Acesso em: 05 fev. 2019.

<sup>231</sup> RI sem número de 03 de agosto de 1978.

<sup>232</sup> Sobrinho do presidente.

qualquer ao gênero latino ou africano”. Eles finalizam dizendo temer “em que mãos ficará o país”.

Impossível não pensar na atual situação política do Brasil, ainda mais quando recuperamos o depoimento de Geisel à D’Araújo e Castro (1997), concedido em julho de 1993. Quando questionado sobre como ele via a relação dos militares com a política, respondeu que os políticos sempre estiveram nos quartéis na tentativa de seduzir a oficialidade, porque, segundo ele, a revolução não seria feita por políticos e sim pelas Forças Armadas. Geisel ainda recupera uma frase de Castelo Branco sobre os políticos: eles eram como “vivandeiras batendo nos portões dos quartéis”. As vivandeiras eram as lavadeiras de roupas que acompanhavam a tropa combatente na Guerra do Paraguai.

Neste momento que estamos aqui conversando, há muitos dizendo: “Temos que dar um golpe! Temos que derrubar o presidente! Temos que voltar à ditadura militar!” E não é só o Bolsonaro não! Tem muita gente no meio civil que está pensando assim. Quantos vêm falar comigo, me amolar com esse negócio: “Quando é que o Exército vai dar o golpe? O senhor tem que agir, é preciso voltar!” São as vivandeiras! (D’ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 112).

A expectativa, infelizmente não confirmada historicamente, de Geisel era que, mesmo com a política sempre entrando nos quartéis, à medida que o país se desenvolvesse a interferência militar iria diminuir, tendendo a acabar. Sobre Jair Bolsonaro, oriundo da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), onde estudou entre 1974 e 1977, e que estava em seu primeiro mandato de deputado federal naquele momento, afirmou: “Não contemos o Bolsonaro, porque o Bolsonaro é um caso completamente fora do normal, inclusive um mau militar”.

Interessante observar que, segundo Piero de Camargo Leirner (2020, p. 228), “a formatura das escolas e academias militares é o maior momento de auto-identificação que existe nas Forças Armadas”. Bolsonaro, formado na AMAN, foi filmado na formatura dos Cadetes daquela escola no final de 2014, logo após a segunda vitória de Dilma Rousseff à presidência. Leirner (2020) atenta para o fato de que ele foi ovacionado e chamado de “líder” pelos cadetes. Naquela ocasião, o então deputado federal, em seu sétimo mandato, já discursava aos cadetes se colocando como candidato às eleições de 2018 com a promessa de “jogar para direita esse País” (LEIRNER, 2020, p. 228). Depois,

como pré-candidato, marcou presença em todas as formaturas da AMAN de 2015 a 2018.

O “mau militar” que, durante décadas teria ocupado um papel de vivandeira, nas palavras de Geisel, hoje conta, entre outros, com o general Augusto Heleno Ribeiro Pereira como chefe do gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o mesmo Heleno que, em 1977, quando ainda era capitão, foi nomeado ajudante de ordens do ministro do Exército Sylvio Frota. A história mostrou que as expectativas de Geisel, de um país que, se amadurecesse, necessitaria de menos militares na política, foram frustradas. O canto da vivandeira seduziu os militares assim como a sereia seduz os marinheiros e o resultado é conhecido: o capitão se fez o chefe supremo das Forças Armadas.

## 6 Considerações finais

Foi em 1974 que a jovem repórter Ana Mascia Lagôa chegou na jovem capital do país, para trabalhar na sucursal do jornal *Folha de S. Paulo*. Naquele momento, provavelmente, não passava por sua cabeça trabalhar como credenciada da área militar, cobrindo os ministérios castrenses e tão pouco poderia imaginar a relevância futura de seu trabalho para compreensão de um período tão marcante da história nacional. A análise de seus textos publicados e de seus relatórios internos, pela primeira vez revelados, permite compreender as relações e redes de poder em ação no meio militar entre 1974 e 1978, evidenciando as contradições, embates e cisões que se deram nos bastidores das Forças Armadas, num momento tão ímpar da história política nacional - o período de governo do presidente Geisel, patrono juntamente com o general Golbery do Couto e Silva do processo de abertura controlada do regime, só concluído em 1985.

Por meio dos relatórios internos, confeccionados com sensibilidade e cuidado, buscamos entender o que não apareceu nas páginas da *Folha de S. Paulo*, bem como a complexa relação com as fontes militares, empenhadas em influenciar a narrativa jornalística, como arma adicional da luta política intramilitar. Nesse quadro, o trabalho da jornalista, entre fontes militares a favor e contra Geisel, cobriu boa parte dos acontecimentos ligados ao governo do general.

Os militares ocupavam os principais cargos governamentais do país e ocupavam também grande parte das notícias dos jornais impressos durante o regime militar. Todavia, foi a partir de 1975 que os bastidores militares passaram a ser mais enfatizados pelos jornais, em especial a *Folha*. Já em março deste ano, com o episódio da invasão do Instituto de Arquitetos de São Paulo, o então governador Paulo Egydio Martins – indicado por Geisel – se colocou em rota de colisão com o sistema repressivo do regime, levando diretamente ao presidente os casos mais graves de repressão ocorridos no DOI-CODI do II Exército. A postura do governador Martins decorre e ilustra a crescente insatisfação da sociedade civil das grandes cidades com a lógica violenta de ação dos aparelhos de Estado do regime militar.

Em outubro de 1975, ocorre o assassinato do jornalista Vladimir Herzog nas dependências daquela unidade militar e em janeiro de 1976 o metalúrgico Manoel Fiel Filho, também é assassinado no mesmo lugar. O conjunto destes acontecimentos vai desgastar sobremaneira a relação de Geisel com os representantes do aparelho repressivo do Estado, como procuramos mostrar nesta tese, com base no trabalho jornalístico de Ana Lagôa.

Em decorrência direta deste episódio temos a demissão do comandante do II Exército e o esgarçamento da relação entre o ministro do Exército com o presidente da república. A exoneração do general Ednardo D'Avila Mello e os conflitos abertos com o general Frota e sua posterior exoneração ilustram bem este processo. Por meio da análise dos RIs, vemos um presidente temperamental, centralizador e duro na defesa de seus interesses. Observando estes bastidores, entendemos a estratégia de Geisel de controle das promoções militares, que os jornalistas da área militar tentavam desvendar, como sintoma do clima e as tensões intramilitares.

Como em um tabuleiro de xadrez, desde sua chegada à presidência, Geisel foi mobilizando as promoções para garantir seu projeto político, materializado na expressão “abertura lenta, gradual e pacífica” e, para tanto, diferente de Castelo Branco, precisaria fazer um sucessor para ter êxito. Nesse contexto, as exonerações de generais ligados ao sistema repressivo sinalizaram para a imprensa uma maior liberdade de trabalho.

Foi no meio destes acontecimentos que a jornalista Ana Lagôa pôde acompanhar o ambiente no qual se desenrolou a sucessão presidencial de Geisel como um jogo de xadrez para garantir a abertura lenta, violenta e controlada.

A luta sucessória, sempre geradora de tensões no meio militar, teve no general Sylvio Frota o inimigo principal de Geisel. Sentindo-se injustiçado com a demissão sumária do comandante do II Exército, resolvida sem sua participação, o ministro do Exército, em nome dos “nobres ideais revolucionários”, já em 1976 entra em campanha à sucessão. Os relatórios internos mostram um ministro em plena campanha, realizando encontros de articulação com congressistas opositores a Geisel, viagens na busca de apoio à sua candidatura e proferindo discursos junto a tropa que, nas entrelinhas,

criticavam as ações de Geisel na Presidência e pregavam a manutenção da “revolução de 64”.

Observadas em conjunto, as informações dos relatórios, as reportagens publicadas e a bibliografia sobre o período, podemos afirmar que, neste cabo de guerra, havia ainda o major brigadeiro Délio Jardim de Matos. Acreditamos que ele é a “Alta fonte da FAB” ou ainda a “fonte quatro estrelas da FAB”. Suas constantes declarações à jornalista eram sempre pautadas por análises complexas e demonstravam um profundo conhecimento da dinâmica intramilitar e dos bastidores do poder. Abreu (2010) já o tinha evidenciado como articulador da candidatura de Geisel e o mais político entre os oficiais da FAB. Por meio dos RIs, confirmamos a centralidade de seu papel nos processos de sucessão e da própria abertura. Foi principalmente pelo brigadeiro que a narrativa pró-governo chegou à jornalista e, por meio do trabalho dela, ao grande público.

Após a exoneração de Sylvio Frota do ministério do Exército, o tom das matérias publicadas por Lagôa passa a ter caráter mais analítico e crítico acerca da sucessão presidencial. Neste sentido, as promoções – tema a que a jornalista se dedicou recorrentemente –, passaram a compor boa parte dos relatórios internos. Por meio de nossa análise ficou evidente que as promoções de 1976 – e depois as de 1978 – foram fundamentais para que Geisel conseguisse manter o controle do processo sucessório. Geisel remanejou importantes comandos militares, cimentando o caminho para seu candidato à sucessão e a confirmação da abertura como projeto.

As alterações nos comandos militares garantiram a base de apoio ao governo Geisel tanto nas iniciativas em favor da abertura quanto na garantia de que a oposição à sua solução para a sucessão pudesse ser contida dentro das regiões militares, principalmente depois que o nome do chefe do SNI veio à tona como homem do presidente. Desde 1976, Geisel foi se blindando para garantir que não acontecesse com ele o que ocorreu com o presidente Castelo Branco, que não conseguiu fazer seu sucessor, processo que ele observou de dentro do Palácio e que deixou amargas lições. As promoções de 1976 formaram o Alto Comando que iria elaborar a lista de promoções de 1978, estratégia essa fundamental para que não houvesse uma quebra de hierarquia no momento em que o presidente efetuassem a promoção de Figueiredo, que não estava na fila de promoções. Geisel logrou sucesso e seu candidato foi o último presidente militar.

Além de fortalecer o círculo de poder em torno do presidente, as promoções também foram utilizadas para conter opositores, pela força do exemplo. É o caso do general Hugo Abreu, preterido por duas vezes nas promoções militares, e que se demite do Gabinete Militar em janeiro de 1978, por discordar do rumo da sucessão. Abreu vai se tornar um dos principais articuladores da candidatura dissidente do general Euler Bentes Monteiro pelo MDB.

Vale lembrar que o general, conhecido como um homem de ação, militar ativo na Guerrilha do Araguaia, em audiência com o presidente Geisel antes de sua demissão, registra a discordância à indicação de Figueiredo com um dossiê elaborado e apresentado em nome de parte dos oficiais. Ficou patente que o processo de sucessão presidencial não saiu como esperado pelos agentes do aparelho repressivo e seus simpatizantes, a exemplo do general Adyr Fiuza de Castro, também preterido na lista de promoções de abril de 1978, motivo que o levou a ir para reserva a pedido, em janeiro de 1979.

Em termos comparativos, os oficiais de 1963, que formaram a “primeira linha dura”, entendiam o golpe como a forma de proteger a nação, proteção esta que seria mantida no pós-golpe por meio da perseguição a qualquer elemento que colocasse a segurança nacional em risco. Eles reivindicavam um país livre de comunismo e da corrupção, e isso só aconteceria a partir da participação direta deles no poder. Já em 1978, o que se viu foi a inquietação e o ativismo destes atores na luta pela permanência do *status quo* do regime, o que seria impossível com a abertura política e com uma sucessão presidencial que, na visão deles, era ilegítima por ter um candidato que teve sua promoção a general de quatro estrelas forçada e acelerada.

A análise dos relatórios internos elaborados pela jornalista Ana Lagôa, contradiz a ideia de um regime no qual imperava a unidade militar. Por meio deles é possível afirmar que o governo do presidente Geisel foi marcado por disputas internas, lutas políticas e articulações constantes pelo poder dentro das Forças Armadas e, em especial, em torno da abertura política e do processo de sucessão.



Frente à atual realidade brasileira, em especial a partir do golpe de 2016, em que as instituições democráticas e a própria democracia têm sido constantemente ameaçadas, faz-se urgente pensar a política e a sociedade atual à luz de novas análises da ditadura militar no Brasil, o mais dramático período da história republicana. Foi isto, em última análise que buscamos fazer nesta tese, nos valendo do importante trabalho da jornalista Ana Lagôa que, com profissionalismo, dedicação e, acima de tudo, coragem, deixou o seu “grafite no mundo”, como chamou o material que doou em 1996 ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos.

## Referências

"Gota d'água" foi a campanha antes do tempo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 56, n.17.727, p. 5, 15 out. 1977. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6369&anchor=4265927&origem=busca&pd=39f76486856bdf4cd821c0f30802f222>. Acesso em: 26 fev. 2020.

"Pago para ver", uma frase que atinge militares. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 57, n. 17.900, p. 6, 06 abr. 1978. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6542&anchor=4236080&origem=busca&pd=d3aa7eec25460c336859405364c589d6>. Acesso em: 28 fev. 2020.

"Esqueçam-me", pede Figueiredo à imprensa. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 56, n. 17.639, p. 4, 14 out. 1977. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6278&keyword=%22Figueiredo%22&anchor=4321441&origem=busca&originURL=&pd=c4042042246683d239710e5d58bcfb4c>. Acesso em: 08 jan. 2021.

"Militar não pode fazer declarações". **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 24 ago. 1977. Disponível em:

<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R04197.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

A 4ª. estrela do candidato. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 56, n. 17.812, p. 5, 08 jan. 1978. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6454&anchor=4222397&origem=busca&pd=81a3fad1ecfd953f9f36a0de3802671c>. Acesso em: 27 jan. 2020.

A conjuntura política não preocupa militares, **Folha de S. Paulo**. São Paulo 16 ago. 1978. Disponível em:

<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R07789.pdf>. Acesso em: 08 set. 2020.

A preocupação dos generais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jul. 1978.

Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R01986.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2020.

A prisão do capitão: O Capitão Itamar Perenha foi punido com 20 dias de prisão por cauda de sua entrevista defendendo a democracia. **Movimento**, São Paulo, 15 maio 1978. Disponível em:

<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R01987.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2020.

ABRAMO, C. **A Regra do Jogo**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

ABREU, A. A.; LATTMAN-WELTMAN, F.; ROCHA, D. **Eles mudaram a imprensa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ABREU, A. A. et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

ABREU, Hugo. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/hugo-de-andrade-abreu>. Acesso em: 23 jan. 2021.

Adversários tentam saída desesperada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Ano 56, n. 17.808, p. 5, 04 jan. 1978. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6450&anchor=4221009&origem=busca&pd=c5419385175e2d3b1a1524e2317f006f>. Acesso em: 28 fev. 2020.

AIROSA, Ernâni. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ernani-airosa-da-silva>. Acesso em: 04 mar. 2020.

ALENCASTRO, L. F. O golpe de 1964 e o voto popular. **Novos estud. – CEBRAP**. São Paulo, n. 98, p. 5-11, mar. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002014000100001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000100001&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 04 fev. 2021.

Alerta contra radicais. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, Ano 57, n. 18.042, p. 5, 26 ago. 1978. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6684&anchor=4324726&origem=busca&pd=51ff956c288699c116d6e56a53f7ff27>. Acesso em: 03 mar. 2020.

ALMEIDA, Reinaldo Melo de. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/almeida-reinaldo-melo-de>. Acesso em: 23 jan. 2021.

Alto comando define limite da atuação militar. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, Ano 57, n. 18.022, p. 8, 06 ago. 1978. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6664&anchor=4258052&origem=busca&pd=bb05f1e0d81d5e7d6302e358124f222e>. Acesso em: 03 mar. 2020.

Alto Comando quebra sigilo e admite discussões políticas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jul. 1978. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R01986.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2020.

Alto Comando vai ser renovado a partir de julho. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 20 jun. 1976. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R02151.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2020.

ALVES, M. H. M. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

AQUINO, M. A. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978)**. Bauru: EDUSC, 1999.

ARAGÃO, Muniz de (exerc). In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/augusto-cesar-de-castro-muniz-de-aragao>. Acesso em: 12 mar. 2021.

Araripe também dá seu apoio. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 57, n. 17.954, p. 5, 30 mai. 1978. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6596&keyword=Exercito&anchor=4318399&origem=busca&pd=837718a75aa834b5f0c640f587ab4549>. Acesso em: 02 fev. 2020.

As Forças Armadas são indissolúveis. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 57, n. 18.042, p. 5, 26 ago. 1978. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6684&anchor=4324726&origem=busca&pd=51ff956c288699c116d6e56a53f7ff27>. Acesso em: 03 mar. 2020.

ASSIS, J. C. BNH favoreceu a Delfim em Cr\$ 60bi. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 62, n. 19.629 p. 23, 30 dez. 1982. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8271&keyword=Delfim&anchor=4224516&origem=busca&originURL=&pd=94f13ba592aff944cc0a109e16992159>. Acesso em: 24 jan. 2021.

Até fim do ano, sete generais na reserva. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 09 mar. 1976. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R02149.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Atentado a ABI tem repúdio nacional. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 20 ago. 1976. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R03704.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2019.

Atentados no Rio não tem nenhuma pista. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano. 86, n. 227, 21 set. 1976. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19761121&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 07 fev. 2019.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa Portugal; Edições 70. LDA. 2009. Bethlem diz que Exército apoia nome de Figueiredo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 57, n. 17.954, p. 5, 30 mai. 1978. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6596&keyword=Exercito&anchor=4318399&origem=busca&pd=837718a75aa834b5f0c640f587ab4549>. Acesso em: 02 fev. 2020.

Bethlem e Henning desmente “simpatia”. **Folha de S. Paulo**, 20 mai. 1978. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R08357.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2020.

BETHLEM, Fernando Belfort. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bethlem-fernando-belfort>. Acesso em: 23 jan. 2021.

Brasil e Cuba reatam laços diplomáticos. **Memorial da democracia**. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/brasil-e-cuba-reatam-lacos-diplomaticos>. Acesso em: 18 dez. 2020.

BRASIL, **Câmara dos deputados**. Paulo Maluf. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/132056/biografia>. Acesso em: 06 mar. 2019.

BRASIL, **Relatório final da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL, **Relatório: textos temáticos**. CNV: Brasília. 2014.

BURNIER, João Paulo. In ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-paulo-moreira-burnier-1>. Acesso em: 04 fev. 2019.

CALICCHIO, Vera; FLAKSMAN, Dora. Atos Institucionais. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>. Acesso em 04 fev. 2019.

CAPELATO, M. H. **Os Arazos do Liberalismo**: Imprensa Paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARDIA, M. L. Série “Estrutura da repressão da ditadura militar: DOI-CODI. **Arquivo Nacional**. Arquivo na História, 05 set. 2017. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/difusao/arquivo-na-historia/696-doi-codi.html>. Acesso em: 08 set. 2020.

CARNEIRO, A. SERPA, José Maria de Andrada. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/serpa-jose-maria-de-andrada>. Acesso em: 04 fev. 2019.

CARVALHO, J. G. **Economia Agrária**. Rio de Janeiro: CECIERJ, 2015.

CARVALHO, J. M. D. **Cidadania no Brasil**: O longo caminho. 3a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CAVERSAN, L. FSP, Opinião. Chumbo Grosso. **Folha de S. Paulo**, 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/08/opiniaio/6.html>. Acesso em: 09 jan. 2021.

CHAGAS, C. **A guerra das estrelas (1964/1984)**: Os bastidores das sucessões presidenciais. Porto Alegre: L&BPM editores Ltda., 1985.

CHIRIO, M. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CHIRIO, M. Apresentação. In: MARTINS FILHO, J. R. **O palácio e a caserna**. 2a. ed. São Paulo: Alameda, 2019.

COHN, A.; HIRANO, S. Folha de S. Paulo. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centro-das-industrias-do-estado-de-sao-paulo>. Acesso em: 20 jan. 2021.

Comando nas três armas sofrerão poucas alterações. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 18 mar. 1979. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R02188.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2020.

Comunistas entram na mira da repressão. **Memorial da democracia**. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/comunistas-entram-na-mira-da-repressao>. Acesso em: 03 mar. 2020.

CUNHA, L. C. O 'Almanaque' dos tempos de chumbo. **Observatório de imprensa**, 2015. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/o-almanaque-dos-tempos-de-chumbo/>. Acesso em: 20 fev. 2020.

D'ARAUJO, M. C.; CASTRO, C. Ernesto Geisel. Rio de Janeiro: FGV, 1997. Délio de Matos é nomeado para vaga no STM. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 25 nov. 1977. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R02165.pdf>. Acesso em: 22 jan. 21.

Denúncias de Frota já eram analisadas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 out. 1977. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R04199.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2020.

DINES, A. Apresentação. In: LAGÔA, A. **SNI: Como nasceu, como funciona**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

Discurso do general Pacca é bem recebido. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 ago. 1978. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R02259.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2020.

DUARTE-PLON, L. **A tortura como arma de guerra: da Argélia ao Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Exército prende cel. Rui Castro. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 19 ago. 1977. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R02215.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

Exonerado há um ano, Frota continua calado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 out. 1978. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R04232.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2020.

Explicada a alteração ao Regulamento. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 57, n. 18.013, 28 jul. 1978. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6655&anchor=4325469&origem=busca&pd=875fd6e8a1464b2dc2c7f2cf1762f554>. Acesso em: 03 mar. 2020.

FERREIRA, D. F. Emílio Garrastazu Médici: os anos de chumbo e o "milagre econômico". In: FERREIRA, D. F. **Coleção Folha A República Brasileira: 130 anos**. São Paulo: Folha de São Paulo, v. 19, 2019.

FIGUEIREDO, João Batista. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-batista-de-oliveira-figueiredo>. Acesso em: 23 jan. 2021.

FIÚZA, Iedo. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fiuzza-iedo>. Acesso em: 08 set. 2020.

**FOLHA DA MANHÃ**, São Paulo, ano 19, n. 7.640, 01 mar. 1949. <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=24344&anchor=217921&origem=busca>. Acesso em: 28 nov. 2019.

**FOLHA DA MANHÃ**, São Paulo, ano 20, n. 6.423, 01 mar. 1945. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=23125&anchor=5013895&origem=busca>. Acesso em: 28 nov. 2019.



Folha decide cancelar editoriais e artigos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 88, n. 166, 21 de set. 1977. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&Pesq=%e2%80%9cFolha%20decide%20cancelar%20editoriais%20e%20artigos%e2%80%9d&pagfis=167838](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%e2%80%9cFolha%20decide%20cancelar%20editoriais%20e%20artigos%e2%80%9d&pagfis=167838). Acesso em: 18 fev. 2020.

Folha Inaugura nova sucursal de Brasília e moderniza computadores. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 jul. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/7/17/brasil/28.html>. Acesso em: 14 fev. 2021.

FONSECA, Ariel Paca da. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fonseca-ariel-paca-da>. Acesso em: 20 fev. 2020.

Fragmentos da ditadura: “A Operação Radar (1973-1976): a dizimação de lideranças do PCB”. **Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça**, 20 jul. 2015. Disponível em: <http://www.forumverdade.ufpr.br/blog/2015/07/20/fragmentos-da-ditadura-a-operacao-radar-1973-1976-a-dizimacao-de-liderancas-do-pcb/>. Acesso em: 04 mar. 2019.

Frases de João Baptista Figueiredo. **Citações e Frases famosas**. Disponível em: <https://citacoes.in/autores/joao-baptista-de-oliveira-figueiredo>. Acesso em: 23 jan. 2021.

FREIRE, Marcos. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcos-de-barros-freire>. Acesso em: 21 fev. 2020.

FREITAS, J. A Folha no Erramos; editorial ‘Jair Rouseff’ trouxe de volta o tratamento da ‘ditabranda’. **Folha de S. Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefraitas/2020/08/a-folha-no-erramos-editorial-jair-rousseff-trouxe-de-volta-o-tratamento-de-ditabranda.shtml>. Acesso em: 29 ago. 2020.

FRIAS FILHO, Otavio. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/frias-filho-otavio>. Acesso em: 14 fev. 2021.

Frota começou a cair com saída de Ednardo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 nov. 1977. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6398&anchor=4268238&origem=busca&pd=0831de2711817df8c4a392b5e6a4e729>. Acesso em: 26 fev. 2020.



Frota e Henningi reafirmam União. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 56, n. 17.677, p. 4, 27 ago. 1977. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6319&keyword=e&anchor=4867410&origem=busca&pd=538b3052a3ee30ec7aa2e0355c54bdce>. Acesso em: 23 fev. 2020.

Frota exalta apego de Caxias às leis. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 ago. 1977. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R06508.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2020.

Frota exalta os serviços de informação e segurança. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 mai. 1977. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R06508.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

Frota exalta valores da verdadeira chefia. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 27 ago. 1977. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R04230.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2020.

FROTA, S. **Ideias traídos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GASPARI, E. **A ditadura derrotada**. Companhia das Letras. São Paulo. 2003.

GASPARI, E. **A ditadura escancarada**. Companhia das Letras. São Paulo. 2002.

GASPARI, E. **A ditadura encurralada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

General chora em festa de despedida. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 57, n. 17.954, 30 maio 1978. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6596&keyword=%22general+chora+em%22&anchor=4318399&origem=busca&pd=837718a75aa834b5f0c640f587ab4549>. Acesso em: 02 mar. 2020.

General presidente recebe 400 votos. **Memorial da democracia**. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/general-presidente-recebe-400-votos>. Acesso em: 20 jan. 2021.

GENTILLI, V. Nova versão de uma história não contada. **Observatório da imprensa**, 2004. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/nova-versao-de-uma-historia-nao-contada/>. Acesso em: 21 fev. 2020.

GODOY, M. **A casa da vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar: depoimento dos agentes do Regime**. 2.ed. São Paulo: Alameda, 2014.

GODOY, M. e NOSSA, L. Brasil é condenado por assassinato de Herzog. **Política Estadão**, 04 de jul. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-e-condenado-por-assassinato-de-herzog,70002387409>. Acesso em: 08 de set. 2020.

GODOY, M. UM fantasma ronda o Planalto. **Infográficos Estadão**, 02.abr.2017. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/politica/bolsonaro-um-fantasma-ronda-o-planalto/>. Acesso: em 11 mar. 2021.

GÓES, W. **O Brasil do General Geisel**: estudo do processo de tomada de decisão no regime militar-burocrático. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. D.; TONTETO JR., R. **Economia brasileira contemporânea**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAYASHI, M. C. P. I. Arquivo Ana Lagoa UFSCar. **Quem é Ana Lagôa**, 2012. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/artigos/QuemeAnaLagoa.asp>. Acesso em: 20 ago. 2018.

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=5970&anchor=4262108&origem=busca&originURL=&pd=25aa10c01116b516abcc2370e85ed407>. Acesso em: 11 mar. 2020.

Hugo Abreu diz ter a sua tática. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 de maio 1978. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R03779.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2020.

JOFFILY, M. **No centro da engrenagem**: Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). 2008. Tese de doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 2008.

José Ferreira de Almeida: Mortos e Desaparecidos. **Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, Rubens Paiva**. Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/jose-ferreira-de-almeida>. Acesso em: 25 jan. 2019.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e Revolucionários**. São Paulo: Página Aberta, 1991.

KUCINSKI, B. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001.

KUSHNIR, B. ABRAMO, Cláudio. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/claudio-abramo>. Acesso em: 20 jan. 2021.

KUSHNIR, B. **Cães de Guarda**: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editora, 2004.

KUSHNIR, B. Calar é consentir! Jornalistas Colaboradores e Censores no Pós - 1964. **Revista contemporânea**. Dossiê Contemporaneidade. Ano I. no. I. ISSN 2236-4846, 2011. 170 -182.

KUSHNIR, B. CASOY, B. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/casoy-boris>. Acesso 14 fev. 2021.

LAGÔA, A. Alto Comando está unido com Geisel. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, Ano 57, n. 48.055, p. 4, 08 set. 1978. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6697&anchor=4261706&origem=busca&pd=85548da04c27cd827b644faf4f484f5b>. Acesso em: 04 mar. 2020.

LAGÔA, A. Figueiredo deverá manter os comandos. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, Ano 58, n. 18.223, p. 5, 23 fev. 1979. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6865&keyword=%22Ana+Lagoa%22&anchor=4234249&origem=busca&pd=da7f597fe55fa2355800a0d02c969711>. Acesso em: 23 fev. 2020.

LAGÔA, A. General Argus assume IV Exército. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. Ano 56, n. 17.327, p. 4, 11 de set. 1976. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=5970&anchor=4262108&origem=busca&originURL=&pd=25aa10c01116b516abcc2370e85ed407>. Acesso em: 11 de mar. 2021.

LAGÔA, A. General na chapa dissidente é tido como “impossível”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 57, n. 17.899, p. 5, 05 de abr. 1978. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6471&anchor=4277214&origem=busca&pd=dd9832e16e31a2a42d93e4a1947874ba>. Acesso em: 27 fev. 2020.

LAGÔA, A. Manter a coesão, a todo custo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 57, n. 17.910, p. 10, 16 abr. 1978. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6552&anchor=4306210&origem=busca&pd=d23c1ba52ff53f362694c9684922c30a>. Acesso em: 28 fev. 2020.

LAGÔA, A. Promoção de generais podem trazer novidades. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, Ano 56, n. 17.651, p. 5, 31 ago. 1977. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6293&keyword=%22promoco+de+generais%22&anchor=4325925&origem=busca&pd=1a2d5029ec7f1a5f96188a29470471e6>. Acesso em: 21 fev. 2020.

LAGÔA, A. Quem falou sobre o escolhido. **Folha de S. Paulo**, 18 jan. 1978. Disponível em: <http://www.arganalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R08325.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2020.

LAGÔA, A. **SNI: Como nasceu, como funciona**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

LAMOUNIER, B. **Voto de desconfiança**. Eleições e mudanças políticas no Brasil: 1970-1979. São Paulo: Vozes, 1980.

LEIRNER, P.C. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica**. São Paulo: Alameda, 2020.

Mais 250 cidades terão transporte Aéreo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 26 out. 1975. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R02192.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MANSO, Fritz Azevedo. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/manso-fritz-azevedo>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MARIA, Agenor. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-agenor>. Acesso em: 21 fev. 2020.

MARKUN, P. **Meu Querido Vlado. A História de Vladimir Herzog e do Sonho de uma geração**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

MARTINS FILHO, J. R. **O Palácio e a Caserna**. 2a. ed. São Paulo: Alameda, 2019.

MARTINS FILHO, J. R. **O palácio e a Caserna**. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

MARTINS FILHO, J. R. **Segredos de Estado: o governo britânico e a tortura no Brasil (1969 - 1976)**. Curitiba: Editora Prisma, 2017.

MARTINS, Paulo Egydio. **Paulo Egydio: depoimento ao CPDOC / FGV / (Org)**. Verena Alberti, Ignez Cordeiro de Farias, Dora Rocha. São Paulo: Imp. Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

MATHIAS, S. K. **Distensão no Brasil: O projeto militar:1973-1979**. Campinas: Papyrus, 1995.

MATOS, Délio Jardim de. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/matos-delio-jardim-de>. Acesso em: 22 fev. 2020.

MÉDICI, R. N. **Médici o Depoimento**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1993.

MELO, Ednardo Dávila. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ednardo-davila-melo>. Acesso em: 21 fev. 2021.

Memorandum From Director of Central Intelligence Colby to Secretaru of Stat Kissinger. **Office of the Historian**. FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1969–1976, VOLUME E–11, PART 2, DOCUMENTS ON SOUTH AMERICA, 1973–1976 Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99?platform=hootsuite>. Acesso em: 14 fev. 2021.

Militar não pode fazer declaração. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 ago. 1977. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R04197.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

Ministro Bethlem vê tudo calmo no seu primeiro mês. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 13 nov. 1977. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R04225.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2020.

MONIZ de ARAGÃO, A. C. Destino nacional das Forças Armadas – mensagem aos jovens oficiais. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano 52, n. 15.599, 22 de jun. 1976. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019760622>. Acesso em: 23 jan. 2021.

MONT'ALVERNE, C. A quem se dirigem os editoriais? Um estudo acerca de personagens e instituições mencionadas pelos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 23, p. 7-34, ago. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522017000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522017000200007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 14 fev. 2021.

MONTEIRO, Dilermando. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/monteiro-dilermando>. Acesso em: 25 fev. 2019.

MONTEIRO, E. B. Discurso de campanha, não datado. Arquivos da Arena, 1973,05,10/CPDOC. In: CHIRIO, M. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

MONTEIRO, Euler Bentes. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/monteiro-euler-bentes>. Acesso em: 20 fev. 2020.

Morre ex-editor da Folha. **Observatório da Imprensa**, n. 725, 18 dez. 2012. Disponível em:

[http://observatoriodaimprensa.com.br/memoria/ed725\\_morre\\_ex\\_editor\\_da\\_folha/](http://observatoriodaimprensa.com.br/memoria/ed725_morre_ex_editor_da_folha/). Acesso em: 18 dez. 2019.

MOTA, C. G.; CAPELATO, M. H. **História da Folha de S. Paulo (1921-1981)**. São Paulo: IMPRES, 1981.

NAPOLITANO, M. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, A. C.; ARAUJO, E. M. **Leleco peça ausente**. Brasília: LGE editora, 2008.

NASSIF, L. Lourenço Diaféria (1933-2008) jornalista, contista, cronista e autor de histórias infantis, In: **Blog do Nassif**, 2014. Disponível em:

<https://www.blogdonassif.com.br/page/noticia/lourenco-diaferia-1933-2008-jornalista-contista-cronista-e-autor-de-historias-infantis>. Acesso em: 19 fev. 2020.

NOGUEIRA, A. D. A. As Folhas de Nabantino Ramos (1945 – 1962).

**3º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**. RGS: Feevale, Novo Anburgo, 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/3o-encontro-2005-1/As%20Folhas%20de%20Nabantino%20Ramos.doc>. Acesso em: 16 dez. 2019.

NOTARE, Venitius Nazaré. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/notare-venitius-nazare>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Nova punição para o Cel. Tarcísio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 abr. 1978. Disponível em:

<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R01975.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2020.

NOVELLI, A. L. C. R. O projeto Folha e a negação do quarto poder. Brasília: Dissertação de Mestrado. UNB., 1994.

Novo chefe do EMFA elogia austeridade. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 28 out. 1977. Disponível em:

<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R01985.pdf> Acesso em: 22 fev. 2020.

NUNES, L. Quando a Folha se tornou a Folha. **Observatório da imprensa**. 04 jul. 2005. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/marcha-do-tempo/quando-a-folha-se-tornou-a-folha/>. Acesso em: 03 mar. 2020.



O Alto Comando define limite de atuação militar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 57, n. 18.022, 06 ago. 1978. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6664&anchor=4258058&origem=busca&pd=ad7eab3d4f098b640a8988dba4111711>. Acesso em: 03 mar. 2020.

O governo ordena investigação da morte do jesuíta. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 56, n. 17.639, p. 4, 14 out. 1977. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6003&keyword=%22joao+bosco+penido+burnier%22&anchor=4265802&origem=busca&pd=e1efde2a2b92214ce79e3ebee63b7cfe>. Acesso em: 07 fev. 2019.

O pensamento político do general Figueiredo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 57, n. 17.899, p. 5, 05 abr. 1978. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6541&anchor=4235875&origem=busca&pd=18e02ff1ac60dcef4d4e59485a7c29f1>. Acesso em: 28 fev. 2020.

O processo de sucessão foi iniciado em 74. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 56, n. 17.811, p. 5, 07 jan. 1978. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6453&anchor=4222099&origem=busca&pd=bc47b23332ca67cff93be6a4c7fbf144>. Acesso em: 27 fev. 2020.

OLIVEIRA, E. R. D. **As Forças Armadas: Política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Tácito Teófilo Gaspar de. ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oliveira-tacito-teofilo-gaspar-de>. Acesso em: 20 fev. 2020.

Os Candidatos segundo Hugo Abreu. **Arquivos da Ditadura**: Documentos reunidos por Elio Gaspari. Disponível em: <https://www.arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/os-candidatos-segundo-hugo-abreu#pagina-1agina-1>. Acesso em: 27 fev. 2020.

PAIS, Válter de Meneses. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pais-valter-de-meneses>. Acesso em: 23 jan. 2021.

POTIGUARA, Moacir Barcelos. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/potiguara-moacir-barcelos>. Acesso em: 23 jan. 2021.

Preterido, Hugo Abreu não passa para reserva. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 04 abr. 1978. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R03768.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2020.

Prisão de Rio Castro não prejudica diálogo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 56, n. 17.671, p. 4, 20 ago. 1977. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6313&anchor=4866872&origem=busca&pd=bb905faba6757ad1b7e3757eb1377c77>. Acesso em: 23 fev. 2020.

Promovido, Airosa poderá ser ministro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 nov. 1978. Disponível em:

<http://www.arganalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R02080.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2020.

QUEIRÓS, Ademar de. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/queiros-ademar-de>. Acesso em: 08 set. 2020.

RABELO, José Pinto de Araújo. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rabelo-jose-pinto-de-araujo>. Acesso em: 23 jan. 2021.

RAMOS, R. O. J. **Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, ao saudar o Gen. Reynaldo Mello de Almeida, por ocasião de sua posse como ministro do STM**, 10 de dezembro de 1976. Brasília: Superior Tribunal Militar, 1976.

Reações. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 56, n. 17.639, p. 2, 14 out. 1977. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6003&anchor=4265780&origem=busca&pd=654655e4d05bd68f1a2612a70a203bf3>. Acesso em: 07 fev. 2019.

Relatório de Abreu aponta as restrições à candidatura. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 56, n.17.810, 06 jan. 1978. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6452&keyword=Abreu&anchor=4221739&origem=busca&pd=975d5408ed215309d473fdf05cee4243>. Acesso em: 26 fev. 2020.

Restrição às falas ministeriais. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, Ano 57, n. 18.043, p. 5, 27 ago. 1978. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6685&anchor=4325007&origem=busca&pd=df60267a5ee4d2d8a90408273f43128d>. Acesso em: 04 mar. 2020.

RIBEIRO, J. H. **Jornalistas: 1937 a 1997**: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

Rodrigo Otávio. In: ABREU, ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rodrigo-otavio-jordao-ramos>. Acesso em: 04 fev. 2019.



SACCHETTA, P. A mesma cela, a mesma cena. **O Estado de S. Paulo**. 28 de out. de 2012. Disponível em: <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,a-mesma-cela-a-mesma-cena-imp-,952132>. Acesso em: 07 fev. 2019.

SALES, C. M. R. **O Brasil na Economist**: pensando a influência do perfil político-ideológico da revista na formação da imagem internacional do país. Tese de Doutorado. São Carlos: UFSCar, 2016.

SÉRGIO, I. Prisão de Rui Castro não prejudica diálogo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 20 de agosto de 1977. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6313&anchor=4866872&origem=busca&pd=bb905faba6757ad1b7e3757eb1377c77>. Acesso em: 23 fev. 2020

SERPA, A. C. A. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/serpa-antonio-carlos-de-andrada>. Acesso em: 04 fev. 2019.

SILVA, C. E. L. Mil Dias - os bastidores da evolução em um grande jornal. Trajetória Cultural: São Paulo, 1988. In: NOVELLI, A. L. C. R. **O projeto Folha e a negação do quarto poder**. Brasília: Dissertação de Mestrado. UNB., 1994.

SILVA, M. A. R. Sindicato, Memória e História - A greve dos jornalistas de 1961. **3º. Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**, Nova Hamburgo, 2005.

SIQUEIRA, Deoclesio Lima de. In: ABREU, A. A. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/siqueira-deoclesio-lima-de>. Acesso em: 23 jan. 2021.

SKIDMORE, T. **Brasil de Castelo a Tancredo: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Guerra e Paz, 1988.

Sucessão não estará definida. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 56, n. 17.763, p. 6, 20 nov. 1977. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6405&anchor=4874734&origem=busca&pd=a4a9e61e33c518e2bce5884cf4821d03>. Acesso em: 04 mar. 2020.

Supostos manifestos de militares circulam amplamente em Brasília. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 57, n. 18.008, 23 jul. 1978. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6650&keyword=%22supostos+manifestos%22&anchor=4323734&origem=busca&pd=f91454f7f8da1fb6c2c7175848a26445>. Acesso em: 03 mar. 2020.

Supremo revoga a condenação de Diaféria (3 a 1). **Banco de dados Folha**, Acervo on-line S/D. Disponível em: [http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil2\\_13fev1980.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil2_13fev1980.htm). Acesso em: 18 fev. 2020.

TASCHNER, G. **Folhas ao vento**: Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1992.


TELES, E.; SAFATLE, W. (Orgs.) **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

TELES, J. D. A. Os familiares dos mortos e desaparecidos políticos e a luta por verdade e justiça no Brasil. In: TELES, E.; SAFATLE, W. **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

VALENTE, R. Geisel endossou execuções de opositores na ditadura, diz documento da CIA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 98, n. 32.545, p. 4, 11 de mai. 2018. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=48286&keyword=%22chefe+da+CIA+disse+que%22&anchor=6087028&origem=busca&originURL=&pd=0ca84157e738c85bb889dc38b978064d>. Acesso em: 14 fev. 2021.

VALENTE, R.; URIBE, G. Chefe da CIA disse que Geisel assumiu controle sobre execuções sumárias na ditadura. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/chefe-da-cia-disse-que-geisel-assumiu-controle-sobre-execucoes-sumarias-na-ditadura.shtml>. Acesso em: 09 jan. 2021.

**Anexo A – Relação de Temas Relevantes para jornalista**

1. a credencial e os órgãos de informações
  2. a roupa e a linguagem
  3. o furo ou o bastidor
  4. o almanaque do pessoal - um capítulo sobre as promoções  
e o seu papel no afinilamento em direção ao poder.
  5. a fonte e o nível de confiabilidade
  6. a fonte e o jornalista como instrumento de manobra
  7. o plantão permanente - as tropas estão na rua
  8. a importância da área e o salários
  9. as matérias publicadas - a arte das entrelinhas
  10. os relatórios internos
  11. sugestões bibliográficas
- 



## Anexo B - Relatório Interno Preliminar

EMFA

ministério nem civil  
nem da reserva

Tem que ser da ativa - p/ter ascendências sobre os  
comandantes.

"Em princípio haverá um rodízio"

1973 - Enfa assume status de ministro  
assum como SNI, Casa Civil ou militar (?)

A escolha é do Presidente

Se for obedecido o princípio de rodízio  
1976 - seria a vez da Aeronáutica  
isso no entanto é indefinido.

Deodício é o mais antigo oficial-general na  
ativa dentro da Aeronáutica

Portanto terá precedência

Deodício vai p/a reserva em 31/3/77

Portanto ficará pouco tempo se fosse para o  
Enfa em julho. - 9 meses.

Deio só sai p/reserva em março de 1978  
Tendo portanto um ano meio na ativa

Este ano não abre vaga natural na Aeronáutica

Março abril de 77 (?) abre vaga no STM com a  
saída de Sampaio Heret (Brigad - presidente)  
e para seu lugar irá um da Aeronáutica

Se Deodício for para o EMFA em julho abre  
1 vaga este ano p/ TB.  
mas só ficará 9 meses e então poderá  
sair p/o STM (77) antes de ir p/a reserva.

P/ir pro STM tem que ser da ativa.

②  
No Exército o mais antigo é o Fritz.

Fritz - mov. 77 faz 12 anos de generalato.  
e vai p/ reserva.

Deodéus - mov. 77 (?) porque?

Delis - " 78 (?) porque?

Se não der a vaga na FAB este ano, em  
dezembro Deodéus cai na compulsório por ser  
mais velho ou é o Camarás (?)

Para salvar o Camarás, o Deodéus pode sair  
ou o Delis. Deodéus p/o STM ou  
Delis p/o EMFA.

p/o STM, se Honório Pinto encaminhar  
seu pedido de afastamento ainda este ano,  
em agosto.

Análise dos TB da FAB.

- ① Deodéus - antigo + tem so + 7 meses ou 9 (?)
- ② Delis - + antigo - c/ quase 2 anos ainda
- ③ Camarás - tem 1 ano ~~ainda~~ a menos como Vereador
- ④ Juvenal - é moderno. promovido em <sup>março</sup> ~~ago~~ /76  
ou dez. de 76 (?)

Exército - prováveis p EMFA - Dilermando.  
Fritz.

ficha de cada um (?)

III Exército - OL sai 25 julho - Aril - ficha  
Belfort - ficha.

mas Aril pode ir p/ SP.  
Dilermando p/ EMFA  
Belfort - III - Ex.



③

Nessa medida o Presidente tem que pensar no Aeto Comando para aumentar 76/78.

- eleições
- período crítico
- último ano de governo.
- período de difícil controle e decadência do comando.

Ok - pode sair antes do III Exército, a pedido, antes de 20 de julho e se o presidente aceitar decretando reserva antes de 30/7 e assim abrir uma vaga para GE-31/7

Délio aspirante de 37.

Fritz " de 34  
 quater " " (?)

quater - generalato - 6/set/66  
 4 estrelas - 31/3/74  
 nascimento - 12/1/1918

Já houve 2 ministros da ~~Ex~~<sup>Marinha</sup> e 1 da Aeronáutica no Emfa.

---

EX.

O cargo é civil, como Ex, Mar e Aeront.  
 é " político, de confiança, numa  
 acentuação do M. do Emfa para p/a pessoa  
 e prosseguir, apesar de ter havido tentativas.

EM PRINCÍPIO = sempre q. possível.

Constância do Ex — presidente tem todo do Ex.  
 e como a chefia do Emfa é cargo de  
 confiança é natural q. seja do Ex.

(4)

Tourinho Tau + 2 anos na atv  
 (no de 78)  
 e deve ficar na Esq.

Para 31 julho.

(1) vaga — a do Tourinho que agregou  
 na Esq.  
 e q. deve ser do Tacito do DGS  
 (interino)  
 (3 estudos)

Mas podem ocorrer + 2.

— a do OL se sair antes  
 — a do ATC " " " e for 1 do Ex.  
 se não saírem antes computa p/ dezembro

Setembro — sai Manoel do STM (70 anos)  
 e puxa (1) — abre vaga.

Outubro — sai Reinaldo (I Ex)  
 (1) vaga

Portanto 1976 — 5 vagas de GE.

Determinando no tempo — Mut. da Defesa.



## Anexo C – Consulta aos Almanques Militares

10		QUADRO DE OFICIAIS GERAIS	
<b>DEC</b>	5	<p><b>DYRCEU ARAUJO NOGUEIRA</b> (IG-94.563) N16Mai12 P9Abr31 2ºT25Jan34            1ºT3Mai36 Cap24Mai37 M25Jun44m TC25Jul51m C25Mar55m GenB25Mar64            GenD25Mar67 GenEx25Jul71            OMN3 OMM5 OMA4 SPP MPac MHD2 EngReg29 EA1 EMI ESG,França            CP-00027</p>	
<b>DMA</b>	Ag	<p><b>VICENTE DE PAULO DALE COUTINHO</b> (IG-75.327) N5Nov10 P28Mar29            Aºn25Jan32 2ºT20Ago32 1ºT19Out33 Cap7Set38 M25Dez45m TC25Set51m            C25Dez57m GenB25Nov64 GenD25Jul67 GenEx25Jul71            CzC1 MC OMN3 OMM4 OMA4 SPP MG MPac MSDp MTam MHD1 LMI            EBR,EU ArtReg29 EAO EMI ESG3 MM2 Bid,EU            —Ag DO 1 Ago 72 letra a § 1º art 86 L5774/71            CP-00037</p>	
<b>EMER</b>			
<b>IVE</b>	6	<p><b>WALTER DE MENEZES PAES</b> (IG-75.322) N2Jan11 P28Mar29 Asp25Jan32            2ºT20Ago32 1ºT19Out33 Cap24Mai37 M25Jun48m TC25Jul52m C25Dez57m            GenB25Nov64 GenD25Mar68 GenEx25Mar72            CzC2 MC OMN3 OMM4 OMA4 ORB5 SPP MG MPac MMT MHD1 InfReg29            EAO EMI EF1 CSC,ESG3,França            CP-00035</p>	
<b>DEP</b>	7	<p><b>ANTONIO JORGE CORREA</b> (IG-84.969) N20Jul12 P17Mar30 Asp22Dez32            2ºT6Jul33 1ºT2Ago34 Cap5Mar40 M25Jun48m TC25Jul52m C25Dez59m            GenB25Nov64 GenD25Nov68 GenEx25Jul72            OMN3 OMM4 OMA4 ORB4 OMJA SPP MG MPac MSDp MMT MTam MI OMN3,            OMM4,Mtee,MHCav,Paraguai MMM,Por OMA5,Portugal CavReg29 EAO            EMI ESG1e3            CP-00059</p>	
<b>III</b>	8	<p><b>OSCAR LUIZ DA SILVA</b> (IG-109.649) N21Nov11 P17Mar30 Asp22Dez32            2ºT6Jul33 1ºT2Ago34 Cap5Mar40 M25Jun48m TC25Jul52m C25Dez59a Gen            B25Nov64 GenD25Nov68 GenEx25Jul72            OMN4 OMM4 OMA4 SPP MPac MTam CavReg29 EAO EMI ESG3 CTE            CP-00039</p>	
<b>I</b>	9	<p><b>SYLVIO COUTO COELHO DA FROTA</b> (IG-65.537) N26Ago10 P21Mar28 Asp            22Dez32 2ºT6Jul33 1ºT2Ago34 Cap25Ago40 M25Jun48a TC25Set52m C25            Abr60m GenB25Nov64 GenD25Mar69 GenEx25Jul72            OMN4 OMM4 OMA4 SPP MG MPac MSDp MTam MMM,Por CavReg29            EAO EMI ESG1e3            CP-00061</p>	
<b>GERAIS DE DIVISÃO</b>			
<b>R</b>	1	<p><del><b>ALOYSIO GUEDES PEREIRA</b> (IG-57.108) N19Jul11 P29Mar29 Asp22Dez32            2ºT6Jul33 1ºT2Ago34 Cap5Mar40 M25Set49m TC25Jul53m C25Dez59m            GenB25Nov64 GenD25Nov68            MC OMN3 OMM3 SPP MG MPac MSDp MTam InfReg29 EAO EMI            ESG3 Inf,EU            CP-00060</del></p>	
<b>sPEX</b>	2	<p><b>RAMIRO TAVARES GONÇALVES</b> (IG-65.441) N27Jun11 P21Mar28 Asp22            Dez32 2ºT6Jul33 1ºT2Ago34 Cap25Ago40 M25Set48m TC25Set52m C25            Abr60a GenB25Nov64 GenD25Mar69            OMN3 OMM4 OMA4 ORB4 OMJA SPP MG MPac MSDp MTam MI            OMDH4,MMM2,OMA4,Por GML,Chile ONM2,MACI,Equador ONM3,OMM4,Para-            guai CavReg29 EAO EMI ESC1 EF1 CTE            CP-00090</p>	
<b>stM</b>			
<b>SS</b>	3	<p><b>REYNALDO MELLO DE ALMEIDA</b> (IG-84.834) N11Mar14 P24Mar30 Asp            25Jan34 2ºT30Ago34 1ºT7Set36 Cap25Ago40 M25Mar48m TC25Dez52m C25            Abr60m GenB25Nov64 GenD25Mar69            OMM4,Par MMM1,Por CzFT2,Ve ArtReg29 EAO EMI ESG1e3 AA62            CP-00069</p>	
<b>EX</b>	Ag	<p><b>EDNARDO D'AVILA MELLO</b> (IG-65.213) N23Ago11 P21Mar28 Asp25Jan32            2ºT20Ago32 1ºT19Out33 Cap24Mai37 M25Set47m TC25Jul52m C25Ago57m            GenB25Mar65 GenD25Mar69            MC OMN3 OMM4 OMA4 ORB4 SPP MG MPac MSDp MHP1 MJDI,Int            LM2,EU InfReg29 EAO EMI            —Ag DO 5 Out 71 letra f art 85 DL 1029/69 a 13 Ago            CP-00089</p>	
<b>ice ch. DEC</b>			
<b>R</b>	4	<p><del><b>HENRIQUE CARLOS DE ASSUMPCÃO CARDOSO</b> (IG-65.246) N13Mai11 P1            Abr27 Asp22Dez32 2ºT6Jul33 1ºT2Ago34 Cap25Dez39 M25Set46m TC25            Abr52m C25Dez58m GenB25Mar65 GenD25Mar69            OMN3 OMM4 OMA3 ORB4 SPP MG MPac MSDp MTam OSHL,It            MMM1,OMA3,Por ArtReg29 EAO EMI ACos            CP-00018</del></p>	
<b>R</b>	Ag	<p><b>LAURO ALVES PINTO</b> (IG-84.944) N9Ago10 P17Mar30 Asp22Dez32 2ºT            6Jul33 1ºT2Ago34 Cap25Dez39 M25Dez48m TC25Dez52m C25Abr59m Gen            B25Mar65 GenD25Mar69            OMN3 OMM3 OMA3 SPP MG MPac MI InfReg29 EAO EMI ESC3            CP-00019</p>	



## QUADRO DE OFICIAIS GERAIS

11

- 5** - EULER BENTES MONTEIRO (1G-116.247) N15Jan17 P13Fev83 Asp3Jan86  
2ºT7Set86 1ºT7Set37 Cap25Dez40 M25Mar47a TC25Set52m C25Dez55m Gen  
B25Mar65 GenD25Jul69  
OMN3 OMM4 OMA3 S1 MG MPac Mhd2 EngReg29 EAO EM1 ESG3  
CP-00056
- 6** - ALVARO CARDOSO (1G-65.535) N30Set10 P21Mar28 Asp22Dez32 2ºT6Jul33  
1ºT2Ago34 Cap5Mar40 M25Jun48m TC25Set52m C25Abr60m GenB25Nov65  
GenD25Jul69  
OMN3 OMM4 ORB4 SPP MPac MHP1 MHC,OMM3,ONM4,Paraguai MMM1ª  
Por CavReg29 EAO EM1 ESG3 EF1 CP-00064
- 7** - ADOLPHO JOAO DE PAULA COUTO (1G-94.565) N11Dez13 P8Abr31 Asp  
25Jan84 2ºT80Ago34 1ºT7Set36 Cap24Mai40 M25Mar48m TC25Out52m C25  
Ago60m GenB25Nov65 GenD25Jul69  
OMN3 OMM4 OMA3 SPP MPac MSDp Mhd1 OrdemSantoOlavo5,Noruega  
MMM1ª, Por ArtReg29 EAO EM1 ESG3 EM,EU CP-00104
- 8** - FRITZ AZEVEDO MANSO (1G-94.682) N24Out12 P8Abr31 Asp25Jan34  
2ºT80Ago34 1ºT7Set36 Cap25Dez40 M25Mar50m TC25Out53m C25Ago60m  
GenB25Nov65 GenD25Jul69  
OMN3 OMM4 OMA3 ORB4 SPP MG MPac MSDp Mhd1 ONM3,OMMA,  
Paraguai InfReg29 EAO EM1 ESG3 EF1 CP-00107
- 9** - JAYME PORTELLA DE MELLO (1G-65.887) N11Jul11 P2Jan28 Asp25Jan34  
2ºT80Ago34 1ºT7Set36 Cap25Dez41 M25Set48a TC25Abr53m C25Ago61m  
GenB25Nov65 GenD25Jul69  
ONM5 OMM4 OMA4 ORB5 SPP MG MPac MSDp MTam MI  
MedalhaGranMestrolaOrdemMagno,Argentina MedalhaMagnaCruceOrdinis  
SantiGregoriMagn,Vaticano MedalhaClasseOrdemTesouro,Japao OrdemSan-  
toOlavo5,Noruega OM5,Chile MedalhaKnightGrandCrossOfsTheRoyalVitorian  
Order Inglaterra OMA5, Por ArtReg29 EAO EM1 CP-00051  
— Ag DO 17 Ago 71 letra f art 85 DL 1029/69 a 16 Ago
- 10** - VENITIUS NAZARETH NOTARE (1G-107.914) N29Set15 P1Abr32 Asp29  
Dez34 2ºT12Set35 1ºT8Mai37 Cap24Mai40 M25Mar45a TC25Jan52m C10  
Mar56m GenB25Mar66 GenD25Jul69  
MC OMM4 OMA3 ORB3 S1 MG MPac MSDp EngReg29 EA1 EM1 ESG1  
CP-00105
- 11** - OSCAR JANSEN BARROSO (1G-65.710) N15Ago99 P21Mar28 Asp22Nov39  
2ºT11Jun31 1ºT17Nov32 Cap24Mai37 M25Set46m TC25Abr52m C25Ago57m  
GenB25Mar66 GenD25Jul69  
OMN3 OMM4 OMA3 SPP MG MPac MI InfReg29 EAO EM1 ESG1  
CP-00070
- 12** - AUGUSTO JOSE PRESGRAVE (1G-84.924) N6Mar09 P17Mar30 Asp22Dez32  
2 T6Jul33 1ºT2Ago34 Cap5Mar40 M25Dez49m TC25Set53m C25Abr60m  
GenB25Mar66 GenD25Nov69  
OMN3 OMM4 OMA3 ORB4 SPP MG MPac MSDp MTam ONM3,MHI,  
Paraguai InfReg29 EAO EM1 ESG1e3 CTE CP-00103
- 13** - MOACYR BARCELLOS POTYGUARA (1G-94.591) N21Set11 P8Abr31 Asp  
25Jan34 2ºT80Ago34 1ºT7Set36 Cap9Out42 M25Dez50m TC25Jul54m C25  
Ago61m GenB25Mar66 GenD25Nov69  
OMN3 OMM4 OMA3 ORB4 SPP MPac MSDp Mhd1 ONM3,Paraguai  
MEMM,Ch CavReg29 EAO EM1 CP-00057
- 14** - RAYMUNDO FERREIRA DE SOUZA (1G-65.503) N20Jul11 P21Mar28 Asp  
22Dez32 2ºT6Jul33 1ºT2Ago34 Cap7Set39 M25Dez48m TC25Dez52m C25  
Abr59m GenB25Nov66 GenD25Nov70  
MC OMN3 OMM3 OMJD SPP MG MPac InfReg29 EA1 EM1 ESG3 EF1  
CP-00052
- 15** - JOSÉ DE AZEVEDO SILVA (1G-94.649) N17Ago11 P8Abr31 Asp25Jan34 2ºT  
30Ago34 1ºT7Set36 Cap25Ago40 M25Mar48m TC25Out52m C25Ago60m Gen  
B25Nov66 GenD25Mar71  
OMN3 OMM3 OMA3 ORB3 SPP MG MPac Mhd1 MAC1,ONM3,Equador Art  
Reg29 EAO EM1 ESG3 EM,EU CP-00065
- 16** - DILERMANDO GOMES MONTEIRO (1G-84.871) N23Jul18 P12Abr30 Asp  
25Jan34 2ºT80Ago34 1ºT7Set36 Cap25Dez40 M25Jun50m TC25Mar54m  
C25Ago60m GenB25Nov66 GenD25Mar71  
OMN3 OMM3 OMA3 ORB3 SPP MG MPac Mhd1 ONM,França OMM4,  
Par InfReg29 EAO EM1 ESG3 CTE PublicInformation,EU CP-00071
- 17** - ARDON SENNA (1G-84.829) N1Jul12 P24Mar30 Asp25Jan34 2ºT80Ago34  
1ºT7Set36 Cap24Mai41 M25Jun50m TC25Mar54m C25Ago60m GenB25Nov66  
GenD25Mar71  
OMN3 OMM3 OMA4 SPP MG MCAS MPac MSDp MTam OMM2, Por



## Anexo D – Relatório Interno Finalizado

29/6/76

0452

RI

mapa com aquela alta fonte:

súmula

- Geisel inicia agora uma transformação nas bases militares, trocando paulatinamente os comandos da tropa.
- Além da importância que isso tem, é uma preparação para poder, até antes das eleições, tirar o Frota do Ex. sem que haja resistência.
- Se os comandos do exército estiverem com o pessoal do Geisel, ele pode fazer as alterações que quiserem sem problemas.
- a promoção do Figueiredo, que é hoje o número 22 no almanaque, será acelerada. Essa eu não entendi, porque sempre achei que o Figueiredo não era homem do Geisel. Então não sei qual é o interesse nessa aceleração.
- para chegar a isso, o presidente contará com as seguintes vagas:
  1. do Oscar Luiz (25 de julho)
  2. do cara que irá para o lugar do Correa (EMPA) - 25 de julho, provavelmente o Fritz.
  3. do que substituirá o Frota
  4. do que substituirá o Reinaldo (reserva em novembro)
- serão jogados para o alto mais meia dúzia de generais de divisão, e assim, até meados de 77 Figueiredo deverá estar em condições de ir a general de exército.
- não sei para onde ele poderia ir então, talvez um comando de exército.
- Reinaldo, já está certo, vai para o STM para a vaga de Bizarria <sup>Mamede</sup> este ano.
- Decilácio Lima de Siqueira (EM) vai para o STM para a vaga do Honório que pedirá para sair do STM em agosto ou setembro (essa manobra é para abrir vaga na Aeronáutica e evitar que o Camarão caia na compulsória por ser o mais velho dos quatro estrelas)
- Camarão (outro quatro estrelas da Aer.) vai para o STM em maio, na vaga do Huet
- Bethlem já está praticamente certo para o III Exército
- Dilermando provavelmente assumirá o EMPA, pois o Geisel já disse para a fonte que gostava muito de ter o Dilermando como seu assessor direto. (olhai a dica pro ministério da Defesa)
- Potyguara (IV Ex) pedrinha no sapato que só sai no final do ano que vem seria puxado para a chefia de um departamento e assim anulada a sua ascendência sobre a tropa.
- Assim: um dos generais novos iria para o IV Ex. outro para o I Ex (lugar do Reynaldo); outro para o EMPA ou para o II Ex. caso o Dilermando seja chamado; outro para o Ministério e outro ainda para o III Ex (Bethlem).

## Anexo E – Matéria Publicada

# Até fim do ano, sete generais na reserva

BRASILIA (Sucursal) - Pelo menos sete oficiais deixarão o atual quadro de 14 generais-de-Exército, até o final deste ano, sendo que até 1978, terá sido alterada toda a composição do Alto Comando do Exército. Na semana passada, cinco generais passaram para a reserva: Silvio Frota, ministro do Exército; Walter Menezes Paes, comandante da ESG; Ramiro Tavares Gonçalves, chefe do DGP; José de Azevedo Silva, chefe do DGS; Ednardo D'Avilla Mello, ex-comandante do II Exército.

Os generais que passarão para a reserva ainda este ano são: Antônio Jorge Correa, chefe do EMFA, que completará quatro anos como general-de-Exército, em julho; Oscar Luiz da Silva, comandante do III Exército, no mesmo caso do chefe do EMFA; Reinaldo Mello de Almeida, comandante do I Exército que completará 12 anos de generalato em novembro e, Jurandir Bizarria Mamede, que em setembro completará 70 anos e deixará o Superior Tribunal Militar.

Ainda este ano, se afastará do quadro, passadondo à condição de agregado, outro general-de-exército, que deverá ser nomeado para o comando da ESG, possivelmente, o general Venitius Nazareth Notare. E ainda outro, se a chefia do EMFA for entregue a um oficial do Exército. No próximo ano, passarão para a reserva dois generais: Moacyr Barcellos Potyguara, comandante do Exército, que em setembro completará 66 anos, idade limite para permanecer no generalato, e o general Fritz Azevedo Manso, chefe do Es-

taço maior do Exército, que em novembro completará 12 anos de generalato. Em 1978 segundo dados do almanaque do pessoal, sairá para a reserva o general Dilermando Gomes Monteiro, comandante do II Exército que em novembro completará 12 anos de generalato.

## VAGAS

Para as promoções de 31 de março deste ano, estão sendo computadas as seguintes vagas, segundo informação do Centro de Relações Públicas do Exército: três vagas para general-de-Exército, oito vagas para general-de-Brigada e 10 vagas para general-de-Divisão. As vagas para general-de-Exército são as deixadas pelos generais Ramiro Tavares Gonçalves, Ednardo D'Avila Mello e José de Azevedo Silva, já que os outros dois transferidos para a reserva na semana passada Silvio Frota e Walter Menezes Paes não abrem vaga por estarem na condição de agregados.

As vagas para general-de-divisão são as deixadas com a passagem a reserva dos generais Abdon Senna, Olavo Vianna Moog, Paulo Carneiro Thomaz Alvez, Tasso Vilas de Aquino e Augusto de Oliveira Pereira; e ainda pelos três generais-de-Divisão que serão promovidos para as três vagas de general-de-Exército.

As vagas para general-de-Brigada serão as deixadas pelos generais Everaldo José da Silva, Hélio Duarte Pereira Lemos e Joaquim Antônio da Fontoura, somadas a outras sete deixadas pelos que serão promovidos a general-de-Divisão.